UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES

THAIS PEREIRA DA SILVA

Construções identitárias & TICs: o caso do blog “Blogueiras Negras”

São Paulo
2019

THAIS PEREIRA DA SILVA

Construções identitárias & TICs: o caso do blog “Blogueiras Negras”

Versão Revisada

Dissertação apresentada à Escola de Comunicações e Artes, da
Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre
em Ciência da Informação.

Área de Concentração: Cultura e Informação

Orientador: Prof. Dr. Marco Antônio Almeida

São Paulo

2019

.

Nome: SILVA, Thais Pereira da

Título: Construções identitárias & TICs: o caso do blog “Blogueiras Negras”

Dissertação apresentada à Escola de Comunicações e Artes da
Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre
em Ciência da Informação.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Profa. Dra. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof.Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Para minha mãe Dirce; minha vó Anália (in memory); meu pai Ari; e a minha irmã Tamara, que sempre estiveram presentes, mesmo ausentes em corpo, nesta e em outras jornadas nos últimos 40 anos.

AGRADECIMENTOS

Ao finalizar este trabalho, que é a concretização de um sonho, é preciso agradecer a todas as pessoas que me acompanharam nos últimos três anos.

À minha família: à minha mãe, Dirce; à minha vó, Anália; ao meu pai, Ari; e à minha irmã, Tamara, que sempre acreditaram em mim, mesmo quando eu não acreditava. Amo vocês.

Ao meu orientador, professor Marco Antônio Almeida, pelas conversas, discussões teóricas, revisões dos meus trabalhos e sugestões de leituras. Enfim, por me ajudar a enfrentar os desafios desta bela jornada.

Aos participantes do grupo de estudos, Marco, Bianca, Carina, Fernanda, Eduardo, Bernardo, Ueliton, entre outros, que contribuíram pelo mesmo em um encontro.

Às professoras do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação: a Profa. Dra. Giulia Crippa e Profa. Dra. Lúcia Maciel B. de Oliveira.

Às 379 blogueiras negras que me ajudaram a construir e a fortalecer a minha identidade negra e a descobrir que os nossos passos vêm de longe e para longe vão.

Às mulheres negras que me inspiram a ser uma mulher negra melhor: Luiza de Mahin (mito ou mulher), Dandara, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Angela Davis, bell hooks, entre outras.

"A voz de minha bisavó
ecoou criança
nos porões do navio.
ecoou lamentos
de uma infância perdida.

A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.

A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela.

O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
o eco da vida-liberdade."

(EVARISTO, 2008, p. 10 e 11).

SILVA, Thais Pereira da Silva. Construções identitárias & TICs: o caso do blog “Blogueiras Negras”. 2019. 193 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

RESUMO

Com o advento das tecnologias de informação e comunicação (TICs), percebe-se a crescente produção, organização e disseminação de conteúdo simbólico pelos movimentos sociais na internet. A presente pesquisa tem por objetivo refletir sobre a apropriação das TICs pelas mulheres negras brasileiras, como tática e estratégia para a resistência contra o racismo, o sexismo e a exploração de classe, entre outras opressões. Dessa forma, estabelece-se uma relação entre blog e o conceito de dispositivo infocomunicacional, elaborado por Foucault, Marteleto e Agamben, para analisar o weblog “Blogueiras Negras”, uma plataforma coletiva de mulheres negras. Adotam-se os métodos de pesquisa netnografia e análise do discurso foucaultiana, para examinar os posts publicados entre março de 2013 a dezembro de 2017. Compreende-se que as mulheres negras utilizam a internet e a escrita para disputar as narrativas sobre o grupo, construindo coletivamente os saberes identitários, políticos e estéticos-corpóreos, de acordo com Nilma Lino Gomes, que são elaborados durante as lutas por emancipação das mulheres negras.

Palavras-chave: Conhecimento; Mulheres Negras; Tecnologias de Informação e Comunicação; Apropriação Social da Informação; Dispositivos Infocomunicacionais.

SILVA, Thais Pereira da Silva. Construções identitárias & TICs: o caso do blog “Blogueiras Negras”. 2019. 193 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

ABSTRACT

With the advent of information and communication technologies (ICTs), the growing production, organization and dissemination of symbolic content by social movements on the Internet is notable. This research aims to reflect on the appropriation of ICTs by Brazilian black women, as a tactic and strategy for resistance against racism, sexism, class exploitation, among other oppressions. Thus, a relationship is established between blog and the concept of infocommunication device, elaborated by Foucault, Marteleto and Agamben, to analyze the weblog “Blogueiras Negras”, a collective platform of black women. Foucaultian discourse analysis and netnography research methods are adopted to examine the posts published between March 2013 and December 2017. The comprehension is that black women use the internet and writing to dispute the narratives about the group, building collectively the identity, political and aesthetic-corporeal knowledge, according to Nilma Lino Gomes, which are elaborated during the struggles for the emancipation of black women.

Keywords: Knowledge; Black women; Information and Communication Technologies; Social Appropriation of Information; Infocommunication devices.

LISTA DE IMAGENS

Figura 1 - Vênus Hotentote.....	79
Figura 2 - Chamada para a I Blogagem Coletiva pelo Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial.....	106 e 107
Figura 3 - Comentários do post para a I Blogagem Coletiva pelo Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial.....	107
Figura 4 - Post de agradecimento I Blogagem Coletiva pelo Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial.....	108
Figura 5- Tuíte do perfil do BN durante a campanha #AbsurdoÉseuRacismo	111
Figura 6 - Foto do trote dos alunos da Faculdade de Direito da UFMG	122 e 123
Figura 7 - Comentários do post “Sobre a Caloura Xica da Silva”	123
Figura 8 - Comentários do post “Negro gaúcho. Memória farroupilha ou lanceira”	128
Figura 9 - Comentários do Post “Negro gaúcho. Memória farroupilha ou lanceira”	129
Figura 10 - Comentários do post “E nós amazônidas, não somos negras?.....	130
Figura 11 - Aline Prado foi Globeleza, entre 2006 e 2013.....	172
Figura 12 - Atriz Sheron Menezes e as concorrentes à Globeleza 2014	174
Figura 13 – Página inicial blog “Blogueiras Negras”.....	192
Figura 14 – Quem Somos do Blogueiras Negras.....	192
Figura 15 – Trecho do Manual do BN 1.....	193
Figura 16 – Trecho do Manual do BN 2.....	193

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Análise das postagens por ano (2013 – 2017).....	131 e 132
---	-----------

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

TICs-Tecnologias de Informação e Comunicação

CI - Ciência da Informação

BN -Blogueiras Negras

Enancib -Encontro Nacional da associação Nacional da Ciência da Informação

ECA - Escola de Comunicações e Artes

USP - Universidade de São Paulo

PNAD -Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA -Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

PEC - Proposta de Emenda à Constituição

Prouni -Programa Universidade para Todos

FIES -Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior

ARPA - Agência de Projetos de Pesquisa Avançada

CERN - Centro Européen pour Recherche Nucleaire

CMS - Content Management System

HTML -Hypertext Markup Language

HTTP -Hypertext Transfer Protocol

URL -Uniform Resource Locator

PDF - Portable Document Format

MNU - Movimento Negro Unificado

Unicef - Fundo das Nações Unidas para a Infância, órgão da Organização das Nações Unidas (ONU)

PT – Partido dos Trabalhadores

MPL – Movimento Passe Livre

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1.1 Ciência da Informação e as Ciências Sociais	18
1. 2 Ciências da Informação e da Comunicação	20
1.2.1 Dispositivo infocomunicacional.....	21
1.3 Construção Social do Conhecimento.....	24
1.4 Informação, conhecimento e ação dos movimentos sociais	33
1.5 Produção de saberes e os Movimentos Negros	38
2. DAS DORES ÀS TÁTICAS E ESTRATÉGIAS DAS MULHERES NEGRAS.....	46
2.1 Movimento de mulheres negras brasileiras: os nossos passos vêm de longe.	53
2.2 Identidades das Mulheres Negras	59
2.3 Dispositivo de racialidade	65
2.4 Representação da Mulher Negra.....	74
3. O CASO DO BLOG “BLOGUEIRAS NEGRAS”	83
3.1 Metodologia	84
3.2 Midiatização da sociedade.....	87
3.2.1 Lógica da Mídia	89
3.2.2 Estruturação da mídia na interação social	91
3.3 Blog e Dispositivo Infocomunicacional.....	93
3. 4 Estratégias de ciberativismo	104
3. 5 O caso do blog “Blogueiras Negras”	113
3.5.1 Linha Editorial.....	116
3.5.2 E os comentários?.....	120
3.5.3 Construção coletiva do conhecimento.....	124
CONSIDERAÇÕES FINAIS	140

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	145
APÊNDICES.....	152
APÊNDICE A: Discurso, relações de poder e conhecimento: um ensaio a partir dos estereótipos acerca da mulher negra	153
APÊNDICE B – Entrevista com a Larissa Santiago, criadora e coordenadora do blog “Blogueiras Negras”, concedida à Thais Pereira da Silva, em 17 de out. 2017.....	177
APÊNDICE C – Entrevista com a Profa. Dra. Rosane Borges, concedida à Thais Pereira da Silva. São Paulo, 14 mar. 2017.....	185
ANEXOS	191
ANEXO A – Editorial, Manual e Informação do BN	192

INTRODUÇÃO

As tecnologias de informação e comunicação (TICs) influenciam e alteram as relações sociais, culturais, políticas e econômicas. Dessa forma, Hjarvard (2015) explica que o estudo sobre a “mídiatização” considera as transformações estruturais da mídia na sociedade contemporânea.

Por mídiatização da cultura e da sociedade, nos referimos aos processos por meio dos quais cultura e sociedade tornam-se cada vez mais dependentes das mídias e seus *modus operandi*, ou lógica da mídia (HJARVARD, 2015, p. 53).

Estudos anteriores apontavam as mudanças estruturais nas relações entre os meios de comunicação, a política e a opinião pública; no entanto, o autor dinamarquês nota que a mídia contemporânea apresenta transformações estruturais profundas na sociedade e na cultura. Nas palavras de Hjarvard:

Hoje, experimentamos uma mídiatização intensificada da cultura e da sociedade que não está limitada à formação da opinião pública, mas que atravessa quase toda instituição social e cultural, como a família, o trabalho, a política e a religião (HJARVARD, 2014, p. 23).

O autor explica que os meios de comunicação de massa, inclusive, alteram suas estruturas por influência das TICs e dos dispositivos de infocomunicações produzidos com a internet, como blogs, websites, canais nas mídias sociais, entre outras, que utilizam plataformas multimídias e interativas. Desse modo, qualquer indivíduo ou coletivo pode potencialmente apropriar-se das novas tecnologias para produzir, organizar e propagar informação (conteúdo simbólico) ou conhecimento.

Além disso, as TICs influenciam outros campos sociais, numa “crescente interdependência entre mídia, cultura e sociedade” (HJARVARD, 2014, p. 25).

Os primeiros movimentos sociais de mulheres negras surgiram no país entre o fim da década de 1970 e começo de 1980, liderados por feministas negras, como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Beatriz Nascimento, Luiza Bairros, entre outras, que articulavam o conhecimento acadêmico com ativismo. Nesse sentido, Gomes (2017) aponta que, durante as lutas por emancipação, os movimentos de mulheres negras constroem os saberes políticos, identitários e estético-corpóreos.

Carneiro considera que os meios de comunicação naturalizam o racismo e o sexismo, reproduzindo os estereótipos e os discursos racializados sobre as mulheres negras. Com advento das TICs, Carneiro reflete

[...] nova ordem mundial requer novas formas de ação e, nesse sentido, tratar a comunicação como nexos de empoderamento tem sido fundamental para garantir-lhes uma representação positiva bem como a visibilização do processo de mobilização de luta (CARNEIRO, 2018, p. 209).

Assim a autora explica que as mulheres negras têm capacitado as lideranças para a apropriação das tecnologias de informação e comunicação.

Charô Nunes e Larissa Santiago são as coordenadoras e criadoras do blog “Blogueiras Negras” (BN), que é uma plataforma colaborativa de mulheres negras. Quando elas se conheceram em um grupo feminista do “google groups”, cada uma já tinha seu próprio weblog. Em 2013, Nunes e Santiago organizaram uma ação de “Blogagem Coletiva de Mulher Negra”, que tinha como objetivo incentivar as mulheres negras a produzir textos para duas datas específicas: 20 de novembro, dia da Consciência Negra (morte de Zumbi dos Palmares), e dia 25 de novembro, dia de combate à violência contra a mulher. A ação ciberativista revelou que existia um grupo grande de blogueiras negras que produzia muitos textos. Dessa forma, as duas, Maria Rita Casagrande e outras blogueiras criaram o BN.

O BN é um dispositivo infocomunicacional que age, articula e hibridiza, produz, organiza e dissemina conteúdo de diferentes campos sociais, como o científico, o jornalístico e o cultural, além de influenciar outros, entre eles o político, a saúde, a moda etc.

Nessa perspectiva, mobiliza-se e apropria-se a concepção de dispositivo, elaborado por Foucault, para refletir sobre o BN como dispositivo infocomunicacional, a partir das ideias propostas por Marteleto e Agamben. Da mesma forma, utiliza-se o conceito para afirmar, embasada em Carneiro, que um dispositivo de racialidade age na sociedade brasileira. O filósofo francês afirma que as resistências que qualquer dispositivo de poder produz, sendo parte integrante dele.

[...] não existe, com respeito ao poder, um lugar da grande Recusa – alma da revolta, foco de todas as rebeliões, lei pura do revolucionário. Mas sim resistências, no plural, que são casos únicos: possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício; por definição, não podem existir a não ser no campo estratégico

das relações de poder (FOUCAULT, 2001, p. 91 apud CARNEIRO, 2005, p. 149).

Agamben (2016) explica que o dispositivo visa por meio de discursos e de práticas a criação de corpos dóceis, porém “livres que assumem a sua identidade e a sua ‘liberdade’ de sujeitos no próprio processo do seu assujeitamento” (AGAMBEN, 2006, p. 47). Os dispositivos infocomunicacionais envolvem processos de subjetivação e de dessubjetivação (AGAMBEN, 2016, MARTELETO, 2015).

Compreende-se que dispositivo é a rede que se estabelece entre os elementos heterogêneos que o compõem, como discursos, instituições, estruturas arquitetônicas, enunciados científicos, leis, decisões regulamentares e proposições filosóficas (FOUCAULT, 2015, AGAMBEN, 2016, CARNEIRO, 2005). Carneiro nota que o conceito permite analisar e refletir sobre a rede de ditos e não ditos que constituem as práticas e os saberes que permeiam a constituição do racismo na sociedade brasileira, o dispositivo de racialidade (CARNEIRO, 2005, FOUCAULT, 2015). Entre as resistências apontadas por Carneiro, uma delas é a produção do conhecimento pelas pessoas negras e a disputa pelo discurso da verdade sobre o grupo.

Dessa forma, o objetivo da pesquisa é refletir sobre a apropriação das TICs pelas mulheres negras, com tática e estratégia para disputar as narrativas sobre o grupo, além da construção coletiva dos saberes emancipatórios.

No primeiro capítulo, situa-se o problema e os sujeitos da pesquisa em relação do campo da CI, por meio de um breve mapeamento de suas teorias, circunscrevendo assim o enfoque a partir do qual serão discutidos. A seguir, discute-se a apropriação das TICs pelos movimentos sociais nas sociedades complexas, assim como a construção coletiva do conhecimento dos movimentos sociais em rede. Enfim, apresentam-se os saberes dos movimentos de mulheres negras, construídos nas lutas de emancipação.

No capítulo seguinte, verificam-se os movimentos de mulheres negras no Brasil, suas histórias e contribuições teóricas e práticas nas lutas por emancipação. Dessa forma, investiga-se a constituição das identidades das mulheres negras como ato político e plural, além dos estereótipos e os discursos racializados sobre a mulher. Por fim, reflete-se como dispositivo de racialidade que atua na sociedade brasileira e contribuem para a permanência do significado estereotipado dos discursos e das representações sobre as pessoas negras.

O capítulo 3 situa o objeto de pesquisa o blog “Blogueiras Negras” e a metodologia mobilizada para a pesquisa, o netnografia. Ademais, analisa a mediação da sociedade, além das características específicas dos weblogs, dos dispositivos infocomunicacionais e das estratégias ciberativistas. Enfim, investiga-se o corpus da pesquisa, composto por 1.603 textos publicados no BN, durante março de 2013 e dezembro de 2017.

1. CULTURA, INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO

Com a evolução do conceito “informação” e o avanço teórico do campo, ainda na década 1960, as discussões giraram em torno da necessidade de integrar à definição de informação a concepção de conhecimento. Anos mais tarde, Araújo (2014) argumenta que tornou-se predominante a ideia de tríade de informação em diversas subáreas do campo, que considera que existem os dados (os documentos / os registros do conhecimento) e o conhecimento (o que está dentro da mente dos sujeitos). Nesse caso, a informação seria a interação entre os dados e o conhecimento prévio do indivíduo. Na década de 1990, os pesquisadores da CI começaram a refletir e questionar sobre “o contexto”, ou seja, “as realidades históricas, políticas, econômicas e culturais podem determinar o processo” (ibidem, p. 17). Além disso, a concepção de conhecimento também é reformulada, incluindo os aspectos que influenciam o processo, como interpretação, imaginação, assimilação, entre outros (ibidem).

Nota-se, com o advento das tecnologias de informação e comunicação (TICs), nota-se a crescente produção e disseminação de informação em plataformas digitais, como blogs ou redes sociais digitais; a conexão entre indivíduos do mundo inteiro; a organização e a mobilização dos movimentos sociais na internet; entre outras inúmeras ações humanas.

Nesse sentido, Saracevic (1996, p.42) argumenta que

o imperativo tecnológico está impondo a transformação da sociedade moderna em sociedade da informação. [...] a Ciência da Informação é [...] participante ativa e deliberada na evolução da sociedade da informação.

Dessa forma, como esse “novo” fenômeno se insere no campo de estudos da ciência da informação (CI)?

O objetivo do capítulo é situar o problema e os sujeitos da pesquisa em relação do campo da CI, por meio de um breve mapeamento de suas teorias, circunscrevendo assim o enfoque a partir do qual serão discutidos.

Por fim, reflete-se como a interação entre os usuários na internet pode gerar fluxo de informação capaz de alterar a estrutura do conhecimento. Levanta-se outra questão: como a apropriação das TICs para a criação de blogs, enquanto dispositivos

infocomunicacionais, pode potencializar a produção coletiva do conhecimento entre sujeitos, principalmente entre os grupos que não estavam (ou ainda não estão) completamente inseridos no campo simbólico (científico, jornalístico, entre outros)? (RECUERO, 2009; EGLER, 2017).

1.1 Ciência da Informação e as Ciências Sociais

Como os fenômenos informacionais não existem sem os sujeitos, a Ciência da Informação utiliza os conceitos e métodos das Ciências Sociais para estudar a realidade socioeconômica e cultural dos indivíduos que estão inseridos no processo infocomunicacional.

Araújo (2003) argumenta que existem vários espaços para a “discussão social dos fenômenos informacionais” na CI, como a linha de pesquisa “Apropriação Social da informação”, da qual a presente pesquisa faz parte, pertencente ao programa de pós-graduação em Ciência da Informação pela Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP). Nesse sentido, o autor (ibidem) nota que a CI insere-se em três modelos teóricos das ciências sociais.

Araújo (ibidem) explica que a inserção da CI como ciência social se deu, primeiramente, a partir dos modelos positivistas e funcionalistas na década de 1970. Ou seja, as pesquisas direcionavam-se ao estudo da realidade social, por meio de estatísticas. Alguns exemplos são: “A utilização de sociogramas para mapeamento dos fluxos de informação, a aplicação de questionários a grandes amostras de usuários e a busca de invariantes cognitivos para a construção de sistemas de informação” (ARAÚJO, 2003, p. 24).

Logo depois, ainda em 1970, os estudos em ciência da informação apropriam-se dos princípios filosóficos da dialética, assim como parte das pesquisas em ciências sociais, tendo como referencial teórico a teoria marxista (ARAÚJO, 2003).

Por fim, é com o terceiro fundamento teórico que a CI reformula seus pressupostos e até mesmo o significado de informação, como afirma Araújo. Nessa perspectiva, o campo reconhece a realidade como construída socialmente. O autor acrescenta que, embasado em Berger & Luckman¹, “compreensão da informação não

¹ Autores do livro “A Construção Social da Realidade”.

como um dado, uma coisa que teria significado e uma importância *per se*, mas como um processo, como algo que vai ser percebido e compreendido de variadas formas de acordo com os sujeitos que estão em relação” (ARAÚJO, 2003, p. 25).

Desse modo, os estudos em CI começam a incluir os sujeitos “em suas interações cotidianas, formas de expressão e linguagem, ritos e processos sociais” (ibidem, p.25).

Nessa perspectiva, Marteleto (2007) questiona sobre qual é o olhar da ciência da informação para os estudos de informação sobre cultura, no que se referem aos meios, aos fluxos, às apropriações das tecnologias, entre outros. A autora (ibidem, p. 14) aponta “o caráter social do fenômeno da informação e a sua manifestação no terreno da cultura [...] ressaltar o pertencimento do campo de estudos da informação - a CI - ao elenco das ciências sociais como solo fundante de suas teorias e métodos”.

Compreende-se que o olhar da Ciência da Informação para a cultura refere-se ao fato de que a

[...] informação é artefato material e simbólico de produção de sentidos, fenômeno da ordem do conhecimento e da cultura. Por conta desse ordenamento gera memória, tem permanência e registro, carece de meio, organização [...] (MARELETO, 2007, p. 15).

Em outras palavras, Marteleto afirma que, para a CI, a informação configura-se em elemento da cultura, já que é uma produção humana e contém sentido que precisa ser comunicado para produzir conhecimento. Por isso, não pode ser dissociada do conhecimento, da comunicação e da cultura.

Nesse sentido, considera-se que o paradigma social constituiu-se acerca dos questionamentos dos pesquisadores do campo sobre o paradigma cognitivo durante a década de 1990. O limite do cognitivo refere-se a ideia de separar a informação do indivíduo, assim como isolar o usuário (sujeito cognoscente) dos condicionamentos sociais e materiais da existência humana. Dessa forma, o paradigma social encontra-se diretamente relacionado às pesquisas em Ciências da informação que têm olhar para “os aspectos sociais e culturais próprios do mundo humano [...] e ao impacto do computador nos processos de produção, coleta, interpretação, armazenagem, recuperação, disseminação, transformação e uso de informação” (CAPURRO, 2003, s/p.). Em outras palavras, o olhar da CI para apropriação das TICs pelas mulheres negras acerca da construção coletiva do conhecimento enquadra-se no paradigma

social, ou seja, consiste nos novos fenômenos informacionais estudados no campo. Dessa forma, a presente pesquisa dialoga com o paradigma social da CI.

Cabe ressaltar, então, que é não é possível refletir sobre a apropriação das TICs pelas mulheres negras, sem analisar os aspectos socioeconômicos e culturais do grupo no Brasil.

1. 2 Ciências da Informação e da Comunicação

Embora as Ciências da Informação e da Comunicação constituem-se em dois campos científicos autônomos, compreende-se que processos de informação e comunicação são interdependentes. Dessa forma, refletir sobre interfaces entre os dois campos é importante para construir diálogo interdisciplinar (MORIGI, JACKS, GOLIN, 2016).

Miège (2000) afirma que a comunicação é um processo que tem a informação como conteúdo, por isso uma não pode ser compreendida sem a outra.

Digamos, portanto, que toda comunicação tem um conteúdo cognitivo, mais ou menos importante, que é a informação. Isso implica que não há informação sem comunicação. A informação não é algo adquirido, um objeto constituído, mas uma modificação, por colaboração ou transformação, do estado de conhecimento daquele que a recebe (MEYRIAT, 1986, p. 65, apud MIÈGE, 2000, p. 108 e 109).

Seracevic (1996) explica que os estudos acerca dos fenômenos da informação e do conhecimento e dos processos de comunicação (o uso da informação) difundiram-se desde a década de 1960. “[...] as relações entre o fenômeno e o processo - informação e comunicação - definem a relação entre CI e comunicação (campo)” (SERACEVIC, 1996, p. 53).

Nesse sentido, Miège (2000) nota que a comunicação e a informação estão interligadas desde a Antiguidade. Isso porque sempre que há uma transformação - evolução - nas tecnologias de comunicação (no processo de comunicação), também culminam numa modificação da informação (conteúdo). O autor acrescenta que as TICs não se configuram apenas como modificação tecnológica, mas também como mudanças sociais, políticas e culturais que intervêm na informação, como a “industrialização crescente da informação e cultura, a concentração dos grupos de

comunicação ou a implantação de uma malha de comunicação” (MIÈGE, 2000, p. 110).

Além disso, as pesquisadoras e os pesquisadores dos dois campos estudam tópicos semelhantes, como a interação dos sujeitos com as TICs; a de informação pelos indivíduos; a sociedade da informação, entre outros (Borgman, Schement, 1986, apud Seracevic, 1996).

Por isso, Seracevic (1996) acredita que comunicação como processo e informação como conteúdo precisam ser estudadas em conjunto pelas Ciências da Informação e da comunicação.

1.2.1 Dispositivo infocomunicacional

“A participação social conhece, nos blogs e por causa deles, um avatar editorial” (CANDEL; JEANNE-PERRIER, 2007, p. 58, apud JEANNERET, 2015, s/p) Nesse sentido, analisa-se as mídias digitais, como blogs, canais no Facebook, Twitter, tornaram-se dispositivos infocomunicacionais na internet (JEANNERET, 2015; MARTELETO, 2015).

Marteletto e Couzinet (2013, p.2) afirmam que os estudos em ciências da informação e da comunicação têm utilizado o conceito de dispositivo para refletir sobre “os elementos culturais, humanos, técnicos e institucionais componentes dos processos de construção e apropriação dos saberes nas esferas da ciência, da cultura e da sociedade”.

Para compreender o conceito de dispositivo de informação e de comunicação, retoma-se Agamben (2016), que amplia e inclui as TICs e a escrita, por exemplo, à ideia de Foucault (2015)².

[...] chamarei literalmente de dispositivo qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes. Não somente, portanto, as prisões, os manicômios, o Panóptico, as escolas, a confissão, as fábricas, as disciplinas, as medidas

² “Por esse termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicos. Em suma, o dito e não dito são elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos” (FOUCAULT, 2015, p. 364).

jurídicas etc., cuja conexão com o poder é num certo sentido evidente, mas também a caneta, a escritura, a literatura, a filosofia, a agricultura, o cigarro, a navegação, os computadores, os telefones celulares e - por que não - a própria linguagem, que talvez seja o mais antigo dos dispositivos [...] (AGAMBEN, 2016, p. 39).

Com o capitalismo, o filósofo italiano (2016) argumenta que o aumento do número ilimitado de dispositivos diz respeito à proliferação dos processos de subjetivação. Dessa forma, não há um único momento que os indivíduos não sejam controlados ou modelados por um dispositivo.

[...] todo dispositivo implica um processo de subjetivação, sem o qual o dispositivo não pode funcionar como dispositivo de governo, mas se reduz a um mero exercício de violência. Foucault assim mostrou como, numa sociedade disciplinar, os dispositivos visam, através de uma série de práticas e discursos, de saberes e de exercícios, à criação de corpos dóceis, mas livres, que assumem a sua própria identidade e a sua “liberdade” de sujeitos no próprio processo do seu assujeitamento. Isto é, o dispositivo é, antes de tudo, uma máquina que produz subjetivações e somente como tal é também uma máquina de governo [...] (AGAMBEN, 2016, p. 46 e 47).

No entanto, os dispositivos não são apenas recurso de controle e de vigilância do Estado e das grandes corporações, mas constituem-se também em mecanismo para a ação dos indivíduos, principalmente, os excluídos. Convém, assim, a “profanação” dos dispositivos que foram “consagrados”³. Em outras palavras, restituir ao uso comum dos indivíduos os dispositivos criados para controlá-los (AGAMBEN, 2016; MARTELETO; COUZINET, 2013).

Embasadas em Foucault e em Agamben, Marteleto e Couzinet (2013, p. 3) definem que “dispositivo é, portanto, algo inscrito em um projeto, tendo uma missão ou finalidade a cumprir, numa situação particular [...] não é algo isolado, e encontra-se interligado em outros objetos da mesma natureza [...], fazendo parte de um conjunto”. Desse modo, as autoras explicam que, para estudar os dispositivos, é necessário desatar os elos entre os elementos que o constituem, como indivíduos e conjuntos técnicos e refletir sobre cada um deles.

[...] é relevante indagar a respeito dos sujeitos e como eles intervêm na construção ou na desconstrução dos dispositivos enquanto uma rede de elos sociais que ligam o produtor da informação, aquele que permite a circulação

³ “Segundo o direito romano, sagradas ou religiosas eram as coisas que pertenciam de algum modo aos deuses. [...]consagrar (*sacracre*) era o termo que designava a saída das coisas da esfera do direito humano, profanar significava, ao contrário, restituir ao livre uso dos homens” (AGAMBEN, 2016, p. 44 e 45).

por meio de artefatos técnicos, o que intervém para facilitar a sua difusão, e aquele que se apropria da informação. Um dispositivo infocomunicacional se apoia numa rede [...] (MARTELETO, COUZINET, 2013, p. 4).

Nesse sentido, dispositivo infocomunicacional, como qualquer outro dispositivo, tem dimensão poder, coercitiva e cultural (MARTELETO, 2015). No que diz respeito ao aspecto cultural é:

[...] um complexo que associa objetos materiais, textos, representações e que resulta na elaboração e no compartilhamento de ideias, de informações, de saberes, de julgamentos. Trata-se de configurações dinâmicas que traduzem a elaboração histórica dos recursos e das questões da cultura para uma sociedade: posturas, saberes, valores que não podem ser compreendidos de forma separada uns dos outros e que repousam sobre uma panóplia de objetos e de procedimentos, sem no entanto se reduzir a um único registro técnico (JEANNERET, 2008, p. 16 apud MARTELETO, 2015, p.14).

Os diversos formatos de dispositivo de informação e comunicação, como almanaques, zines, blogs, canais nas mídias digitais, revistas profissionais, têm a capacidade de reavivar os saberes presentes na cultura popular, principalmente quando dialoga com outros conhecimentos: o científico, jornalístico, literário, entre outros (MARTELETO, DAVID, BTESHE, 2014; JEANNERET, 2015; MARTELETO, 2015).

Ademais, Marteleto (2015, p. 15) afirma que “a comunicação no ambiente virtual estaria associada à interatividade e à expressão da linguagem, enquanto a informação às formas escritas que asseguram a permanência dos registros e dos sinais de uso das mídias digitais mediadas pelo dispositivo técnico”. Dessa forma, o dispositivo infocomunicacional digital é composto por elementos técnicos, os textos e a apropriação e uso que os sujeitos fazem das tecnologias e da escrita.

Sendo assim, compreende-se que a apropriação das TICs e a criação de blogs, enquanto dispositivos infocomunicacionais - pelos indivíduos, como as mulheres negras, pode contribuir para a construção coletiva do conhecimento do grupo. Contudo, a emancipação e a resistência ou não do grupo depende da apropriação e do uso que os sujeitos fazem da tecnologia, das técnicas, entre outros. Além, é claro, do contexto - socioeconômico e cultural - em que os indivíduos estão inseridos na sociedade.

Dessa forma, como já foi dito, o presente estudo sobre apropriação dos dispositivos de informação e de comunicação pelas mulheres negras precisa analisar

todos os elementos que o constituem: a tecnologia, os produtores e os usuários de informação.

1.3 Construção Social do Conhecimento

“As ideias puras não existem” (BOURDIEU apud MARTELETO, 2017, p. 43). Dessa forma, Marteleto (2017) explica que o interesse da Ciência da Informação pela obra de Bourdieu surge a partir dos questionamentos do autor sobre as condições da produção do conhecimento enquanto prática social, a ordem simbólica da construção da realidade, os mecanismos de dominação e de legitimação e o papel do Estado e das instituições de ensino.

Imersos em fluxos globalizados, Almeida (2017) analisa que as TICs redefiniram as formas de produção, acesso e apropriação do conhecimento, modificando assim as disputas, a construção e o acúmulo pelos capitais culturais, informacionais e sociais dos sujeitos e dos coletivos. Assim sendo, pode-se também utilizar os conceitos, como *habitus* e campo cultural, para refletir sobre as práticas culturais, como a produção, a seleção e a disseminação da informação por meio dos dispositivos infocomunicacionais na internet (ALMEIDA, 2017, MARTELETO, 2017).

É nesse terreno simbólico e prático de intensas mediações entre os dispositivos, as mídias de informação e comunicação e os receptores-usuários que se quer indagar a respeito dos processos culturais nas sociedades regidas pelo valor e pela centralidade do conhecimento para a vida coletiva, prática e produtiva (MARTELETO, 2017, p. 29).

Bourdieu (1983) define três modos de conhecimento teórico que o mundo social pode ser objeto de estudo: o fenomenológico, o objetivista e o praxiológico, que apenas têm em comum a posição ao conhecimento prático, o senso comum. O fenomenológico esclarece a relação primeira com o mundo social, como natural, óbvio e evidente. Para o autor francês, o erro da concepção fenomenológica é permanecer apenas no subjetivo e nunca questionar as possibilidades desse conhecimento. O objetivista constrói relações objetivas, tais como a econômica e a linguística. Oposto à fenomenológica, o conhecimento objetivista desnaturaliza a apreensão do mundo. No entanto, Bourdieu critica a abordagem objetivista por negligenciar o caráter subjetivo dos sujeitos na relação primeira com o mundo social e reduzem tais

experiências para “alienação”. Além de superar os limites das concepções fenomenológica e objetivista, a praxiológica reposiciona a prática no centro dos questionamentos do conhecimento (BOURDIEU, 1983; ALMEIDA, SAPIRO, 2017).

[...] o conhecimento praxiológico tem como objeto não somente o sistema das relações objetivas que o modo de conhecimento objetivista constrói, mas também as relações dialéticas entre as estruturas e as disposições estruturadas nas quais elas se atualizam e que tendem a reproduzi-las, isto é, o duplo processo de interiorização da exteriorização e de exteriorização da interiorização [...] (BOURDIEU, 1983, p. 47).

Dessa forma, Sapiro (2017) explica que Bourdieu introduz ao conhecimento praxiológico a experiência primeira do sujeito no mundo social que a perspectiva objetivista retirou da análise, pois seu objetivo é refletir não apenas sobre as relações objetivas, mas também sobre o processo de interiorização dessas relações como forma de disposições. “As práticas e representações não são capturadas do lado de fora, mas no processo de sua interiorização - através da educação- sob a forma de estruturas estruturantes das disposições para agir e perceber o mundo” (SAPIRO, 2017, p. 127). Além da educação, outros processos também contribuem para o processo de interiorização das disposições, como a família, os meios de comunicação ou mesmo as relações cotidianas entre os indivíduos.

[...] os objetos do conhecimento são construídos, e não passivamente registrados, e, contra o idealismo intelectualista, que o princípio dessa construção é o sistema de disposições estruturadas e estruturantes que constitui na prática e que é sempre orientado para funções práticas (BOURDIEU, 1980, p. 87 apud MARTELETO, 2017, p. 32).

Nesse sentido, Bourdieu argumenta que o *habitus* consiste em “sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações, que podem ser objetivamente ‘reguladas’ sem ser obediência de regras” (Bourdieu, 1983, p. 61). Almeida (2017) nota que a palavra-chave do conceito de *habitus* é disposição, já que corresponde a um conjunto de inclinações para pensar e agir interiorizadas pelos sujeitos, durante a sua trajetória de vida e também suas condições objetivas. Entretanto, as disposições podem ser modificadas ao longo da trajetória, porém, tendem a persistir por toda a experiência de vida, já que estão enraizadas nos indivíduos. (ALMEIDA, 2017). Compreende-se, assim, que cada agente social é portador de um *habitus*, que corresponde a interiorização e a

incorporação das disposições que fazem com que os sujeitos construam a sua percepção da realidade e do mundo e também tenham formas próprias de agir (MARTELETO, 2017).

Diante disso, Marteleto (2017), embasada em Bourdieu, afirma que as estruturas que conformam o mundo social têm duas dimensões: a “objetividade de primeira ordem” que se refere à distribuição dos recursos materiais e a “objetividade de segunda ordem” que diz respeito aos esquemas mentais que tem matriz simbólica das práticas e ideias. Assim, o *habitus* é a operacionalidade relacional das estruturas objetivas e mentais, que são introduzidas nas relações cotidianas, nas instituições de ensino, nos meios de comunicação.

Almeida (ibidem) explica que Bourdieu elaborou o conceito de campo para analisar a exteriorização da interiorização desse processo. Em outras palavras, a ideia permite refletir sobre as práticas (o pensar e o agir) produzidas a partir da interiorização das disposições pelos atores sociais em determinadas áreas. Desse modo, o mundo social é constituído por campos, que são espaços sociais de relações objetivas. Cada campo possui relativa autonomia (BOURDIEU, 1989, ALMEIDA, 2017, SANTIS, SOUZA, 2017). Passani e Arruda (2017) argumentam que os campos são atravessados por relações de poder, ou seja, lutas que visam à acumulação de capital. Cada campo ou subcampo tem um capital específico. “Um ‘capital’ é um ‘recurso’, segundo o modelo de ‘patrimônio’, isto é, um estoque de elementos que podem ser possuídos por um indivíduo [...] tem característica de poder [...]” (LEBARON, 2017, p. 101). É justamente o domínio desses capitais que definem os atores sociais dominantes e dominados em cada campo ou subcampo.

[...] qualquer campo simbólico (incluído aí o campo científico) combinaria um conjunto de leis próprias (imposição dos limites para as ações), a busca pela “distinção” (o reconhecimento social e simbólico dos “pares”) e a “legitimidade cultural” (o monopólio da manipulação legítima de uma classe determinada de bens simbólicos) (ALMEIDA, 2006, p. 2).

Além disso, para Bourdieu (1989), o conceito de campo evita reducionismo, como o econômico, que reduz todas as relações sociais ao lucro monetário e ao interesse material. Desse modo, cada campo tem relativa autonomia com suas próprias regras e leis, assim como tomar decisões. O grau de autonomia depende da estruturação do campo, ou seja, os campos mais bem estruturados têm mais

autonomia. Assim, o campo também é heterônomo, podendo estar sujeito às influências de outros campos (ALMEIDA, 2017).

Compreender a gênese social de um campo, e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, tornar necessário, subtrair ao absurdo do arbitrário e do não-motivado os atos dos produtores e as obras por eles produzidas e não, como geralmente se julga, reduzir ou destruir (BOURDIEU, 1989, p. 69).

Marteleteo (2017) considera que a gênese do Estado representa um campo no mundo social. Dessa maneira, o Estado concentra diversas formas de recursos, como informação (pesquisa, relatórios) ou capital linguístico (por exemplo, oficializa uma língua oficial, do grupo dominante, em detrimento das demais línguas do país). Ou seja, o Estado centraliza capitais: “capital de força física ou de instrumentos de coerção (forças armadas, polícia), capital econômico, capital cultural, ou melhor, informacional, capital simbólico” (BOURDIEU, 1994, p. 108 apud MARTELETO, 2017, p. 35). O Estado é universal no pensamento e autoridade cognitiva, linguística e política. Dessa forma, a autora (ibidem) explica que um dos maiores poderes do Estado é justamente impor (por meio das escolas) ideias que os indivíduos aplicam ao mundo. “Estado contribui de forma determinante para a produção e a reprodução dos instrumentos de construção da própria realidade social” (MARTELETO, 2017, p. 36). Entre os instrumentos, estão as classificações, categorias cognitivas naturalizadas, define Marteleteo (ibidem). É a partir das classificações que os sujeitos compreendem o mundo e a si mesmo. Considera-se, contudo, que frente ao capitalismo, as grandes corporações exercem seu poder sobre o Estado. Marteleteo e Almeida elucidam que os estudos de Bourdieu contribuem para desvendar os processos da produção da cultura legítima e compreender os procedimentos de legitimação e de dominação do campo cultural.

Embora Bourdieu tenha examinado vários campos do mundo social, o campo da educação foi central para o trabalho do filósofo francês. Como funciona o campo? Marteleteo argumenta que as instituições de ensino referenciam seus aprendizes com capital cultural, que é transmitido como se fosse dom ou inteligência inata dos estudantes. Aliás, o poder simbólico⁴ praticado pelas instituições de ensino e Estado

⁴ “O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, desse modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou

pode ser ignorado pelos sujeitos sobre os quais ele é exercido, até porque é legitimado (MARTELETO, 2017, ALMEIDA, 2017).

[...] patrimônio cultural diversificado composto de estruturas mentais (maneiras de pensar o mundo), domínio da língua culta, cultura geral, posturas corporais, disposições estéticas, bens culturais variados (livros e outros materiais de cultura) etc., os quais se transformam em vantagens, uma vez investido no mercado escolar. Mas, obviamente, isso só é possível porque os conteúdos curriculares impostos aos alunos e os sistemas de avaliação da aprendizagem praticados pela instituição escolar se assentam em uma cultura tida como “legítima”, isto é, constituída pelos produtos simbólicos socialmente valorizados (as letras, as ciências, as artes) que emanam dos grupos dominantes, os quais exercem, por isso mesmo, uma ação de “violência simbólica” sobre os grupos dominados. [...] A instituição escolar seria, portanto, um fator de “reprodução” da sociedade (NOGUEIRA, 2017, p. 103).

Compreender o campo da educação é relevante, pois é no espaço escolar que acontece o processo de interiorização das estruturas estruturantes das disposições para pensar e agir no mundo social, além família. Os campos cultural e científico, entre outros, operam de forma semelhante ao da educação. E dessa forma, as elites dominam culturalmente as classes subalternas e mantêm o *status quo*. Em outras palavras, contribuem para a reprodução das hierarquias sociais que serão mantidas, de certa forma, nos demais campos do mundo social (BOURDIEU, 1983, 1989). Entretanto, os dominados utilizam táticas, a partir da sua própria forma de pensar e agir sobre o mundo, e assim disputar os campos do mundo social com os dominantes e acumular capitais (CERTEAU, 2017). Assim, Certeau nota que nem sempre a razão por trás do *habitus* é a razão do mais forte, ou seja, a dos dominantes.

Bergen e Luckmann (2014) observam que é importante analisar os diferentes saberes produzidos nas sociedades e os processos pelos quais tais conhecimentos são estabelecidos como realidade. Nessa perspectiva, os atores (ibidem) explicam que a vida cotidiana apresenta-se aos indivíduos como um mundo intersubjetivo. Em outras palavras, que é construído dentro das interações sociais. Por isso, o senso comum é constituído pela correspondência dos significados da realidade entre os sujeitos.

Nesse ponto de vista, Certeau afirma que o uso que as classes subalternas fazem (“as maneiras de fazer”) das culturas difundidas pelas elites, entre eles o

econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário” (BOURDIEU, 1989, p. 14).

conhecimento e a linguagem, é manipulado, alterado. O sentido dado aos objetos e aos elementos simbólicos, por vezes, é completamente diferente do pensado pelos produtores, no caso, a elite.

Para refletir sobre o Brasil e as populações africanas e seus descendentes brasileiros, faz-se necessário compreender as diferenças entre os conceitos de táticas e estratégias elaborados por Certeau.

[...] Chamo de estratégia o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e de poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um *lugar* suscetível de ser circunscrito como *algo próprio* e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos de pesquisa). [...] chamo de tática a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio [...] a tática não tem lugar senão o do outro. É por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha [...] a tática é o movimento “dentro do campo de visão do inimigo”, como dizia von Bulow, e no espaço ele controlado. [...] Ela opera de golpe em golpe, lance por lance. Aproveita as “ocasiões” e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. [...] Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia” (CERTEAU, 2017, p. 94 e 95).

Certeau aponta três efeitos das estratégias. 1. “O ‘próprio’ é uma vitória do lugar sobre o tempo” (ibidem, p. 94). Permite acumular as conquistas, ou seja, os capitais. 2. O domínio dos lugares proporciona aos dominantes “prever e antecipar-se ao tempo pela leitura de um espaço” (ibidem, p. 94). 3. “Seria legítimo definir o *poder do saber* por essa capacidade de transformar as incertezas da história em espaços legíveis. [...] um tipo específico de saber, aquele que sustenta o poder” (ibidem, p. 94). Em outras palavras, o terceiro e último, segundo o autor, condiz com as estratégias do campo científico, por exemplo, que foram inauguradas pela constituição de um próprio, como “instituições ‘neutras’ ou ‘independentes’, laboratórios de pesquisas “desinteressados”. [...] um poder é a preliminar deste saber, e não apenas seu efeito ou seu atributo. Permite e comanda as suas características. Ele se produz aí” (ibidem, p. 94).

Percebe-se que as astúcias das populações afro-brasileiras e africanas ao mobilizar táticas de resistência, que permitiram que as culturas, as religiões, os resquícios das línguas dos vários povos africanos trazidos ao país sobrevivessem à colonização. “Quanto mais fracas as forças submetidas à direção estratégica, tanto mais estará sujeita à astúcia” (CERTEAU, 2017, p. 95). Por um lado, as táticas de

resistências eram intrínsecas à tradição oral desses povos, que mantiveram assim vivas as histórias e as culturas, como as narrativas sobre as negras e os negros que lutaram contra a escravidão. Por outro, a perspicácia em dialogar com a cultura hegemônica. Pode-se, por exemplo, citar as irmandades católicas, que eram espaços também para o cultivo dos orixás (ou seja, das religiões de matriz africana), surge aí a ideia do sincretismo religioso brasileiro. Ou até mesmo, a apropriação da escrita e da língua portuguesa pelas (os) negras (os) africanas (os).

Como enfrentar a estratégia dos dominantes na qual uma única forma de saber (a do grupo) constitui-se em poder e legitima a dominação da elite sobre as classes subalternas?

Para Certeau, os sinônimos de *habitus* são *exis*, *ethos*, *modus operandi* e senso comum. O autor francês e Santos conferem “sabedoria” ao senso comum e possibilidade de transformação das estruturas sociais e até mesmo da construção social do mundo e do conhecimento por meio das culturas populares. Dessa maneira, Santos acredita que nenhum conhecimento é em si racional, apenas a articulação entre diferentes formas de saberes é racional. Aliás, “a mais importante de todas é o conhecimento do senso comum, o conhecimento vulgar e prático com que no quotidiano orientamos as nossas acções e damos sentido à nossa vida” (SANTOS, 2008, p. 88). Já Certeau reflete que as táticas das classes populares são “maneiras de fazer” que extrapolam e até subvertem à dominação cultural das elites.

De acordo com Santos, o senso comum é prática e reproduz a trajetória e as experiências de vida dos sujeitos de um determinado grupo (classe social, étnico-racial, religião etc).

É certo que o conhecimento do senso comum tende a ser um conhecimento mistificado e mistificador mas, apesar disso e apesar de ser conservador, tem uma dimensão utópica e libertadora que pode ser ampliada através do diálogo com o conhecimento científico. O senso comum faz coincidir causa e intenção; subjaz-lhe uma visão do mundo assente na acção e no princípio da criatividade e da responsabilidade individuais. O senso comum é prático e pragmático; reproduz-se colado às trajectórias e às experiências de vida de um dado grupo social e nessa correspondência se afirma fiável e securizante. O senso comum é transparente e evidente; desconfia da opacidade dos objectivos tecnológicos e do esoterismo do conhecimento em nome do princípio da igualdade do acesso ao discurso, à competência cognitiva e à competência linguística. O senso comum é superficial por que desdenha das estruturas que estão para além da consciência, mas, por isso mesmo, é exímio em captar a profundidade horizontal das relações conscientes entre pessoas e entre pessoas e coisas. O senso comum é indisciplinar e imetódico; não resulta de uma prática especificamente orientada para o produzir; reproduz-se espontaneamente no suceder quotidiano da vida.

Senso comum aceita o que existe tal como existe; privilegia a ação que não produza rupturas significativas no real. Por último, o senso comum é retórico e metafórico; não ensina, persuade (SANTOS, 2008, p. 89 e 90).

Dito isso, Santos argumenta que o senso comum em si pode ser prepotente e conservador. No entanto, suas características têm virtudes antecipatórias, que articuladas ao conhecimento científico podem ser emancipatórias e criar nova racionalidade. “Uma racionalidade feita de racionalidades” (SANTOS, 2008, p. 90). Desse modo, o êxito do conhecimento científico pós-moderno é tornar-se “senso comum”, ou seja, que possa permear todos os sujeitos da sociedade.

Para Santos (2002), a monocultura do saber racional do Ocidente e o rigor do saber (referentes aos métodos da ciência moderna positivista, por exemplo) são modos de *não-existência* poderosos, que hierarquizam e desvalorizam os conhecimentos tradicionais e populares, principalmente entre os países do Sul.

Assim sendo, Santos (2010) considera que toda experiência social produz conhecimento e por consequência epistemologia⁵. Isso porque o conhecimento não existe sem os sujeitos e as práticas sociais. E os sujeitos e as práticas sociais só existem no interior das relações sociais. Dessa maneira, diferentes formas de relações sociais produzem inúmeras epistemologias. Pensando nisso, Santos elabora o conceito de “Epistemologias do Sul⁶”, que consiste em analisar a diversidade de epistemologias do mundo.

[...] o colonialismo, para além de todas as dominações por que é conhecido, foi também uma dominação epistemológica, uma relação extremamente desigual de saber-poder que conduziu à supressão de muitas formas de saber próprios dos povos e/ou nações colonizados. As epistemologias do Sul são o conjunto de intervenções epistemológicas que denunciam essa supressão, valorizam os saberes que resistiram com êxito e investigam as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos. A esse diálogo de saberes chamamos ecologias de saberes (SANTOS, 2010, p. 13).

Nesse contexto, Albagli e Maciel (2011) refletem sobre o papel das TICs na produção e circulação da informação e do conhecimento com

a visão ‘do Sul’ – ou melhor, uma visão não eurocêntrica e antropocêntrica – é, por sua vez, ressaltada como sendo portadora de possíveis respostas

⁵Epistemologia é toda a noção ou ideia, refletida ou não, sobre as condições do que conta como conhecimento válido” (SANTOS, 2010, p. 9).

⁶ Para Santos (2010), a palavra Sul designa metaforicamente os desafios epistêmicos, que buscam reparar os danos do capitalismo na sua relação colonial.

alternativas e inovadoras no sentido da radicalização e aprofundamento da democracia” (ALBAGLI e MACIEL, 2011, p. 12).

Almeida (2017), embasado em Hjarvard, explica que o mundo atravessa uma midiatização da cultura e da sociedade, que permeia todas as instituições sociais e culturais. Nas palavras do sociólogo (2017, p. 206), “outras instituições necessitam cada vez mais de recursos da mídia, o que envolve sua habilidade de representar a informação, construir relações sociais e ganhar atenção com ações comunicativas”. Assim sendo, as redes infocomunicacionais têm influência em todas as esferas da vida social dos indivíduos e da sociedade.

Embasada nas ideias de Bourdieu, Egler nota que as redes sociotécnicas contribuem para a formação de uma identidade intelectual coletiva, aproximando atores de um determinado campo social. “A partir de sentidos de compartilhamento, confiança e solidariedade se redefinem as formas de organização na atualidade do mundo social, no qual o conhecimento interpreta um papel fundamental” (EGLER, 2017, p. 237). A multiplicidade de plataformas digitais (canais nas mídias sociais, blogs, fóruns digitais, possibilitados pelas TICs, permitem que os atores sociais compartilhem formas de pensar e de agir e criem redes para a construção coletiva do conhecimento. Tais redes incluem instituições, movimentos sociais e indivíduos. Aliás, permite o diálogo sem hierarquização entre os saberes tradicionais, dos movimentos sociais e científico, ou seja, ecologia dos saberes.

[...] as TICs se constituem em dispositivos tecnológicos que potencializam as suas formas de organização de pesquisa compartilhada. As redes constituem uma nova forma de constituição de coletivos organizados em torno da produção do conhecimento. Os atores se unem para potencializar suas possibilidades para o enfrentamento de problemas sociais (ibidem, p. 238).

As tecnologias de informação e de comunicação, segundo Egler, possibilitam novas formas de organização, seleção, produção, transmissão do conhecimento. Para além disso, movimentos sociais (e também indivíduos, professores, entre outros) podem articular-se com a apropriação das TICs, criando nos espaços para o compartilhamento dos saberes (EGLER, 2017).

Portanto, considera-se assim que a apropriação das TICs e a criação dos dispositivos infocomunicacionais pelos movimentos sociais de mulheres negras, como o BN, podem produzir, sistematizar, organizar e disseminar a partir das “Epistemologias do Sul”.

1.4 Informação, conhecimento e ação dos movimentos sociais

Conceitualizar sobre movimento social não é uma tarefa simples, entretanto, compreende-se aqui como um ator ou sujeito coletivo - uma rede de interações -, composta por indivíduos que compartilham os mesmos interesses políticos ou culturais e elaboram uma identidade comum. Os movimentos sociais se organizam e agem de diferentes maneiras, ou seja, produzem discursos, reelaboram enunciados, articulam protestos, fazem denúncias, criam ações de solidariedade e desenvolvem parcerias e projetos alternativos (GOMES, 2017; MARTELETO, RIBEIRO, GUIMARÃES, 2002; MELUCCI, 2001). É importante ressaltar que os movimentos sociais não são heterogêneos internamente, seus integrantes possuem significados, ações, modos de organização diferentes, que exigem esforço dos integrantes para conter os conflitos internos e manter a unidade.

Melucci (1989) define três categorias analíticas para refletir sobre os movimentos sociais, além de determinar as suas diferenças de outros fenômenos coletivos.

Eu defino analiticamente um movimento social como uma forma de ação coletiva (a) baseada na solidariedade, (b) desenvolvendo um conflito, (c) rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação. Estas dimensões permitem que os movimentos sociais sejam separados de outros fenômenos coletivos (delinquência, reivindicações organizadas, comportamento de massa) que são, com muita frequência, empiricamente associados com 'movimentos' e 'protestos' (MELUCCI, 1989, p. 57).

Diante disso, Melucci enfatiza que a delinquência pode ser tratada, assim como as reivindicações podem ser atendidas. No entanto, os movimentos antagônicos não podem ser completamente integrados, ou seja, as lutas podem gerar mudanças na política, mas "o conflito reaparece em outra área da estrutura social" (MELUCCI, 1989, p. 57).

Melucci observa que há novos conflitos sociais que pertencem exclusivamente às sociedades complexas, como o autor define as sociedades contemporâneas ou pós-industriais. Nesse sentido, os conflitos saem da área exclusivamente econômica e industrial para a cultural. Em outras palavras, os atores mobilizam-se em torno de códigos culturais, como as lutas contra patriarcado, o racismo, as guerras, a ecologia, entre outras.

Embora as políticas neoliberais, principalmente durante a década de 1990, tenham aprofundado as desigualdades econômicas e direitos civis na América Latina, Melucci afirma que no cenário contemporâneo e no mundo globalizado “o poder se desloca para a esfera simbólica [...] estabelecer quem tem poder de definir o sentido da vida humana e que códigos governam nossas escolhas, torna-se a questão central sobre a qual se concentram novos recursos e conflitos” (MELUCCI, 2001, p. 8). Em outras palavras, o desenvolvimento do capitalismo não é assegurado apenas com o controle da força de trabalho e da produção de mercadorias, mas requer também intervenção nas “relações sociais, nos sistemas simbólicos, na identidade individual e nas necessidades” (Idem, 1989, p.58).

Por que é tão importante para as elites capitalistas o controle do poder simbólico? Quais são tais poderes? Castells (2013) compreende que o poder da elite capitalista é exercida de duas maneiras: a coerção física e os mecanismo de “manipulação” simbólica. O autor espanhol afirma que a luta essencial pelo poder é construir o significado na mente dos sujeitos, pois é mais estável e eficaz que torturar corpos.

Fundadas na informação, as sociedades complexas funcionam de duas maneiras. Por um lado, produzem e disponibilizam recursos para a autonomia dos indivíduos e para a construção da identidade individual e coletiva.

E isso é porque os sistemas complexos são sistemas informacionais e não podem sobreviver sem assumir uma certa capacidade autônoma nos elementos individuais, que têm de ser capazes de produzir e receber informação. Consequentemente, o sistema deve aperfeiçoar a autonomia dos indivíduos e grupos e sua capacidade para se tornarem terminais efetivos de redes informacionais complexas (Ibidem, p. 58).

Por outro lado, exigem métodos de poder e de controle sobre tais recursos, para manipular a ação dos indivíduos e o processo pelo qual elas e eles dão significado às suas práticas e à sua realidade material. Nas palavras de Melucci (ibidem, p. 58), “O poder deve afetar a vida cotidiana, a motivação profunda da ação individual deve ser manipulada, o processo pelo qual as pessoas dão significado às coisas e às suas práticas deve estar sobre controle”.

Por isso, o conhecimento torna-se um recurso fundamental para autonomia dos indivíduos e as mobilizações dos movimentos sociais. Almeida (2009) argumenta que conhecimento permite que os sujeitos possam desvelar a natureza das relações sociais por trás dos aparatos dos dominantes. Isso porque, como explica Melucci

(2001), os conflitos das sociedades complexas acontecem em torno da apropriação e controle das formas de conhecimento e de informação, assim como da sua produção e da circulação.

[...] a ideologia constituía um elemento importante da mobilização das classes subalternas, para contrapor-se à ideologia dominante. A ideologia dos subalternos era a expressão da separação da cultura e de um modo de vida, sempre antagonista aos valores, à linguagem, aos símbolos da classe dominante. Na sociedade de massa, na qual inexistia a separação rígida das culturas e dos modos de vida, a ideologia tende a se transformar em canal privilegiado de manipulação consensual. Sair da ideologia e produzir conhecimento (conhecimento, capacidade de análise, capacidade de comunicação, auto-reflexibilidade) torna-se recurso para ação coletiva (MELUCCI, 2001, p. 143).

Ademais, o conhecimento faz com que os atores sociais e os movimentos sociais tenham consciência da sua ação e não sejam manipulados e controlados pela classe dominante. Políticos, os espaços de produção do conhecimento são locais onde ocorrem a participação e a representação das identidades coletivas, além de disseminação da informação (ibidem). Compreende-se aqui como espaços da produção do conhecimento formais, como as universidades, ou informais, como os blogs (Blogueiras Negras, por exemplo). Nota-se que as negras e os negros têm utilizado tais espaços para produzir saberes, sistematizá-los, organizá-los e propagá-los.

Segundo Melucci, os novos movimentos sociais emergem nesse contexto. Dessa forma, os atores sociais não lutam apenas por bens materiais, mas “por projetos simbólicos e culturais, por um significado e uma orientação diferentes da ação social” (ibidem, p. 59).

Nesse sentido, Melucci (2001) destaca os movimentos étnicos e explica que eles têm colocado a identidade étnico-racial no centro dos conflitos nas sociedades complexas. O autor italiano define alguns aspectos relevantes para refletir sobre tais grupos. Os movimentos étnico-raciais, em primeiro lugar, organizaram-se em torno das lutas contra o capital, ou seja, interesses materiais. Isso porque a divisão étnico-racial do trabalho estrutura as relações trabalhistas, como profissões e salários, dentro da própria classe trabalhadora. Entretanto, os movimentos étnico-raciais também reivindicam a autonomia cultural. “A reafirmação de um patrimônio cultural feito de língua, costumes, tradições [...] foi o instrumento pelo qual as minorias se opuseram ao monopólio cultural e linguístico dos grupos dominantes” (MELUCCI, 2001, p. 110).

Sendo assim, a solidariedade étnica-racial desloca-se das relações de trabalho para as demandas identitárias. Isso não significa, contudo, que as lutas contra capital sejam abandonadas, mas inclui-se também as demandas para o reconhecimento da produção cultural desses povos, como saberes, línguas, mitos, entre outros. Melucci afirma que as redes de solidariedade e o patrimônio histórico e cultural conferem voz aos novos conflitos.

No Brasil, os povos africanos e afro-brasileiros uniram-se, primeiramente, pela liberdade, contra o sistema escravocrata do país e depois pela exclusão socioeconômica que o grupo vivenciou após a Lei Áurea e ainda impera até os dias atuais. Porém, ao mesmo tempo, lutaram para manter viva um pouco da história, da cultura e das línguas do continente mãe, a África. Percebe-se que uma importante demanda dos movimentos negros brasileiros é pelo reconhecimento da negra e do negro como ser cognoscente, ou seja, produtor de cultura e de conhecimento.

Outro ponto importante a destacar é que os movimentos sociais das sociedades pós-industriais se diferem completamente da forma de organização dos partidos políticos. Como eles se organizam, então? Eles funcionam como “uma rede de pequenos grupos imersos na vida cotidiana que requerem um envolvimento pessoal na experimentação e na prática da inovação cultural” (ibidem, p. 59). Composta por pequenos grupos, a rede submersa é um sistema de troca de informações e de atores. Melucci (ibidem) nota três características que definem essas redes: a) permitem que os sujeitos participem de diversos grupos; b) a militância é parcial; c) requer envolvimento pessoal e solidariedade afetiva para fazer parte dos grupos (ibidem). Além disso, as redes submersas possuem duas funções diferentes, a visibilidade e a latência, que são interligadas. A latência permite que os atores experimentem novos modelos culturais, que - na maioria das vezes - é diferente do modelo hegemônico. Aí quando os pequenos grupos se mobilizam publicamente em torno desses novos modelos culturais, enfrentando as autoridades e rompendo com os significados legitimados e perpetuados pelos indivíduos, mostram para o restante da sociedade que um determinado “problema” existe na estrutura social e ainda que novos modelos culturais são possíveis (MELUCCI, 1989, 2001).

Compreende-se assim que o blog “Blogueiras Negras” atua como uma rede submersa, com vários grupos pequenos, que utiliza como tática de ação, de mobilização e de organização os dispositivos infocomunicacionais. A maior parte das colaboradoras escreve para blogs próprios (ou até mesmo de terceiros) com temáticas

específicas. Nessa perspectiva, o blog reúne conteúdo de diversas áreas de interesses e de lutas da mulher negra, como reforçar a plural identidade racial e de gênero; desconstruir estereótipos e narrativas; denunciar o genocídio da população negra; discutir orientação sexual e transgeneridade; debater relacionamentos afetivos e maternidade; entre outras, para visibilizar a produção de informação ou de conhecimento do grupo e assim construir novos modelos de existência e de saberes das mulheres negras.

Nesse sentido, Marteleto, Ribeiro e Guimarães (2002) observam que as redes submersas são novas formas de participação e de mobilização dos atores sociais, mas também táticas e estratégias práticas e políticas para os movimentos sociais.

Qual é a relação entre os movimentos e a as TICs? Compreende-se que as tecnologias de informação e comunicação, por exemplo, configuram-se em um desses recursos contraditórios das sociedades complexas, como denomina Castells (2003). Isso porque tais recursos atuam como dispositivos infocomunicacionais, que contribuem tanto para autonomia dos indivíduos e grupos quanto para o controle e a vigilância dos sujeitos pelo Estado e pelas grandes corporações.

Nesse caso, Castells nota que a internet é o fio condutor das relações e da organização social, além do meio de comunicação da sociedade em rede. Ademais, o autor espanhol observa três fatores fundamentais nas interações entre os movimentos sociais na internet. O primeiro refere-se à crise das organizações políticas tradicionais (os partidos políticos, sindicatos). Além do mais, verifica-se que movimentos sociais começam a se organizar na internet. “A Internet é a estrutura organizativa e o instrumento de comunicação que permite a flexibilidade e a temporalidade da mobilização, mantendo ao mesmo tempo um caráter de coordenação e uma capacidade de concentrar essa mobilização” (CASTELLS, 2003, p. 219). O segundo diz respeito, como já foi dito pelo Melucci, os movimentos sociais - na sociedade complexa ou em rede - desenvolvem-se em torno de código culturais (valores, identidades, entre outros). Dessa forma, Castells explica que os movimentos sociais necessitam da sua capacidade de comunicação para recrutar apoio, por isso a internet torna-se essencial para eles. Por fim, o terceiro e último aspecto, a internet permite que movimentos articulem seus projetos alternativos locais com mobilizações globais.

Se os meios de comunicação são controlados pelo Estado e pelas grandes corporações nacionais e internacionais, que contribuem para a legitimação do poder

das elites capitalistas, Castells (2013) explica que os movimentos sociais conectados em rede espalharam-se pelo mundo e disputam o poder simbólico, reprogramando as redes em torno de outros valores e interesses, que diferem dos dominantes. Isso acontece a partir da autocomunicação - o uso dos dispositivos infocomunicacionais – que oferece aos usuários individualmente ou coletivamente autonomia em relação às instituições privadas ou estatais, podendo disputar as narrativas, produzir e disseminar informação e conhecimento.

Portanto, nota-se que os movimentos sociais, nas sociedades complexas ou em rede, reúnem-se em torno de códigos culturais - identidades e valores - e apropriam-se dos recursos, como os dispositivos infocomunicacionais, para construir informação (conteúdo simbólico) e conhecimento como tática e estratégia para a resistência cultural e até mesmo emancipação.

1.5 Produção de saberes e os Movimentos Negros

Embasada no conceito de epistemologias do Sul formulado por Boaventura de Sousa Santos, Gomes (2017, p. 28) argumenta que “toda experiência social produz conhecimento. Ao fazê-lo pressupõe uma ou várias epistemologias [...] diferentes tipos de relações sociais podem dar origem a diferentes tipos de epistemologias”. Dessa forma, Gomes afirma que as epistemologias do Sul, além de denunciar a desvalorização ou hierarquização dos saberes dos povos colonizados, valorizam os conhecimentos que resistiram à colonização e propõe o diálogo horizontal entre os saberes, a ecologia do saber.

A ecologia dos saberes visa substituir a monocultura do saber científico por uma ecologia de saberes. Esta ecologia de saberes permite, não só superar a monocultura do saber científico, como a ideia de que os saberes não científicos são alternativos ao científico. A ideia de alternativa pressupõe a ideia de normalidade e esta, ideia de norma, pelo que, sem mais especificações, a designação de algo como alternativo tem conotação latente de subalternidade (SANTOS, 2008, p. 250).

Para Santos, por exemplo, não é possível considerar a medicina tradicional africana ou indígena inferiores ou alternativas à biomedicina ocidental. Assim sendo, Santos (2008) explica que é preciso identificar e compreender as práticas sociais e o contexto (o país, a cultura etc) em que cada saber opera. Reflete-se que há várias

experiências e movimentos nesta perspectiva no país, em especial, nos movimentos negros.

Os estudos com perspectivas feministas ou raciais são epistemologias práticas científicas, pois trazem para a ciência a discussão de novas formas de produzir conhecimento, além de questionamentos acerca da neutralidade científica e modelos normativos da epistemologia ocidental, entre elas a dicotomia sujeito/objeto.

Trata-se de questionar a neutralidade da ciência, tornando explícita a dependência da pesquisa científica das escolhas sobre o tema, os problemas, os modelos teóricos, as metodologias, as linguagens e imagens e formas de argumentação. Ou seja, toda investigação científica é contextualmente localizada e subjetivamente produzida (GOMES, 2010, p. 441).

Nesse sentido, Carneiro (2005) aponta que as negras e os negros estiveram ausentes das produções acadêmicas sobre as relações étnico-raciais até recentemente. Além disso, o saber sobre o negro também esteve dissociado dos interesses e das reivindicações da população afro-brasileira, diferente de parte do conhecimento sobre gênero produzido na academia, que sempre esteve articulado às lutas e aos interesses das mulheres. Entretanto, com as cotas raciais, houve aumento no ingresso de afro-brasileiras (os) nas universidades do país. As negras e os negros que lutaram para poder produzir conhecimentos como sujeitos cognoscentes nesses espaços, agora o fazem não mais com olhar neutro sobre o racismo e as desigualdades socioeconômicas da população negra brasileira, mas como um sujeito que traz essa experiência de vida (GOMES, 2010).

Sendo assim, a produção do conhecimento das negras e dos negros na academia tem como perspectiva superar a condição do grupo no país, além de contestar a desqualificação dos saberes dos tradicionais dos povos africanos e afro-brasileiros, como explica Gomes “produzem, interpretam e reinterpretem a experiência afro-brasileira vivida na religiosidade, memória, corporeidade, espaço, tempo, linguagens, transformando-a em produção do conhecimento e indagando a ciência desse lugar de vivência” (GOMES, 2010, p. 454).

Por que o campo científico configura-se num importante espaço de disputa política e narrativa para as (os) descendentes dos povos africanos? Durante o fim do século XIX e começo do XX, a ciência ocidental produziu teorias ditas científicas, que determinavam a inferioridade intelectual desses povos e seus descendentes. Foram os espaços acadêmicos os primeiros a reproduzirem e disseminarem “esse

conhecimento”. Embora essas teorias racistas já não tenham mais validade científica, as narrativas colonizadas produzidas por elas ainda persistem na sociedade brasileira.

As novas pesquisas destroem as bases do racismo do século XIX, que consagrou a superioridade racial dos brancos em relação a outros grupos humanos, justificando opressões e privilégios, mas elas ainda têm impacto sobre as diversas manifestações de racismo em ascensão no mundo inteiro, e sobre a persistente reprodução de desigualdade que ele gera, o que reafirma o caráter político do conceito de raça (CARNEIRO, 2003, p. 69).

A luta de todos os movimentos negros⁷ é intrínseca à requisição por educação, desde a inserção da população negra nas instituições de ensino - fundamental, médio, superior, pós-graduação e pesquisas - ; o reconhecimento das negras e dos negros como sujeitos cognoscentes; e a reivindicação da legitimação da produção do conhecimento e dos saberes tradicionais dos povos africanos e seus descendentes brasileiros.

Ator político que produz, constrói, sistematiza e articula saberes emancipatórios produzidos pelos negros e negras ao longo da sua trajetória na sociedade brasileira. Tais ações têm como foco a população negra, mas não se restringem a ela. Visam à construção da sociedade e da educação como espaços/tempos mais igualitários, democráticos e justos para todos. O Movimento Negro ressignifica e politiza a raça, compreendendo-a como construção social. Ele reeduca e emancipa a sociedade, a si próprio e ao Estado, produzindo novos conhecimentos e entendimentos sobre as relações étnico-raciais e o racismo no Brasil, em conexão com a diáspora africana (GOMES, 2017, p. 38).

Inspirada nas reflexões teóricas sobre a sociologia das ausências e das emergências, elaboradas por Boaventura de Sousa Santos, Gomes (2017) reflete sobre o protagonismo dos movimentos negros na produção e na sistematização de saberes e desenvolve o procedimento teórico-epistemológico pedagogia das ausências e das emergências.

Desse modo, compreende-se que os movimentos negros “assim como outros movimentos sociais, ao agir social e politicamente, reconstrói identidades, traz indagações, ressignifica e politiza conceitos sobre si mesmo e sobre a realidade social” (GOMES, 2017, p. 28). Em outras palavras, os movimentos negros elaboram,

⁷ “O Movimento Negro é, portanto, um ator coletivo e político, constituído por um conjunto variado de grupos e entidades políticas (e também culturais) distribuídos nas cinco regiões do país” (GOMES, 2017, p. 27). Pode-se afirmar que, além do Movimento Negro Unificado (MNU), criado em 1978, também se constituem os Movimentos das Mulheres Negras, a imprensa, os coletivos culturais; os coletivos que utilizam os dispositivos infocomunicacionais, entre outros. Dessa forma, nesta dissertação, opta-se por utilizar o termo Movimento Negro no plural, ou seja, movimentos negros.

sistematizam e organizam os saberes produzidos pelas negras e pelos negros a partir das experiências “social, cultural, histórica, política e coletiva” (ibidem, p. 42).

Nessa perspectiva, Gomes aponta que os conhecimentos emancipatórios produzidos e sistematizados pelos movimentos negros são os saberes identitários, os políticos e os estético-corpóreos, que estão articulados. A autora acrescenta que “trata-se de uma forma de conhecer o mundo, da produção de uma racionalidade marcada pela vivência da raça numa sociedade racializada desde o início da sua conformação social” (GOMES, 2017, p. 67). Entretanto, nem sempre tais conhecimentos são considerados válidos no campo da ciência, o que se configura em epistemicídio.

Carneiro (2005) utiliza o conceito de epistemicídio, elaborado por Boaventura de Sousa Santos, para discutir como a produção acadêmica (e cultural também) das negras e negros, por vezes, é desqualificada, assim como os saberes tradicionais dos povos africanos. A filósofa aponta que as negras e os negros sempre estiveram ausentes das produções acadêmicas sobre relações étnicas.

O saber sobre o negro ou o saber sobre a raça e a necessidade de preservar esse campo de saber se fez até recentemente sem o concurso dos interesses, propósitos e reivindicações dos movimentos sociais negros. Em muitos casos, mostra-se decisivamente em oposição a esses interesses (CARNEIRO, 2005, p.53-54).

Diferente dos estudos étnicos-raciais, parte do conhecimento produzido na academia sobre gênero sempre esteve articulado às lutas e aos interesses das mulheres. “Essa identidade entre sujeito e objeto constrói a autoridade da fala e da prática discursiva feminina, diferente com o saber do negro, que se construiu a maior parte do tempo desconectado do negro e das suas reivindicações” (ibidem, p. 53).

Nas palavras de Carneiro (2005, p. 101), “a destruição e/ou desqualificação da cultura do dominado, o epistemicídio retira a legitimidade epistemológica da cultura do dominador, justificando a hegemonização cultural da modernidade ocidental”. A autora afirma que isso se manifesta, por exemplo, quando a produção branca é hegemônica sobre as questões raciais, enquanto as (os) pesquisadoras (es) negras (os) são reduzidos a fontes de saber ou denominadas (os) ativistas, mas nunca como autoridades no tema.

epistemicídio se constituiu e se constitui num dos instrumentos mais eficazes e duradouros da dominação étnica/racial, pela negação que empreende da legitimidade das formas de conhecimento, do conhecimento produzido pelos

grupos dominados e, conseqüentemente, de seus membros enquanto sujeitos de conhecimento (ibidem, p. 96).

Além das universidades, o Movimento das Mulheres Negras, o Movimento Negro Unificado (MNU), criado em 1978, as produções artísticas (teatro, escolas de samba, grupos afro, entre outros) e os coletivos que utilizam os dispositivos infocomunicacionais constituem-se em espaços para a produção do conhecimento.

O que são os saberes identitários, políticos e estéticos-corpóreos? Entre os saberes produzidos e sistematizados pelos movimentos negros durante as experiências das negras e dos negros no Brasil, Gomes aponta três: os identitários, os políticos e os estéticos-corpóreos.

Podemos dizer que todos os três acompanham a trajetória histórica dos negros desde os tempos coloniais e ganham maior visibilidade na educação e na sociedade brasileira a partir dos anos 2000, quando o Movimento Negro traz para a arena política, a mídia, a educação e o sistema jurídico a discussão e a demanda por políticas de ação afirmativas (GOMES, 2017, p. 69).

Gomes destaca o papel das mulheres negras na reflexão, mobilização e sistematização dos saberes políticos, identitários e estético-corpóreos específicos. Dessa forma, o presente trabalho enfatiza o papel das mulheres negras na elaboração de tais conhecimentos.

Os saberes identitários, como o próprio nome diz, está diretamente relacionado à identidade negra: O que é ser negra e negra na sociedade brasileira. No contexto das políticas afirmativas (exemplo, as cotas étnico-raciais), Gomes (2017) afirma que os movimentos negros trazem a reflexão e a discussão sobre raça.

O recorte de raça/cor passa ser inserido como uma categoria de análise importante para se compreender a realidade de gênero, juvenil e de pobreza no Brasil. Os dados alarmantes desvelados pelos estudos realizados com esse recorte comprovam as denúncias do Movimento Negro. A identidade negra passa a ser tematizada de um outro lugar. Aos poucos, o Brasil vai compreendendo que ser negra e negro e afirmar-se enquanto tal é um posicionamento político e identitário que desconforta as elites e os poderes instituídos (GOMES, 2017, p. 70 e 71).

Os saberes políticos, segundo Gomes, referem-se à inserção de raça ao debate político, “desvelando que algumas heranças do racismo científico permanecem até hoje” (GOMES, 2017, p. 71). Ressignifica-se o conceito raça, afastando-se da

concepção biológica e mobilizando-o para superar as clivagens socioeconômicas e culturais, que afetam a condição de vida da maior parte da população negra brasileira.

Gomes explica que há o reconhecimento da população afro-brasileira como sujeito cognoscente e apta a produzir conhecimento. Com isso, nota-se que as mulheres negras inseriram nas universidades brasileiras pesquisas sobre os mais variados temas, como o feminismo negro, a intolerância religiosa, extermínio da juventude negra, comunidades quilombolas, da beleza eurocentrada, entre outros. Da mesma forma, as negras mobilizam autoras e ativistas do feminismo negro ou interseccional ou mesmo homens negros que produziram conhecimento sobre as relações étnico-raciais. Intelectuais que não figuravam nas bibliografias.

As questões de raça e gênero só se tornaram mais destacadas no movimento feminista devido à denúncia das mulheres negras [...] Essa ação tem desencadeado não somente reflexões e ações políticas, mas também a presença da raça como categoria de análise para se compreender o machismo, o sexismo, as desigualdades sociais e as reedições do capitalismo nacional e internacional no campo da produção científica (GOMES, 2017, p. 73).

Segundo Gomes, os saberes estéticos-corpóreos relacionam-se com as questões da corporeidade e da estética negra. Embora as negras e os negros representem mais de 50% da população brasileira, o padrão de beleza que impera no Brasil é loiro com olhos claros. Como oposto ao belo (o corpo branco), o corpo negro é construído culturalmente como o feio.

Quando a ideia de beleza é construída por um grupo, num contexto de dominação ou de diferenciação cultural, ela pode servir não só como marca distintiva como também discriminatória. [...] pode-se usar uma determinada concepção como hegemônica e hierarquizar pessoas, grupos, povos, raças e etnias (GOMES, 2017, p. 109 e 110).

Da mesma forma, o corpo negro é representado com dificuldade de aprendizagem, violento e indisciplinado. Essas características se materializam quando uma pessoa negra é considerada criminosa apenas pela sua cor da pele. Além disso, a representação da população negra sem capacidade intelectual é utilizada para confirmar a não presença das negras e dos negros, por exemplo, nas universidades e nos espaços de poder, porém a dificuldade para acessar tais lugares está interligada às condições de vida, ou seja, pobreza que assola grande parte dos afrodescendentes no Brasil.

Nesse sentido, a tática dos movimentos negros é “superar uma realidade social que trata uma série de construções culturais como dados naturais surge no interior da comunidade negra a construção política do conceito de beleza e estética negra” (GOMES, 2017, p. 111).

Gomes enfatiza que a resistência dos corpos negros em uma sociedade racista produz saberes, que são organizados e sistematizados pelos movimentos negros, como os coletivos que se apropriam dos dispositivos infocomunicacionais.

São esses saberes que rivalizam com o lugar de não existência da corporeidade negra imposta pelo racismo. Eles afirmam a presença da ancestralidade negra e africana inscrita nos corpos negros como motivo de orgulho, como empoderamento ancestral. Recolocam a negra e o negro no lugar de estética e da beleza (GOMES, 2017, p.80).

Percebe-se que os saberes estético-corpóreos também reafirmam as negras e os negros como seres cognoscentes e produtores de conhecimento. Ademais, nota-se que os três saberes apresentados por Nilma Lino Gomes, como já foi dito, estão interligados e são mobilizados juntamente pelos movimentos negros.

Além do campo científico, Gomes enfatiza que as mulheres negras também se apropriam dos dispositivos infocomunicacionais, como blogs ou canais nas mídias sociais, para produzir, sistematizar, organizar e disseminar os saberes identitários, políticos e estéticos-corpóreos.

Os saberes identitários, políticos e estéticos-corpóreos produzidos pelas negras e pelos negros e sistematizados pelos movimentos negros são emancipatórios? Gomes explica que a regulação e a emancipação do corpo negro é tensa e articulam-se dialeticamente, dependendo das experiências históricas, culturais e políticas dos sujeitos. Desse modo, existem duas maneiras de regular o corpo. A primeira é a dominante, ou seja, o corpo escravizado, objeto ou estereotipado. A outra se refere à dominada, isto é, o corpo a serviço do capitalismo. “O corpo regulado é também o corpo estereotipado por um conjunto de representações que sustentam os ideais de beleza branca [...] em contraposição à pele preta” (GOMES, 2017, p. 96). Já o corpo emancipado, segundo a autora, diz respeito aos corpos negros que se afirmam publicamente. “A construção política da estética e da beleza negra [...] Os cabelos crespos, os penteados afros, as roupas que transmitem uma ancestralidade africana recriada e ressignificada no Brasil” (ibidem, p. 97).

Sendo assim, Gomes considera que ao desconstruir as bases das teorias biológicas e ressignificar o termo raça, os movimentos negros transformam em emancipação o que foi construído para regular as negras e os negros. Por isso, tais saberes são emancipatórios.

Qual a relação entre as TICs e os saberes produzidos pelas negras e sistematizados pelos movimentos negros? Observa-se que há vários blogs, canais no Youtube e páginas ou grupos no Facebook destinadas a construir, a organizar e a disseminar os saberes identitários, políticos e estéticos-corpóreos.

[...] nas redes sociais [...] pessoas negras escrevem sobre a experiência de ser negro, denunciam racismo, transmitem informações, dão dicas de beleza e cuidados com a pele e o cabelo crespo. Discussões como apropriação cultural, colorismo, racismo, ações afirmativas são realizadas na vida on-line e off-line de maneira crítica, política e posicionada pelos sujeitos negros (GOMES, 2017, p. 70).

Portanto, compreende-se que o blog “Blogueiras Negras” é portador dos saberes identitários, políticos e estéticos-corpóreos, produzindo, organizando e disseminando tais conhecimentos.

2. DAS DORES ÀS TÁTICAS E ESTRATÉGIAS DAS MULHERES NEGRAS

Quem são as mulheres negras brasileiras? Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD)⁸, as mulheres negras representam aproximadamente um quarto da população brasileira. De acordo com a nomenclatura do IBGE⁹, negra é a classificação que reúne pretos e pardos. Entretanto, o grupo encontra-se na base inferior da pirâmide no mercado de trabalho e na condição de vida, em comparação com qualquer outro grupo racial brasileiro.

Nessa perspectiva, Carneiro (2011) afirma que a pobreza, no Brasil, tem cor. É possível afirmar ainda, como apontam os dados abaixo, que a pobreza no país tem gênero também.

As mulheres negras brasileiras compõem, em grande parte, o contingente de trabalhadores em postos de trabalho considerados pelos especialistas os mais vulneráveis do mercado, ou seja, os trabalhadores sem carteira assinada, os trabalhadores familiares e os empregados domésticos (CARNEIRO, 2011, p. 129).

De acordo com a Nota Técnica Mulheres e trabalho: breve análise do período 2004-2014, (IPEA)¹⁰, as mulheres negras aparecem no topo das taxas de desocupação, com 10,2%. Além disso, 39,1% das negras empregadas estão inseridas em relações precarizadas de trabalho, seguida pelos homens negros (31,6%), mulheres brancas (27,0%) e homens brancos (20,6%). Quais as diferenças de remuneração entre mulheres? As mulheres negras ocupam a base da pirâmide com 40% da renda dos homens brancos, que estão na outra ponta da classificação.

Embora houvesse crescimento na taxa de escolarização das mulheres negras, segundo a “Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017”¹¹ (IBGE), as taxas de analfabetismo entre pessoas negras (homens e mulheres) representam

⁸Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Disponível em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>> Acesso em 10 jun 2017.

⁹ Essa categoria justifica-se, segundo Carneiro (2011, p. 67), pois “do ponto de vista dos indicadores sociais, apresenta (pretos e pardos) condições de vida semelhantes e igualmente inferiores quando comparadas ao grupo branco”.

¹⁰ Nota Técnica Mulheres e trabalho: breve análise do período de 2004-2014, do IPEA. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/160309_nt_24_mulher_trabalho_marco_2016.pdf> Acesso 15 mar 2019.

¹¹ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, do IBGE. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101576_informativo.pdf> Acesso 15 mai 2019.

9,3%, já as taxas de pessoas brancas correspondem a 6,8%. No entanto, a pesquisa não possui dados com recorte de raça e de gênero, apenas um ou outro. Optou-se aqui por utilizar a classificação de raça, em vez de gênero.

Nancy Fraser (2006) explica que, no fim século XX, as lutas por reconhecimento da diferença¹², lideradas pelos movimentos sociais de gênero, de raça e de sexualidade têm tomado lugar das lutas por redistribuição econômica¹³. Os movimentos identitários, como o das mulheres negras, são apenas por reconhecimento da diferença? Por que tais grupos utilizam a diferença como “bandeira” para as suas mobilizações e reivindicações? São apenas movimentos culturais da diferença? Nesse sentido, é preciso analisar como a diferença articula-se com as condições de vida da maior parte das mulheres negras no Brasil. Em outras palavras, como a dominação cultural e econômica se interseccionam e condicionam o grupo aos baixos índices de escolaridade, oportunidades de trabalho, entre outros.

Para obter justiça social, Fraser defende que é necessária a articulação entre as lutas por reconhecimento cultural da diferença e por redistribuição econômica. “Significa também teorizar a respeito dos meios pelos quais a privação econômica e o desrespeito cultural se entrelaçam e sustentam simultaneamente” (FRASER, 2006, p. 231). Dessa forma, a autora propõe analisar separadamente as perspectivas políticas das dimensões: cultural e econômica.

A primeira delas é a injustiça econômica, que se radica na estrutura econômico-política da sociedade. Seus exemplos incluem a exploração (ser expropriado do fruto do próprio trabalho em benefício de outros); a marginalização econômica (ser obrigado a um trabalho indesejável e mal pago, como também não ter acesso a trabalho remunerado); e a privação (não ter acesso a um padrão de vida material adequado) (FRASER, 2006, p. 232).

Já a injustiça cultural ou simbólica, segundo Fraser, refere-se:

Aqui a injustiça se radica nos padrões sociais de representação, interpretação e comunicação. Seus exemplos incluem a dominação cultural (ser submetido a padrões de interpretação e comunicação associados a outra cultura, alheios e/ou hostis à sua própria); o ocultamento (tornar-se invisível por efeito das práticas comunicativas, interpretativas e representacionais autorizadas da própria cultura); e o desrespeito (ser difamado ou desqualificado

¹² Referente à dominação cultural. Nesse aspecto, insere-se o racismo (as representações, os discursos, entre outros).

¹³ A autora se refere à desigualdade de distribuição de renda e propriedade, acesso à educação, trabalho remunerado, saúde e lazer.

rotineiramente nas representações culturais públicas estereotipadas e/ou nas interações da vida cotidiana) (FRASER, 2006, p. 232).

Nesse sentido, Fraser aponta que abordagens para corrigir as injustiças relacionadas à dimensão econômica são reestruturação político-econômica. “Pode envolver redistribuição de renda, reorganização da divisão do trabalho, controles democráticos do investimento ou a transformação de outras estruturas econômicas básicas” (FRASER, 2006, p. 232). Já o “remédio” para reparar as injustiças culturais é uma mudança simbólica.

Pode envolver a revalorização das identidades desrespeitadas e dos produtos culturais dos grupos difamados. Pode envolver, também, o reconhecimento e a valorização positiva da diversidade cultural. Mais radicalmente ainda, pode envolver uma transformação abrangente dos padrões sociais de representação, interpretação e comunicação, de modo a transformar o sentido do eu de todas as pessoas (FRASER, 2006, p. 232).

As lutas por reconhecimento cultural promovem a diferença de um grupo. Em contraste, as lutas por redistribuição buscam abolir as desigualdades econômicas. Fraser afirma que a política de cada uma das duas dimensões da injustiça social parece ter objetivos contraditórios. “Enquanto a primeira tende a promover a diferenciação do grupo, a segunda tende a desestabilizá-la” (FRASER, 2006, p. 233).

Desse modo, a autora estadunidense explica que raça e gênero são coletividades bivalentes, ou seja, “são diferenciadas como coletividades tanto em virtude da estrutura econômico-política quanto da estrutura cultural-valorativa da sociedade” (FRASER, 2006, p. 233). Sendo assim, raça e gênero abrangem as dimensões econômicas e culturais. “Embora cada qual tenha peculiaridades não compartilhadas pela outra, ambas abarcam dimensões econômicas e cultural-valorativas” (ibidem, p. 233). Por isso, corrigir as injustiças sociais das coletividades bivalentes implica redistribuição econômica e reconhecimento simbólico. As duas dimensões se articulam e se reforçam intrinsecamente.

No entanto, Nancy Fraser concentra a sua análise em dois grupos: mulheres e negros, não elaborando categorias que incorpore as subjetividades das experiências de vida das mulheres negras, que inter cruzam raça e gênero.

Por um lado, Fraser observa que o gênero estrutura a divisão entre trabalho produtivo (remunerado) e reprodutivo (doméstico/não-remunerado), sendo as mulheres responsáveis pelo último. A autora da Teoria Crítica nota que gênero e raça estruturam a divisão interna do trabalho remunerado. Assim, as mulheres são

responsáveis pelos trabalhos domésticos ou com perspectivas de cuidado (professoras e enfermeiras, por exemplo), com baixos salários. Por outro lado, Fraser explica que, com os resquícios do sistema escravocrata do período colonial, as pessoas negras estruturam o acesso ao trabalho formal, ou seja, subproletariado ou subclasse do sistema produtivo. Portanto, as posições profissionais com os salários mais altos são predominantemente destinadas aos homens brancos, já as ocupações com remunerações mais baixas ficam a cargo das pessoas negras. “O resultado é uma estrutura econômico-política que engendra modos de exploração, marginalização e privação especificamente marcados pela raça. Essa estrutura constitui a raça como uma diferenciação econômico-política dotada de características de classe” (FRASER, 2006, p. 235). A filósofa estadunidense afirma que o mesmo acontece com gênero, por isso raça e gênero sofrem com a exploração de classe do sistema capitalista, ou seja, injustiça distributiva e clamam por compensações distributivas.

E as mulheres negras? Diferente das mulheres brancas, Davis (2016) explica que as mulheres negras contribuem para a força produtiva de trabalho desde o sistema escravagista. Nesse caso, não-remunerado, mas central para a expansão do capitalismo. Porém, quando as mulheres brancas entraram no mercado de trabalho remunerado, coube às mulheres negras, em sua maioria, realizar as tarefas domésticas das mulheres brancas, com as mais baixas remunerações e não formais. No Brasil, os dados mais recentes da Nota Técnica Mulheres e trabalho: breve análise do período 2004-2014¹⁴ apresentam que, em 2014, 14% das mulheres com emprego formal atuam como empregadas domésticas, correspondendo a 5,9 milhões de pessoas. No entanto, a diferença racial também é marcante. As mulheres negras são a maioria das trabalhadoras domésticas no país, representando 17,9% das (os) trabalhadoras (es) domésticas (os) brasileiras (os), enquanto as mulheres brancas representam 10% das profissionais da área. Assim sendo, mobiliza-se a interseccionalidade como ferramenta de análise para refletir sobre grupos excluídos, como as mulheres negras, que articulam mais de uma opressão. O feminismo interseccional será examinado no decorrer do capítulo.

¹⁴ Nota Técnica Mulheres e trabalho: breve análise do período de 2004-2014, do IPEA. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/160309_nt_24_mulher_trabalho_marco_2016.pdf> Acesso 15 mar 2019.

Para corrigir as injustiças econômicas, Fraser aponta remédios afirmativos e transformativos. O primeiro apenas compensa a desigualdade distributiva de renda, enquanto a segunda reestrutura as relações de trabalho.

Os remédios afirmativos para essas injustiças estão associados ao Estado de bem-social liberal. Eles buscam compensar a má distribuição terminal, quanto deixam intacta a maior parte da estrutura econômica-política (...) Remédios transformativos (...) compensam a distribuição injusta transformando a estrutura político-econômica existente. Reestruturando as relações de trabalho (FRASER, 2006, p. 237-238).

Durante a década de 2000, algumas ações afirmativas foram implementadas pelo então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. Entre elas, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) das domésticas, Emenda Constitucional número 72, de 2 de abril de 2013, que igualou os direitos trabalhistas das (os) empregadas (os) domésticas (os) aos demais trabalhadores. Entretanto, isto não alterou a precariedade das mulheres negras no mercado trabalho, ou seja, não transformou a estrutura político-econômica existente.

Considera-se a Lei 12.711¹⁵, de 29 de agosto de 2012, regulamentada pela então Presidenta da República Dilma Rousseff, que trata sobre as cotas raciais de ingresso nos cursos de graduação das universidades federais, outra ação afirmativa para corrigir as injustiças econômicas relacionadas às mulheres negras. Percebe-se a partir dos dados analisados que houve crescimento nas taxas educacionais do grupo. Outras medidas, como o Programa Universidade para Todos (Prouni), em 2005, que oferece bolsas parciais ou completas em universidades privadas, e Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), ampliado durante o governo Lula, que disponibiliza crédito financeiro para estudantes do ensino superior. O Dossiê das Mulheres Negras¹⁶ (IPEA), publicado em 2013, apresenta as taxas de ingressantes no ensino superior entre as mulheres negras ultrapassando 10%. Em 2003, a taxa era de 5%. Apesar do crescimento da escolarização, a presença de brancos e brancas no ensino superior ainda é maior que mulheres negras e homens

¹⁵ Lei 12.711. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm> Acesso em 20 dez 2017.

¹⁶ Dossiê das Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras brasileiras. Disponível em <http://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dossie_mulheres_negras.pdf> Acesso 20 set 2017.

negros. Além disso, Sotero (2013) explica que a inserção das mulheres brancas, negras e homens negros nas universidades se concentra em carreiras de menor prestígio do que as de homens brancos.

A distribuição desigual de mulheres e homens, brancos e negros, nas carreiras não é uma questão específica dos dias atuais, pelo contrário. Os determinantes sociais na escolha das carreiras têm explicações muito tradicionais. [...] A chave para pensar estratificação de carreiras no ensino superior, por esta perspectiva, é tirar do centro as escolhas individuais, para as quais há muitas explicações, e pensar de forma estrutural. Para uma análise estrutural da segmentação dos indivíduos por cor e sexo no ensino superior, as contribuições de Bourdieu e Passeron (1992) são fundamentais. Os autores apontam que a instituição escolar é um espaço de reprodução e legitimação da ordem social estabelecida. A afirmação anterior é ainda mais verdadeira quando se trata de sociedades democráticas e em contextos de “democratização” do ensino, em que o crescimento de ofertas de vagas e matrículas não ocorre sem que a ordem social estabelecida seja mantida e muitas vezes reforçada. O questionamento a ser feito a partir destas ponderações é de que forma a escolha de carreiras no ensino superior é determinada socialmente (SOTERO, 2013, p. 46).

Além das injustiças econômicas, como já foi dito, Fraser aponta que raça e gênero são coletividades bivalentes, por isso abarcam injustiças simbólicas. Nessa perspectiva, gênero, assim como raça, tem elementos que se assemelham mais à sexualidade do que classe. “Uma característica central da injustiça de gênero é o androcentrismo: a construção autorizada de normas que privilegiam os traços associados à masculinidade” (FRASER, 2006, p. 234). A autora ressalta que gênero também apresenta influência do sexismo cultural, que desqualifica coisas codificadas como femininas, associadas às mulheres. “Essa desvalorização se expressa numa variedade de danos sofridos pelas mulheres, incluindo a violência e a exploração sexual, a violência doméstica generalizada; as representações banalizantes, objetificadoras e humilhantes na mídia” (ibidem, p. 234). Pode-se incluir ainda subordinação às normas androcêntricas e a exclusão das esferas públicas e de poder. A filósofa explica as injustiças culturais sobre raça:

Um aspecto central do racismo é o eurocentrismo: a construção autorizada de normas que privilegiam os traços associados com o “ser branco” [...] Esta depreciação se expressa numa variedade de danos sofridos pelas pessoas de cor, incluindo representações estereotipadas e humilhantes na mídia, como criminosos, brutais, primitivos, estúpidos etc; violência, assédio e difamação em todas as esferas da vida cotidiana (FRASER, 2006, p. 235-236).

Desse modo, as experiências de vida das mulheres negras inter cruzam as injustiças culturais e simbólicas de raça e de gênero. Assim como a injustiça econômica, Fraser propõe alternativas afirmativas e transformativas para corrigir a injustiça cultural.

Remédios afirmativos para tais injustiças são presentemente associados ao que vou chamar “multiculturalismo mainstream”. Essa espécie de multiculturalismo propõe compensar o desrespeito por meio da revalorização das identidades grupais injustamente desvalorizadas, enquanto deixa intactos os conteúdos dessas identidades e as diferenciações grupais subjacentes a elas. Remédios transformativos, em contraste, são presentemente associados à desconstrução. Eles compensariam o desrespeito por meio da transformação da estrutura cultural-valorativa subjacente. Desestabilizando as identidades e diferenciações grupais existentes, esses remédios não somente elevariam a autoestima dos membros de grupos presentemente desrespeitados; eles transformariam o sentido do eu de todos (FRASER, 2006, p. 237).

Compreende-se, assim, que a luta dos movimentos sociais de mulheres negras abarca as duas dimensões. Como teoria e prática, o feminismo negro ou interseccional propõe estratégias e táticas para o reconhecimento e redistribuição econômica. Dessa forma, as mulheres negras conclamam as identidades negras como ato político e unem-se em torno delas para elaborar projetos alternativos de políticas públicas, que desconfigure a dominação cultural (os discursos e as representações racializadas) e as desigualdades econômicas que norteiam a experiência de vida da maioria do grupo no Brasil (GOMES, 2010, CARNEIRO, 2018, bell hooks, 1995, DAVIS, 2016, COLLINS e BILGE, 2016).

A injustiça cultural ou simbólica, nesse caso, legitima as exclusões socioeconômicas, ou seja, a injustiça redistributiva? No decorrer deste capítulo, analisam-se, primeiramente, os aspectos de constituição das injustiças culturais das mulheres negras. Sendo assim, verificam-se os movimentos de mulheres negras, suas histórias e contribuições teóricas e práticas em busca de políticas públicas que reduza ou aniquile as desigualdades sociais e econômicas. Desse modo, reflete-se sobre o feminismo negro ou interseccional como ferramenta teórica e prática que as orienta. A seguir, investiga-se a constituição das identidades das mulheres negras (no plural) como ato político, em busca de políticas públicas para o grupo, que se encontra na base da pirâmide em condição de vida, em comparação aos outros grupos raciais da sociedade brasileira. Por fim, reflete-se sobre o dispositivo de racialidade que atua na sociedade brasileira e contribuem para a permanência do significado estereotipado dos discursos e das representações sobre as pessoas negras.

Em outras palavras, o capítulo 3, refere-se aos saberes construídos nas lutas por emancipação dos movimentos negros e, em especial, das mulheres negras, como saberes identitários, políticos e estéticos-corpóreos produzidos pelos movimentos sociais de mulheres negras (GOMES, 2017). Dessa forma, considera-se o feminismo negro ou interseccional, a contestação das representações e dos estereótipos, a construção da identidade, entre outros, os saberes sistematizados por Nilma Lino Gomes.

2.1 Movimento de mulheres negras brasileiras: os nossos passos vêm de longe

Não sou eu mulher? O discurso proferido por Sojourner Truth, em 1851, na convenção de mulheres, que aconteceu em Akron, Ohio, nos Estados Unidos, ainda reverbera entre os movimentos de mulheres negras estadunidenses e brasileiros. Além de contestar e refletir sobre a categoria universal de mulher, o enunciado de Truth compartilhava os anseios das mulheres negras em articular as lutas antirracista e sexista. Em outras palavras, as mulheres negras vislumbravam ser livres da dominação racista e sexista (DAVIS, 2016).

Arei terra, plantei, enchi os celeiros, e nenhum homem podia se igualar a mim! Não sou eu mulher? Eu podia trabalhar tanto e comer tanto quanto um homem – quando eu conseguia comida – e aguentava o chicote da mesma forma! Não sou eu mulher? Dei à luz treze crianças e vi a maioria ser vendida como escrava e, quando chorei em meu sofrimento de mãe, ninguém, exceto Jesus, me ouviu! Não sou eu mulher? (STANTON e ANTONY apud DAVIS, 2016, p.71).

Nesse sentido, Davis (2017) reflete que o primeiro movimento de mulheres negras surgiu, em 1895, nos Estados Unidos, cinco anos após a criação da Federação Geral de Agremiações de Mulheres, que refletia os interesses das mulheres brancas da classe média. Diferentemente das brancas que lutavam pelo direito ao voto, as negras compreendiam que o voto não colocaria fim às mazelas geradas pela discriminação de gênero e de raça, sendo assim elas defendiam melhores condições de trabalho, fim dos linchamentos, entre outras pautas.

Nos dias atuais, as mulheres negras ainda precisam expor a invisibilidade do grupo dentro do movimento feminista eurocêntrico ou branco. Por isso, Davis propõe para o movimento de mulheres:

Devemos começar a criar um movimento de mulheres revolucionário e multirracial, que aborde com seriedade as principais questões que afetam as mulheres pobres e trabalhadoras. Para mobilizar tal potencial, devemos desenvolver ainda mais aqueles setores do movimento que estão se ocupando dos problemas que atingem as mulheres pobres e da classe trabalhadora, como empregos, equidade de salários, licença-maternidade remunerada, creches, abortos subsidiados e proteção contra as esterilizações forçadas (DAVIS, 2017, p. 18).

No Brasil, os primeiros movimentos de mulheres negras surgiram no fim da década de 1970 e começo de 1980. Carneiro (2018) explica que as mulheres negras se organizaram politicamente “em função de sua condição específica de ser mulher e negra através do combate aos estereótipos que as estigmatiza, por uma real inserção social [...] contra a cidadania de terceira categoria a que está relegada por concentrar em si a tríplice discriminação de classe, raça e gênero” (CARNEIRO, 2018, p. 169).

A “conscientização da opressão ocorre, antes de qualquer coisa, pelo racial” (GONZALEZ, 1988, p. 18). No entanto, Gonzalez reforça que é na luta conjunta entre homens e mulheres de etnias (e classes) subordinadas, que as mulheres tomam consciência também da opressão de gênero, já que os homens reproduzem as práticas sexistas de dominação patriarcal.

A partir da consciência que o movimento negro não discutia questões relacionadas às dominações de gênero e as feministas não debatiam sobre racismo, as intelectuais negras - Lélia Gonzalez, Luiza Bairos, Sueli Carneiro, Beatriz Nascimento, entre outras – reuniram-se e começaram a formular estratégias discursivas e projetos políticos para combater o racismo, o sexismo e o exploração de classe (RIOS, 2017).

A consciência de que a identidade de gênero não se desdobra naturalmente em solidariedade racial intragênero conduziu as mulheres negras a enfrentar, no interior do próprio movimento feminista, as contradições e as desigualdades que o racismo e a discriminação racial produzem entre as mulheres, particularmente negras e brancas no Brasil. O mesmo se pode dizer em relação à solidariedade de gênero intragrupo racial que conduziu as mulheres negras a exigirem que a dimensão de gênero se instituisse como elementos estruturante das desigualdades raciais na agenda dos Movimentos Negros Brasileiros (CARNEIRO, 2003, p. 120)

No entanto, Bairos argumenta que, para a mulher negra, não há uma luta (contra o racismo ou o sexismo) mais importante que a outra. Isso porque “as duas dimensões não podem ser separadas” (BAIROS, 1995, p. 461).

Para Bairros (1995), a categoria mulher é relevante para refletir sobre a construção social de gênero e para a luta coletiva das mulheres. No entanto, para a autora, algumas vertentes do feminismo utilizam o termo para universalizar a experiência da mulher, independente das intersecções de outras opressões, como a raça, a classe social, a orientação sexual, a regionalidade, entre outras.

o feminismo esteve, também, por longo tempo, prisioneiro da visão eurocêntrica e universalizante das mulheres. A consequência disso foi a incapacidade de reconhecer as diferenças e as desigualdades presentes no universo feminino, a despeito da identidade biológica. Dessa forma, as vozes silenciadas e os corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão além do sexismo, continuaram no silêncio e na invisibilidade (CARNEIRO, 2003, p. 118).

Dessa forma, como aponta Lemos (2006), algumas vertentes do feminismo eurocêntrico não representavam a mulher negra. A teoria e a prática desconsideram as diferenças entre as experiências de vidas das mulheres negras e brancas. “Enquanto as feministas brancas ‘foram à luta’ para entrar no mercado de trabalho, há mais de 500 anos se explorava a mão de obra das mulheres negras (...) construção de um feminismo negro incluem saúde, violência e moradia” (LE MOS, 2006, p. 65).

Assim, durante as últimas décadas do século XX, vários coletivos e organizações de mulheres negras foram criadas no país, entre elas a Aguatune (1979); Nzinga (1982); Maria Mulher (1987); Geledés (1988) e Criola (1992), que “na intersecção entre os dois agentes se consolidava esse mediador coletivo, cuja identidade se fundava pelas narrativas feministas e negras, inovando o repertório discursivo do período” (RIOS, 2017, p.240).

Entretanto, é preciso destacar a expressão utilizada pelo movimento de mulheres negras - ou movimento feminista negro/interseccional - “as nossas lutas vêm de longe”¹⁷. Nesse sentido, a organização das mulheres negras começou ainda durante a longa e difícil travessia entre a África o Brasil, como aponta Werneck (2018)¹⁸:

As mulheres negras não começaram a fazer política na década de 1980 (...), se eu pensar nas condições que as travessias do transatlântico eram feitas, sobreviver era um empreendimento coletivo, organizativo. As mulheres negras estavam lá. Chegar aqui, numa terra que não tinha nome na língua dessas pessoas. Tiveram que dar nome a esse lugar, criar território, refazer

¹⁷ Frase dita pela Jurema Werneck (CARNEIRO, 2011).

¹⁸ Durante a palestra “Feminismo da década de 1980”, no evento comemorativo do Geledés Instituto da Mulher Negra, em 05/04/2017.

cultura, refazer história, inclusive alimentação, religião. Desnecessário sublinhar que tinha que ter organização, ação política e articulação. Eu aprendi com a Helena Theodoro que tudo o que a gente chama de comunidade negra, no Brasil, foi construído em torno das mulheres negras.

Desse modo, Carneiro (2018) nota que os processos de exclusão decorrentes da articulação das opressões de raça, gênero e classe faz com que a mulher negra carregue as “bandeiras” históricas dos movimentos negro, feminista e aos demais movimentos sociais “voltados para a construção de outro tipo de sociedade baseada nos valores da igualdade, solidariedade, respeito à diversidade e justiça social” (CARNEIRO, 2018, p. 171).

“Enegrecendo o feminismo” é a frase utilizada pelas mulheres negras, como explica Carneiro (2003), para definir a trajetória do grupo dentro do movimento feminista. “Buscamos assinalar, com ela; e, de outro, revelar a insuficiência teórica e prática política para integrar as diferentes expressões do feminismo construídos em sociedades multirraciais e pluriculturais” (CARNEIRO, 2003, p. 118). Além disso, Carneiro (2018) expõe que o termo demarca a concepção de instituir no movimento feminista a questão da raça para a elaboração de políticas:

[...] na caracterização da questão da violência contra a mulher pela introdução do conceito de violência racial como aspecto determinante das formas de violência sofridas por metade da população feminina do país que é não-branca; na introdução da discussão sobre as doenças étnicas / raciais ou das doenças com maior incidência sobre a população negra como questões fundamentais na formulação de políticas públicas na área da saúde; ao instituir a crítica aos mecanismos de seleção no mercado de trabalho como a boa-aparência, que mantêm as desigualdades e os privilégios entre as mulheres brancas e negras (CARNEIRO, 2018, p. 173).

Nessa perspectiva, a filósofa brasileira argumenta que a construção da cidadania para mulheres não brancas não se refere apenas às contradições de gênero. Assim, a luta das mulheres negras não depende apenas da capacidade em superar a hegemonia masculina, mas também em combater as estruturas e as ideologias racistas da sociedade, que delineiam as injustiças econômicas e culturais das mulheres negras. Carneiro (2018) defende que o movimento de mulheres incorpore o combate ao racismo, já que a cidadania das negras depende da eliminação da prática racista e da discriminação racial. Nas palavras da autora, “a luta das mulheres negras contra a opressão de gênero e de raça vem desenhando novos contornos para ação política feminista e antirracista, como também a questão de

gênero na sociedade brasileira” (CARNEIRO, 2018, p. 172). Sueli Carneiro acrescenta que o olhar feminista e antirracista dos movimentos de mulheres negras, na relação com a tradição dos movimentos negros e feministas, apontam para uma nova identidade coletiva e política: as mulheres negras.

Dessa forma, atualmente, os movimentos de mulheres negras trazem para a esfera pública e política as contradições que resultam do intercruzamento das opressões de raça, de gênero e de classe e assim promovem as lutas históricas dos movimentos feministas e negros. “[...] enegrecendo, de um lado, as reivindicações das mulheres, tornando-as assim mais representativas do conjunto das mulheres brasileiras e, por outro lado, promovendo a feminização das propostas e reivindicações do movimento negro” (CARNEIRO, 2018, p. 173).

O que é feminismo interseccional? Em 1991, a acadêmica estadunidense Kimberlé Crenshaw elaborou o conceito de “interseccionalidade”, em seu artigo “Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color.

O conceito de intersecção: trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo e a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras” (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Embora, segundo Collins (2017), as ativistas e as intelectuais afro-estadunidenses, como June Jordan, Audre Lorde, Angela Davis, bell hooks (e as intelectuais brasileiras, como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Luiza Bairros¹⁹) já formulavam discursos e estratégias políticas articulando as opressões – racismo, sexismo e classe – que estruturam as condições de vidas das mulheres negras (COLLINS; BILGE, 2017)

Entretanto, o conceito revelou-se extremamente relevante para o pensamento teórico e, sobretudo, para a criação de políticas públicas ao “nomear” o entrecruzamento das opressões sofridas pelas mulheres negras e outros grupos. Isso porque, nesse caso, “nomear” significa trazer luz para as várias formas de opressões articuladas que acometem a vida das mulheres negras.

Nesse sentido, Collins e Bilge (2017) argumentam que o conceito de interseccionalidade permite identificar e corrigir problemas causados pela articulação

¹⁹ Minha inclusão.

de opressões. É possível, por exemplo, utilizá-la para refletir sobre como após quase dez anos da Lei Maria da Penha (11.340 de 2006)²⁰, de acordo com o Mapa da Violência de 2015²¹, no período de 2003 e 2013, a taxa de homicídio de mulheres brancas (18-30 anos) diminuiu de 3,6 para 3,2 em 100 mil, entretanto houve crescimento da taxa das mulheres negras (18-30 anos) de 4,5 para 5,4 por 100 mil. Para assim, discutir políticas públicas, que atendam às necessidades específicas dos grupos oprimidos, como as afro-brasileiras, por exemplo.

Além disso, o feminismo interseccional (ou negro) também articula a luta contra a exploração de classe. A feminista negra estadunidense bell hooks (2015) argumenta que as mulheres negras estão coletivamente na base inferior no mercado de trabalho e na condição de vida – formação acadêmica, por exemplo -, em comparação com qualquer outro grupo, como já foi dito. “Ocupando essa posição, suportamos o fardo da opressão machista, racista e classista” (bell hooks, 2015 p. 207). Nessa perspectiva, a luta das mulheres negras também não pode estar dissociada da luta de classe. “É essencial para a continuação da luta feminista que as mulheres negras reconheçam o ponto de vista especial que a nossa marginalidade nos dá (...) para criticar a hegemonia racista, classista e sexista dominante e criar uma contra-hegemonia” (ibidem, p.208). Até porque como raça e gênero são coletividades bivalentes²², as experiências de vida das mulheres negras são atravessadas pela injustiça econômica e a justiça social do grupo passa pela correção da redistribuição de renda.

Uma importante reflexão faz-se necessária no cenário atual do capitalismo neoliberal patriarcal, como enfatiza bell hooks (2017), a apropriação e a mercantilização do pensamento feminista, a fim de esvaziar o conceito e as suas práticas emancipatórias. Em contrapartida, “(...) uma pessoa pode praticar a

²⁰ Disponível em <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/95552/lei-maria-da-penha-lei-11340-06>> Acesso em: 10 jan. 2018.

²¹ E-book Mulheres Negras e Violência Doméstica. <<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/e-BOOK-MULHERES-NEGRAS-e-VIOL%C3%8ANCIA-DOM%C3%89STICA-decodificando-os-n%C3%BAmeros-isbn.pdf>> Acesso em: 10 jun. 2016.

²² “São diferenciadas como coletividades tanto em virtude da estrutura econômico-política quanto da estrutura cultural-valorativa da sociedade. Oprimidas ou subordinadas, portanto, sofrem injustiças que remontam simultaneamente à economia política e à cultura. Coletividades bivalentes, em suma, podem sofrer da má distribuição socioeconômica e da de consideração cultural de forma que nenhuma dessas injustiças seja um efeito indireto da outra, mas ambas primárias e co-originais. Nesse caso, nem os remédios de redistribuição nem os de reconhecimento, por si sós, são suficientes. Coletividades bivalentes necessitam dos dois” (FRASER, 2006, p. 233).

teorização sem jamais conhecer/possuir o termo, assim como podemos viver e atuar na resistência feminista sem jamais usar a palavras ‘feminismo’” (bell hooks, 2017, p.86).

Percebe-se assim que existe um novo espaço para a disputa de narrativas e para a ação das mulheres negras: a internet. Carneiro (2003) aponta que a nova ordem mundial, o mundo globalizado, exige novas formas de atuação para as mulheres negras contra o racismo, o sexismo e a exploração de classe.

Com isso, nota-se a constituição de movimentos de mulheres que se apropriam dos dispositivos infocomunicacionais (blogs, portais e canais nas mídias sociais digitais), para a mobilização do grupo; o fluxo de informação e a construção coletiva do conhecimento. “Com todos os limites, o espaço virtual tem sido um espaço de disputas de narrativas, pessoas de grupos historicamente discriminados encontraram aí um lugar de existir. Seja na criação de páginas, sites, canais de vídeos, blogs” (RIBEIRO, 2017, p. 86).

Portanto, a internet configura-se em novo espaço de mobilização e luta contra o racismo, o sexismo e a exploração de classe para as mulheres negras. E uma das formas de luta, principalmente para o reconhecimento cultural, constitui-se na produção e distribuição de informação e conhecimento.

2.2 Identidades das Mulheres Negras

“Ninguém nasce mulher, torna-se mulher” (BEAUVOIR, 2016, p.11). Mobiliza-se a frase da filósofa francesa para afirmar que não se nasce mulher negra, torna-se uma. Beauvoir afirma que nenhum destino biológico define o ser mulher em uma sociedade. Além disso, a filósofa francesa analisa a constituição da mulher como Outro do homem. “É o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam o feminino. Somente a medição de outrem pode constituir um indivíduo como o Outro” (BEAUVOIR, 2016, p. 11).

Nesse sentido, Ribeiro (2017) analisa que, para Beauvoir, a mulher não é definida por si mesmo, mas em comparação ao homem e pelo olhar do homem. Assim, é o homem que determina o papel de submissão da mulher na sociedade. Desse modo, a mulher como o “Outro” do homem, é vista como um objeto, que tem que

atender as necessidades do homem. Ademais, “o mundo não é apresentado para as mulheres com todas as possibilidades, sua situação lhe impõe esse lugar de ‘Outro’” (RIBEIRO, 2017, p. 38). Além da não possibilidade de determinar o que ser mulher no mundo, a sua trajetória é definida pelos interesses do homem. Como já foi dito, o negro também foi forjado como o “Outro” do branco.

Dito isso, pergunta-se: e a mulher negra? Embasada em Grada Kilomba, Ribeiro (2017) aponta que a mulher negra é sempre o Outro do Outro.

As mulheres negras foram assim postas em vários discursos que deturpam nossa realidade: um debate sobre o racismo onde o sujeito é o homem negro; um discurso sobre gênero onde o sujeito é a mulher branca; e um discurso sobre a classe onde a raça não tem lugar [...] Nós habitamos um tipo de vácuo de apagamento e contradição ‘sustentado pela polarização do mundo em um lado negro e de outro lado, de mulheres’ (mirza, 1997:4). Nós no meio. [...] Tais narrativas separatistas mantêm a invisibilidade das mulheres negras nos debates acadêmicos e políticos (KILOMBA, 2012, p. 56 apud RIBEIRO, 2017, p. 38).

Ademais, a mulher negra ocupa o lugar de antítese da branquitude e da masculinidade. Assim, não sendo mulher branca e nem homem negro, Ribeiro (2017) argumenta que a mulher negra exerce a função do Outro do Outro. A filósofa brasileira explica ainda que Kilomba introduz a mulher negra no esquema de análise de gênero de Beauvoir, no qual as mulheres negras só podem ser o “Outro” e nunca elas próprias. Dessa forma, a mulher branca é sujeito na relação com a mulher negra, assim como o homem negro. Por isso, as mulheres negras ocupam lugar de maior vulnerabilidade na sociedade, pois interseccionam as opressões racistas e sexistas (RIBEIRO, 2017).

Considera-se que os conflitos das identidades negras brasileiras têm início com o tráfico negreiro e o processo de colonização do país. Quando os nagôs, os jêjes, os bantos, os malês, entre outras etnias²³ foram trazidas ao Brasil, uma das estratégias do colonizador europeu para dominá-los foi separar os membros de um mesmo povo. Desse modo, africanas e africanos precisaram criar táticas para manter vivas algumas

²³1) Os povos ioruba ou nagô, jêje, fons, ewê e fanti-ashanti (localizados na área ocidental, os territórios das atuais repúblicas da Nigéria, Benim, Togo, Gana e Costa do Marfim). 2) grupos do malês (peul ou fula, madinga, haussa, tapa e gurunsi (localizados na área sudanesa islamizada, os territórios atuais das repúblicas do Senegal, Gâmbia, Guiné-Bissau, Guiné, Serra Leoa, Mali e Burkina Fasso). 3) Os povos da língua banto (localizados em várias da África, territórios atuais das repúblicas de Camarões, Gabão, Congo, República Democrática do Congo, Zâmbia, Zimbábue, Namíbia, Moçambique e África do Sul) (MUNANGA, 2008, p. 92).

características das suas culturas, religiões e línguas. Para isso, apropriaram-se da língua portuguesa, batizaram-se na religião católica, valores culturais (patriarcado, por exemplo), entre outros. Além de intercambiar os símbolos culturais entre diversas etnias africanas, as relações com os indígenas e os colonizadores portugueses modificaram e criaram novas identidades.

Nesse contexto, Hall (2003) nota que, na diáspora, as identidades se tornam múltiplas, híbridas. A partir da sua trajetória de vida, o autor explica que o conceito de diáspora fundamenta-se na ideia binária da diferença, ou seja, depende da construção da fronteira, do “Outro” e do dentro e fora. No entanto, assim como no caso das ilhas caribenhas, as identidades negras brasileiras são sincretizadas e não funcionam por meio do binarismo rígido, mas com “significados que são posicionais e relacionais, sempre em deslize ao longo de um espectro sem começo nem fim” (HALL, 2003, p. 33).

A formação da identidade não é inata e configura-se acerca da interação do sujeito e a sociedade (HALL, 2003, GOMES, 2005). Para Gomes, é uma rede de relações e referências culturais de um povo, uma nação ou uma comunidade. “Indica traços culturais que se expressam através de práticas lingüísticas, festivas, rituais, comportamentos alimentares e tradições populares referências civilizatórias que marcam a condição humana” (GOMES, 2005, 41). Entretanto, a autora acrescenta que a constituição da identidade também envolve processos políticos, sociais e históricos. Dessa maneira, Hall (2011) nota que as identidades do fim do século XX e começo do XXI são definidas historicamente e não “biologicamente”. Além disso, não são mais fixas, unificadas em “eu” coerente, mas fragmentadas, ou seja, “o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos” (HALL, 2011, p. 13). Fragmentam-se até mesmo as paisagens culturais de raças, etnias, gêneros, sexualidade, entre outros, o que forneceu sólidas definições sobre os indivíduos.

Hall (2011) ressalta que esse aspecto da identidade cultural é resultado das transformações relacionadas à globalização. As identidades nacionais são construídas e modificadas no interior da representação, um conjunto de significados que produz sentido sobre “ser brasileira ou brasileiro”, por exemplo. Nesse caso, as diferenças regionais, raciais e étnicas são tratadas de forma subordinada à identidade dos indivíduos de um estado-nação. Para o autor jamaicano, as narrativas das identidades nacionais são fundamentadas em cinco fatores. Em primeiro lugar, existe o discurso da nação. As narrativas que são contadas e recontadas na história oficial,

na cultura popular, na imprensa ou na literatura. São elas que fornecem elementos históricos, símbolos e rituais nacionais, que representam as experiências que os indivíduos de um país compartilham entre si. Já o segundo refere-se às origens e às tradições da nação. Alguns elementos são imutáveis. Em terceiro, é uma estratégia discursiva de invenção da tradição, que busca pela repetição instalar certos valores e normas comportamentais. O quarto diz respeito ao mito fundacional, que determina a origem do estado-nação no passado. Por último, a ideia de um povo puro, original, embora raramente seja o povo original que exerce o poder do país (HALL, 2011). Nota-se que tais elementos são utilizados para a constituição da identidade nacional do Brasil. “[...] não importa quão diferentes seus membros possam ser em termos de classe, gênero e raça, uma cultura nacional busca unificá-los numa identidade cultural, para representá-los todos como pertencendo à mesma e grande família nacional” (HALL, 2011, p. 60).

Embora a população brasileira seja miscigenada, percebe-se que a mistura não produziu uma sociedade com igualdade entre os grupos raciais. No entanto, a narrativa da formação da população a partir da união das três “raças” (brancos europeus, africanos e indígenas), a miscigenação, fornece os elementos para a construção do mito fundacional do brasileiro, o mito da democracia racial, que afirma e reafirma que todos os grupos étnicos-raciais vivem em harmonia e igualdade racial, social, econômica e de direitos (GOMES, 2005).

Nesse sentido, Hall (2011) defende que as culturas nacionais unificadas constituem-se em discursos que representam as diferenças (raciais, gênero, entre outras) como unidade, uma identidade estável e permanente. Contudo, as culturas nacionais são atravessadas pelas diferenças internas, que são unificadas apenas pelo exercício do poder simbólico do Estado e das elites.

Gomes apresenta os problemas da identidade nacional brasileira, principalmente, em relação às narrativas sobre o mito fundacional do país. O “mito da democracia racial atua como um campo fértil para a perpetuação de estereótipos sobre os negros, negando o racismo no Brasil, mas, simultaneamente, reforçando as discriminações e desigualdades raciais” (GOMES, 2005, p. 57). Ademais, o discurso do mito da democracia racial, segundo Carneiro, é um dos mecanismos para negar e invisibilizar as problemáticas raciais. Assim sendo, a negação do racismo – o silêncio – dificultou a tomada de consciência e a construção de uma identidade negra positiva (MUNANGA, 1996, GOMES, 2005). Para Carneiro, o mito da democracia racial é o

discurso que molda as relações étnico-raciais no país. Nas palavras da autora, “sua construção e permanência até os dias atuais evidencia, por si, sua função estratégica, sobretudo como apaziguador das tensões étnico-raciais” (CARNEIRO, 2005, p. 62).

Ademais, Carneiro (2011, p. 67) afirma que a miscigenação também contribuiu para a diferenciação entre a população afro-brasileira, a partir da “instituição de uma hierarquia cromática e de fenótipos que têm na base o negro retinto e no topo o ‘branco da terra’, oferecendo benefício simbólico de estar mais próximos do ideal de humano, o branco”. Carneiro (2005) aponta que este fator pode explicar porque há inúmeras nomeações para as negras, negros e seus descendentes miscigenados, como morena (o), mulata (o), mestiça (o), entre outros, que agora se agrupam sobre a categoria pardo do IBGE. “O termo pardo presta-se para agregar aqueles que, por terem a sua identidade étnica e racial destroçadas pelo racismo, a discriminação e pelo ônus simbólico que a negritude contém socialmente, não sabem mais o que são ou não desejam ser o que são” (CARNEIRO, 2005). Percebe-se assim que a ideia da miscigenação colabora para fragmentar as identidades negras, como catalisadoras para reivindicações coletivas de políticas públicas para equidade racial no país.

Com a globalização, Hall aponta que processos globais atravessam as fronteiras dos países, integrando os indivíduos e as empresas e interconectando o mundo. “Essas novas características temporais e espaciais, que resultam na compreensão de distâncias e de escala temporais, estão entre os aspectos mais importantes da globalização a ter efeito sobre as identidades culturais (HALL, 2011, p. 68). Assim as identidades globais deslocam as nacionais algumas vezes. Não significa, contudo, que as identidades nacionais deixam de existir, elas continuam fortes em relação aos direitos legais e à cidadania. Porém, as identidades locais, regionais e comunitárias tornam-se mais relevantes. A globalização “É mais provável que ela vá produzir, simultaneamente, novas identificações ‘globais’ e novas identificações ‘locais’” (ibidem, p. 78). Desse modo, Hall explica que a globalização produz novas posições de identificações, que são mais políticas e menos fixas e unificadas.

Então, por que as mulheres negras ou grupos excluídos unem-se acerca da diferença, das identidades culturais? Compreende-se, embasada em Gomes (2005), que a ênfase nas identidades negras brasileiras, embora se configure evocando a diferença racial em relação aos outros grupos do país, elaboram táticas e estratégias para diminuir ou eliminar as desigualdades (diferenças) sociais, econômicas e

culturais das negras e dos negros no Brasil. “Esse trabalho entre diferenças propicia a articulação entre poder e cultura, ‘pois é exatamente no domínio da cultura que grupos (sejam mulheres, índios ou negros²⁴) resgatam sua autonomia’ (NOVAES, 1993, p. 27)” (GOMES, 2005, p. 41).

Reafirma-se assim que raça e gênero são construções sociais, que legitimam - justificam - as desigualdades sociais e econômicas de determinados grupos, a partir de distinções biológicas. (HALL, 2003; GONZALEZ, 1988). Sendo assim, retoma-se assim o pensamento de Beauvoir sobre a formação cultural da categoria mulher, para refletir sobre o árduo caminho para se tornar “uma mulher negra”, isso porque, como afirma Gomes (2005), “construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, ensina aos negros, desde cedo, que para ser aceito é preciso negar a si mesmo é um desafio” (GOMES, 2005, p. 43).

Werneck (2016) explica que as mulheres negras não existem enquanto um grupo homogêneo, de acordo com as representações ou os discursos racistas e sexistas, mas a identidade define-se como ato político. “As mulheres negras, como sujeitos identitários e políticos, são resultado de uma articulação de heterogeneidades, resultante de demandas históricas, políticas, culturais, de enfrentamento das condições adversas estabelecidas pela dominação” (WERNECK, 2016, p. 151). Werneck ressalta a heterogeneidade das mulheres negras, em consonância com as mulheres de diversos e diferentes povos da África, embora o grupo seja representado de forma homogênea ao longo da diáspora africana.

Articulações que se desenvolveram apesar (e a partir) das ambigüidades e limitações de identidades fundadas em atributos externos impostos pelo olhar dominador, de forte marca fenotípica (visual) e cuja amplitude de aniquilamento estende-se ao genocídio e ao epistemicídio. Assim os processos de constituição das diferentes identidades mulheres negras incluem também a necessidade de sua ultrapassagem, fazendo existir novos conceitos instáveis mulheres negras mais adequados ao que necessitamos, queremos e devemos ser nos diferentes cenários políticos. Tais instabilidades destacam seu caráter político, bem como apontam sua necessidade de ultrapassagem na direção de nomes próprios que garantam sua inserção em processos de transformação social que façam desaparecer o racismo, o heterossexismo e as violências que fazem parte de sua história e justificativa (WERNECK, 2016, p. 152).

É a partir da identidade que as mulheres negras podem reafirmar sua diferença e reivindicar a sua autonomia (GOMES, 2005). Nesse sentido, a identidade da mulher

²⁴ Minha inclusão.

negra, segundo Gomes (2005), é uma construção social, cultural e plural, além de ser um ato político. A autora afirma que “uma identidade capaz de ser múltipla e plural e, ao mesmo tempo politicamente unificadora de sujeitos cujas vidas, histórias e pertencimento foram e ainda são violentamente marcados pelo racismo” (GOMES, 2010, p. 454). No caso das mulheres negras, intercruzadas também pelo sexismo. Por isso, consideramos que há várias formas de “ser mulher negra” e não apenas uma categoria que englobe todas as mulheres negras.

Munanga (1996) explica que o caminho para o fortalecimento das identidades negras (mulheres ou homens) é uma tarefa complexa, que passa pela valorização da cor da pele, do conhecimento da história, da religião e da visão de mundo africana, assim como o resgate da história da (o) negra (o) na sociedade brasileira – na arte, na música, na contribuição para a economia. “A questão fundamental é esse processo de tomada de consciência da nossa contribuição, do valor da nossa cultura, da nossa visão do mundo, do nosso ‘ser’ como seres humanos; e valorizar e utilizar isso como arma de luta para mobilização” (MUNANGA, 1996, p. 225).

2.3 Dispositivo de racialidade

Em sua tese de doutorado “Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser”, defendida em 2005, Sueli Carneiro mobiliza o conceito de dispositivo, elaborado por Michel Foucault, para refletir sobre as relações étnico-raciais no Brasil, o que autora denomina de dispositivo de racialidade.

Embasada em Martin Heidegger, Carneiro (2005) analisa, primeiramente, a constituição do “Outro”, o negro ou a mulher, a partir das categorias de ôntico e ontológico. A ideia do “Outro” é essencial para formação do “eu”, pois as subjetividades do sujeito são formadas durante a infância nas suas relações inconscientes com outros significantes que estão fora e são diferentes do “eu” (HALL, 2016). Nessa perspectiva, para a autora, o ontológico refere-se à essência do ser, já o ôntico diz respeito às particularidades ou às determinações do ser. Desse modo, a população negra é definida apenas pelas suas particularidades, diferentemente do homem branco que é apresentado na sua essência, na sua completude. Nas palavras da autora, “O que nos permite supor que o racismo reduz o ser a sua dimensão ôntica, negando-lhe a condição ontológica, o que lhe atribui incompletude humana”

(CARNEIRO, 2005, p. 27). Por um lado, a ideia de universalidade do ser ontológico emancipa e confere a diversidade humana ao ser. Por outro lado, a redução do ser à sua particularidade aprisiona a população negra ou indígena, por exemplo, ao seu grupo específico. Assim os negros e as negras são representadas e fixadas nos discursos em poucas categorias, definidas apenas por particularidades do seu ser e não pelo seu todo.

Foucault (2015) define o conceito de dispositivo e as suas funções em três aspectos:

Por esse termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que pode se estabelecer entre esses elementos (FOUCAULT, 2015, p. 364).

Além disso, o autor explica que não existe uma relação fixa entre os elementos, ditos ou não ditos, do dispositivo. “discurso pode aparecer como programa de uma instituição ou elemento que permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda; pode funcionar como reinterpretação desta prática, dando-lhe acesso a um novo campo de racionalidade” (FOUCAULT, 2015, p. 364). Por fim, para Foucault (2015), o dispositivo tem a incumbência de responder a uma “urgência” de um determinado momento histórico, ou seja, tem “uma função estratégica dominante” (ibidem, p. 365).

Dessa forma, Carneiro compreende que a ideia de dispositivo permite analisar a heterogeneidade de práticas e saberes que permeiam a constituição do racismo e da discriminação racial na sociedade brasileira, que se articulam para alcançar um objetivo estratégico. Nas palavras de Foucault, “É isto o dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles” (FOUCAULT, 2015, p. 367).

Segundo a filósofa brasileira (2005), Foucault afirma que o dispositivo opera em um determinado campo social, articulando os elementos ditos e não ditos (discursos, instituições, enunciados, leis, entre outros) e exercendo o poder por meio da relação estabelecida entre eles.

Ao instituir um novo campo de racionalidade em que relações de poder, práticas e saberes se articulam, um dispositivo, para Foucault, instaura uma prática divisora que primeiramente tem efeitos ontológicos, constituindo

sujeitos-forma. No âmbito do dispositivo a enunciação sobre o Outro constitui uma “função de existência” (CARNEIRO, 2005, p. 39)

Nesse sentido, Foucault mobilizou o conceito de dispositivo para analisar a produção da loucura. De acordo com o autor, para absorver um grupo de pessoas que uma economia mercantilista acreditava ser incômoda, foi desenvolvido estrategicamente o dispositivo da loucura, da doença mental. “No caso do dispositivo da saúde mental, o sujeito-forma que emerge dos saberes e práticas institucionais que foram se conformando sobre o tema da loucura foi o doente mental de um lado, e o normal de outro” (CARNEIRO, 2005, p. 39). Assim, surgiu o conhecimento sobre as doenças mentais, os doentes, as instituições para alojá-los, por exemplo (FOUCAULT, 2015, CARNEIRO, 2005).

Carneiro (2005) explica que o dispositivo institui um campo ontológico, que “a constituição de uma nova unidade, composta de um núcleo interno em que se aloja a nova identidade padronizada e, fora dele, uma exterioridade que lhe é oposta mas essencial para a sua afirmação” (CARNEIRO, 2005, p. 39). Em outras palavras, o sujeito normal só pode se afirmar por meio da negatividade, daquilo que ele não é.

Ele se define negativamente para demarcar a sua diferença em relação ao sujeito-forma, aquele construído negativamente para afirmar a dinâmica positiva do Ser. Ou seja, o Outro fundado pelo dispositivo apresenta-se de forma estática, que se opõe à variação que é assegurada ao Ser. Assim, a dinâmica instituída pelo dispositivo de poder é definida pelo dinamismo do Ser em contraposição ao imobilismo do Outro (CARNEIRO, 2005, p. 39 e 40).

Carneiro afirma que, segundo Foucault, o dispositivo da sexualidade desenvolveu-se como estratégia da burguesia, para demarcar a identidade de classe social e projeto político, no qual o controle da sexualidade era um dos pontos determinantes, principalmente, no que diz respeito à reprodução. Uma estratégia do dispositivo da sexualidade refere-se ao corpo feminino.

[...] foi na família ‘burguesa’, ou ‘aristocrática’, que se problematizou inicialmente a sexualidade das crianças ou dos adolescentes; e nela foi medicalizada a sexualidade feminina; ela foi alertada em primeiro lugar para a patologia possível do sexo, a urgência em vigiá-lo e a necessidade de inventar uma tecnologia racional de correção. Foi ela o primeiro lugar de psiquiatrização do sexo. [...] A personagem investida em primeiro lugar pelo dispositivo de sexualidade, uma das primeiras a ser ‘sexualizada’ foi, não devemos nos esquecer, a mulher ‘ociosa’, nos limites do ‘mundo’ – onde sempre deveria figurar como valor – e da família, onde lhe atribuíam novo rol de obrigações conjugais e parentais: assim apareceu a mulher ‘nervosa’, sofrendo de ‘vapores’; foi aí que a histerização da mulher encontrou seu ponto

de fixação. [...] Em face de tudo isso, as camadas populares escaparam, por muito tempo, ao dispositivo de 'sexualidade'. Estavam, decerto, submetidas, conforme modalidades específicas, ao dispositivo das 'alianças': valorização do casamento legítimo e da fecundidade, exclusão das uniões consangüíneas, prescrição de endogamia social e local (FOUCAULT, 2001, p. 114-115 apud CARNEIRO, 2005, p. 40 e 41).

A psiquiatrização e a medicalização são os saberes que sustentaram e foram sustentados pelo dispositivo da sexualidade. A filósofa brasileira argumenta que a construção do corpo burguês por Foucault produziu um campo ontológico, os sujeitos-forma. De um lado, o corpo burguês puritano, saudável, entre outros. Do outro lado, os pervertidos considerados os "Outros".

Assim como o da sexualidade, o dispositivo de racialidade também responde a uma estratégia de autoafirmação da classe dominante. Pode-se dizer também que o dispositivo de racialidade tem na cor da pele a referência para o normal e a brancura é a sua representação. "Constitui-se assim uma ontologia do ser e uma ontologia da diferença, posto que o sujeito é, para Foucault, efeito das práticas discursivas" (CARNEIRO, 2005, p. 42). Carneiro acrescenta que o dispositivo de racialidade demarca a humanidade como sinônimo da brancura, redefinido o estatuto de "ser humano" de acordo a proximidade ou não da branquitude.

Além disso, o dispositivo de racialidade constitui-se da relação entre os elementos heterogêneos, ditos e não-ditos, a partir da proliferação dos discursos racializados, como foi dito no capítulo anterior. Desse modo, Carneiro (2005) nota que o dispositivo de racialidade produz um campo ontológico, epistemológico e poder, no qual saberes, modos de subjetivação e poderes se articulam (CARNEIRO, 2005).

Carneiro mobiliza também o conceito de "Contrato Racial", formulado pelo filósofo estadunidense Charles Mills, para refletir sobre o racismo como dispositivo de poder. Primeiramente, apoia-se no estudo de Mills para analisar os eventos históricos, a partir do século XV, como as expedições marítimas e o imperialismo europeu sobre os povos dominados, que fizeram emergir o dispositivo de racialidade e que, para Carneiro, tem o contrato racial como estruturador. "O processo do que foi chamado de 'descobrimientos' faz emergir uma nova tríade de poder, saber e subjetividades informadas pela racialidade conformando novos sujeitos-forma: homens, nativos, brancos, não-brancos" (CARNEIRO, 2005, p. 47). Ademais, embasada em Mills, a filósofa brasileira afirma que o contrato racial estrutura a supremacia branca, como sistema político não-nomeado.

Nessa perspectiva, Carneiro esclarece que, para Foucault, é preciso buscar os efeitos de poder em um determinado domínio (no caso, o racismo) os eixos principais de análise. A autora acrescenta que Mills apresenta três evidências sobre o contrato racial: natureza existencial, conceitual e metodológico. O primeiro refere-se ao reconhecimento da supremacia branca no mundo. O conceitual define-se acerca da supremacia branca (o racismo) institui-se como sistema político, poder formal e informal, ou seja, de privilégio socioeconômico, diferença de distribuição de oportunidades e riquezas. Por fim, o metodológico afirma-se por meio do contrato social.

A primeira advertência de Mills é que o contrato social é uma teoria que fundamenta a existência de um governo e de uma sociedade civil afiançada por indivíduos considerados iguais. O contrato social abriga, para Mills, outros contratos, um dos quais, o Contrato Racial. A especificidade do Contrato Racial consistiria no fato de, embora fundado na tradição contratualista, ser um contrato restrito aos racialmente homogêneos, em que a violência racial, em relação aos racialmente diferentes, é, no interior da teoria do contrato social, um elemento de sustentação do próprio Contrato Racial, e um deslocamento da relação contratualista com os diferentes para o estado de natureza. Ou seja, o Contrato Racial é um contrato firmado entre iguais, no qual os instituídos como desiguais se inserem como objetos de subjugação, daí ser a violência o seu elemento de sustentação (CARNEIRO, 2005, p. 48).

Desse modo, Carneiro afirma que a ideia de supremacia branca de Mills faz-se à maneira do dispositivo de poder, ou seja, é composta de múltiplos elementos heterogêneos, ditos e não-ditos, e a rede que se estabelece entre eles.

[...] bulas papais e outros pronunciamentos teológicos, discussões européias sobre colonialismo, “descoberta” e direito internacional, pactos, tratados e decisões jurídicas, debates acadêmicos e populares sobre a humanidade dos não-brancos, a criação de estruturas legais formalizadas de tratamento diferenciado e a rotinização de práticas informais ilegais ou semi-ilegais efetivamente sancionadas pela cumplicidade do silêncio e pela incapacidade do governo de intervir e punir seus perpetradores – que podem ser vistos coletivamente, não apenas de forma metafórica, mas bem próxima da literal, como seu equivalente conceitual, jurídico e normativo (MILLS, 1997, p. 20 e 21 apud CARNEIRO, 2005, p. 50).

Carneiro (2005) considera que o racismo como dispositivo de poder funciona como disciplinador, ordenador e estruturador das relações raciais e sociais em sociedades multiculturais. Como dispositivo disciplinador, a autora explica que as relações raciais deixam as relações sociais mais complexas, articulando às contradições sociais as de raças. Assim institui-se pobreza como condição de raça

“na medida em que a mobilidade de classe torna-se controlada pela racialidade” (ibidem, p. 70). Desse modo, paralisa o grupo dominado, confinando-os nas bases da pirâmide social de condição de vida (trabalho, educação etc) ou produzindo resistências.

É o campo da resistência que vincula o negro ao dispositivo de racialidade como sua contrapartida necessária, posto que, para Foucault, onde um campo de poder se institui resistências são produzidas e são elas que criam as condições para a inclusão no dispositivo, para a negociação com o poder e disputas sobre a verdade histórica. A configuração dada à racialidade dominada pelo seu pólo dominante determinará as condições dessa inclusão (CARNEIRO, 2005, p. 70).

Nesse sentido, Carneiro (2005) nota que há duas formas das negras e dos negros serem incluídos no dispositivo. Como coletividade, a população negra não é considerada portadora de elementos civilizatórios e raciais para o projeto da nação brasileira. Por isso, em primeiro lugar, a possibilidade de inclusão efetiva-se individualmente, ou seja, a mobilidade social é individual. “Ela se dará em reconhecimento às excepcionalidades inscritas exclusivamente no âmbito dessa individualidade. [...] desracializar-se, recusar ou camuflar a identidade racial no plano dos discursos e das práticas são condições imperativas” (CARNEIRO, 2005, p. 70). Em segundo lugar, a acomodação no dispositivo é a partir da coletividade. “[...] advém da constituição do sujeito coletivo demandador de direitos, que busca o reconhecimento como sujeito político; será por meio desse reconhecimento que se promoverá a inscrição do negro nos pactos sociais enquanto coletividade” (ibidem, p. 70). Para autora, como o plano individual é mais frequente forma de inclusão na sociedade brasileira, existindo menos conquistas do sujeito coletivo, grande parte da população negra está sujeita ao biopoder.

Se um dispositivo é concebido por Foucault como um dispositivo de poder das sociedades disciplinares, no caso do dispositivo de racialidade além de sua função eletiva ou subalternizadora dos seres humanos segundo a raça, uma nova estratégia de poder pôde somar-se ou a ele acoplar-se (apoiando-se em dispositivos de poder anteriores à sua emergência), re-significando-o, instrumentalizando-o segundo essa nova estratégia ou nova tecnologia de poder sobre a racialidade. Agrega-se para Foucault uma nova dimensão, que ele denomina de biopolítica ou biopoder. Nessa biopolítica, gênero e raça articulam-se produzindo efeitos específicos, ou definindo perfis específicos para o “deixar viver e deixar morrer”. No que diz respeito ao gênero

feminino, evidencia-se a ênfase em tecnologias de controle sobre a reprodução, as quais se apresentam de maneira diferenciada segundo a racialidade; quanto ao gênero masculino, evidencia-se, a simples violência (ibidem, p.72).

Carneiro (2005) afirma que a concepção de biopoder surge na teoria foucaultiana acerca da discussão do poder sobre a vida e a morte. Em outras palavras, o poder soberano sobre quem tem o direito de viver ou de morrer. Foucault analisa a tecnologia do biopoder: “Em última análise, o direito de matar é que detém efetivamente em si a própria essência desse direito de vida e de morte: é porque o soberano pode matar que ele exerce seu direito sobre a vida” (CARNEIRO, 2002, p. 286 e 287 apud CARNEIRO, 2005, p.73). A autora analisa que Foucault determina que o racismo de Estado é uma característica do século XIX e que tem como “assunção da vida pelo poder via estatização do biológico” (CARNEIRO, 2005, p. 73).

Dessa forma, a biopoder, a nova tecnologia de poder, sucede às técnicas disciplinares, no entanto, sem dispensá-las, ou seja, adequando-as aos novos objetivos, que desloca o poder sobre o corpo ou o homem-corpo para o homem-espécie.

Depois da anátomo-política do corpo humano, instaurada no decorrer do século XVIII, vemos aparecer, no fim do mesmo século, algo que já é uma anátomo-política do corpo humano, mas que eu chamaria de uma ‘biopolítica’ da espécie humana [...] trata-se de um conjunto de processos como a proporção dos nascimentos e dos óbitos, a taxa de reprodução, a fecundidade de uma população, etc. São esses processos de natalidade, de mortalidade, de longevidade que, justamente na segunda metade do século XVIII, juntamente com uma porção de problemas econômicos e políticos [...] constituíram, acho eu, os primeiros objetos de saber e os primeiros alvos de controle dessa biopolítica. É nesse momento, em todo o caso, que se lança mão da medição estatística desses fenômenos com as primeiras demografias (FOUCAULT, 2000, p. 289 e 290 apud CARNEIRO, 2005, p. 73).

Embasada em Foucault, Carneiro argumenta que a biopolítica que se transforma em biopoder promove o surgimento de três elementos: a população (corpos múltiplos), o controle sobre fenômenos coletivos e, por fim, o poder em deixar viver ou morrer. Assim sendo, o filósofo francês inclui o racismo em sua análise. Embora, segundo Carneiro, ele reconheça a existência e a persistência do racismo antes deste período histórico, o século XIX, considera que a partir da utilização da tecnologia do biopoder o Estado inclui práticas de racismo institucional e que podem não ser legalmente instituídas. A filósofa brasileira inscreve a negritude como signo de morte, a partir da sua análise sobre as distinções entre brancos e negros acerca de deixar morrer ou viver. “[...] o racismo é indispensável como condição para poder

tirar a vida de alguém, para poder tirar a vida dos outros. A função assassina do Estado só pode ser assegurada, desde que o Estado funcione no modo do biopoder, pelo racismo" (FOUCAULT, 2002, p. 306 apud CARNEIRO, 2005, p. 75).

Dessa forma, Carneiro explica que onde o dispositivo de racialidade não age, disciplinando ou subordinando como estratégia de poder, o biopoder atua como objetivo de eliminar o "Outro" indesejável. "O biopoder aciona o dispositivo de racialidade para determinar quem deve morrer e quem deve viver" (CARNEIRO, 2005, p. 76).

Nessa perspectiva, a autora apresenta que, no Brasil, "a emergência de novos procedimentos de saúde pública, em que a racialidade intervirá introduzindo uma orientação eugenista corretora da presumida promiscuidade, sobretudo sexual, instaurada na escravidão" (ibidem, p. 76). Técnicas que exercem o poder fazer viver ou deixar morrer sem institucionalizar a raça claramente. Assim o Movimento feminista, entre eles, o blog "Blogueiras Negras", utiliza o conceito de "biopoder" para referir-se aos casos de doenças que poderiam ser facilmente prevenidas, entretanto, ainda causam mortes no Brasil, como a predisposição biológica das mulheres negras a hipertensão arterial e, conseqüentemente, grande incidência de mortalidade do grupo durante o período gestacional. Carneiro cita outros exemplos que confirmam a desigualdade entre mulheres brancas e negras nos sistemas de saúde brasileira, que articulam o sexismo e o racismo, com alguns estudos de Oliveira sobre a aplicação da tecnologia do biopoder sobre saúde da mulher negra, que apontam a alta incidência de esterilização do grupo tanto por histerectomias (cirurgia de retirada do útero) ou operação para a ligação das trompas. Apesar das mulheres negras estarem suscetíveis às duas formas de esterilização, as mulheres negras têm mais acesso à histerectomia, explica a autora, embasada nas pesquisas de Vera Cristina de Sousa.

Além das tecnologias referentes ao controle dos sistemas reprodutivos das mulheres negras, percebe-se, a partir dos números apresentados na introdução deste capítulo e os corpus da pesquisa, os 1.063 textos analisados no blog "Blogueiras Negras", o aumento da violência sobre os corpos femininos negros com o agravamento da agressão doméstica e de gênero ou a crescente hostilidade dos agentes do Estado para a mulher negra e pobre. O caso da Claudia da Silva Ferreira morta, em 16 de março de 2014, durante uma ação da Polícia Militar do Rio de Janeiro no Morro da Congonha, Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, onde ela residia com o marido e os quatro filhos. Após ser baleada, o corpo feminino negro da Claudia foi

arrastado por aproximadamente 300 metros pela viatura policial. O BN traz textos sobre o ímpeto sobre os corpos de outras mulheres negras, como a Luana Barbosa, mulher negra lésbica, que foi morta pela violência da Polícia Militar de São Paulo, em Ribeirão Preto, interior do Estado de São Paulo. Ou o relato de Suzane Jardim sobre a violência doméstica, em 30 de novembro de 2013, quando foi jogada do quarto andar de um prédio na Vila Mariana, em São Paulo, por um amigo, após chamá-lo de machista. Esses casos são apenas algumas das histórias visibilizadas pelo BN.

Para Carneiro, no período pós-abolição constituiu-se um dispositivo de racialidade no Brasil, como estratégia de um novo projeto social, ou seja, a modernização do país na República. Além disso, a autora afirma que o dispositivo de racialidade, assim como qualquer dispositivo de poder, apoia-se em dispositivos construídos em outros períodos históricos e que atendiam a outros objetivos e estratégias, mas que são apropriados e ressignificados em outra época e numa nova configuração histórica.

o dispositivo de racialidade beneficia-se das representações produzidas sobre o negro, antes e durante o período colonial que informaram a constituição de senhores e escravos, articulando-os e re-significando-os à luz do ideário do racismo vigente no século XIX em que a suposta e consagrada inferioridade de uns e superioridade de outros definiram as novas hierarquias sociais que emergiram no Brasil no pós-abolição em função da diversificação da estrutura social que a constituição da República, a abolição do trabalho escravo, a instauração do liberalismo no plano político impõem ao país (CARNEIRO, 2005, p. 149 e 150).

Carneiro (2005) afirma que, para Foucault, o dispositivo produz sua própria resistência, o que é parte integrante da sua unidade. Assim sendo, a afirmação e a resistência dos afro-descendentes manifestam-se de duas formas. Por um lado, podem ser despolitizadas, em cumplicidade ou aderindo aos discursos e práticas instituídos nas relações raciais brasileiras. Por outro lado, constituem-se por sujeitos coletivos politizados, com diferentes concepções políticas, que elaboram e propõem projetos para a inclusão de negras e negros na sociedade brasileira (CARNEIRO, 2005).

Nesse sentido, a filósofa expõe que o dispositivo de racialidade constitui-se como um contrato racial entre sujeitos brancos e negros, que se define pela relação de subordinação e eliminação de negros. “Uma dinâmica impulsionada pela articulação de técnicas disciplinares derivadas do dispositivo de racialidade e de

eliminação informadas pelo biopoder” (CARNEIRO, 2005, p. 150). Nesse contexto é que acontece a resistência da população negra brasileira.

Se, como afirma Foucault, a todo poder opõe-se resistência essa se dará em primeiro lugar em estratégias de sobrevivência física, posto que o anjo da morte do biopoder impõe, para a racialidade dominada, o manter-se vivo como o primeiro ato de resistência. Portanto, ao permanecer vivo, seguem-se os desafios de manutenção da saúde física, de preservação da capacidade cognitiva e por fim o de compreender e desenvolver a crítica aos processos de exclusão racial e, finalmente, encontrar e apontar os caminhos de emancipação individual e coletivos (ibidem, p. 150).

Um dos fatores apresentados por Carneiro para disputar as narrativas, é a produção, organização e disseminação do conhecimento produzido pelas negras e negros, como sujeitos cognoscentes, sobre as relações étnicas-raciais. Conhecimento produzido a partir da ecologia dos saberes, como formulam Santos e Gomes, ou seja, que respeite os saberes tradicionais (os resquícios dos saberes tradicionais trazidos pelos vários grupos africanos ao Brasil) e os populares (dos movimentos negros durante toda a experiência negra no país).

Como parte do movimento negro de mulheres negras, o blog “Blogueiras Negras” produz resistência ao dispositivo de racialidade, apropriando-se do dispositivo infocomunicacional, produzindo, organizando e disseminando os saberes identitários, políticos e estéticos-corpóreos. Além disso, as colaboradoras utilizam as TICs para construir coletivamente e pluralmente as identidades negras; produzir narrativas (os discursos) sobre o grupo; desconstruir as representações estereotipadas; denunciar o racismo, o sexismo, a lgbtfobia; construir criticamente o pensamento e a ação em relação aos efeitos do dispositivo de racialidade (a relação conhecimento e poder); por fim, dar visibilidade às desigualdades socioeconômicas e culturais que população negra, em especial as mulheres, são vítimas no Brasil.

2.4 Representação da Mulher Negra

Ora, se deu que chegou / (isso já faz muito tempo) / no bangüê dum meu avô / uma negra bonitinha, / chamada negra Fulô./ (...) / vem me ajudar, ó Fulô /vem abanar o meu corpo / que eu estou suada, Fulô! / vem coçar minha coceira /vem me catar cafuné / vem balançar minha rede / vem me contar uma história / que eu estou com sono, Fulô! / (...) / O Sinhô foi açoiar / sozinho a negra Fulô./ A negra tirou a saia / e tirou o cabeção / de dentro dêle pulou / nuinha a negra Fulô [...](LIMA, 1947)

O poema do escritor brasileiro Jorge Lima reproduz duas categorias de representação das mulheres negras: a mucama e a mulata. Gonzalez (1984) argumenta que as reflexões sobre a mulher negra, além da perspectiva socioeconômica, precisam englobar também o aspecto cultural. Em outras palavras, faz-se necessário analisar os aspectos culturais, que colaboram para a dominação e a exclusão das mulheres negras na sociedade brasileira.

Hall (2016) esclarece que a representação faz parte do processo de produção e compartilhamento dos significados entre os indivíduos de uma mesma cultura. Assim sendo, “representar envolve o uso da linguagem, de signos e de imagens que significam ou representam objetos e sujeitos²⁵” (HALL, 2016, p. 31). Desse modo, o significado é construído na linguagem. Pode-se dizer ainda que a representação é a produção dos significados dos conceitos (sobre objetos ou indivíduos) na mente dos sujeitos por meio da linguagem (HALL, 2016).

De acordo com Hall (2016), existem dois sistemas de representação. O primeiro deles refere-se a um sistema que agrupa os objetos, sujeitos e acontecimentos a um conjunto de conceitos, ou seja, representações mentais, sem os quais os indivíduos não conseguem interpretar o mundo. Portanto “o significado depende do sistema de conceitos e imagens formados em nossos pensamentos, que podem ‘representar’ ou ‘se colocar como’ o mundo” (HALL, 2016, p. 34). O autor jamaicano salienta que, além das “coisas percebidas” do mundo, os sujeitos também elaboram conceitos de temas abstratos ou desconhecimentos, que não é possível ver, tocar ou sentir, como a morte, o amor, a guerra, entre outros. Ou até mesmo de lugares e pessoas que só existem na imaginação dos sujeitos, como anjos, Deus, paraíso etc.

[...] rotulamos isto como um “sistema de representação”. A razão é simples: ele consiste não em conceitos individuais, mas em diferentes maneiras de organizar, agrupar e classificá-los, bem como em formas de estabelecer relações complexas entre eles. Por exemplo, nós usamos os princípios da similaridade e da diferença para estabelecer relações entre conceitos ou para distingui-los uns dos outros.[...] Essa mistura e a combinação de relações entre conceitos para formar ideias e pensamentos complexos são possíveis porque nossos conceitos são organizados em diferentes sistemas classificatórios [...] O ponto aqui não é uma coleção aleatória de conceitos, mas sim organizados, dispostos e classificados em relações complexas com os outros [...] O sentido depende da relação entre as coisas no mundo - pessoas, objetos e eventos - e dos sistema conceitual, que pode funcionar como representação mental delas (HALL, 2016, p. 35).

²⁵ Minha inclusão.

Dessa maneira, os sujeitos que pertencem a uma mesma cultura se comunicam, pois compartilham praticamente dos mesmos mapas conceituais, ou seja, interpretam o mundo de forma mais ou menos similar. Entretanto, para representar e trocar os sentidos de um conjunto de conceitos mentais é preciso compartilhar também de uma mesma linguagem (HALL, 2016).

O segundo sistema de representação diz respeito à correspondência entre o mapa conceitual e um conjunto de signos organizados em diversas linguagens, que representam os conceitos sobre sujeitos, objetos e acontecimentos. “O termo que usamos para palavras, sons ou imagens que carregam sentido é signo. Signos indicam ou representam os conceitos e as relações entre eles que carregamos em nossa mente e constroem os sistemas de significado da nossa cultura” (HALL, 2016, p. 37). Para Hall, os signos são ordenados em linguagens, assim como o autor amplia o conceito de linguagem que designa, além dos sistemas escrito e falado de um idioma, as imagens visuais (produzidas manualmente, digital etc), as expressões faciais, o vestuário, o semáforo, as músicas, entre outros. Ou seja, para tudo que expressa sentido.

Assim sendo, a “representação é a produção do sentido pela linguagem” (HALL, 2016, p. 53). Os sujeitos utilizam os signos organizados em linguagem para se comunicar, ou seja, interpretar objetos e acontecimentos do mundo social. Nas palavras do Hall, “o sentido é produzido pela prática, pelo trabalho, da representação. Ele é construído pela prática significante, isto é, aquela que produz sentidos” (ibidem, p. 54).

Durante os sistemas escravocratas, Hall (2016) afirma que as representações populares da diferença racial destacam-se em torno de dois temas: o primeiro é a condição subordinada e a preguiça inata. Dessa maneira, negras e negros seriam naturalmente aptos à servidão e ao mesmo tempo preguiçosos para o trabalho. A segunda refere-se ao inato primitivismo e à falta de cultura. Para o autor, as práticas de representações racializadas reduzem os povos negros à natureza.

A lógica por trás da naturalização é simples. Se as diferenças entre negros e brancos são “culturais”, então elas podem ser modificadas e alteradas. No entanto, se elas são “naturais”, estão além da história, são fixas e permanentes. A “naturalização” é, portanto, uma estratégia representacional que visa fixar a “diferença” (HALL, 2016, p. 171).

Hall considera assim que as negras e os negros eram apenas representados a partir das suas características essenciais, ou seja, “reduzidos à sua essência” (HALL, 2016, p. 173). Em outras palavras, mulheres negras e homens negros eram estereotipados. Estereótipos são representações com características simplificadas, que podem ser facilmente reconhecidas e compreendidas sobre um sujeito ou grupo. Além de reduzir os sujeitos a suas características ônticas, a estratégia do estereótipo é exagerá-las e simplificá-las. “[...] a estereotipagem reduz, essencializa, naturaliza e fixa a “diferença” (ibidem, p. 101).

Na estereotipagem, então, estabelecemos uma conexão entre representação, diferença e poder [...] O poder tem que ser entendido aqui não apenas em termos de exploração econômica e coerção física, mas também em termos simbólicos ou culturais mais amplos, incluindo o poder de representar alguém ou alguma coisa de certa maneira - dentro de um determinado “regime de representação”. Ele inclui o exercício do poder simbólico através de práticas representacionais e a estereotipagem é um elemento-chave deste exercício de violência simbólica (HALL, 2016, p. 193).

Hall considera que a estereotipagem é uma forma de poder que está interligada à produção do conhecimento, ou seja, “as práticas do que Foucault chamou de ‘poder/conhecimento’” (HALL, 2016, p. 194). Isso porque foi a partir da imagem estereotipada das pessoas negras que o discurso sobre a população negra foi produzido e é reproduzido na sociedade, por meio das relações sociais, dos dispositivos infocomunicacionais, das escolas, entre outros.

Ademais, Borges nota que as representações das mulheres negras nos dispositivos infocomunicacionais, por exemplo, ainda preservam, no século XXI, um viéscolonialista e eurocêntrico. “As referências do passado às vezes parecem desaparecer, mas em termo de articulação ganham nova roupagem, permanecem, na maioria das vezes, como suporte de construção de imagens de negros, índios e mulheres [...]” (BORGES, 2012, p. 188).

Borges (2017, em entrevista concedida a Thais Pereira da Silva) afirma que a mulher negra ocupa o lugar definido para os grupos subalternos no imaginário coletivo. “É um lugar expropriado da humanidade, reduzido em termos de significantes e significados, ou seja, a mulher negra não pode representar o universal da mulher. As imagens devem ser repetidas de tal forma que confirmem o ponto de vista do imaginário” (BORGES, 2017). Nas palavras da autora:

Embora ainda ocupemos lugares subalternizados, mulher negra tem do ponto de vista da dinâmica social uma perspectiva plural. Inclusive não existe apenas um tipo de empregada negra, não existe apenas um tipo de sambista, é dessa pluralidade que a gente fala. É essa pluralidade é presente nos grupos raciais hegemônicos, o branco pode ser tudo. Os significantes das mulheres negras são sempre regrados. Por que são regrados? Para eles corresponderem com o imaginário que nos colocam (mulheres negras) em lugares já pré-definidos (BORGES, 2017, em entrevista concedida a Thais Pereira da Silva).

Pode-se compreender que o corpo e a sexualidade estereotipada da mulher negra remetem-se à Saartje (Sarah) Baartman, que ficou conhecida como “Vênus de Hotentote”. Nascida em 1789, em Eastern Cape, na África do Sul, Sarah tinha nádegas volumosas, lábios grandes e um alongamento dos lábios vaginais originada pela manipulação da genitália, descritos como “avental de hotentote”, que era considerado belo pelo povo hotentote. Em 1810, Baartman foi levada à Europa por um agricultor sul-africano e um médico cirurgião inglês Dunlop. Em Londres e Paris, a diferença do corpo de Baartman chamou a atenção e ela foi exibida ao público como animal selvagem, presa dentro de uma jaula, durante cinco anos. (BORGES, 2012, HALL, 2016). Em uma das suas primeiras apresentações, Sarah foi descrita na edição de 26 de novembro de 1810 pelo jornal *The Times* “mais um urso acorrentado do que um ser humano” (Hall, 2016, p. 202). Após virar espetáculo público, o corpo de Sarah Baartman passou a ser estudado minuciosamente. Nas palavras de Hall:

[...] ela tornou-se famosa em dois círculos bastante diferentes: entre o público em geral, como espetáculo “popular”, comemorado em baladas, desenhos, ilustrações, em melodramas e reportagens de jornais; e entre naturalistas e etnólogos, que mediram, observaram, desenharam, escreveram tratados eruditos, fizeram modelos e também moldes, de cerca e gesso, e analisaram cada detalhe de sua anatomia, morta e viva (HALL, 2016, p. 203).

Dessa forma, o autor jamaicano analisa as relações de poder e conhecimento relacionadas ao discurso produzido a partir da estereotipagem, envolvidos na representação da Sarah Bartmann. Para Hall, ela tornou-se a personificação da diferença, que foi patologizada e assim a representação dela foi uma forma patológica da alteridade. “Simbolicamente, ela não se encaixava na norma etnocêntrica aplicada às mulheres europeias e, estando fora de um sistema classificatório ocidental sobre como são ‘as mulheres’, ela teve de ser construída como ‘Outro’” (ibidem, p. 203). O autor explica que a Bartmann foi reduzida à natureza, que tinha como significante irrefutável o seu corpo, as diferenças do seu corpo das mulheres brancas ocidentais. “Este texto foi lido, como um texto, como evidência real - a prova - a verdade - de sua

absoluta alteridade e, portanto, de uma diferença irreversível entre as ‘raças’” (ibidem, p. 204).

Figura 1 Vênus Hotentote

Fonte: desenho de Saint-Hilaire e Cuvier, 1824.

Após sua morte em 1815, Vênus Hotentote teve seu corpo desmembrados e expostos separadamente no Musée de L' Homme, em Paris, até 1974. Anos mais tarde, o corpo dela foi devolvido à África do Sul e enterrado em 2002.²⁶ Além do mais, Hall esclarece que a Sarah Baartman foi reduzida às suas partes íntimas, a genitália, o que é uma estratégia aplicada aos corpos das mulheres de qualquer raça. Assim sendo, “Saartje Baartman não existia como “pessoa”. Ela foi desmontada em parte relevantes, foi fetichizada - transformou-se em objeto. Esta substituição do todo pela parte, de um sujeito por uma coisa” (HALL, 2012, p. 205).

Nessa direção, Borges afirma que a Baartman serviu para confirmar o “Outro”, como selvagem, anormal, estranho e eu (homem europeu), como civilidade, normal. A autora ressalta ainda que o corpo da Vênus Hotentote inspirou e determinou a representação do universal da mulher negra. “O corpo feminino negro foi pensado como anormal, desviante em relação ao corpo masculino europeu. Nele, se articulavam categorias de raça e sexo que universalizadas acabaram por criar o estereótipo de hipersexualidade da mulher negra que impera até hoje” (DAMASCENO, 2001 apud BORGES, 2012). Desse modo, Borges nota a concepção

²⁶ Disponível em <<https://www.bbc.com/news/magazine-35240987>> Acesso 10 mai 2019.

racista e sexista do corpo da Baartman nas representações das mulheres negras ou o discurso fundador no imaginário. Essas ideias são reutilizadas e reproduzidas nas relações sociais, nas escolas, nos meios de comunicação e também nos dispositivos infocomunicacionais.

Essas representações incutiram na cabeça de todos que as negras eram só corpo, sem mente. A aceitação cultural dessas representações continua a informar a maneira como as negras são encaradas. Vistos como “símbolo sexual”, os corpos femininos negros são postos numa categoria, em termos culturais, tida como bastante distante da vida mental. Dentro das hierarquias de sexo/raça/classe dos Estados Unidos, as negras sempre estiveram no nível mais baixo. O status inferior nessa cultura é reservado aos julgados incapazes de mobilidade social, por serem vistos, em termos sexistas, racistas e classistas, como deficientes, incompetentes e inferiores (bell hooks, 1995, apud BORGES, 2012).

Além da sexualidade, bell hooks (1995) analisa que a mulher negra é representada como a mãe preta, ou seja, a mulher destinada ao cuidado. Para a autora, essa representação também está relacionada ao corpo “Mais uma vez essa imagem registra a presença feminina negra como significada pelo corpo neste caso a construção de mulher como mãe, peito amamentando e sustentando a vida de outros” (bell hooks, 1995, p. 469).

No Brasil, Carneiro (2018) explica que a primeira mulher negra a aparecer na história oficial foi a escrava Chica da Silva, durante o período colonial, que foi amante de um contratador de ouro português. Assim, a mulher negra foi retratada como exótica, provocativa e sensual, “destinada ao prazer sexual” (CARNEIRO, 2018, p. 155). A filósofa argumenta que os colonizadores portugueses tiveram relações sexuais com índias e negras, devido à escassez de mulheres brancas. No entanto, quando as europeias vieram morar no país, os homens brancos continuaram com seus casos com as mulheres negras escravizadas. Para Carneiro, surge aí a imagem submissa da mulher branca, mas algumas delas eram, na verdade, autoritárias. “A sociedade colonial e escravista contribuiu imensamente para o mito das mulheres quentes, atribuído, até hoje, às negras pela tradição oral e disseminado no meio intelectual através da literatura” (ibidem, p. 156).

Para Carneiro (2018), as mulheres negras estão aprisionadas em outro estereótipo, a mãe preta, que refere-se à ama de leite das crianças brancas durante o período colonial ou às empregadas domésticas, após a proclamação da República.

O campo cultural, principalmente os meios de comunicação, também se configura como um agente importante para sedimentar no imaginário social as representações estereotipadas e os discursos racializados. Para Carneiro (2018), os meios de comunicação naturalizam o racismo e o sexismo, reproduzindo e cristalizando os estereótipos das mulheres negras. Pode-se dizer, inclusive, que constroem e reconstroem a lógica das representações. Nesse aspecto, Carneiro (2018) alerta que a presença minoritária das mulheres negras nos meios de comunicações, como as produções jornalísticas, as telenovelas, os programas de entretenimento, entre outros, além da reprodução da mulher negra em categorias específicas, ou seja, a mulata e a empregada doméstica, são estratégias para tentar fixar as imagens estigmatizadas do grupo.

Nessa perspectiva, Rosane Borges (2012) explica que as formas de emoldurar o “Outro”, ou seja, restringi-los em poucas categorias em suportes infocomunicacionais, como livros, jornais, revistas, programas de televisão e rádio e também nos websites, blogs ou mídias sociais (internet) utiliza-se do discurso imagético. Com isso, a produção do “Outro” nos suportes infocomunicacionais os homogeneíza, a partir das suas características ônticas, isso porque “possibilita que os programas sejam formatados em modalidades relativamente estáveis, capazes de favorecer a “decodificação” (BORGES, 2012, p.180). Dessa forma, a autora nota para aumentar a compreensão dos receptores (ou usuários), os produtores da informação sedimentam um quadro de referências, a partir do estabelecimento de padrões operacionais: falas, padrões de beleza etc “que conduzem a modos específicos de escrever, filmar e fotografar, ou seja, de mostrar ou ocultar, que acaba, em última instância, de forma arbitrária e excludente, sintetizando o universal do homem” (ibidem, p. 182). Pode-se dizer assim que é a incorporação das disposições, segundo Bourdieu, ou seja, um repertório de referências que faz com que os sujeitos consigam compreender os discursos e principalmente conquistar o consentimento deles (BORGES, 2012, HALL, 2016).

Só reconhecemos tais imagens dessa maneira porque a articulação que elas ensejam induz a um modo de funcionamento e estruturação dos discursos que demarca e diferencia. Essa demarcação e diferenciação é reapropriada constantemente, refundida naquilo que responde à demanda da instalação da continuidade (do código reconhecível), acomodando-se, finalmente, no lugar mítico no qual prevalecem as nossas precárias certezas e onde o laço social se faz. O fluxo do discurso e o curso do significado se apresentam como a continuidade do conhecimento, do vivido, do fluxo normal das coisas,

da boa rotina do mundo, fazendo com que o significado guarde sempre o mesmo sentido (BORGES, 2012, p. 182).

Compreende-se assim que os dispositivos infocomunicacionais produzem representações e discursos racializados de modo a fixar os grupos excluídos em determinados lugares. É o que acontece com as mulheres negras. Embora o sentido (significado) das imagens possa se alterar em determinado período histórico, as técnicas de estereotipagem buscam alterar e moldar os significados dos discursos e das representações racializadas de acordo com cada época (BORGES, 2012).

Assim sendo, Carneiro (2018) explica que os meios de comunicação constituem-se em espaços de interferência e de agendamento das ações dos movimentos de mulheres negras. Com os processos relacionados à globalização, em especial as TICS, a filósofa brasileira acredita que a nova ordem mundial requer novas formas de ação política e compreender os meios de comunicação (de massa ou alternativos como os dispositivos infocomunicacionais) como ferramentas estratégicas para deslocar as imagens negativas do grupo, além de visibilizar as mobilizações e os movimentos de luta.

As mulheres negras vêm atuando no sentido de não apenas mudar a lógica de representação dos meios de comunicação de massa, como também da capacitar suas lideranças para o trato com as novas tecnologias de informação, pois falta de poder dos grupos historicamente marginalizados para controlar e construir sua própria representação possibilita a crescente veiculação de estereótipos e distorções pelas mídias, eletrônicas ou impressas (CARNEIRO, 2018, p. 209).

Como é possível deslocar as representações e os discursos racializados? As estratégias de estereotipagem conseguem fixar o significado com sucesso por um tempo, mas, como nota Foucault, é preciso adaptar os discursos e as representações a cada novo período histórico. Assim a estratégia dominante é: Quando o significado de uma representação ou discurso racializado “começa a derrapar, ser arrancado ou redirecionado. Novos significados são enxertados nos antigos” (HALL, 2016, p. 211). Considera-se que é possível alterar os significados dos discursos e das imagens negativas das mulheres negras.

3. O CASO DO BLOG “BLOGUEIRAS NEGRAS”

Como parte do paradigma social da Ciência da Informação, analisam-se os textos publicados no blog “Blogueiras Negras”, a partir da ideia de documentos, segundo Amorim (2019), concebendo-os como “suportes informacionais/artefatos materiais dotados de historicidade sob os quais atuam os sujeitos e suas tantas interferências construídas e construtoras de subjetividades e objetividades” (AMORIM, 2019, p. 58). Assim sendo, a autora enfatiza que o documento afasta-se da ideia de repositórios de informação para “serem conectados a estruturas sociais amplas: dialéticos, caracterizado por sua historicidade e pelas interferências conformadoras de sentidos, capazes de atuar no enquadramento da memória coletiva e na construção de consensos sobre determinados períodos históricos” (ibidem, p. 63).

Amorim analisa que os documentos oficiais favorecem determinadas memórias e discursos, alçando-os ao lugar privilegiado de verdade absoluta. Porém, os grupos excluídos guardam memórias e histórias silenciadas e opostas aos registros oficiais. Nesse sentido, a autora defende que a ideia de documento aproxima-se do conceito de dispositivo de Foucault.

Remetendo a uma vasta relação de disposições práticas e de mecanismos (linguísticos e não linguísticos jurídicos, técnicos e militares), o autor associa os dispositivos ao objetivo de atender a uma finalidade e à imposição de limites e constrangimentos às situações sucessivas. Como constructo político que produz e controla a informação, os documentos podem ser inseridos nessa chave (AMORIM, 2019, p. 65).

Embora o dispositivo funcione como agenciador e atente a uma urgência e uma finalidade, embasada em Marteleto e Couzinet, Amorim afirma que os dispositivos também podem ser recurso para ação dos grupos excluídos. Os dispositivos podem ter variadas dimensões textuais, mobilizando e articulando diferentes saberes, como científico, popular, jornalístico, literário, entre outros. Além disso, “interferem nas relações sociais, alteram a maneira como as pessoas trabalham, informam-se e vivem, de uma maneira geral” (AMORIM, 2019, p. 65).

Como a presente pesquisa, os estudos do paradigma social da CI têm abordagem hermenêutica. Não é possível compreender sujeito cognoscente separado do mundo externo, mas faz-se necessário analisar “a relação dinâmica entre sujeitos

e um vasto complexo material e simbólico” (AMORIM, 2019, p. 66). Nas palavras de Amorim (ibidem, p. 69):

seria a hermenêutica um interessante caminho epistemológico para pensarmos a informação, principalmente por suas considerações sobre o caráter fundamentalmente interpretativo do conhecimento, o que ressalta as muitas comunidades de interpretação existentes, como as maneiras próprias com que cada uma dessas decide o que se tornará ou não documento nos diferentes contextos sócio-históricos.

Assim sendo, a Amorim explica que são as relações sociais que tecem a informação e que fornece os elementos para compreendê-la. Desse modo, para refletir sobre a apropriação das TICs pelas mulheres negras, opta-se por ter como estudo de caso o blog “Blogueiras Negras”, que é uma plataforma coletiva.

Portanto, o capítulo 4 analisa o blog “Blogueiras Negras” como dispositivo infocomunicacional. Sendo assim, traz brevemente a história da internet, além das características específicas dos weblogs, dos dispositivos infocomunicacionais e algumas estratégias de ciberativismo. Ademais, analisa-se o corpus, composta por 1.603 textos publicados no BN, durante março de 2013 e dezembro de 2017.

3.1 Metodologia

Compreende-se que analisar a apropriação das tecnologias de informação e comunicação pelas mulheres negras é um processo complexo, por isso definiu-se pela pesquisa exploratória como primeira etapa da investigação, com a finalidade de obter visão geral do objeto, além de desenvolver e refletir sobre conceitos e ideias. Nesse sentido, levantou-se a bibliografia referente aos temas da pesquisa e definiu-se por realizar um estudo de caso.

No começo, a proposta era fazer uma pesquisa comparativa entre o blog “Blogueiras Negras” e o Portal Geledés. Entretanto, após investigações preliminares, decidiu-se restringir a investigação ao estudo de caso do BN. Isso porque o blog constitui-se em um movimento coletivo de mulheres negras, que se originou na internet. Além disso, os textos (em sua maioria) são originalmente publicados nas Blogueiras Negras, diferentemente do Portal Geledés, que também reproduz informações veiculadas em outros sites de notícias ou blogs.

Compreende-se que para refletir a apropriação das TICs pelas mulheres negras como tática e estratégia para a resistência contra o racismo, o sexismo e a exploração de classe, faz-se necessário mobilizar e articular de dois métodos de pesquisa: a netnografia e a Análise do Discurso Foucaultiana.

Primeiramente, considera-se que para refletir sobre um dispositivo infocomunicacional faz-se necessário utilizar as técnicas de netnografia, a fim de compreender a construção coletiva dos saberes pela comunidade virtual com a observação, por exemplo, dos textos mais visualizados, dos comentários, dos compartilhamentos dos posts, dos temas abordados e das ações de ciberativismo, assim como das entrevistas obtidas da Larissa Santiago, coordenadora do weblog, e nove colaboradoras do BN. Como não houve acesso aos dados analíticos do blog por meio do *Google Analytics* pois apenas as administradoras da plataforma têm permissão, investiga-se os números de visualização, de comentário e de compartilhamento a partir de dados obtidos nos próprios textos em setembro de 2018.

Além disso, a ideia era apenas utilizar a AD de Foucault para analisar os textos com mais visualizações no BN. Entretanto, optou-se por investigar, de acordo com a revisão bibliográfica, os estereótipos mais retratados nos textos do blog e analisar dois textos que apontem a representação da mulher negra e examinar com a AD foucaultiana os dois textos.

A netnografia é a transposição da etnografia para “os estudos de práticas comunicacionais mediadas por computador” (AMARAL, NATAL, VIANA, 2008, p. 35), além da análise das comunidades digitais. Segundo Amaral, Natal e Viana, originário da antropologia, a etnografia é um método de pesquisa que consiste em técnicas para observação e coleta de dados, a partir do contato intersubjetivo entre o pesquisador e a comunidade pesquisada. Em outras palavras, o pesquisador insere-se e participa de comunidades isoladas ou tribos. Assim sendo, a etnografia “É uma disciplina que estuda e descreve a cultura de uma comunidade a partir da observação participante e da análise dos dados observados” (BAZTÁN, 1995, p. 4 apud CORRÊA, ROZADOS, 2017, p. 2).

Durante as décadas de 1980 e 1990, esta metodologia foi adaptada para estudar as comunicações mediadas por computador, a netnografia ou etnografia virtual. Desse modo, o pesquisador insere-se nas comunidades virtuais para observar e investigar as práticas culturais, informacionais e de comunicações. Corrêa e Rozados (2017, p. 2) afirmam “a netnografia não se trata de proposta metodológica

inteiramente nova, mas de uma ampliação das potencialidades do método etnográfico tradicional para contemplar as especificidades do ambiente digital”.

Assim como a etnografia é utilizada para investigar culturas, tribos ou populações isoladas, a netnografia configura-se em um método de pesquisa para estudar artefatos culturais. Dessa forma, Amaral, Natal e Viana notam que as tecnologias de informação e comunicação se apresentam como tal.

Como artefatos culturais, eles são apropriados pelos usuários e constituídos através de marcações e motivações. Além disso, perceber os blogs como artefatos, indica também [...] que são eles o repositório das marcações culturais de determinados grupos e populações no ciberespaço, nos quais é possível, também, recuperar seus traçados culturais (AMARAL, NATAL e VIANA, 2008, p. 36 apud AMARAL, RECUERO e MONTARDO, 2008).

É importante ressaltar, inclusive, que a netnografia deve explorar os significados culturais e sociais de uma comunidade e não apenas o conteúdo (KOZINETTS, 2014, CORRÊA, ROZADOS, 2017). Além disso, são os traços culturais produzidos nas interações nas comunidades virtuais ou nos blogs, por exemplo, que são as pistas para os pesquisadores. “Eles indicam uma gama variada de posicionamentos, mas principalmente norteiam de onde parte o olhar do pesquisador e sua identidade teórica” (AMARAL, NATAL e VIANA, 2008, p. 36 e 37).

Dessa maneira, existem diferentes posicionamentos dos pesquisadores durante as análises netnográficas, podendo variar entre intensamente participativa ou completamente observacional. Faz-se necessário que o pesquisador escolha o grau de inserção na comunidade, assumindo tal posicionamento. Sendo assim, no presente estudo, a posição da pesquisadora é participativa, pois há identificação com os temas e as situações relatadas pelas blogueiras colaboradoras do BN.

Amaral, Natal e Viana explicam que para a transposição da metodologia do espaço offline para o online exige procedimentos específicos para o objeto estudado. Nessa perspectiva, as autoras citam quatro critérios propostos por Kozinets para garantir que a pesquisa refere-se a uma comunidade ou uma cultura específicas e não apenas a reunião temporária de indivíduos.

(1) indivíduos familiarizados entre eles, (2) comunicações que sejam especificamente identificadas e não-anônimas, (3) grupos com linguagens, símbolos, e normas específicas e, (4) comportamentos de manutenção do enquadramento dentro das fronteiras de dentro e fora do grupo (KOZINETTS, 1997, p. 9 apud AMARAL, NATAL, VIANA, 2008, p. 38).

As etapas da pesquisa netnográfica abarcam a seleção da comunidade, coleta, análise e interpretação de dados, além de garantir os padrões éticos (KOZINETS, 2010, CORRÊA, ROZADOS, 2017). Durante a análise das comunidades virtuais, uma das características da netnografia é respeitar a cultura, história e valores. Por isso, faz-se necessário que o pesquisador esclareça com os participantes do weblog coletivo o objetivo da pesquisa.

Segundo Corrêa e Rozados, os dados coletados são classificados em dados arquivados, extraídos e notas de campo.

os primeiros são publicados espontaneamente pelos participantes da comunidade sem que haja um estímulo do pesquisador. Os dados extraídos podem ser obtidos nas interações do pesquisador com os membros da comunidade por meio de postagens, entrevistas por correio eletrônico ou mensagens instantâneas. Já os dados de notas de campo, mencionados anteriormente, consistem nas anotações do pesquisador sobre diferentes aspectos relacionados à pesquisa (CORRÊA, ROZADOS, 2017, p. 9).

Nessa pesquisa se utiliza as seguintes ferramentas: 1) Observação participante na comunidade virtual; 2) Leituras e análise dos textos 3) Entrevistas estruturadas; 4) Entrevistas semiestruturadas; 5) Anotações de campo.

Por fim, o tratamento dos dados foi realizado de forma manual e utilizando o software de análise de dados qualitativos Maxqda 2018. Optou-se primeiramente pela compilação e tratamento dos dados manualmente (arquivos eletrônicos). Entretanto, após uma primeira análise dos textos e anotações de campo, utilizou-se o Maxqda 2018 para otimizar a coleta, a organização e o examine dos dados.

Portanto, mobilizou-se a netnografia para refletir sobre o blog como artefato cultural, além de examinar as relações sociais e o conhecimento construídos no BN.

3.2 Miatização da sociedade

“Vivemos uma miatização intensiva da cultura e da sociedade que não se limita à formação da opinião pública, mas atravessa quase todas as instituições sociais e culturais” (HJAVARD, 2014, p. 21). Hjavard explica que a influência da mídia não se resume aos processos de comunicação, mas a transformação na estrutura da sociedade. “As mídias são coprodutoras de nossas representações mentais, de nossas ações e relacionamentos com outras pessoas em uma variedade de contextos privados e semiprivados, e deveríamos considerar essa revolução significativa também” (ibidem, p. 23-24).

Nessa perspectiva, Hjavard argumenta que a teoria da midiaticização reflete sobre “os processos pelos quais a cultura e a sociedade tornam-se cada vez mais dependentes dos meios de comunicação e sua lógica como mídia integra-se em práticas culturais e sociais em vários níveis” (HJAVARD, 2014, p. 26). Além disso, a teoria aponta as mídias como estruturas, ou melhor, práticas institucionalizadas que interferem ou influenciam outros campos sociais, bem como as mídias adquirem status de instituição com certa independência de outras instituições ou campos sociais (HJAVARD, 2015).

De um ponto de vista institucional, a midiaticização é caracterizada por um desenvolvimento bilateral, no qual a mídia se tornou institucionalizada dentro de outros domínios sociais, ao mesmo tempo em que adquiriu o status de instituição social em si mesma. Como resultado, a interação social – dentro das respectivas instituições, entre instituições e na sociedade em geral – ocorre cada vez mais sob a influência da mídia (HJAVARD, 2014, p. 26).

Nota-se assim que as mídias atuam dentro de outras instituições, estando “presente” no tempo vivido em família, no trabalho e na escola. “Como resultado, a interação social - dentro das instituições, entre as instituições e na sociedade em geral - cada vez mais envolve a mídia” (HJAVARD, 2015, p. 53). O autor dinamarquês utiliza o termo “lógica da mídia” para refletir sobre a interferência dos meios de comunicação em outras instituições e na sociedade como um todo, devido aos recursos que a mídia controla ou disponibiliza. Ressalta-se que recursos distribuídos pelas mídias incluem recursos materiais ou simbólicos, a informação ou a atenção pública, por exemplo (HJAVARD, 2014, 2015). Ademais, cada instituição funciona com suas próprias regras formais e informais, ou seja, cada uma têm lógicas diferentes. Com a midiaticização, cada instituição ajusta a sua própria lógica à da mídia, assim como esta se ajusta às regras formais e informais das outras instituições.

Hjavard analisa dois aspectos da influência das mídias nas instituições sociais e culturais. A primeira refere-se à interferência da mídia na interação social, já a segunda relaciona-se à institucionalização da mídia e a sua atuação dentro de outras instituições.

[...] a midiaticização ocorre através da institucionalização de padrões de interação particulares (regras formais e informais) e alocação dos recursos interacionais no interior de uma instituição social ou esfera cultural em particular. A mídia não deve ser considerada um fator externo à interação social ou às instituições sociais mas, ao contrário, tem se tornado parte integrante da estruturação de ambas (HJAVARD, 2015, p. 54).

3.2.1 Lógica da Mídia

Hjavard (2015) explica que a perspectiva institucional refere-se às TICs como instituições²⁷. A CNN, a Amazon, a Rede Globo, entre outras, constituem-se como organizações midiáticas. Desse modo, historicamente, o autor acrescenta que os meios de comunicação de massa, como a televisão, o rádio, o jornal e a revista, instituíram as esferas públicas de natureza política, econômica, cultural, comercial, entre outras. “Nas organizações individuais, a mídia desenvolveu práticas, padrões profissionais e quadros regulatórios comuns” (HJAVARD, 2015, p. 56). Além disso, os meios de comunicação de massa eram controlados por outras instituições sociais. Com o tempo, as mídias de massa perderam parte da sua dependência de outras instituições e adquiriram controle de recursos importantes para a sociedade, como a informação pública, a atenção pública e a capacidade de formação da opinião dos indivíduos da sociedade. Assim Hjavard considera que os meios de comunicação de massa já tinham certo caráter institucional, porém são as TICs que estabelecem as mídias como uma instituição.

A propagação e a integração dos novos formatos de mídia, tais como a internet e os telefones celulares, no âmbito das práticas cotidianas em quase todos os contextos sociais, incluindo família, trabalho, política, economia e outros, certamente torna difícil considerar todas as práticas e usos desses tipos de mídia como governados por regras comparáveis e formas semelhantes de alocação de recursos. Isto é verdade não apenas para as novas mídias em contraste com as velhas mídias, mas também para alguns formatos de novas mídias em comparação com outros formatos de novas mídias. O uso da internet no setor financeiro é governado por regras e padrões de alocação de recursos bastante diferentes do caso do uso da internet nos locais de trabalho ou do uso dos telefones celulares na família. Estes três exemplos demonstram outra característica comum das novas mídias em comparação com as mídias de massa, a saber, sua integração em uma variedade de contextos institucionais privados e semi-privados (HJAVARD, 2015, p. 56).

Nesse sentido, Hjavard explica que a dimensão institucional da midiatização interessa menos pela instituição midiática como reguladora do acesso à informação

²⁷ “De um ponto de vista sociológico, uma instituição é um domínio ou campo da vida social identificável que é governado por um determinado conjunto de regras formais e informais, apresenta uma estrutura particular, desempenha determinadas funções sociais, e aloca recursos para a ação social de maneiras variadas” (HJAVARD, 2015, p. 56).

pública do que com a “institucionalização dos padrões de interação social com outros domínios sociais” (HJAVARD, 2015, p. 56). Tal processo de institucionalização, explica o autor, não é influenciado apenas pela lógica da mídia, mas também pelas lógicas de outras instituições, como a família e o trabalho. Os usuários utilizam o celular e o computador para manter laços sociais com familiares e amigos ou mesmo realizar tarefas profissionais, como enviar e receber e-mail, agendar reuniões, entre outras. No primeiro caso, seus padrões são influenciados pela instituição família, enquanto o segundo determina-se pelo trabalho.

Dessa forma, Hjavard (2014) defende que as TICs introduzem a sobreposição entre as lógicas institucionais de três formas diferentes. Em primeiro lugar, os meios de comunicação configuram-se em uma esfera pública para a reflexão sobre os mais variados aspectos da sociedade, que dizem respeito às outras instituições sociais. Isso porque a esfera pública da mídia não se restringe ao debate racional e político, mas constitui-se em um espaço público para a discussão de assuntos referentes às outras instituições sociais e até não racionais. O blog “Blogueiras Negras”, como organização midiática, constitui-se como espaço público para as mulheres negras, no qual elas produzem conhecimento, utilizando algumas lógicas do campo científico; debatem sobre sexualidade e sexo, que operam na esfera da família; abordam temas como literatura, cinema e teatro, da esfera da cultura; entre outros.

Em segundo lugar, as novas tecnologias estão presentes dentro das outras instituições e tornam-se parte da prática construtiva do trabalho, da família e da escola. Nesse caso, Hjavard nota a virtualização das instituições, ou seja, as TICs estão cada vez mais deslocando as práticas sociais dos ambientes físicos para o virtual.

A mídia móvel acentuou essa virtualização tornando possível acessar quase todos os espaços institucionais de qualquer lugar. Através de seu tablet ou smartphone, você pode visitar a biblioteca ou uma exibição de arte, ligar para a família, ou postar um comentário em um blog político. Isso não faz com que o espaço físico ou o local não sejam importantes, já que a maioria das instituições ainda mantém uma localização física central como seu principal espaço de interação, como o lar (a família), a escola (educação), o parlamento (política) etc. Entretanto, significa que os locais físicos se entrelaçam com um espaço virtual [...] (HJAVARD, 2014, p. 35).

Assim, por exemplo, é possível estar fisicamente no local de trabalho, mas interagindo com os amigos nas mídias digitais, como o *Facebook* ou *WhatsApp*. Além disso, Hjavard explica que a presença de uma instituição dentro do espaço de outra

desenvolve uma sobreposição de lógicas institucionais. Nas palavras do autor, “Quando mídias digitais são introduzidas no sistema educacional, elas podem não apenas criar um conflito entre velhos e novos paradigmas pedagógicos, mas disponibilizar uma ampla gama de outras lógicas de outras ordens institucionais” (HJAVARD, 2014, p. 36).

Por fim, em terceiro lugar, refere-se às TICs como uma instituição semi-independente. Em outras palavras, a “lógica da mídia não influencia apenas como os atores sociais de instituições variadas agem na esfera pública, mas também o próprio funcionamento de outras instituições e suas interações entre si” (ibidem, p. 36). Hjavard nota que as instituições religiosas ou financeiras desenvolvem websites ou canais nas mídias digitais para interagir com os seus usuários, assim adaptam-se às lógicas midiáticas (regras, linguagem, estética, entre outras). “A mídia pode, certamente, não ter sempre a principal influência nessas situações de sobreposição, mas o ponto-chave é que a mistura de lógicas institucionais oferece solo fértil para a mudança social e cultural” (ibidem, p. 37).

3.2.2 Estruturação da mídia na interação social

Hjavard nota a influência da mídia na estruturação da interação social. Embasado na teoria da estruturação de Giddens (1984), o autor dinamarquês analisa que, embora conceitualmente as instituições são similares, incorporam práticas institucionalizadas e idiossincráticas diferentes. Em comum, as instituições possuem regras e recursos. Dessa forma, as mídias operam com regras formais (as leis) e informais (as normas). Já os recursos “providenciam a infraestrutura para a prática social e podem ser materiais ou simbólicos/autorizativos em natureza” (HJAVARD, 2014, p. 28).

Nessa perspectiva, Hjavard acrescenta que “as instituições não são externas à prática social” (ibidem, p. 28). As instituições, como a família ou religião, são produzidas, reproduzidas ou invocadas pelos indivíduos nas suas relações ou práticas sociais. “As instituições podem adquirir uma presença externa permanente e material, por exemplo, na forma de construções ou textos, mas as instituições também são entendidas como regras mentais e recursos incorporados que fazem parte da interação humana” (ibidem, p. 28). Assim os sujeitos incorporam as disposições (as

regras formais e informais), ou seja, o *habitus* (Bourdieu) e a exteriorizam a partir das suas práticas sociais, o próprio texto. Entretanto, o autor afirma que as regras institucionais e os recursos restringem e viabilizam a interação social. Dessa maneira, os sujeitos podem reproduzir, romper ou transformar a ordem social existente.

Hjarvard explica que a “teoria da estruturação” fornece referências teóricas para compreender o processo da mediação.

Ela sugere como os meios de comunicação podem estar simultaneamente dentro e fora da ação humana: eles representam uma condição estrutural externa em termos dos recursos comunicativos disponíveis (o ambiente midiático) e regras relativas aos seus usos (leis, preços etc.), que são em alguns sentidos não-negociáveis do ponto de vista da ação individual, e são também recursos e regras internos na forma de esquemas interpretativos e scripts de ação (por exemplo, conhecimento da adequação de determinados gêneros e meios de comunicação para a interação em contextos específicos), os quais podem permitir aos agentes agir de outra forma (HJARVARD, 2014, p. 29).

Considera-se que o blog colaborativo “Blogueiras Negras” constitua-se em um dispositivo infocomunicacional na internet (ou seja, uma organização midiática) que produz saberes e narrativas descolonizadas, ou seja, que contrapõem por vezes os discursos dos meios de comunicação de massa ou mesmo das instituições acadêmicas (os espaços hegemônicos e legitimados de produção do conhecimento e da informação). Algumas das mulheres negras colaboradoras do BN são universitárias ou acadêmicas (de vários campos científicos), outras são jornalistas (campo jornalístico) e utilizam o *habitus*, a incorporação das regras e normas desses campos, para romper ou transformar parte do discurso ou do regime de verdade que sustentam o poder.

Quais são os recursos da mídia? Hjarvard argumenta que a “atenção pública” não pode ser considerado um recurso de poder da mídia, mas o resultado da comunicação mediada pelas TICs.

As mídias são ferramentas sociais para a produção de atenção, mas o recurso verdadeiro é a capacidade da mídia em controlar como a informação é representada (por exemplo, enquadrada ideologicamente ou narrada artisticamente), como as relações são construídas (por exemplo, quem se conecta a quem e de que formas), e para qual finalidade social as ações comunicativas servem (por exemplo, entretenimento, educação, persuasão etc.). Como esses recursos podem ser importantes para todos os tipos de interação cultural e social, a mídia pode vir a exercer influência em todo domínio social, mesmo que de formas e intensidades diferentes. Para ganhar acesso aos recursos da mídia, os agentes sociais de outros domínios institucionais devem aceitar as várias regras que passam a governar a mídia. Como muitas mídias hoje se tornaram multifuncionais, não devemos

necessariamente atribuir regras sociais particulares ao nível de mídia individual (HJAVARD, 2014, p. 40).

A internet, por exemplo, é apropriada por diferentes instituições sociais como estratégia para alcançar os mais variados objetivos, como produzir e disseminar informação ou interagir com o seu público. Da mesma forma, Hjavard afirma que uma organização midiática pode atuar em diferentes instituições e práticas sociais, assim “uma companhia de mídia individual como o Google está envolvida em uma variedade de gêneros de mídia que se relacionam a diferentes domínios institucionais como bibliotecas, pesquisa, notícias, correio pessoal, publicidade comercial” (ibidem, p. 40). Compreende-se que a *Google*, além de utilizar as TICs para inúmeras funcionalidades e objetivos, também influencia a lógica de outras instituições e é influenciada por elas, ou melhor, sobrepõe as lógicas de várias esferas sociais. Por isso, é preciso analisar as várias ações comunicativas das mídias que envolvem outras instituições e não considerar apenas a mídia como uma instituição semi-independente (HJAVARD, 2014).

Hoje, esse processo bilateral – através do qual a mídia está se desenvolvendo como uma instituição semi-independente e sendo integrada a outras instituições – se acelerou. O processo não está mais restrito aos assuntos públicos e políticos, mas se tornou prevalente em quase todas as instituições sociais e domínios culturais. À medida que as instituições tornaram-se diferenciadas e se estenderam pelo tempo e espaço sob as condições de alta modernidade, as mídias tornaram-se ferramentas indispensáveis para a interação social dentro de instituições, entre instituições e na sociedade como um todo. Como processo social, a midiatização é impulsionada tanto pelo desenvolvimento da mídia como pelas dinâmicas de uma variedade de outras instituições nas quais os agentes sociais tentam fazer uso dos recursos da mídia para seus próprios propósitos (HJAVARD, 2014, p. 40-41).

Portanto, nota-se que o BN, embora constitua-se como uma organização midiática, pertencente à mídia como instituição semi-independente, sobrepõe as lógicas de outras instituições ou campos sociais, como a família, o trabalho, a cultura, o científico, o jornalístico, entre outros.

3.3 Blog e Dispositivo Infocomunicacional

Considera-se que os blogs constituem-se em dispositivos de informação e comunicação originários da internet (MARTELETO, 2015).

O termo weblog foi mobilizado pela primeira vez por Jorn Barger, em 1997, para referir-se aos *sites* que compilavam e organizavam *links* de outras páginas na internet e os divulgavam, como seu próprio blog *Robot Wisdom*²⁸. O termo (web + log) designa arquivo web. Orihuela (2007) explica que os primeiros weblogs eram apropriados pelos usuários para criar uma base de dados com os novos sites da internet. Desse modo, considera-se que o “*What’s new in 92*”, publicado por Tim-Berners Lee, em 1992, como primeiro weblog (AMARAL, RECUERO, MONTARDO, 2009, ORIHUELA, 2007).

No começo de 1999, Orihuela afirma que existiam apenas 23 blogs, de acordo com o “The page of only weblogs”, de Jesse James Garrett. Com o surgimento das primeiras ferramentas de publicação dos weblogs o Pitas (em julho) e o Blogger (em agosto) contribuíram para a popularização dos blogs no fim da década de 1990 (AMARAL, RECUERO, MONTARDO, 2009, ORIHUELA, 2007). “Esses sistemas proporcionaram uma maior facilidade na publicação e manutenção dos sites, que não mais exigiam o conhecimento da linguagem HTML, por isso, passaram a ser rapidamente adotados e apropriados para os mais diversos usos” (AMARAL, RECUERO, MONTARDO, 2009, p. 28). Para as autoras brasileiras, a inclusão da ferramenta de comentários nos blogs foi essencial para o sucesso da plataforma.

Nessa perspectiva, Orihuela explica que, embora a world wide web tenha surgido em 1990, os blogs consistem nos primeiros espaços para que qualquer usuário possa produzir, publicar e disseminar informação (e também conhecimento) on-line em escala mundial. Nos dias atuais, plataformas para a publicação de conteúdo gratuito (*Content Management System* - CMS), como o Wordpress²⁹, o Blogger³⁰ e o Wix³¹, resolvem obstáculos técnicos que podem dificultar a apropriação das TICs.

Graduada em Análise de Sistemas e pós-graduada em Desenvolvimento de aplicações WEB, Maria Rita Casagrande, uma das três criadoras do blog “Blogueiras Negras”, foi a responsável pelo desenvolvimento web e gráfico do BN, entre 2013 e 2016, no qual ela utilizou o Wordpress, que é a mesma plataforma utilizada pelo BN nos dias atuais. *Software* aberto e livre para a publicação de conteúdo na internet, o

²⁸ Disponível em <<http://robotwisdom2.blogspot.com/>> Acesso 10 mai 2019.

²⁹ <https://br.wordpress.com/>

³⁰ <https://www.blogger.com>

³¹ <https://pt.wix.com/>

Wordpress é a plataforma usada por 18,51% dos blogs brasileiros, em 2017, ficando atrás apenas do Blogger com 59,76%. Esses dados foram apresentados na pesquisa “Blogs do Brasil Panorama 2017³², do BigData Corp., que mostrou o universo da blogosfera do país com mais de 5,5 milhões de blogs.

De acordo com Amaral, Recuero e Montardo (2009), após a popularização, as primeiras apropriações dos blogs foram para a criação de “diários pessoais”, na qual o usuário relata sobre sua experiência de vida e cotidiano. “Esses blogs eram utilizados como espaços de expressão pessoal, publicação de relatos, experiências e pensamentos do autor” (AMARAL, RECUERO, MONTARDO, 2009, p. 29).

Embora a apropriação dos blogs tenha se ampliado durante o século XXI, já que existem weblogs sobre os mais variados temas, como política, esporte, educação, feminismos, relações étnicas-raciais, entre outros, nota-se que a característica de relato ou de uma opinião pessoal ainda são preponderantes. Ugarte afirma que “a vida do autor não está separada da informação geral e da opinião” (UGARTE, 2008, p. 37).

Afinal, qual a definição de weblog ou blog?

Weblogs ou blogs são páginas pessoais da web que, à semelhança de diários on-line, tornaram possível a todos publicar na rede. Por ser publicação on-line centralizada no usuário e nos conteúdos, e não na programação ou no design gráfico, os blogs multiplicaram o leque de opções dos internautas de levar para a rede conteúdos próprios sem intermediários, atualizados (ORIHUELA, 2007, p. 2).

Além disso, os relatos (os *posts*) são ordenados com cronologia inversa, ou seja, com o mais recentes primeiro, sendo que cada *post* possui um endereço de URL permanente, o que facilita, segundo Orihuela, que os usuários acessem os weblogs a partir de outros *sites* ou weblogs. Nesse sentido, as informações são arquivadas e organizadas cronologicamente (por meses ou anos) ou tematicamente (*tags* por temas). As *tags* são etiquetas que facilitam a recuperação da informação pelos usuários. “As etiquetas podem ser definidas como palavras-chave, categorias ou metadados, e referem-se a qualquer palavra que define uma relação entre o conteúdo que está sendo postado e um conceito na mente do usuário” (SANTOS, NEVES, FREIRE, 2017, p. 6). Em outras palavras, as *tags* servem como intermediários entre os usuários e as informações.

No caso do BN, como já foi dito, o blog sobrepõe diversos campos e esferas sociais. Desse modo, as informações são representadas e organizadas

³² Disponível em <<https://www.bigdatacorp.info/info-blogs-do-brasil>> Acesso em: jan 2019.

tematicamente, o que representa um total de 61 *tags* por temas -Aborto, Afeto, Arte, As coordenadas, Beleza, Biblioteca, Cinema, Colunas, Consumo, Corpo, Cotidiano, Culinária, Cultura, Denúncia, Direitos, Empoderamento e verdades antipatriarcais, Editorial, Educação, Entrevista, Esporte, Estilo de Vida, Eventos, Feminismo, Grite por Elas, História, Identidade, III CONAPIR, Infância e Juventude, Latinidades, Levantes, Listas, Literatura, Literatura (Cultura), Marcha das Mulheres Negras 2015, Maternidade, Mente, Mídia, Moda, Música, Negras Notáveis, Nocaute, Pedagogia da Travestilidade, Pessoas, Poesias, Política, Preconceito, Rascunho, Relações Interpessoais, Religião, Resistência, Saúde, Saúde e Beleza, Sexualidade, Sonho, Tecnologia, Televisão, Trabalho, Transfeminismo, Urbanidade, Ver(te)b(r)al, Violência.

De acordo com Larissa Santiago (2017) e a análise das etiquetas no blog, seis delas são consideradas principais: Cultura; Resistência, Identidade, Coluna, Saúde e Beleza e Estilo de Vida. Os textos são indexados em mais de uma *tag*, ou seja, são arquivadas em uma das etiquetas principais e pelo menos em uma das outras. Além disso, algumas etiquetas são criadas especialmente para uma ação de visibilidade ou evento específico, como as *tags* III CONAPIR, Marcha das Mulheres Negras 2015 e Grite por Elas. Como muitos textos abordam vários temas, nota-se que o BN encontra um pouco de dificuldade para “etiquetá-los”, o que não favorece as buscas pelas *tags*.

Amaral, Recuero e Montardo (2009) apontam outra característica dos weblogs: são uma lista com links para outros blogs similares e recomendados, os agregadores, criando uma rede ou uma comunidade sobre o tema. Nesse sentido, segundo Primo e Recuero (2003), a maior parte dos blogs possui duas ferramentas: os comentários e o *trackback*. A primeira permite que outros usuários escrevam suas observações sobre o tema no post publicado, já a segunda possibilita a publicação de *links* de outros posts em um texto de blog, enfatizando que o tema está sendo discutido em outros weblogs. “São exatamente essas ferramentas que fazem do blog um sistema que traz uma organização diferenciada para a Web. Isso porque são essas ferramentas que proporcionam ao weblog um espaço de comunicação entre os interagentes, proporcionando a discussão e o diálogo” (PRIMO, RECUERO, 2003, p. 13).

Com os comentários e o *trackback*, blogueiras e blogueiros interagem, formando uma rede hipertextual dialógica, os *webrings*, que “podem dar origem à criação de comunidades virtuais, pois representam, mais do que um grupo de links,

um grupo de pessoas que estabelecem relações entre si” (PRIMO, RECUERO, 2003, p. 14). Desse modo, os blogs constituem-se em uma rede de relação entre indivíduos e construção de significados.

O leitor de um texto, por exemplo, é convidado a verificar a sua fonte (através de um link), observa a discussão em torno do assunto (através dos comentários), é convidado a ler outros textos que tratam do mesmo assunto em outros blogs (através do *trackback*) e pode, inclusive, fazer suas próprias relações através de uma participação ativa como comentarista ou como blogueiro, em seu próprio blog [...]leitor pode, deste modo, interferir no texto do blogueiro, completando-o ou construindo-o. Essa rede de relações que permeia a rede dos blogs poderia representar as associações que todos os blogueiros e internautas realizaram ao ler o mesmo texto, apresentando suas próprias contribuições, como notas escritas em um livro. Essas notas, representadas pelas opiniões e comentários das pessoas formam intrincadas trilhas hipertextuais dentro da própria Rede, que são constantemente modificadas e trabalhadas pelos autores que lerão o texto em seguida. Cada internauta pode, portanto, observar as associações dos outros leitores e colocar também as suas. Trata-se, deste modo, de uma construção coletiva (PRIMO, RECUERO, 2003, p. 13)

Assim sendo, Primo e Recuero afirmam que, embora os weblogs não privilegiem sempre uma escrita coletiva pois não permitem que outro usuário além da autora ou do autor modifique o texto, “mas de uma rede de significações coletiva agregada a um texto individual” (PRIMO, RECUERO, 2003, p. 13). Entretanto, alguns weblogs podem ter escrita coletiva, na qual outros usuários podem alterar o texto. No caso do blog “Blogueiras Negras”, as colaboradoras escrevem seus textos individualmente ou coletivamente, observando o manual do editorial, ou seja, “as regras” de publicação propostas por Charô Nunes e Larissa Santiago. Dessa forma, as coordenadoras podem alterar os erros gramaticais e analisar se os textos estão de acordo com a “linha editorial” do BN.

Nessa perspectiva, durante os cinco anos analisados, 379 mulheres negras escreveram e colaboraram com o BN. Entre elas, 10 publicaram no perfil Anônima do blog³³, destinado às mulheres negras que preferem não expor seu nome. O número inclui as coordenadoras da plataforma, Charô Nunes e Larissa Santiago, assim como a Maria Rita Casagrande, uma das criadoras do weblog juntamente com a Charô e a Larissa. Entretanto, apenas os textos em que a Maria Rita escreve em parceria com a Charô continuam publicados no BN. Na primeira análise dos posts, realizada em 2016, os textos individuais da autora ainda estavam veiculados no dispositivo

³³ “A autora anônima somos todas nós. Ela sou eu e também é você quando precisa preservar sua identidade”. Descrição do perfil no blog “Blogueiras Negras.”

infocomunicacional, todavia, na investigação feita com o Maxqda, em 2018, as publicações de Maria Rita não foram encontradas. Ademais, embora os textos traduzidos façam parte do corpus da pesquisa, não se inclui as autoras e as tradutoras no número de colaboradoras.

Além das 379 mulheres que produziram conteúdo simbólico individualmente ou coletivamente, já que alguns textos são escritos por duas ou três delas conjuntamente, outros coletivos ou movimentos sociais de mulheres negras também colaboraram com o BN, como a Marcha das Mulheres Negras de 2015, o Coletivo Pretas Candangas, a Cena Feminista, o Coletivo Autônomo Feminista Leila Diniz, os gt's da Caminhada de lésbicas e bissexuais, Pretas Dramas e Pretas em Movimento. Também existe o perfil Blogueiras Negras, destinado a opinião das coordenadoras.

A comunidade virtual, ou melhor, a blogosfera é um “ambiente informativo no qual se reproduzem os pressupostos, as condições e os resultados do mundo pluriárquico³⁴” (UGARTE, 2008, p. 37). Já Orihuela define que a blogosfera constitui-se em um sistema complexo e auto-regulado, que observa toda a informação produzida pelos meios de comunicação de massa. “Por meio dos links a sites externos que faz e dos links e comentários que recebe cada blogueiro entra em uma comunidade ou “vizinhança” composta por esses veículos comuns e pela familiaridade que adquire com seu grupo de referências” (ORIHUELA, 2007, p. 9).

Nessa perspectiva, Ugarte explica que o prestígio de um blog pode ser analisado a partir da quantidade de menções que ele recebe em outros weblogs ou mesmo citações, além do número de acesso, comentários no blog, participação em eventos, entre outros. Compreende-se assim que isso corresponde um “capital social”, de acordo com Bourdieu:

O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede duradoura de relações mais ou menos institucionalizadas e de inter-reconhecimento; ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que, além de serem dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), estão unidos por ligações permanentes e úteis (BOURDIEU, 1980, p. 2 apud MARTIN, 2017, p. 113).

³⁴ “Como um sistema pluriárquico, entende-se por que nas redes não existe ‘direção’ no sentido tradicional, mas também por que inevitavelmente surgem, em seu interior, grupos cujo principal objetivo é conferir fluidez ao funcionamento e aos fluxos de rede. São grupos especializados em propor ações de conjunto e facilitá-las” (UGARTE, 2008, p. 36).

Para Ugarte, o blog é o primeiro meio de comunicação distribuído da história. O autor afirma que as redes distribuídas não dependem de nenhum nó para a mensagem ou a informação chegar ao destinatário. Nas palavras de Ugarte, “Não há filtros únicos [...] nas distribuídas a diferença está no fato de que um emissor qualquer não tem que passar necessariamente e sempre pelos mesmos nodos para poder chegar a outros” (UGARTE, 2008, p. 34-35). Dessa forma, a rede distribuída é uma rede de iguais, embora alguns nodos sejam mais conectados que outros. “[...] em um sistema desse tipo, a tomada de decisão não é binária. Não é ‘sim’ ou ‘não’. [...] Alguém propõe e soma-se a ele quem quer. A dimensão da ação dependerá das simpatias e do grau de acordo que suscite a proposta” (ibidem, p. 35). Esse sistema denomina-se pluriarquia, segundo Ugarte. Por isso, todas as ações e as mobilizações de visibilidade de um blog dependem do seu capital social e do interesse que a proposta obtém na blogosfera. Desse modo, Ugarte explica que os weblogs são capazes de alterar a agenda pública e introduzir temas ao debate social que os meios de comunicação tradicionais não abordam. O autor ressalta a importância da blogosfera, pois “um blog não é o meio, porém o conjunto de blogs o é” (UGARTE, 2008, p. 111).

Criado por uma comunidade de blogueiras feministas negras ou interseccionais, que escreviam sobre as opressões de gênero, de raça, de exploração de classe, entre outros temas em seus blogs pessoais, o BN pertence, primeiramente, a blogosfera que o constitui. Além disso, as criadoras e coordenadoras do BN se conheceram enquanto colaboradoras de outro blog feminista, o Blogueiras Feministas, compreende-se que o BN também transita entre a blogosfera feminista, assim como dos movimentos negros e das mídias alternativas de militantes da esquerda brasileira, embora as blogueiras do BN façam muitas críticas às mídias alternativas.

Contudo, Orihuela explica que, embora os blogs tenham liberdade para escrever sobre os mais diversos assuntos, como política, raça, gênero, cultura, meio ambiente e economia, estão sujeitos à análise e à crítica da blogosfera, ou seja, da sua própria comunidade.

Orihuela estabelece que com o weblog surge um novo cenário da comunicação e as funções das blogosferas são inúmeros, como “um filtro social de opiniões e notícias, um sistema de controle e crítica dos meios de comunicação [...], finalmente, a grande conversão de múltiplas comunidades cujo objetivo comum é o conhecimento

compartilhado” (ORIHUELA, 2007, p. 9). Nesse sentido, Ugarte explica que a blogosfera rompe com a dicotomia emissor/receptor ou produtor/ usuário, já que se configura em uma rede na qual todos são produtores e usuários de informação.

Nas últimas décadas, os usuários não se apropriaram dos blogs apenas como diários pessoais, mas também para escrever sobre qualquer tema, como política, economia, cultura, entre outros. No entanto, independente do tema, o post do blog reproduz sempre as ideias, os interesses e as opiniões do autor. Desse modo, considera-se que os weblogs são espaços personalizados pelo autor. Amaral, Recuero e Montardo afirmam que mesmo os blogs que não são diários ou claramente opinativos, a partir da escolha dos temas para os textos e dos links disponibilizados na plataforma, o autor está espelhado nessa seleção, ou seja, na personalização do weblog. Ademais, Ugarte nota que textos dos weblogs combinam análise política, cultural, entre outras, com o relato pessoal. O “eu” está sempre presente nos textos de um blog.

Além da apropriação como meio de comunicação distribuído, os weblogs são utilizados para organização e mobilização social. Nesse sentido, Martel (2015) argumenta que a revolução digital é mais territorializada do que global. “A web é hoje muito local (...) Muitas vezes está ligada a uma ‘comunidade’, e sabemos que na língua americana essa expressão, *community*, remete ao mesmo tempo a um grupo étnico, a uma minoria sexual, uma religião ou até o bairro e à cidade onde se mora” (MARTEL, 2015, p. 416 - 417). Desse modo, a internet configura-se como um espaço para a mobilização e organização de indivíduos, a partir de uma identidade ou uma causa, por exemplo. Como afirmam Melucci (1989, 2001) e Castells (2013), nas sociedades complexas ou em rede, os movimentos sociais identitários ou unidos por causas sociais conectam-se e organizam-se na internet, utilizando os dispositivos infocomunicacionais como os blogs para produzir conteúdo e conhecimento, a fim de criar também projetos políticos, sociais e culturais para o grupo. É o caso dos movimentos de mulheres negras e do blog no “Blogueiras Negras” em específico, que produz, organiza e dissemina os saberes construídos nas lutas de emancipação dos movimentos de mulheres negras, como identitários, políticos e estéticos-corpóreos, propostos por Gomes (2017).

Com isso, Amaral, Recuero e Montardo (2009) analisam que uma das definições do weblog é como artefato cultural. “uma aproximação do contexto sócio-histórico de apropriação dos artefatos tecnológicos a partir do olhar subjetivo dos

próprios atores que inter-atuam com as TICs” (ESPINOSA, 2007, p. 272 apud AMARAL, RECUERO, MONTARDO, 2009, p. 31). Marteleto (2015) explica que os estudos em Ciências da Informação refletem sobre a produção e a disseminação de textos da internet (os weblogs) como práticas sociais cognitivas e simbólicas, que se conformam como dispositivos de informação e comunicação. Nas palavras de Marteleto, “Os dispositivos de informação e comunicação são constituídos pelas relações entre os textos, os elementos técnicos que exercem a mediação e condicionam as escritas, e também pelos usos, que configuram a sua forma social” (ibidem, p. 15).

Como já foi dito, o dispositivo infocomunicacional é “Um dispositivo é algo inscrito em um projeto, com uma finalidade a cumprir em uma situação particular, [...] não é algo isolado, estando interligado a outros objetos da mesma natureza, fazendo assim parte de um conjunto de objetos e sentidos” (MARTELETO, 2015, p. 13). O dispositivo é a rede de poder que se articula entre elementos heterogêneos, ditos e não ditos. Considera-se os weblogs como dispositivos infocomunicacionais. Marteleto analisa os dispositivos infocomunicacionais em sua dimensão de poder e de coerção e seres culturais. Segundo a autora, seres culturais referem-se:

[...] um complexo que associa objetos materiais, textos, representações e que resulta na elaboração e no compartilhamento de ideias, de informações, de saberes, de julgamentos. Trata-se de configurações dinâmicas que traduzem a elaboração histórica dos recursos e das questões da cultura para uma sociedade: posturas, saberes, valores que não podem ser compreendidos de forma separada uns dos outros e que repousam sobre uma panóplia de objetos e de procedimentos, sem no entanto se reduzir a um único registro técnico (JEANNERET, 2008, p. 16 apud MARTELETO, 2015, p. 14).

Nessa perspectiva, Marteleto esclarece que ao agregar a ideia de “seres culturais” ao conceito de dispositivo de informação e de comunicação permite refletir sobre ele:

como mistos de objetos, de representações e de práticas, que fornecem as suas referências de interpretação e de valor às formas culturais de uma sociedade, servindo como operadores de representações do mundo, de posturas culturais e de categorias de entendimento e de julgamento que uma cultura poderia reconhecer (MARTELETO, 2015, p. 14).

Sendo assim, autora nota que os dispositivos infocomunicacionais da internet fundamentam-se a partir dos “processos de informação e comunicação no espaço virtual e das mudanças na ordem social” (ibidem, p. 18). Dessa maneira, para refletir sobre os movimentos sociais ou coletivos da internet, faz-se necessário analisar a vida

cotidiana do grupo e como os dispositivos de informação e comunicação podem transformar a vivência dos sujeitos do grupo.

Marteleteo afirma que a comunicação na internet se desenvolve em torno da interatividade e da linguagem, principalmente, na forma da escrita. Assim as informações (o conteúdo simbólico) publicadas e disseminadas nos weblogs produzem registro e memória, além dos sinais que os usuários fazem das TICs e dos blogs. Nas palavras da autora, “Este possui mecanismos próprios para operar suas diferentes camadas de escrita: do sítio; do navegador; do software; do sistema de exploração do computador; dos servidores; dos protocolos de transmissão; dentre outros” (MARTELETO, 2015, p. 15). Por isso, compreende-se que para produzir conteúdo nos blogs faz-se necessário ter conhecimentos para manejar as ferramentas técnicas, assim como dominar minimamente as oralidades escritas, que são como se organizam os processos de informação e comunicação na internet (MARTELETO, 2015, RECUERO, 2014).

Desse modo, Marteleteo nota que um dispositivo infocomunicacional dos movimentos sociais ou coletivos deve ser analisado a partir da reflexão da vida cotidiana do grupo e as possibilidades de transformá-las com a apropriação das TICs.

[...] observando-se tanto o caráter instrumental quanto o caráter substantivo das interações, compartilhamentos e mobilizações. Dessa forma, um dispositivo na web não existe nele mesmo, mas nas mediações dos processos de informação e comunicação no espaço virtual e das mudanças na ordem social. No caso dos coletivos mobilizados em redes de participação social, interessa analisar as formas combinatórias, presenciais e virtuais, de participação e diálogo, com base nas seguintes questões: de que forma a comunidade utiliza em suas práticas, aquilo que é elaborado coletivamente? As trocas entre os membros da lista de discussão podem constituir um corpus de novos saberes para os atores? Para tanto o olhar infocomunicacional dirigido para o objeto “comunidade online” deveria observar e analisar a dinâmica das relações, os jogos e estratégias dos atores, as práticas sociais, as trocas e as representações. [...] (MARTELETO, 2015, p. 18).

Nesse sentido, Amaral, Recuero e Montardo também refletem sobre o estudo dos weblogs como estruturas sociais: “Esses estudos também focam nos usos dos blogs como ferramentas de publicação e os tipos de informação que são trabalhados entre os blogueiros” (AMARAL, RECUERO, MONTARDO, 2009, p. 37).

Larissa Santiago (2017, em entrevista concedida a Thais Pereira da Silva) argumenta que, embora a criação da internet envolva o Estado, as universidades privadas dos EUA e iniciativa tecnológica, houve também um movimento *hacker* no desenvolvimento das ferramentas e das plataformas, o que faz com que a internet já

nasça com a característica ativista. Por isso, ela considera que ativismo na internet não é novo. “agora o que existe (*de novo*) são os movimentos que a gente pode considerar mais velhos, como o feminismo, o ambientalismo e a cultura punk, enfim, esses movimentos tomando para si, se apropriando das ferramentas de tecnologias e informação” (SANTIAGO, 2017, em entrevista concedida a Thais Pereira da Silva).

Nessa perspectiva, o que muda com a internet é que os movimentos feministas, negros, ambientalistas, entre outros, que produzem discurso e conhecimento, podem disseminá-los para mais gente. Apesar de não estar disponível para toda população mundial ainda, Milton Santos (2007) afirma:

A técnica das máquinas exigia investimentos maciços, seguindo-se a massividade e a concentração dos capitais e do próprio sistema técnico. [...] Já o computador, símbolo das técnicas da informação, reclama capitais relativamente pequenos, enquanto seu uso é mais exigente de inteligência. O investimento necessário pode ser fragmentado e torna-se possível sua adaptação aos mais diversos meios. [...] Os novos instrumentos, pela sua própria natureza, abrem possibilidade para a sua disseminação no corpo social, superando clivagens socioeconômicas preexistentes. Sob condições favoráveis, a materialidade simbolizada pelo computador é capaz de não só assegurar a liberação da inventividade como torná-la efetiva [...](SANTOS, 2007, p. 164).

Larissa Santiago (2017, em entrevista concedida a Thais Pereira da Silva) argumenta que os meios de comunicação hegemônicos como a televisão, a população negra brasileira “por não ter acesso aos meios de produção, ficou relegado a ser personagem, parte do discurso e não de fato produtor”. Além das características apontadas por Santos (2007) e Santiago (2017), os movimentos sociais de mulheres negras podem apropriar-se das TICs e criar dispositivos infocomunicacionais, para a produção, organização e disseminação de discurso e conhecimento, considerando, no entanto, as dificuldades socioeconômicas enfrentadas pela maioria das mulheres negras no país, como apontam os dados apresentados no capítulo 3.

A gente pode ser produtor. Tomar e retomar os meios de produção, mas claro que de novo, por causa das condições não são favoráveis e por causa de todos os fatores também históricos sociais a gente não vai ter o acesso desejado. A gente não vai ter internet de qualidade, os melhores computadores, os melhores celulares, mas a gente de uma certa forma vai ter o acesso a esses meios e a essas ferramentas e vai conseguir nesses espaços, usando inclusive as ferramentas de poder simbólico dos dominantes, subverter o discurso e criar resistência (SANTIAGO, 2017, em entrevista concedida a Thais Pereira da Silva).

3. 4 Estratégias de ciberativismo

“A tecnologia importa, sim, porém subordinada à forma organizacional que se adota ou desenvolve. Hoje a forma emergente de organização é a rede” (ARQUILLA, RONSFELD, 2000 apud UGARTE, 2008, p. 55). Em outras palavras, considera-se que é a apropriação que os usuários fazem das TICs que as tornam em um dispositivo infocomunicacional, que é capaz de mobilizar e de transformar a sociedade.

Na sociedade em rede, os movimentos sociais utilizam-se do ciberativismo, que são estratégias para alterar a agenda pública ou incluir novos temas ao debate social. Dessa forma, produzir, organizar e disseminar conteúdo e conhecimento em um blog é uma estratégia de ciberativismo.

O ciberativismo é uma estratégia de coalizões temporais de pessoas que, utilizando ferramentas dessa rede, gerem a massa crítica suficiente de informação e debate, para que este debate transcenda à blogosfera e saia à rua e modifique, de forma perceptível, o comportamento de um número amplo de pessoas (UGARTE, 2008, p. 111).

Como os movimentos sociais ciberativistas agem na internet? Segundo Ugarte, existem dois modelos e estratégias de ciberativismo “a primeira é a lógica de campanha: construir um centro, propor ações e difundir ideias. A segunda é iniciar um *swarming*, um grande debate social distribuído, com consequências, de início e imprevisíveis” (UGARTE, 2008, p. 78). As duas estratégias requerem diferentes formas de comunicação. No caso da “lógica da campanha”, as ações não são diferentes do ativismo tradicional, que possui um grupo propondo e liderando as ações, assim como convocando as pessoas a aderir à luta. Já a “*swarming*”, uma pessoa propõe uma ideia que pode ou não ser acolhida pela blogosfera.

Sendo assim, Ugarte explica que em um mundo reticular com muitos agentes que atuam de forma coordenada e voluntária em rede, o conflito emerge de uma “ordem espontânea”, o *swarming*, que é apta a desafiar os interesses econômicos e iluminar as contradições discursivas dos meios de comunicação hegemônico. Por isso, o autor nota que, na blogosfera, o interesse comum é tão importante quanto o uso da tecnologia. “O *swarming* é a forma de conflito na sociedade em rede, a forma na qual o poder é controlado no novo mundo e, no seu devido tempo, a forma em que o novo mundo alcança a sua tradução do virtual ao material” (UGARTE, 2008, p. 56).

Dessa forma, Ugarte define que o ciberativismo baseia-se em três elementos de comunicação: o discurso, as ferramentas e a visibilidade, que estão presentes em ambas as estratégias.

Em primeiro lugar, os discursos são elaborados a partir do empoderamento das pessoas, “de relatos de indivíduos, ou pequenos grupos com causa que transformam a realidade com vontade, imaginação e engenho” (UGARTE, 2008, p.57). Entretanto, não há imposição de hierarquia de valores estritos, mas propõem formas de olhar o mundo e de um estilo de vida que são os fatores que unem ou afastam indivíduos de um determinado grupo em uma blogosfera. “toda a lírica discursiva traz implícito um forte componente identitário que facilita a comunicação entre pares desconhecidos sem que seja necessária a mediação de um centro, ou seja, assegura o caráter distribuído da rede” (ibidem, p. 57).

Segundo refere-se às ferramentas, ou seja, o desenvolvimento de ferramentas. “O ciberativismo, como filho da cultura *hacker*, se reitera no mito do faça você mesmo, da potência do indivíduo para gerar consensos e transmitir ideias em uma rede distribuída. A ideia é desenvolva ferramentas e as coloque à disposição pública” (UGARTE, 2008, p. 57). Ugarte argumenta que as ferramentas não são neutras e podem constituir-se em inúmeros elementos, como arquivos descarregáveis para produzir camisetas e apostilas e software livre para criar ou manter blogs.

Em terceiro lugar, Ugarte nota que as ferramentas e os discursos devem ser desenvolvidos para que outras pessoas se reconheçam como parte do grupo. Nessa perspectiva, a visibilidade é o ápice.

A visibilidade é algo por que se tem que lutar permanentemente. Primeiro *on-line* (vale aqui, mais uma vez, o exemplo dos agregadores) e, depois, *off-line*. A visibilidade e, portanto, a autoconfiança do número que é a chave para alcançar *tipping points*, momentos nos quais se alcança o umbral de rebeldia e a informação e as ideias propagam-se por meio de um número de pessoas que cresce exponencialmente (UGARTE, 2008, p. 58).

Borges (2018), no entanto, diferencia visibilidade e visualidade. Visibilidade é quando uma nova imagem se fixa na cadeia discursiva, já visualidade é ocupar espaços e disputar as narrativas na internet, nas universidades, entre outros. Assim visibilidade é poder e visualidade é o caminho para ter visibilidade, por isso é importante ocupar canais de mídias sociais para disputar narrativas, afinal “o que se tornou visível, tornou-se correlato de existência” (BORGES, 2018).

Compreende-se assim que algumas das estratégias do BN para aumentar a visualização são a “blogagem coletiva” e o “tuitaço”. Prática comum na blogosfera, a estratégia de blogagem coletiva consiste em incentivar a escrita sobre um tema determinado em uma data específica. Desse modo, uma blogueira propõe para outros weblogs que durante uma semana ou 10 dias todos escrevam sobre o mesmo tópico e os que aceitarem fazer parte da ação, divulgam-na para o seu público e produzem conteúdo. Sendo assim, como o BN transita entre diferentes espaços e campos sociais, durante os cinco anos analisados, nota-se que o weblog propôs e participou de algumas campanhas de “Blogagem coletiva”. Da mesma forma, o BN também organiza e participa de ações de “tuitaço”, que constituem em mobilização na internet por meio de publicação intensa utilizando hashtags comum no twitter³⁵. Uma maneira de obter visibilidade é incluir a hashtag de uma campanha nas 10 mais usadas em um determinado momento do dia.

Percebe-se que o BN surge como uma tática de blogagem coletiva de mulheres negras ciberativistas. Embora Larissa Santiago e Charô Nunes tenham organizado a blogagem coletiva do Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial antes da criação do blog “Blogueiras Negras”, em março de 2013, os textos da campanha foram publicados no BN. A publicação teve 10 comentários de blogueiras e blogueiros disponibilizando *links* para os seus *posts*. Nota-se, assim, que os comentários com *trackback*, *links* para outros textos sobre o tema, configura-se em *webrings*, redes hipertextual dialógica, que se originam em uma comunidade virtual, ou seja, segundo Primo e Recuero (2003), os indivíduos da blogosfera estabelecem uma relação social e de significados comuns.

Figura 2 - Chamada para a I Blogagem Coletiva pelo Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial

³⁵ Twitter é uma mídia social e um servidor para microblogging. <<https://twitter.com/>>

Em memória aos militantes negros que morreram lutando, essa data foi instituída pela ONU. Essa data, como outras lembradas pelo Movimento Negro não é mais uma data festiva, muito pelo contrário: com a instituição dessa data, temos no calendário um dia garantido, com a atenção voltada às lutas dos povos negros contra a opressão e a discriminação racial.

Em razão disso, o Blogueiras Negras convida xs leitorxs a participar da I Blogagem Coletiva pelo Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial! Para xs blogueirxs que quiserem participar, é só fazer a sua postagem, incluir ao final a seguinte frase com a imagem e compartilhar com a gente:

Fonte: Blogueiras Negras. Disponível em <www.blogueirasnegras.org> Acesso em 10 set 2018.

Figura 3 - Comentários do post para a I Blogagem Coletiva pelo Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial

Fonte: Blogueiras Negras. Disponível em <www.blogueirasnegras.org> Acesso em 10 set 2018.

No dia 21 de março, as coordenadoras do BN fizeram uma publicação, para agradecer aos participantes da campanha e publicar os *links* de todos os textos da

blogagem coletiva “Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial”. Os weblogs feministas, como “Blogueiras Feministas”³⁶ e “Escreva Lola Escreva”³⁷, participaram da campanha. Com a blogagem coletiva, o BN conseguiu introduzir a discussão de raça na blogosfera feminista e atraindo aliados para luta antirracista.

Figura 4 - Post de agradecimento | Blogagem Coletiva pelo Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial

Fonte: Blogueiras Negras. Disponível em <www.blogueirasnegras.org> Acesso em 10 set 2018.

³⁶ <https://blogueirasfeministas.com/>

³⁷ <http://escrevalolaescreva.blogspot.com/>

Nos 125 anos da “abolição” da escravatura, em 2013, as Blogueiras Negras organizaram a blogagem coletiva 13 de maio que homenageou Luiza de Mahin, representando as mulheres e homens negros que lutaram pela liberdade. Nesse sentido, a intenção era disputar a narrativa sobre a data. Logo em seguida, o BN lançou a ação “25 de julho. Dia da Mulher Afro-latina e Caribenha”, que tinha como objetivo mobilizar as mulheres negras a escreverem sobre as opressões racistas e sexistas que, como se percebe pelos dados apresentados no capítulo anterior, fazem com que o grupo ocupe a base da pirâmide em condição de vida (trabalho, educação, entre outros) no Brasil. Durante o ano, o weblog também participou da blogagem coletiva pelo Dia da Visibilidade Lésbica e Bissexual, convocada pelo blog “True Love”.

No começo de 2014, as Blogueiras Negras e outros três blogs: True Love, Transfeminismo³⁸ e Blogueiras Feministas lançaram a blogagem coletiva “Visibilidade Trans”. Desse modo, durante cinco dias, os quatro weblogs publicaram textos sobre transfeminismo, transfobia e também relatos de mulheres trans. No post “O nome disso é transfobia”, publicado no BN, de Charô Nunes, a autora escreve do lugar de fala de uma mulher cis e clama pela sororidade das mulheres negras cis com as trans. Percebe-se o interesse das criadoras do dispositivo infocomunicacional em incluir as mulheres negras trans.

Escrever sobre a transfobia numa semana de visibilidade trans* é ao mesmo tempo um desafio e uma enorme responsabilidade. Sobretudo porque sou parte do problema da primeira unha do pé até o último fio de cabelo. Alguém que se beneficia direta e indiretamente de tudo que está posto. Alguém que, mesmo inconscientemente, pode objetificar, silenciar e agredir pessoas trans*. Se insisto em escrever, é porque sou motivada pela necessidade de falar para outras mulheres negras que apesar de todos os esforços (e eles são muitos) ainda não foram apresentadas ao tema ou ainda acreditam que se trata de algo menor, sem relação com a negritude. Escrevo também para de alguma forma também falar comigo mesma, o que considero tão necessário quanto. Para dizer que combinados, transfobia e racismo tem consequências ainda mais nefastas sobre a vida humana. Repito, vida humana. Para dizer que tanto um quanto o outro não são opinião, corrente teórica ou uma discussão puramente conceitual. São incompatíveis com toda e qualquer demanda pela diversidade e por direitos humanos. Acreditar que denunciar tais atrocidades é perseguição ou crime de ódio, desconsidera que as pessoas trans* (e negras) estão agindo em legítima defesa o que é radicalmente diferente. É ter tanto privilégio que se pode ser completamente desavisado sobre ele a ponto de desqualificar duplamente aquele a quem se agride. O nome de tudo isso é transfobia. Ela cria condições desiguais de acesso à assistência médica, justiça, educação, moradia, emprego e recursos de toda sorte. Justifica e banaliza o discurso de ódio, o assédio moral. Faz com que a intimidade e a dignidade das pessoas trans* sejam ameaçadas nas redes sociais e fora delas, torna uma tarefa simples como entrar e sair de

³⁸<https://transfeminismo.com/>

edifícios ou usar um banheiro público em verdadeiras epopeias. Seu principal objetivo, e ela tem sido muito eficaz nisso, é a desumanização e segregação da pessoa transexual que passa a ser entendida como alguém que tem um transtorno, é “anormal”. Alguém que não é homem ou mulher “de verdade” e cuja voz sobre sua própria identidade não merece sequer ser acatada. Precisamos entender que o combate à transfobia também é uma luta por direitos da população negra. O Dia da Memória Trans*, comemorado em 20 de novembro, tem em sua origem a história de uma mulher negra. O assassinato de Rita Hester argumentou que foi movido por um medo irrefreável de pessoas trans*, responsável por uma insanidade temporária. Recentemente, a vereadora negra trans* Madalena foi retratada como um chimpanzé. Esse é apenas um caso entre milhares. Apesar de a associação entre racismo e transfobia ser comprovadamente letal, ela não é de todo evidente e ainda precisamos caminhar no entendimento de como eles se retroalimentam e se intensificam, criando obstáculos praticamente intransponíveis. [...] E ele nos diz respeito, mais ainda se nós queremos feministas. O fato de uma pessoa não ter sido transfóbica ontem, não garante que ela nunca o será. O que tenho presenciado é que, mesmo as pessoas bastante avisadas sobre o que é a transfobia, incorrem em agressões. Algumas bastante cientes do que estão fazendo, agindo por maldade; outras por desaviso e privilégio. Tanto num caso quanto no outro, o estrago e a gravidade são iguais. Tanto num caso quanto no outro não há desculpa, o estrago para quem foi agredido é o mesmo. Não podemos mais nos esconder atrás da desculpa de que entender o transfeminismo é complicado ou que as pessoas trans* precisam nos educar. Mais uma vez, o nome disso é transfobia. Chega. *** Esse post integra a Blogagem Coletiva pelo dia da Visibilidade Trans*, organizada pelo Transfeminismo em parceria com as Blogueiras Feministas e True Love (NUNES, 2014).

Ademais, o BN participou da blogagem coletiva para o “Dia da Visibilidade Lésbica”, que acontece no dia 29 de agosto, convocada pelo Coletivo Audre Lorde³⁹. O weblog colaborou e divulgou três campanhas de “tuitação”, na qual os usuários apropriam-se da plataforma twitter para mobilizações em torno de identidades, política ou interesses. No caso, as *hashtags* #NãoSomosMacacos #AbsurdoÉseuRacismo #NãoSigoaFolha” foram utilizadas para dar visibilidade aos casos de racismo no Brasil e estimular a luta antirracista. No texto “Editorial Cotas Sim. #NãoSigoaFolha”, as coordenadoras do BN, em editorial, posicionaram-se sobre a cobertura jornalística do jornal “Folha de S. Paulo”, que é contrária às cotas raciais na educação e em concursos públicos. Para disputar a narrativa, as blogueiras argumentam sobre as desigualdades sociais e econômicas que ainda assolam a vida da população negra no país, como resquícios do sistema colonial e da escravidão. Embora a ação não tenha conseguido atrair muitos adeptos no twitter, o BN postou outros dois textos utilizando a hashtag #NãoSigoaFolha.

³⁹<https://www.facebook.com/coletivoaudrelorde/>

A Folha de São Paulo tem estado em campanha incessante de desinformação sobre as cotas. Seja por meio da cobertura superficial e desinteressada, seja argumentando cinicamente que “inexistem definições jurídicas ou científicas do que sejam negros, pardos e brancos”. Sobretudo agora que o instrumento se tornou comprovadamente necessário ao desmantelamento das desigualdades raciais, que persistem 126 anos após uma abolição inconclusa. Apesar de as cotas raciais terem sido declaradas constitucionais pelo STF de maneira unânime e provado sua eficácia, o veículo continua em sua ofensiva com a campanha “O que a folha pensa”, com hashtag homônima e que será divulgada na mídia impressa, em canais de televisão aberta e paga, no rádio e na internet. Ali são publicizados pílulas editoriais sobre temas rotulados como polêmicos, muitas vezes tratando de direitos de minorias. O objetivo é convocar o leitor a segui-los mesmo que discorde daquilo que foi dito e assim vestir com roupagem de debate aquilo que não o é. No dia 01 de agosto, o alvo foram as cotas raciais. Muito aquém de promover qualquer discussão, o que a Folha de São Paulo está fazendo é vestir com a roupa do rei a tal da “minha opinião”, frase corriqueira quando estão em debate os direitos das minorias. Ali está escrito em letras garrafais que “não deve haver reserva de vagas a partir de critérios raciais, seja na educação, seja no serviço público” Que seriam “bem-vindas, porém, experiências baseadas em critérios sociais objetivos, como renda ou escola de origem”, uma política insuficiente se temos em mente que a população negra é a maioria no país, mas ainda acessa de forma insuficiente espaços de poder como a academia. Nós, Blogueiras Negras, pedimos que você faça justamente o contrário. Não siga a Folha. Proteste contra a perversidade de um posicionamento que, além de seu conteúdo racista, não se pretende ao mínimo debate, não contempla aqueles que discordam. Que nada mais é que um monólogo, um ataque imperdoável à pluralidade de ideias e aos direitos humanos de todo um povo que tem sido por séculos preterido, um jeito de se fazer conteúdo que não pode ser entendido como imprensa.

Em 16 de maio de 2014, dia da campanha #AbsurdoÉseuRacismo, o perfil do BN fez várias publicações durante o dia, lembrando a história da população afro-brasileira após a abolição da escravatura. Dessa forma, o BN mobilizou seus seguidores, assim como os seguidores dos seus seguidores. Nota-se que essa foi a ação que mais teve mobilização no twitter.

Figura 5 – Blogueiras Negras @blognegras

Fonte: Perfil do BN, publicado em 16. 05. 2014. Disponível em <<https://twitter.com/BlogNegras>>

Contudo, no ano seguinte, o blog “Blogueiras Negras” não promoveu e também não endossou campanhas de blogagem coletiva ou “tuitaço”.

Em 2016, o BN e os outros movimentos sociais negros, como Geledés (SP), Festival Afrolatinidades (DF), Coletivo Pretas Candangas (DF), Movimento Negro Unificado (DF), entre outros, assinaram a carta manifesto “Não Aceitaremos Brancos em Nossas Vagas!” . Nesse sentido, diversos movimentos sociais negros se unem em prol da aplicação efetiva e contra as fraudes no sistema de cotas raciais na educação e nos concursos públicos. Além de publicada no BN, a carta foi enviada ao Dr. Eduardo Nunes, defensor público da Defensoria Pública da União (DPU); à Ana Carolina Alves Araújo Roman, Procuradora do Ministério Público Federal (MPF); ao Valdir Simão, Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e à Dra. Nilma Lino Gomes, Ministra das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos.

Os movimentos negros nacionais estão travando uma luta em defesa da efetividade das ações afirmativas nos concursos públicos, em especial no do MPOG⁴⁰. Este concurso de âmbito nacional conta com no mínimo 17 pessoas brancas ocupando vagas destinadas a cotistas. O Ministério Público já recomendou que o MPOG instaurasse uma banca de verificação para os candidatos aprovados, mas mesmo assim o MPOG vem nomeando e tentando anunciar a posse dos falsários. Diversas entidades do movimento negro redigiram esta carta – manifesto em forma de repúdio aos falsários brancos e solicitando a diversas autoridades do poder público que se manifestem publicamente sobre o caso (BLOGUEIRAS NEGRAS, 2016).

O BN participou de uma ação de “tuitaço”, referente às fraudes do sistema de cotas, organizada pelo Coletivo de Estudantes Negras e Negros de Medicina (Negrex), com a utilização das *hashtags* #AfroConveniência #FraudeNasCotas e #AvagaÉnossa. Em outubro, o blog promoveu “tuitaço” com a hashtag #RacismoNaInfância, que mobilizou as usuárias a relatar casos de racismo contra crianças.

Em novembro, o weblog endossou e promoveu a campanha #GriteporElas que consistia em 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra mulher, que é uma mobilização mundial e iniciou-se em 1991 e conta com a participação de entidades de 160 países. Dessa forma, durante 16 dias, o BN publicou com relatos de violência contra a mulher. Os textos estão disponíveis no anexo.

No último ano de análise, em 2017, a colaboradora do BN Carolina Pinho, doutoranda no Programa de Pós-graduação da Universidade de Campinas

⁴⁰ Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

(UNICAMP), escreveu sobre a mobilização das alunas e alunos negros da universidade paulista pela aprovação do sistema de cotas raciais. No texto, a autora clama pelo apoio da comunidade virtual utilizando a *hashtag* #EuApoioCotasnaunicamp #VestibularIndígena #CotasNaUnicamp #CotasJá #QueAUniversidadeSePinteDePovo ou participando das atividades no campus da instituição nos dias 29 e 30 de maio. No fim do ano, o BN produziu e publicou uma série de textos a favor das terras dos quilombolas.

Como dispositivo infocomunicacional, nota-se que as estratégias de ciberativismo do BN procuram incluir novos temas ou fatos na discussão social. As estratégias de ciberativismo definem-se no modelo *swarming* e não na lógica de campanha. “A diferença fundamental entre os dois modelos é a existência ou não de um nodo dinamizador no decorrer de todo o processo” (UGARTE, 2008, p. 79). Embora o BN proponha algumas ações de tuitação e de blogagem coletiva, algumas das ações surgem a partir de um debate entre as participantes da comunidade virtual do BN e outros coletivos e movimentos sociais de mulheres negras. Além disso, o BN participa e divulga ações promovidas por outros weblogs e até mesmo de coletivos que não são nativos da internet.

Durante o período março de 2013 a dezembro de 2017, o BN promoveu encontro com blogueiras negras em algumas capitais brasileiras, como São Paulo (2013), Belo Horizonte (2014), Salvador (2015), Recife (2016), além de participar de outros eventos feministas e antirracistas. Em 2014, Blogueiras Negras, Blogueiras Feministas e Universidade Livre Feministas participaram juntas do 13º Encontro Feminista Latino-americano e Caribenho, em Lima (Peru), para registrar o evento e dialogar com as diferentes vertentes de feminismo. “Se só queremos iniciar, deflagrar um processo de debate, teremos que argumentar, assinalar, escrever e promover o escrito. Se possível, celebrar atos presenciais e relatar o que os outros fazem, animado, a tantos quanto possamos, a escrever e opinar sobre o tema” (UGARTE, 2008, p. 79).

3. 5 O caso do blog “Blogueiras Negras”

Quem conta a história do blog “Blogueiras Negras” é a Larissa Santiago, uma das criadoras e coordenadora do weblog.

Como a gente é feminista e foi se descobrindo feminista negra, a gente acredita que existem várias histórias, a história não é uma história só, a gente também acredita que as “Blogueiras Negras” também tenham várias histórias. A nossa história não é uma história única, eu não vou contar a mesma história que a Charô, por exemplo, que foi a pessoa que teve a ideia original e a Maria Rita também vai contar outra história (SANTIAGO, 2017).

A trajetória de Larissa Santiago no ciberativismo começou quando ela entrou para o Luluzinha e Equipe, grupo de discussão do “*google groups*” de mulheres. Santiago (ibidem) afirma que foi “minha primeira reunião de mulheres, onde eu encontrei mulheres falando sobre tecnologia”. Um tempo depois, as integrantes do Luluzinha e Equipe começaram a debater se o grupo de mulheres era ou não feminista. Dessa forma, as mulheres feministas migraram para outro *google groups*, o Blogueiras Feministas, que, segundo Santiago, “era um fórum de discussão sobre feminismo e blogueiras feminista”. Nessa comunidade virtual, Santiago conheceu a Charô Nunes.

Na época, cada uma delas tinha seu próprio blog. Maria Rita Casagrande, por exemplo, era autora do True Love, que é um blog sobre cultura lésbica e bissexual. Charô Nunes tinha um blog sobre amor livre e também abordava a cultura e identidade negra. Já Larissa Santiago escrevia poesias em seu weblog.

Para divulgar o feminismo para um público maior, anos mais tarde, as líderes do Blogueiras feministas criaram um weblog⁴¹, mesmo assim o fórum continuou a existir. Durante as discussões no grupo, as integrantes abordavam o feminismo em geral, todavia, raramente incluíam raça ao debate.

Nessa perspectiva, em 2012, Santiago e Charô decidiram propor e organizar uma blogagem coletiva, que era uma ação recorrente na década de 2000, entre os dias 20 e 25 de novembro. Dessa forma, elas promoveram a “Blogagem Coletiva de Mulher Negra”, a fim de incentivar as mulheres negras a produzir textos, interseccionando as opressões raça e gênero, para celebrar duas datas: 20 de novembro, dia da Consciência Negra (morte de Zumbi dos Palmares), e dia 25 de novembro, dia de combate a violência contra a mulher. Com isso, foi criado um blog, na plataforma *wordpress* com o domínio Blogagem Coletiva de Mulher Negra, para

⁴¹<https://blogueirasfeministas.com/>

publicar os textos. “Foi aí então que a gente descobriu um monte de mulher negra que tinha blog e que *blogava*⁴² separadamente” (SANTIAGO, 2017). Com o projeto, Larissa Santiago conheceu Maria Rita Casagrande. Charô e Maria Rita já se conheciam.

Em 21 de março de 2013, dia internacional pela discriminação racial, em memória do massacre de Shaperville na África do Sul, Nunes, Santiago e Casagrande organizaram outra blogagem coletiva pela eliminação da discriminação racial. Primeiramente, os textos foram publicados no mesmo blog da blogagem coletiva da mulher negra do ano anterior. Dessa forma, considera-se que o BN surge de uma ação de ciberativismo. “a gente tem uma coletividade aqui, uma potencialidade e em maio, se eu não me engano, ou no final de março, a gente criou o domínio blogueiras ponto wordpress que depois virou blogueiras negras ponto org. Aí já com Maria Rita e com outras meninas” (SANTIAGO, 2017).

Em maio de 2013, nasce o site Blogueiras Negras, ainda na plataforma *wordpress*, que depois se transformou no domínio: [www. blogueirasnegra.org.br](http://www.blogueirasnegra.org.br). Dessa forma, o blog “Blogueiras Negras” é uma comunidade virtual “feminista interseccional / negro”.

[...] não posso esquecer de colocar no meu trabalho é que quando a gente surgiu já existiam mulheres blogando, escrevendo os seus blogs, já existiam fóruns de discussão, quando eu comecei a ter acesso a internet, quando eu tive e-mail e computador, já existiam fóruns de mulheres tanto dentro de e-mails quanto no Orkut quanto em outras ferramentas já existiam mulheres conversando sobre vários outros assuntos. [...] Já existiam mídias negras inclusive na internet, o Geledés é anterior a nós. [...] já existiam portais negros, já existiam mídias negras, tudo isso já existia, o que na época não existia inclusive por causa da característica de evolução da internet era a ênfase nos agrupamentos coletivos nas redes sociais, nas redes que se formavam. [...] a missão das blogueiras negras [...] era visibilizar o conteúdo e a produção das mulheres negras. A gente entendeu isso, não logo no início, claro, mas com o passar do tempo a gente entendeu que era esse o nosso papel, visibilizar a produção porque a gente já entendia que já existia (os textos). Então nesse sentido a gente teve nossa importância (SANTIAGO, Larissa, 2017).

Ainda em 2013, Santiago, Nunes, Casagrande e outras mulheres negras criaram um grupo no Facebook que chegou a ter 500 participantes. Além disso, o BN tem canais no Facebook, Twitter, Instagram e Youtube. O Facebook tem 222.mil

⁴² Autoras de weblog.

curtidas⁴³, 30 mil⁴⁴ seguidores no Twitter, 27.8 mil no Instagram⁴⁵ e canal no Youtube⁴⁶, em 2018. Santiago destaca a importância das mídias sociais para a divulgação do BN, em especial, o Facebook, no entanto, analisa as dificuldades enfrentadas com a diminuição do alcance orgânico das postagens na rede social “A gente criou também uma página no Facebook. Nessa época, ainda não tinha restrições de alcance que eles têm agora. Hoje (2017) nós temos 230 mil seguidoras, mas foi em uma época em que a gente fez isso organicamente” (SANTIAGO, 2017). Desse modo, percebe-se, inclusive, que o BN perdeu fãs no Facebook de 2017 para 2019. Porém, as redes sociais do BN configuram-se como importante ferramenta para dar visibilidade aos textos produzidos pelas mulheres negras.

Alexandra Ravelli (SP), Angela Brandão (SP), Celine Ramos (BA), Dara Ribeiro (SP), Gabi Porfírio (RJ), Jéssica Dandara (SP), Nênis Vieira (SP), Paola Ferreira (SP), Thiane Barros (BA), Verônica Rocha (RJ) e Zaíra Pires (MG) já fizeram parte da coordenação do blog. Em 2018, Maria Rita Casagrande retirou-se da coordenação, assim como da função de blogueira colaboradora. Desse modo, Charô Nunes e Larissa Santiago coordenam o BN no momento.

3.5.1 Linha Editorial

Nos primeiros anos, Santiago explica que o blog era um lugar de expressão e para reverberar as produções das mulheres negras. Com o tempo e o crescimento da comunidade virtual, as coordenadoras criaram uma agenda com datas especiais para o grupo, como Dia Internacional da Mulher, Dia do Trabalho, Dia de Combate à Eliminação da Discriminação Racial, além de “temas que as mulheres quisessem falar, por exemplo: eu sou mulher negra e mãe e quero falar sobre maternidade, a outra é jornalista e queria falar sobre comunicação” (SANTIAGO, 2017). A principal tática, segundo a publicitária, era incluir entre as pautas as demandas das mulheres da comunidade virtual.

⁴³<https://www.facebook.com/blogueirasnegras/>

⁴⁴<https://twitter.com/BlogNegras>

⁴⁵<https://www.instagram.com/blogueirasnegras/>

⁴⁶<https://www.youtube.com/user/blogueirasnegra>

Nesse sentido a gente teve muito debate sobre estética e cabelo que é onde começa a descoberta da identidade. Muito debate sobre a solidão da mulher negra em relacionamentos afetivos, sobre branquitude e branquidade, então assim, a gente também começou a entender que ser propositiva era uma tática, que colocar a nossa demanda também é uma tática, mas isso também não foi nada planejado, nada estruturado. A gente aprendeu fazendo, aprendeu o caminho, caminhando, então era assim que a gente começou a construir o que hoje a gente tem como blogueiras negras (SANTIAGO, 2017).

Segundo Larissa Santiago, a Maria Rita Casagrande quem trouxe para o grupo o conceito de ativismo em rede.

Na época, o Facebook, por exemplo, ainda distribuía o conteúdo 100% para aqueles que curtiam a página. Então se a gente tivesse 10 mil pessoas que curtiam a nossa página, 10 mil pessoas viam o nosso conteúdo. Se a gente tuitasse, todas as pessoas viam o nosso tuíte. Enfim, gente começou a pensar de acordo com essas ferramentas, pensar estrategicamente nas nossas pautas. Nesse sentido, Maria Rita Casagrande é uma pessoa muito importante porque ela trouxe a bagagem política para as blogueiras negras, porque quando a gente começou a nossa intenção era visibilizar o conteúdo e a produção das mulheres negras. A gente tinha pouca consciência política do que isso significava, talvez qualquer texto, qualquer coisa, qualquer iniciativa de mulheres negras a gente abraçaria e Maria Rita Casagrande foi uma das que trouxe a consciência política e mostrou que a gente precisava entender como fazer esse movimento, esse ativismo nas redes sociais e na internet, nas plataformas e nas ferramentas de tecnologias da informação (SANTIAGO, 2017).

Dessa forma, BN estabeleceu política e linha editorial, assim como manual de publicação para as colaboradoras do blog. De acordo com a Linha editorial:

Partimos do princípio que nossa espinha dorsal é o feminismo negro e a experiência da mulher negra. Nosso objetivo é fornecer material para o debate por meio do nosso protagonismo e visibilidade.

Primaremos pelo ativismo de interseção que direciona o olhar para as demandas e especificidade da mulher negra, evitando hierarquizar qualquer opressão. Não temos objetivo ou a pretensão de protagonizar outras lutas, corpos e territórios que tem vida e atuação próprias, mas escreveremos em solidariedade a todas as mulheres que não são tradicionalmente contempladas pelos movimentos de hegemonia.

Quando necessário, reconheceremos quaisquer camadas de privilégios que por ventura se apresentem. Estaremos atentas ao fato de que mulheres negras são um grupo diverso e os mais variados agentes de opressão tem efeitos distintos sobre cada uma de nós. Assim, iremos convidar nossas autoras a considerar recortes de idade, geográficos, de corpo, classe, agentes de passibilidade, acesso à educação, branquitude, etc.

Dessa forma, nos reservamos o direito de não publicar material de cunho transfóbico, racista, machista, classista, etarista (de idade), sexista, capacitista, lesbo-homo-bifóbico, cissexista, gordofóbico e quaisquer outras formas de preconceito e opressão. Práticas como culpar a mulher pelo machismo, o negro pelo racismo ou o gordo pela gordobofia não serão toleradas. Sempre que possível, pediremos que as autoras façam críticas estruturais, nunca direcionadas a uma pessoa em particular.

Não serão tolerados ataques pessoais em nossa comunidade, seja no fórum de discussão, seja de uma autora para outra através de textos. Isso não significa, porém, que seremos estimuladas ao consenso. Em nome dessa diversidade, assinalamos que as opiniões expressas em cada texto não refletem necessariamente a de nossa comunidade e da equipe de facilitadoras. O que chamamos de Blogueiras Negras é o composto de variadas personalidades, posicionamentos e opiniões e assim deve ser entendido (BLOGUEIRAS NEGRAS, 2018).

Outra característica do BN é a preferência por textos inéditos. Como já foi dito, apenas 35 textos não foram publicados originalmente no blog. Desse modo, os textos só podem ser republicados após 24 horas da postagem no BN e em veículos sem fins lucrativos. Além disso, o weblog tem uma ferramenta que bloqueia a cópia dos textos.

Quem financia o blog “Blogueiras Negras”? É mantido pelas coordenadoras. “Trabalhamos de forma autossustentável por 3 anos, hoje buscamos auxílio através de patrocínio, editais, prêmios, doações e publicidade que se alinhem ao que acreditamos”⁴⁷. Em 2018, o BN instalou um *plug in*⁴⁸ para receber doações das usuárias.

Antes disso, em 2017, o BN publicou dois textos patrocinados pela marca Bepantol. Charô Nunes produziu o texto “Desconstruindo a mãe preta: Amamentação e o cuidado das mulheres negras”, no qual a autora descreve o processo de amamentação como a construção histórica da mulher negra como ama de leite ou cuidadora.

ama de leite e mãe preta que deixariam de cuidar dos seus para voluntariamente nutrir os filhos das famílias brancas. Lembrando também que o direito ao aleitamento materno é um direito previsto no Estatuto da criança e do adolescente e na CLT. Por enquanto, a licença maternidade tem 180 dias e é um direito de todas [...] Tenha sempre o cuidado de hidratar a pele dos seios com especial atenção para os mamilos que devido à amamentação podem ficar ressecados: Há mães que pra hidratar os mamilos prefira óleos vegetais, outras falam do uso do Bepantol Derma em creme na área (NUNES, 2017).

Larissa Santiago escreveu “A pele negra exposta ao sol” que desconstrói o discurso de que pele negra não precisa de proteção para ser exposta ao sol e relata sobre os benefícios do protetor solar da Bepantol Derma.

[...] Quem de nós não aprendeu que negros não precisam usar filtro solar? [...] a exposição adequada ao sol ajuda a evitar a carência de vitamina D, que pode ser extremamente prejudicial. Mas, ao mesmo tempo, expostas por durante muito tempo e sem proteção, a pele negra pode, sim, sofrer danos

⁴⁷ trecho do www.blogueirasnegras.org.br

⁴⁸ É um módulo que adiciona uma funcionalidade ao blog.

irreversíveis. [...] Médicos não recomendam uso de óleos e outros derivados para exposição ao sol. A proteção com filtro solar não deve ser exclusividade de gente branca (SANTIAGO, 2017)

Como explica a “Linha Editorial”, o BN é um dispositivo infocomunicacional feminista negro, ou seja, articula as opressões de raça, de gênero, de exploração de classe, entre outras. “Entre esquerda e direita, continuo sendo preta”, a frase da filósofa Sueli Carneiro pode explicar o posicionamento da coordenação do weblog. Existem muitos textos que denunciam a exploração de classe e contra o capitalismo, mas também há posts críticos à esquerda brasileira, que muitas vezes ignora as opressões de raça e de gênero.

A “Não me vejo, não compro” é uma das iniciativas de ciberativismo estratégica criada pelo BN, como aponta Santiago. Durante a penúltima sexta-feira de novembro, a *Black Friday*, o comércio brasileiro aderiu à estratégia de ação de vendas que acontece nos Estados Unidos, oferecendo descontos nos produtos e serviços. Não se analisa aqui a *Black Friday*. A iniciativa consiste em fazer uma lista com as marcas e as empresas que não utilizam modelos negras e negros em sua campanha publicitária no Facebook. Nas análises, as coordenadoras também consideram como empresas que não representam as mulheres negras, as corporações e os estabelecimentos que não respeitam suas funcionárias e seus funcionários, entre outros. “fomos nós, por exemplo, as primeiras pessoas a falar sobre “não me vejo, não compro”, que agora é uma campanha na internet. A gente começou a fazer no Black Friday, em novembro, quando as lojas entram em promoção” (SANTIAGO, 2017). Em outras palavras, a campanha viralizou, ou seja, conseguiu dar visibilidade à falta de representação negra nas campanhas publicitárias brasileiras.

A entrevista com a Larissa Santiago foi após o Golpe contra a ex-presidenta Dilma Rousseff, em 2016. Dessa forma, Santiago explica que o BN é totalmente contra o Golpe e compreende que houve avanços entre a população negra nos governos do PT, no entanto, não vê as mulheres negras contempladas plenamente pelos partidos de esquerda do país.

Há um posicionamento. Não está explícito inclusive, ele não está dito no site, por exemplo, mas a gente óbvio é contra todo esse retrocesso, a gente é contra o governo Temer, a gente acha que foi golpe, enfim, mas a gente também não acredita mais na esquerda [...] a gente precisa reconhecer que houve avanços, mas que as nossas pautas foram negociadas. [...] sem a nossa presença, sem a consideração pelo nosso discurso e pela nossa ação política não é possível [...] (SANTIAGO, 2017).

Uma das colaboradoras entrevistada⁴⁹ por formulário relata que “No momento em que parei de escrever (*no BN*) me senti censurada. Havia escrito sobre ataques que a então ministra, Luiza Bairros, sofria de um colunista de *Veja* e o texto não foi publicado sob o argumento de que seria partidário, de apoio ao PT”.

Entretanto, em 2015, o grupo de coordenadoras do BN posicionou-se contra o processo de Impeachment da então presidenta Dilma Rousseff:

[...] nos posicionamos contra o golpe arquitetado pelos políticos acéfalos e pelas mídias hegemônicas. Golpe ilegítimo, burro e sem fundamento, já que legalmente suas provas não garantem a destituição do poder da presidenta da república. Entendemos que essa manobra é sintomática, pois a direita conservadora se nega a aceitar as eleições de 2014 – legítimas e democráticas – que permitiu a permanência da primeira mulher a governar este país (BLOGUEIRAS NEGRAS, 2015).

3.5.2 E os comentários?

Recuero (2014, p. 26) explica que “A Comunicação Mediada pelo Computador (CMC), de modo geral, é intrinsecamente relacionada com a fala e com a oralidade e com a dinâmica dialógica que caracteriza a conversação”. Dessa forma, a conversação na internet depende de um contexto comum entre os participantes. Como é construído o contexto na conversação na CMC?

A conversação, no caso da mediação do computador é construída de práticas que vão organizar as trocas informativas entre os agentes para a construção de contextos sociais. Para compreendê-la, é preciso verificar a interação e os apontados entre as representações de interlocutores no ambiente virtual, dentro de um mesmo contexto interacional que é negociado pelos interagentes (RECUERO, 2014, p. 50).

Nessa perspectiva, Recuero aponta que existem duas formas para construir o contexto: a conversação síncrona e assíncrona.

A conversação síncrona é aquela caracterizada pelo compartilhamento temporal e midiático. [...] A conversação assíncrona é uma conversação que se estende no tempo, muitas vezes através de vários *softwares*. Com isso, o sequenciamento da conversação é diferente, pois está espalhado no tempo

⁴⁹ Colaboradora, respondeu à entrevista em 12 de abril de 2018. As questões podem ser consultadas no Apêndice C.

[...] Elas são, geralmente, perpetradas através de sistemas como os weblogs (ibidem, p. 51).

Para a conversação assíncrona fluir é essencial que o contexto esteja bem demarcado entre os participantes, até porque a conversação em weblog pode acontecer na ausência de um participante. Nesse sentido, Recuero (ibidem, p.99) aponta elementos essenciais para a demarcação do contexto:

O contexto, assim, poderíamos dizer, é composto por duas expectativas: uma micro, que envolve o momento da interação, os sentidos negociados e delimitados ali pelas interações, os participantes e seus objetivos, o ambiente etc; e uma macro, que envolve todo um contexto maior, que compreende o momento e o ambiente histórico, social e cultural, as experiências dos grupos e mesmo, o histórico de interações anteriores dos participantes. Ambas as perspectiva são interdependentes, e sua compreensão, necessária para que se entenda o contexto.

Ao mesmo tempo que, na conversação assíncrona, a usuária ou o usuário tem um tempo maior para revisar, editar e apagar o que foi escrito (RECUERO, 2014). A demarcação dos assuntos que orientam a conversação em um weblog são os *links* de outros textos sobre o tema e os comentários. Essas ferramentas que proporcionam a comunicação, a troca de informação e a construção coletiva entre as usuárias no BN (RECUERO, 2014, PRIMO e RECUERO, 2003). Nesse sentido, percebe-se que alguns posts do BN citam e adicionam *links* de outros sobre o mesmo assunto do próprio dispositivo infocomunicacional e de outras weblogs. Da mesma forma, como as leitoras também postam links de outras plataformas nos comentários.

Larissa Santiago escreveu o “Relações inter raciais - Isso não é sobre amor”, em 10 de maio de 2013, que discute as relações inter-raciais, foi citado em outros dois posts do blog no mesmo ano. No texto “O estereótipo sapatão: visibilidade, lesbofobia e feminilidade”, publicado em 28 de agosto de 2015 no BN, Nênis Vieira cita e disponibiliza *links* de outros quatro textos que retratam o estereótipo masculino das mulheres lésbicas no blog.

Como o BN é um blog coletivo, composto por mulheres negras diversas (cisgêneras, transgêneras, adolescentes, universitárias, doutoras, escritoras, ativistas, mães, profissionais liberais, de várias localidades do país, heterossexuais, lésbicas, entre outras), o contexto precisa ser negociado o tempo inteiro, embora as participantes da comunidade compartilhem as ideias feministas.

Além da conversação dentro da própria comunidade, “o conteúdo dos weblogs que estabelecem uma conversação com toda a blogosfera” (RECUERO, 2014,). Por isso, por vezes, usuários que não compartilham o mesmo contexto, principalmente, o histórico, o cultural e social, podem acessar o BN e postar comentários com posicionamento contrários e até mesmo negativos.

Uma das principais características do weblog, nota-se nos comentários do BN a demarcação do contexto na conversação assíncrona. Assim sendo, textos publicados em 2013, por exemplo, continuam a ser visualizados, lidos, compartilhados e recebendo comentários em 2017.

Nos weblogs, os comentários são diretos ou moderados. No caso do BN, os comentários só são publicados no post com a aprovação das coordenadoras. De acordo com manual, as autoras dos textos também podem moderá-los desde que respeitem a política do blog.

A moderação de comentário é costumeiramente feita pela equipe de coordenadoras do Blogueiras Negras. Caso haja interesse de a autora aprovar os comentários dirigidos a seus conteúdos, deverá respeitar as regras de nossa política de discussão. Nos reservamos o direito de moderar, sem aviso prévio, quaisquer comentários aprovados que não estejam de acordo com tais práticas (BLOGUEIRAS NEGRAS, 2018).

Desse modo, Larissa Santiago explica que as usuárias comentavam mais nas postagens nos primeiros dois anos do blog. Por isso, segundo a publicitária:

a gente tinha um alcance muito grande, então a gente tinha um número de comentários muito maior, a gente tinha uma interação e uma interatividade muito maior, e nesse sentido também os ataques e as ofensas eram grandes, a gente teve muito mais ataque dentro do próprio site do que na rede social. Não que a gente não tivesse comentários ofensivos, pessoas ameaçando [...]teve vários casos que óbvio extrapolaram todas as ferramentas, começou no Facebook e foi para o site, começou no site e foi para o Facebook, enfim, mas isso eu posso te dizer com certeza há uns dois anos atrás era muito mais intenso do que é hoje (SANTIAGO, 2017).

Nove dos 10 posts com mais comentários do weblog foram publicados em 2013.

Em 2013, um tema recorrente no BN foi o trote racista realizado pelos estudantes da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com três posts.

Figura 6 – Foto do trote dos alunos da Faculdade de Direito da UFMG.

Fonte: Blogueiras Negras. Disponível em <www.blogueirasnegras.org> Acesso em 10 set 2018.

O texto “Sobre a caloura Xica da Silva, nota sobre o trote da UFMG”, escrito por Charô Nunes, em 18 de março de 2013⁵⁰, tem 56 comentários, porém outros não foram aprovados para a publicação no post pelo grupo das coordenadoras. Além disso, Nunes editou o texto após observações postadas pelos leitores e leitoras.

Figura 7 – Comentários do post “Sobre a Caloura Xica da Silva”

Fonte: Blogueiras Negras. Disponível em <www.blogueirasnegras.org> Acesso em 10 set 2018.

Enquanto alguns naturalizam o trote com as seguintes observações: Um dos leitores, por exemplo, é totalmente contrário aos trotes, mas “Tá ficando abusivo essa

⁵⁰ É um texto escrito antes da criação do blog “Blogueiras Negras”.

coisa de achar que tudo é racismo, tudo é machismo”; outro leitor “Então quer dizer que pintar o cabelo de loiro, deixar o moicano e alisar são instrumentos racistas clássicos copiados a partir de David Beckham na copa de 2002?”. Notam-se comentários de alunos da UFMG apoiando o post da Charô Nunes. Um deles escreveu “Estudo na UFMG e isto que vcs estão vendo é o mínimo que acontece. Mas aqui, na Faculdade de Direito da UFMG, conseguimos escancarar o que a humanidade tem de pior: racismo, machismo, apologia ao nazismo”. Ademais também há troca de informação “Recomendo o filme “A hora do show” de Spike Lee que aborda diretamente essa questão do *blackface* e o modo como os Negros são representados no cinema”.

No texto “Deixar de ser racista, meu amor, não é comer uma mulata!”, postado em 29 de maio de 2013, Charô Nunes descreve cinco elogios racistas que reforçam os estereótipos da hipersexualização que as mulheres negras são submetidas desde Vênus Hotentote. 1. “Você é uma morena muito bonita” 2. “Seu cabelo é muito bonito, posso pegar?” 3. “Você tem os traços delicados” 4. “Você tem a bunda linda” 5. “Você é uma mulata tipo exportação!”. Com 281 comentários, é o post mais interação do BN e num espaço temporal de dois anos. Além disso, são comentários positivos e construtivos. Entre as leitoras e os leitores, nota-se que há muitos homens e mulheres brancas. Alguns comentários são: “Uma que nunca esquecerei foi um rapaz que estudava comigo num determinado curso de inglês, o qual certo dia veio até mim e disse que gostaria que eu fosse empregada doméstica da casa dele”, “Incrível esse texto traduz muito dos meus incômodos diários” ou “nunca tinha pensando nesse “você é uma negra linda” dessa forma. Eu, quando falava isso para a minha amiga, queria dizer como se uma das coisas mais lindas nela fosse o fato de ser negra”.

Ressalta-se que muitos textos têm pouca interação com as usuárias e os usuários, principalmente após 2016. As publicações de 2013 e de 2014 receberam mais comentários. Com as interações entre leitoras e leitores, nota-se a construção de relações e de conhecimento.

3.5.3 Construção coletiva do conhecimento

Em entrevista ao Carles Geli, do “El País”⁵¹, em 2019, o antropólogo Marc Augé argumenta que as plataformas digitais podem destruir relações sociais. Nas palavras do autor: “estão subvertendo a natureza das relações humanas. Você pode entrar em contato com alguém, em qualquer lugar e circunstância, mas relacionar-se com o outro implica dedicar tempo e espaço específico a isso”. Para o autor, as redes de cabo “mobilizam o espaço extraterrestre para uma comunicação estranha que muitas vezes só põe o indivíduo em contato com uma outra imagem de si mesmo” (AUGÉ, 2008, p. 75)

Entretanto, compreende-se que as mulheres negras transformam o que seria “o não lugar” da internet em um lugar. Nesse sentido, de acordo com Augé, o lugar é definido como identitário, relacional e histórico, características que também podem descrever o BN. “O lugar se completa pela fala, a troca alusiva de algumas senhas, na convivência e na intimidade cúmplice dos locutores” (ibidem, p. 73). Já o não lugar não é relacional, identitário ou histórico. Para o autor, são os aeroportos, hotéis, parques, shoppings, a internet, ou seja, são lugares onde os sujeitos não desenvolvem relações sociais entre si.

Da mesma forma, o antropólogo francês também reconhece que alguns “não lugares” podem ser apropriados pelos sujeitos e coletivos como lugares. Assim sendo, são as apropriações “táticas” dos indivíduos que transformam os não lugares em lugares, ou seja, subvertem os não lugares.

Acrescentamos que existe evidentemente o não lugar como o lugar: ele nunca existe sob uma forma pura: lugares se recompõem nele: relações se reconstituem nele: as ‘astúcias milenares’ da ‘invenção do cotidiano’ e das ‘artes de fazer’, das quais Michel de Certeau propôs análises tão sutis, podem abrir nele um caminho para si e aí desenvolver suas estratégias (AUGÉ, 2008, p. 74).

Com a apropriação das TICs e a criação de dispositivo infocomunicacional, no caso o blog “Blogueiras Negras”, as mulheres negras transformam o não lugar da internet em um lugar, ou seja, em o seu próprio, como denomina Certeau (2014, p. 96): “Estratégias são ações que, graças ao postulado de um lugar de poder (a propriedade de um próprio), elaboram lugares teóricos (sistemas e discursos totalizantes), capazes de articular um conjunto de lugares físicos onde as forças se

⁵¹ Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/31/tecnologia/1548961654_584973.html> Acesso em mar 2019.

distribuem”. O BN constitui-se em dispositivo infocomunicacional que é produtor e disseminador de discursos feminista interseccional, antirracista, entre outros.

Contudo, compreende-se que a internet constitui-se em um espaço de relações de poder entre os conglomerados (Facebook, Google, entre outros) e as classes subalternas, por isso as mulheres negras articulam táticas e estratégias na apropriação das TICs.

Nota-se assim que as mulheres negras transformam o BN em um comum. O que são os comuns? “Temos ar, água e terras comuns, os bens digitais e serviços comuns. Também se descrevem com frequência como comuns os direitos adquiridos (as pensões da previdência social) [...] os idiomas, as bibliotecas e as produções coletivas de culturas antigas” (FEDERICI, 2014, p. 147). Embora a internet configure-se como uma comum, a autora italiana critica a produção teórica de Negri e Hardt que defendem que “quando a produção se torna cada vez mais produção do conhecimento organizada por meio da internet [...] o acesso e o uso de múltiplos recursos existentes na rede abre a possibilidade de uma sociedade construída na abundância” (ibidem, p. 151). Para ela, a teoria dos autores não separa a formação do comum e as relações de trabalho e de produção do capitalismo. Nas palavras da autora (ibidem, p. 151), “não leva em conta o fato de que os computadores dependem de certas atividades econômicas – mineração, microchips e extração de recursos terrestres escassos – que, como estão organizadas, são extremamente destrutivas social e ecologicamente”. Nesse sentido, Federici acredita que é importante ressaltar os comuns existentes, grupo de pessoas que se organizam e gerem o recurso como um bem comum como os quilombos ou as organizações em comunidade que faz parte da história das mulheres negras em África e no Brasil.

Para Federici (2014), a tentativa do sistema capitalista neoliberal de subordinar todos os bens e conhecimento à lógica do mercado, fez emergir a ideia de comum como alternativa ao binômio Estado e mercado.

Os novos ‘cercamentos’⁵² também tornaram visível um mundo de propriedades e relações comunais que muitos consideravam extinto ou ao qual não haviam dado importância até a ameaça da privatização. Ironicamente, os novos “cercamentos” demonstraram que as propriedades comunais não tinham desaparecido e que, além disso, continuavam a ser produzidas novas formas de cooperação social, inclusive em áreas que antes não existiam, como a internet (FEDERICI, 2014, p. 146).

⁵² Cercamentos são propriedades privadas.

Federici (ibidem, p. 151) argumenta que a perspectiva feminista é essencial para pensar os novos comuns, pois “começa com o reconhecimento de que as mulheres, como sujeitos principais do trabalho reprodutivo, tanto histórica como atualmente, dependem mais que os homens do acesso aos recursos comuns, e estão mais comprometidas com sua defesa”.

Apesar de reconhecer os problemas citados pela autora, percebe-se que as mulheres negras utilizam táticas e estratégias de apropriação das TICs para criar um comum, no qual elas podem construir relações e saberes sobre identidades de raça, de gênero e de orientação sexual, assim como discutir sobre relações interpessoais, como a afetividade, as relações da maternidade, família, trabalho, política, religião, genocídio da população negra, mortalidade das mulheres negras, entre outras. E dessa forma, construir resistências contra o racismo, o sexismo, a exploração de classe, por exemplo.

“Somos um grupo heterogêneo de mulheres que acredita na igualdade econômica, social e política entre os sexos e lutando para que essa igualdade seja conquistada pelas mulheres negras de diferentes classes, orientações sexuais, idade” (BLOGUEIRAS NEGRAS, 2018). Ao analisar o blog “Blogueiras Negras”, percebe-se que muitas das mulheres negras que escrevem para dispositivo infocomunicacional estão ou estiveram inseridas no campo científico. 379 mulheres negras, incluindo as coordenadoras e 10 textos com a autoria anônima, escreveram para o weblog no período pesquisado. Nesse sentido, 76,78% das colaboradoras do BN concluíram ou cursam pós-graduação (Mestrado ou Doutorado) ou ensino superior. 69 mestrandas ou doutoras; 122 com graduação completa, 100 cursando o ensino superior, além de uma estudante do ensino médio e outra aluna cursinho da Uniafro⁵³. Larissa Santiago é formada em Comunicação Social com habilitação em Publicidade, Charô Nunes é arquiteta e urbanista e Maria Rita Casagrande formou-se em Moda. Rosane Borges, Giovana Xavier, Ana Flávia Magalhães, Ana Maria Gonçalves, Cidinha da Silva,

⁵³ A Uneafro é uma rede de articulação e formação de jovens e adultos moradores de regiões periféricas do Brasil que se organiza em torno de núcleos: de cursinhos pré-vestibulinhos, pré-vestibulares, pré-concursos, formação para o mercado de trabalho, cursos de formação política, de gênero, antirracista, diversidade sexual, combate às drogas e aperfeiçoamento jurídico. <<http://uneafrobrasil.org/>> .

Djamila Ribeiro, Jarrid Arraes, por exemplo, já escreveram para o BN. O weblog foi uma das primeiras plataformas que a filósofa Djamila Ribeiro escreveu.

Percebe-se que mulheres negras de várias cidades do Brasil colaboram com o BN. Destaca-se nos textos a construção coletiva dos saberes identitários entre as colaboradoras e as usuárias (leitoras) do blog. No dia 20 de setembro, comemora-se a Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul. Nota-se que as mulheres negras gaúchas aproveitam a data para afirmar a existência de negros no estado. Em 2013, o blog publicou o relato “Negro gaúcho. Memória farroupilha ou lanceira?”, da historiadora e mestrandia em ciências sociais Letícia Maria, no qual a autora argumenta sobre a participação dos negros na Revolução Farroupilha, entre 1835 e 1845.

Baseado no discurso do senso comum, nas poucas vezes que sai do Rio Grande do Sul, fui olhada com estranhamento, quando me apresentava como gaúcha: em alguns lugares ainda se imagina que é um estado sem negros. O Rio Grande do Sul é tido como o estado mais europeu do Brasil. É fato que as correntes migratórias foram fortes por aqui (açorianos em 1740, alemães em 1824, italianos em 1875). Mas antes desses imigrantes chegarem, diversas etnias indígenas já habitavam o território, além dos negros, que chegaram a partir 1737. [...] A Revolução Farroupilha, conflito burguês que massacrou os pobres e negros do RS, hoje, no Vinte de Setembro é comemorado como data máxima do povo gaúcho [...](MARIA, 2013).

“Negro gaúcho. Memória farroupilha ou lanceira?” teve oito comentários. Nota-se nos comentários as trocas de informação e o início de uma relação entre as usuárias.

Figura 8 – Comentários do post “Negro gaúcho. Memória farroupilha ou lanceira”

Fonte: Blogueiras Negras. Disponível em <www.blogueirasnegras.org> Acesso em 10 set 2018.

Figura 9 – Comentários do Post “Negro gaúcho. Memória farroupilha ou lanceira

Fonte: Blogueiras Negras. Disponível em <www.blogueirasnegras.org>Acesso em 10 set 2018.

Em 2014, Aline Silveira escreveu “O mito do Rio Grande do Sul branco e a luta pela visibilidade das mulheres negras”, apresentando os números da população negra no estado.

Os afro-descendentes constituem hoje parcela significativa dos habitantes deste estado. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Rio Grande do Sul conta, atualmente, com 1,3 milhões de negros, destes, 631,6 mil são mulheres. O percentual é de um pouco mais de 13% de negros gaúchos. O número, entretanto, não legitima o mito de que no Rio Grande do Sul seja predominantemente branca [...] (SILVEIRA, 2014).

Aline Silveira também escreveu “Lugar de negro é onde ele quiser”, em 28 de setembro de 2014, para refletir sobre o sistema de cotas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), aprovado em 2007, e a invisibilidade da população negra no estado. “Em Pelotas e Rio Grande, por exemplo, o número de habitantes negros chega a 80%. [...] amanheceu com seus prédios pichados com ofensas racistas do tipo: “Negros só se for na cozinha”, “Lugar de macaco é no zoológico” e “Voltem para senzala, cotas não” [...]” (SILVEIRA, 2014).

Autora do livro “Paraná Preto”, Aline Reis escreveu o relato “Paraná Preto - sim tem negros no sul do Brasil”, no qual argumentou sobre a invisibilização dos negros no estado, a representação loira, branca e olhos claros da mulher paranaense e, principalmente, “os livros paranaenses escondem as contribuições do nosso povo, Curitiba teve uma das mais antigas sociedades operárias formadas por negros do sul do país: a 13 de maio, que apesar do nome foi fundada dez dias antes da abolição em 1888. Essa história só descobri durante as entrevistas para o livro” (REIS, 2015).

Além do sul do país, as mulheres negras amazônidas também utilizam o espaço do BN para afirmar que existem negros e negras no Amazonas. No texto “E nós amazônidas, não somos negras?”, Thiane Neves Barros relata sobre experiência dentro e fora do Pará, seu estado de origem, “desacreditam que sou paraense quanto estou fora do Pará. E quando me afirmo negra aqui dentro do Pará, logo destacam

em mim meus traços indígenas” (BARROS, Thiane Neves). Ademais, a autora destaca a produção acadêmica de mulheres negras no Amazonas. “somos mulheres que aqui promovem o debate teórico e por vezes epistemológico quanto à população negra, quanto ao corpo negro, quanto à geografia negra e à história negra, quanto ao território negro no contexto amazônico” (BARROS, 2015). O post recebeu dois comentários. Para uma leitora, a autora apagou as raízes indígenas do estado.

Figura 10 – Comentários do post “E nós amazônidas, não somos negras?”

Fonte: Blogueiras Negras. Disponível em <www.blogueirasnegras.org> Acesso em 10 set 2018.

Como dispositivo infocomunicacional, o BN produz, organiza e dissemina os saberes dos movimentos sociais de mulheres negras, entre eles, o feminismo negro. Considera-se que são os saberes identitários, políticos e estéticos-corpóreos, como define Nilma Lino Gomes. Entre 2013 e 2017, o BN publicou 1.063 posts. Os formatos dos textos variam entre relatos sobre identidade, artigos jornalísticos, ensaios e resumos de trabalhos de científicos, entrevistas, contos, poemas, poesias, resenhas de livros, cinema, seriado de televisão, entre outros.

Apenas 35 deles não foram publicados originalmente no BN, dentre eles 14 são traduções de textos veiculados em blogs, sites, canais das redes sociais dos Estados Unidos, Inglaterra e Trindade e Tobago, por exemplo. Um dos 35 textos é “Os filhos de Zumbi não fogem à luta”, escrito pela jornalista Neusa Maria Pereira, em 1978. Originalmente veiculado no jornal Versus, especializado em cultura e política do país para assuntos da América Latina e África, a autora relata a primeira manifestação da

população afro-brasileira para protestar e denunciar o racismo, em São Paulo, que culminou com a criação do Movimento Negro Unificado (MNU).

Homens e mulheres iam chegando, saídos do trabalho, da escola, da favela, dos bairros, das entidades. Vinham para fazer história, para mudar a história do negro neste país. Éramos mais de mil. Lá estavam Abdias do Nascimento, Lélia Gonzales, Hamilton Cardoso, Eduardo de Oliveira, Milton Barbosa, os jornalistas Jamu Minka e Tânia Regina Pinto, o cineasta e antropólogo Celso Prudente, o promotor de Justiça Wilson Prudente e muitos outros simpatizantes da causa como eu. Militante do movimento estudantil. Admiradora voraz do Movimento Negro americano via Panteras Negras do qual sorvi as águas até a última gota. Com ele, aprendi que a luta dos negros oriundos da diáspora é também e, principalmente, do país que acorrentou seus pés, mas não sua ideia de liberdade (PEREIRA, 2014).

Os posts dos dias 6 e 20 de setembro de 2014 não contêm texto, apenas compartilham *links* dos vídeos da série #AsNegasReal com debate entre feministas negras sobre o programa “Sexo e as Negas”, escrita por Miguel Falabella, Alessandra Poggi, Antonia Pellegrino, Artur Xexéo, Flavio Marinho, Luiz Carlos Góes, com colaboração de Ana Quintana e roteiro final de Falabella e direção de Hsu Chien, Charles Daves e Cininha de Paula, exibida na Rede Globo entre 16 de setembro a 16 dezembro de 2014. Com 14 mil visualizações no Youtube, o primeiro episódio⁵⁴ teve a participação de Aline Djokic, Charô Nunes, Djamilia Ribeiro e Gabi Porfírio. Já o segundo episódio⁵⁵ obteve mais de 3 mil visualizações e a participação de Mabilia Barros, Larissa Santiago e Viviana Santiago.

Além disso, o BN publicou, em 2013, dois posts para disponibilizar documentos em Portable Document Format (PDF)⁵⁶. Um deles é uma entrevista de Lélia Gonzalez ao Jornal MNU, em 1991⁵⁷. Já o outro contém o material educativo da Unicef sobre os efeitos do racismo na infância⁵⁸.

Tabela 1 – Análise das postagens por ano (2013 – 2017)

Ano	Nº de Posts	Post mais visualizado
2013	210	Um texto pra mãe quem tem uma filha lésbica Autoria: Jéssica Ipólito

⁵⁴ https://www.youtube.com/watch?v=qWu_8-Jz4FM

⁵⁵ <https://www.youtube.com/watch?v=KWBydqdC3Hc>

⁵⁶ Desenvolvido pela Adobe Systems, o PDF é um formato de arquivo utilizado para apresentar documentos independente do software usado para criá-lo.

⁵⁷ Disponível em <<http://blogueirasnegras.org/wp-content/uploads/2013/07/entrevista-lelia-mnu.pdf>> Acesso em mai 2017.

⁵⁸ Disponível em <http://www.unicef.org/brazil/pt/br_folderraci.pdf> Acesso em mai 2017.

2014	282	Ah! Branco, dá um tempo! Carta aberta ao senhor Miguel Falabella Autoria: Blogueiras Negras
2015	232	Colorismo: o que é, como funciona Autoria: Aline Djokic
2016	202	O incrível caso do homem negro palmitreiro. Autoria: Raescla Ribeiro de Oliveira
2017	137	O sagrado feminino: olhando para além do próprio útero Autoria: Jaqueline de Oliveira e Silva

Fonte: Análise quantitativa do Blogueiras Negras. Postagens de 2013 e 2017.

2013

Em 2013, o BN publicou relatos sobre a descoberta da identidade racial, de gênero ou de sexualidade; textos sobre as cotas raciais nas universidades, a PEC⁵⁹ 66/2012, feminismo negro / interseccional, trote racista da UFMG, hipersexualização da mulher negra, genocídio da população negra, transgeneridade, racismo velado, estética negra (cabelo), intolerância religiosa, redução da maioridade penal, aborto e manifestações de 2013.

A blogueira negra e advogada Gabriela Ramos escreveu dois artigos sobre a PEC 66/2012, lembrando a história das mulheres negras como cuidadoras desde o período escravocrata e explicando os pormenores da PEC, que garante aos trabalhadores domésticos aos trabalhadores em geral.

Destaca-se os textos sobre feminismos. O BN publicou três textos sobre feminismo negro Lélia Gonzalez e Dulci Lima publicou o resumo do artigo científico “Luíza Mahin o feminismo negro e o mito” no weblog. Larissa Santiago escreveu “Enegrecer o feminismo, uma questão de prática”, mobilizando os conceitos das intelectuais negras Sueli Carneiro e Patricia Hill Collins, para argumentar sobre as diferenças entre a opressão das mulheres brancas e negras. Luma de Oliveira reflete sobre o feminismo de periferia.

2013 entrou para a história como o ano das manifestações contra o aumento de 20 centavos nas tarifas do transporte em público na cidade São Paulo, que se

⁵⁹ Segundo a advogada e blogueira negra Gabriela Ramos, PEC Proposta de Emenda Constitucional é um meio de alterar a Constituição Federal e que exige quórum especial já que a Carta Magna tem requisitos rígidos para ser modificada.

alastrou por todo o país, assim como manifestantes incluíram outras demandas ao protesto. Dessa forma, dois textos retratam esse momento histórico brasileiro. Em 18 de junho, em “O papel da democracia”, Mara Gomes relata a sua participação no protesto em Porto Alegre (RS), que reuniu 10 mil pessoas nas ruas da capital gaúcha e a repressão da Polícia Militar (PM) do Rio Grande do Sul. O texto “Manifestações invadiram o Brasil: e o que queremos realmente?”, publicado em 20 de junho, Rosário Medeiros analisa as confusas demandas das manifestações.

Ser contra é fácil e acalma a consciência de nossas elites apáticas, desacostumadas a pensar o Brasil com tantas desigualdades [...] Hoje, no mundo real e no virtual, não faltou gente engajada misturando a PEC 37 com o Feliciano. Houve quem afirmou que já há psicólogos oferecendo a “cura gay” aprovada pela Comissão de Direitos Humanos (MEDEIROS, 2013).

Com 110.696 visualizações, 2 mil compartilhamentos para o Facebook e 65 comentários, no post “Um texto pra mãe quem tem uma filha lésbica”, publicado em 17 de julho, Jéssica Ipólito relata a sua descoberta como mulher lésbica e as dificuldades para a sua mãe aceitar a sua orientação sexual. Os comentários, em sua maioria, são de mulheres se identificando com a vivência da autora, além de mães e pais compartilhando a experiência deles com as filhas lésbicas. O comentário de uma mãe, por exemplo: “disse que não deixaria de amá-la nunca, que quero apenas que seja feliz, mas que preciso de um tempo para aceitar”.

2014

2014 foi o ano com mais publicações no BN. Desse modo, o blog publicou muitos relatos sobre a descoberta da identidade racial e o racismo nas universidades brasileiras, artigos sobre as cotas raciais nas universidades, sobre a produção de conhecimento de mulheres negras no campo científico, literatura negra infantil; reflexões sobre o consumo infantil, o programa “O sexo e as nega”, da Rede Globo, hipersexualização da mulher negra, colorismo, apropriação cultural, aborto, mulheres negras na América Latina, machismo no movimento negro, racismo no movimento feminista, racismo e saúde pública, a luta dos quilombolas, sexualidade, transfobia, estereótipos da mulher negra, genocídio da população negra, terceirização do trabalho, literatura, cinema e intolerância religiosa.

Como um dispositivo infocomunicacional feminista negro, os feminismos são temas recorrentes. O feminismo negro é um conhecimento produzido nas lutas

emancipação das mulheres negras, na perspectiva da ecologia dos saberes. Larissa Santiago escreveu “A abolição e a mulher negra. O significado do dia 13 de maio”, no qual a autora reflete sobre a insurgência das mulheres negras durante o período escravocrata brasileiro e a importância da luta de Dandara, Luiza de Mahin e Teresa de Bengala para a liberdade do povo negro. Nênis Vieira reflete sobre o feminismo negro com um saber que dialoga com a periferia. Já Gabriela Pires analisa o feminismo radical, que, para a autora, silencia as mulheres de minorias étnicas, assim como não dialogam com as mulheres trans. Marjorie Chaves compartilhou o resumo científico “Do corpo à escrita de mulheres negras, ativismo e produção de saberes”, no qual a autora reflete sobre a produção de conhecimento de mulheres negras no campo científico, que ressignificam o ser mulher negra e constroem a pedagogia de raça e de gênero, questionando o conhecimento científico eurocêntrico que hierarquiza e desqualifica os estudos da população negra.

No ano do centenário da escritora Carolina Maria de Jesus, ela foi tema de três textos. Em um deles, a mestre em Educação Dulci Lima agradece a produção literária da autora de “Quarto de Despejo: diário de uma favelada”, publicado em 1960, o segundo livro de relatos mais traduzido do mundo, ficando atrás apenas do livro “O diário de Anne Frank”, escrito pela adolescente judia durante seu esconderijo na Segunda Guerra Mundial.

Em 16 de março de 2014, Cláudia Silva Ferreira, mulher negra e moradora do Morro da Congonha, zona Norte da cidade do Rio de Janeiro (RJ), foi baleada e arrastada por uma viatura da PM do estado. Cláudia permanece viva e presente em três textos do blog “Blogueiras Negras”.

No post “Rolezinho um ato de resistência política”, Stephanie Ribeiro analisa a mobilização de jovens negros e periféricos para ocupar os *shoppings* em São Paulo, após serem impedidos de entrar em um deles. Nas palavras da autora, “Nunca imaginei que um dia a ida ao shopping seria visto como um ato de resistência política”.

O texto “Ah! Branco, dá um tempo! Carta aberta ao senhor Miguel Falabella”, publicado no perfil Blogueiras Negras”, foi o mais visualizado, em 2014, com 622.854 acessos, 101 comentários e 10 mil compartilhamentos para o Facebook. No post, as coordenadoras e as colaboradoras do BN e outros coletivos feministas (Blogueiras Feministas, Geledés, Criola, entre outros) escrevem ao autor Miguel Falabella da série “O sexo e as negas”, exibida na Rede Globo. Na carta, as mulheres negras explicam que a série reforça os estereótipos da hipersexualização das mulheres negras, ou

seja, “a fetichização de nossa sexualidade e corpos, a ênfase nos estereótipos, a violência simbólica que a série representa”⁶⁰. Nos comentários, muitas leitoras negras concordam com o texto do BN e incluem sua assinatura.

2015

Em 2015, as colaboradoras do BN enviaram relatos sobre a descoberta da identidade negra, do cabelo afro natural e o racismo nas universidades. Além disso, o BN publicou textos sobre as cotas raciais nas universidades e concursos públicos, colorismo, genocídio da população negra, violência contra a mulher, hipersexualização do corpo negro, contos, poesias, poemas, embranquecimento da população negra, intolerância religiosa, machismo, racismo, quilombolas e indígenas, redução da maioridade penal, Lei 10.639/2003⁶¹, sexualidade, transfobia, moradia, cultura do estupro, manifestações contra a então presidenta do Brasil Dilma Rousseff, entre outros.

Com mais visualizações em 2015, o post “Colorismo: o que é, como funciona”, escrito por Aline Djokic, destaca um dos temas mais abordados nas comunidades digitais de mulheres negras nos últimos anos, o colorismo, que se refere à miscigenação e ao Mito da Democracia Racial, considerado por Sueli Carneiro (2005), como o discurso fundador brasileiro, “o discurso que molda as relações raciais” (CARNEIRO, 2005, p. 62). No artigo, Djokic afirma que “O colorismo é a discriminação pela cor da pele e é comum em países que sofreram a colonização européia. De uma maneira simplificada, o termo quer dizer que, quanto mais pigmentada uma pessoa, mais exclusão e discriminação essa pessoa irá sofrer”. A autora explica que o termo “colorismo” foi utilizado pela primeira vez pela escritora estadunidense Alice Walker no ensaio “If the Present Looks Like the Past, What Does the Future Look Like?”, publicado em 1982. Para Djokic, o colorismo brasileiro está associado aos aspectos fenótipos, como cor da pele, cabelo crespo, nariz largo, entre outros. Além das mais de 162.739 visualizações, o texto recebeu 58 comentários e teve 10 mil compartilhamentos para o Facebook. Os comentários, em sua maioria, são positivos. Uma leitora aponta que “Movimento Negro não se sente representado pelos negros de pele mais clara ou sem traços característicos”. A autora respondeu o comentário

⁶⁰ Trecho do texto.

⁶¹ Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm>

com a seguinte frase: “O colorismo dentro da comunidade negra não foi explorado porque esse foi um texto introdutório, para quem nem sabe que o colorismo existe”. O tema “colorismo” pode ser novo, mas, como analisado anteriormente, Sueli Carneiro, Nilma Lino Gomes, Kabengele Munanga, entre outras e outros já refletiam sobre a miscigenação e a categorização das cores das peles negras como estratégia para dividir a população negra brasileira. De certa forma, o colorismo retoma a discussão, apontando que as negras e os negros de pele escuras enfrentam mais dificuldades em acessar alguns espaços das sociedades.

Ademais, o BN destacou novamente o genocídio da população negra. Cláudia Silva Ferreira morta pela PM do Estado do Rio de Janeiro, em 2014, também foi lembrada em textos do blog em 2015.

O weblog publicou muitos poemas escritos pelas colaboradoras da plataforma. Flora Regina, por exemplo, compartilhou cinco poemas de sua autoria no BN.

Em 2015, o BN divulgou vários textos abordando o feminismo negro. As intelectuais feministas negras Audre Lorde e Angela Davis foram temas de posts. Sueli Carneiro, Conceição Evaristo, bell hooks, Angela Davis, Judith Butler, Alice Walker, Carolina Maria de Jesus, Sojourner Truth, Kimberlé Crenshaw, Beatriz Nascimento, Jurema Werneck, Mãe Stella de Oxóssi, Lélia Gonzalez e Djamila Ribeiro foram algumas das feministas citadas nos textos sobre o tema do weblog.

2016

Em 2016, os temas mais abordados no BN foram violência contra a mulher, machismo, racismo, genocídio da população negra, a morte da Luana Barbosa, hipersexualização da mulher negra, transfeminismo, cabelo, colorismo, literatura africana, transfobia, sexualidade, solidão da mulher negra e assédio sexual. As colaboradoras também compartilharam relatos sobre a descoberta da identidade negra.

A estética negra, como avalia Nilma Lino Gomes, configura-se como saber identitário e estético-corpóreo. O cabelo crespo é um dos temas mais abordados entre 2013 e 2017. No post “Estética negra opressão e resistência”, Patrícia Anunciada (2016) afirma “Atualmente temos observado muitas pessoas negras de ambos os sexos assumindo sua beleza natural, valorizando a estética negra (seus traços, textura capilar, cor de pele) que durante muitos anos foi considerada feia e motivo para opressão”, refletindo sobre a estética negra como resistência e potência de

emancipação. Com isso, a autora nota que a imprensa tem valorizado o cabelo crespo, assim como as empresas de cosméticos capilares, entretanto, também criaram um padrão de beleza do cabelo crespo com cachos.

[...] que a estética negra é, sem sombra de dúvidas, um instrumento de autoaceitação, de resistência, de empoderamento, uma forma de mostrar que não aceitamos o padrão socialmente imposto, mas que o negro é belo, é lindo, é diverso, é versátil. Somos seres políticos e a nossa opção estética diz muito sobre nós, nossas crenças, nossos valores, afirma nossa existência e nossa resistência contra as tentativas de nos enquadrar em modismos que banalizam nossa cultura, nossa estética (ANUNCIADA, 2016)

O genocídio da população negra também foi assunto recorrente em 2016. No texto “Depois da morte Luana Barbosa saiu da situação de isolamento”, publicado originalmente no weblog Nós, Mulheres da Periferia⁶², Semayat Oliveira escreve sobre o assassinato de Luana Barbosa, autoidentificada como Luan Victor por um tempo, foi morta em abordagem da PM do Estado de São Paulo, em Ribeirão Preto, em 13 de abril. Além de refletir sobre o assassinato, a autora descreve a história de Luana.

Nota-se textos que descrevem a história de mulheres negras invisibilizadas. Em “Virgínia Leone Bicudo Produção intelectual e invisibilidade”, Juliana Bartholomeu pergunta “Quem é Virgínia Leone Bicudo?” e percebe que poucas pessoas, inclusive ela, conhecem a história da socióloga e psicanalista brasileira, que foi uma das primeiras professoras universitárias negras do país.

[...] os estudos sociológicos de Virgínia Bicudo como sua pesquisa Estudo das Atitudes Raciais entre Pretos e Mulatos em São Paulo (1945) teve contribuições importantíssimas ao debate das relações raciais para se tentar compreender aquele período os trabalhos desenvolvidos por Bicudo traziam novas perspectivas sobre as relações raciais, pois, se dedicavam a analisar o processo de integração do negro na capital paulista, trabalhando com a questão da identidade, procurando entender como esta se expressa em atitudes e levando em consideração que a identidade se constitui por meio dos processos de interação social (BARTHOLOMEU, 2016).

No artigo “Antonieta de Barros uma mulher acima do seu tempo”, a jornalista Neusa Maria relembra a história da intelectual negra Antonieta de Barros, que foi a primeira deputada eleita pelo estado de Santa Catarina, em 1934. Além da carreira política, Antonieta contribuiu para a produção do conhecimento na área da educação e também atuou como jornalista.

⁶²<http://nosmulheresdaperiferia.com.br>

Como nos anos anteriores, o feminismo interseccional foi um dos principais temas dos textos publicados no BN. Nesse sentido, no texto “Lemonade também é sobre as Mulheres Trans”, a estudante de pedagogia Maria Clara Araújo reflete sobre a solidão da negra trans, a partir da construção da mobilização política e fraterna entre as mulheres transexuais e travestis.

Escrito por Raescla Ribeiro de Oliveira, o texto “O incrível caso do homem negro palmitreiro” foi o mais visualizado de 2016 com 37.854 acessos, nove comentários e seis mil compartilhamentos para o Facebook. Embasada na tese de doutorado “Branca Para Casar, Mulata Para F..., Negra Para Trabalhar: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia⁶³”, de Ana Cláudia Lemos Pacheco, Raescla relata sobre a preferência dos homens negros pelas mulheres brancas, isso porque “A representação do belo e digno de amor foi construída histórica e socialmente sobre a imagem da mulher branca [...] no inconsciente do homem negro ele quer a qualquer custo tornar-se branco e externaliza as ações por meio da relação com a mulher branca” (OLIVEIRA, 2016).

2017

Em 2017, o BN publicou vários textos sobre cultura. Entre eles, as resenhas dos filmes “Estrelas além do tempo” e “Corra!”, a análise sobre o prêmio Oscar de melhor filme de 2017 para “Moonlight” e os artigos sobre as séries “Dear White People” e “Chewing Gum”. O blog também compartilhou uma entrevista com a cantora Elza Soares.

A estudante de direito da Pontifícia Universidade Católica - PUC/SP Paula Nunes conclama a participação das mulheres negras na Greve Geral do dia 28 de abril, contra “a atual conjuntura política do país tem sido marcada por grandes e duros ataques aos direitos dos que lutam pelo pão de cada dia” (NUNES, Paula), com os projetos da Terceirização, Reforma Trabalhista e Reforma da Previdência, que precarizam ainda mais a condição de vida da mulher negra.

Laísa Gabriela Sousa e Wynnie Carvalho publicaram a pesquisa “Em que medida as leis Maria da Penha e do Feminicídio estimularam a redução das agressões à mulher em Salvador? em duas partes no BN. No estudo, as autoras refletem sobre a leis de proteção à mulher - Maria da Penha (11.340) e Feminicídio (13.104) - e a

63

Disponível

em

[content/uploads/2015/09/PachecoAnaClaudiaLemos.pdf](https://revistaforum.com.br/wp-content/uploads/2015/09/PachecoAnaClaudiaLemos.pdf)>

<[https://revistaforum.com.br/wp-](https://revistaforum.com.br/wp-content/uploads/2015/09/PachecoAnaClaudiaLemos.pdf)

violência contra a mulher negra na capital do estado da Bahia. Para a pesquisa, Laísa e Wynnie entrevistaram mulheres negras vítimas de violência doméstica em Salvador.

O feminismo negro de Lélia Gonzalez foi tema de dois artigos do BN: “Lélia Gonzalez e o português afro-brasileiro como ato político”, de Luma Oliveira, e “Lélia Gonzalez em busca de nosso fortalecimento e nossa resistência”, de Patrícia Anunciada. No primeiro texto, Luma Oliveira traça a carreira política e a construção da racial da intelectual negra. Já o outro texto é uma resenha sobre o documentário. “Em busca de Lélia Gonzalez”, da diretora Beatriz Vieirah⁶⁴.

No artigo “O sagrado feminino: olhando para além do próprio útero”, Jaqueline de Oliveira e Silva analisa a filosofia do Sagrado feminino. Com 18.086 visualizações, 22 comentários e sete mil compartilhamentos para o Facebook, é o texto mais acessado de 2017. Segunda a autora, “essa filosofia defende a compreensão do ciclo feminino, a menstruação, e sua conexão com aspectos da natureza, como os ciclos lunares, a terra e o movimento das plantas” (SILVA, 2017). Por causa da biologização do ser mulher, Jaqueline afirma que o sagrado feminino não inclui todas as mulheres, em especial, as trans. Três leitoras apontam que existem várias vertentes da filosofia e nem todas defendem a biologização do ser mulher.

⁶⁴ Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=VQA2FfDfRfY>>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A filósofa e feminista negra Sueli Carneiro mobiliza o conceito dispositivo de Michel Foucault para afirmar que existe um dispositivo de racialidade agindo na sociedade brasileira. Entretanto, a autora concentra as atenções para o discurso, um dos elementos do dispositivo, pois o discurso relaciona-se com o conhecimento e o poder.

“O que há de tão perigoso no fato das pessoas falarem e seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo?” (FOUCAULT, 2014, p. 8). Retoma-se a frase do filósofo francês que delineou todo o processo da pesquisa. O sujeito e o acontecimentos não existem fora do discurso, ou melhor, o significado sobre os sujeitos e os fatos são construídos no discurso. Nesse sentido, o discurso racializado produziu certos estereótipos do grupo, como a mãe preta e a mulata lasciva, que são reproduzidos nas relações sociais.

Com as TICs impondo transformações na sociedade, a Ciência da Informação insere o novo fenômeno e seus desafios teóricos e práticos em seu campo de estudo. A CI não possui apenas objetos empíricos, por isso um dos olhares do campo para as tecnologias de informação e comunicação é como artefato cultural.

Dessa forma, o weblog constitui-se em um dispositivo infocomunicacional, que permite que as mulheres negras se organizem e compartilhem experiências comuns, fazendo da internet o “seu lugar”. Além disso, elas produzem, organizam e propagam informação e os saberes políticos, estéticos-corpóreos e identitários, construídos nas lutas por emancipação. Assim sendo, nota-se que as colaboradoras do BN apropriam-se das TICs para disputar as narrativas sobre o grupo, desconstruindo os discursos e os estereótipos racializados e construindo saberes. Nesse sentido, considera-se, como afirma Amorim (2019), que os dispositivos infocomunicacionais interferem nas relações sociais, ou seja, como os indivíduos e os coletivos se informam e vivem a sua vida.

As mulheres negras têm se apropriado das TICs como tática e estratégia para a luta por emancipação, desenvolvendo canais nas mídias e weblogs. Para analisar a apropriação das tecnologias de informação e comunicação pelas mulheres negras, é importante examinar as relações sociais que tecem a informação. Por isso, investiga-

se o blog “Blogueiras Negras”, um dispositivo infocomunicacional, criado em 2013, por um grupo de mulheres negras feministas e blogueiras.

Optou-se por analisar os textos publicados entre 2013 e 2017 no BN, que consistem em 1.063 posts. Nos três primeiros anos, o BN publicava quase cinco posts por semana. Nota-se que o número de publicações diminuiu em 2016 e 2017, assim como o número de visualizações, compartilhamentos para o Facebook e interação com as leitoras e os leitores. Segundo Larissa Santiago, antes do Facebook reduzir o alcance das publicações, as visualizações dos textos e a interação com os leitores e as leitoras do weblog era bem maior.

Nos primeiros anos, as colaboradoras escreviam e divulgavam os textos em seus blogs pessoais e só depois as “Blogueiras Negras” publicavam os posts. Com a criação da comunidade virtual de mulheres negras no Facebook, as coordenadoras sentiram a necessidade de construir uma agenda com temas. No início, a agenda consistia em datas especiais, como Dia Internacional da Mulher, Dia do Trabalho e Dia do combate à Eliminação da Discriminação Racial, além de repercutir os acontecimentos do país e de reverberar agenda 7. Com o tempo, as coordenadoras entenderam que a melhor tática de conteúdo para a plataforma era privilegiar mesmo as pautas específicas das mulheres negras, pautas que estão fora da mídia hegemônica, como a estética negra, o cabelo e a solidão da mulher negra em relacionamentos afetivos.

Percebe-se, inclusive, que o cabelo consiste em um saber identitário, político e estético-corpóreo, já que é a partir dele que a identidade negra e ação política florescem nas mulheres negras. Da mesma forma, nota-se que muitas jovens negras se descobrem negra ao ingressar nas universidades, principalmente quando enfrentam o racismo de frente. Assim, as blogueiras compartilham suas experiências sobre a descoberta e o fortalecimento da identidade negra nos relatos. Compreende-se que os relatos das gaúchas, paranaenses, amazônidas e paraenses reivindicando a identidade negra dos seus estados também são saberes identitários, assim como os feministas.

Verifica-se que agenda temática do blog também consiste em visibilizar mulheres negras apagadas pela história oficial, como Antonieta de Barros, Virgínia Leone Bicudo, Aqualtune, entre outras. Os saberes das religiões de matriz africanas e das comunidades quilombolas fazem-se presentes em publicações do BN.

Como dispositivo infocomunicacional feminista negro, vários textos compartilham os conceitos teóricos das intelectuais feministas, como Sueli Carneiro, Conceição Evaristo, bell hooks, Angela Davis, Judith Butler, Alice Walker, Carolina Maria de Jesus, Audre Lorde, Sojourner Truth, Kimberlé Crenshaw, Beatriz Nascimento, Jurema Werneck, Mãe Stella de Oxóssi, Lélia Gonzalez, Nancy Fraser, Grada Kilomba e Djamila Ribeiro, entre outras. Dulci Lima, por exemplo, publicou um resumo de um artigo sobre a Luiza Mahin, essa mulher negra mito. Como Lima, outras blogueiras publicaram resumos de trabalhos científicos. Identifica-se que a feminista negra que mais foi tema de posts é a Lélia Gonzalez.

O feminismo de Gonzalez conclama as amefricanas, as mulheres da América Latina “Por um feminismo Afro-latino-americano”, verifica-se, no entanto, que não existem textos ou referências às intelectuais negras da América Latina no BN, além da peruana Victoria Santa Cruz. Percebe-se que as coordenadoras participaram de eventos feministas da região, mas não há diálogo aparente com outros coletivos de mulheres negras na internet, como troca de saberes. Durante as décadas 1980 e 1990, os movimentos de mulheres do Brasil estabeleceu diálogo com outros coletivos latino-americanos.

Já a escritora brasileira mais reverenciada no BN é Carolina Maria de Jesus. Desse modo, literatura é outro tema regular, além das resenhas e dicas de livros escritos por mulheres negras, o BN divulga poesias, poemas e contos produzidos pela comunidade.

Além disso, as temáticas feministas incluem aborto, violência contra mulher, entre outras. Nesse sentido, Cláudia Silva Ferreira, morta em 2014, continuou presente no weblog até 2017, bem como Luana Ferreira Barbosa dos Reis e outras mulheres negras vítimas da violência da polícia militar contra a população negra. Como mães, mulheres e filhas de homens negros, o genocídio da população negra e a redução da maioridade penal também tiveram destaque entre as pautas de 2013 a 2017.

Compreende-se, inclusive, que as coordenadoras empenharam-se e empenham-se para trazer as mulheres negras trans como colaboradoras, criando, inclusive, a coluna Transfeminismo, com os textos da Maria Clara Araújo.

As ações de ciberativismo (as blogagens coletivas e os tuitaços) lideradas pelo BN são referentes à violência contra a mulher, ao racismo e à lgbtfobia. Embora a Larissa Santiago considere que o BN demorou para empreender as táticas e

estratégias de ciberativismo, considera-se que o weblog surgiu de uma ação ciberativista, que conseguiu mobilizar um grupo de mulheres negras e formar assim uma comunidade virtual.

Em 2013, nota-se o auge dos protestos mobilizados pela internet nas sociedades complexas ou redes ao redor do mundo, como a manifestações organizadas pelo Movimento Passe Livre (MPL). Nesse sentido, Castells (2003) destaca que as TICs são apropriadas pelos movimentos sociais como tática e estratégia para “articular mentes, criar significado, contestar o poder”. Em outras palavras, como dispositivo de contrapoder e transformação social.

Naquele ano, Dilma Rousseff era a presidenta do Brasil. O sistema de cotas étnicas-raciais era adotado ou começava a ser discutido em várias universidades públicas no país, assim como a PEC das Domésticas (PEC 66/2012) completava seu primeiro ano. Nesse período, nota-se o aumento da população negra no ensino superior e no campo científico, por exemplo. Com isso, percebe-se a crescente insatisfação da elite e imprensa hegemônica brasileira com o governo da então presidenta Dilma Rousseff. No entanto que, as manifestações de 2013 foram convocadas pelo aumento de 20 centavos das tarifas do transporte público em São Paulo, transformaram-se “contra tudo e contra todos”, mas que, de certa forma, voltavam-se contra as administrações federais do PT, além da gestão da presidenta, incluía-se a do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, entre 2003 a 2010.

Percebe-se pelos textos do BN que, embora houvesse cobrança pela ampliação das políticas públicas para as mulheres negras, celebrava-se cada nova conquista dos direitos para a população afro-brasileira, que lutou tanto para obtê-los e desconstruíam nos textos os “argumentos” contrários às políticas publicadas na imprensa hegemônica.

Com o Golpe da presidenta Dilma Rousseff se delineando com as manifestações em verde e amarelo de 2015, o BN (coordenadoras e colaboradoras) colocou-se contra os protestos, além de denunciar que as mobilizações eram “brancas”. Da mesma forma, com a concretização do Golpe de 2016, o Blogueiras Negras, em seu editorial, enfatizou o posicionamento contrário ao governo do então presidente Michel Temer, que era vice-presidente de Rousseff.

Após o Golpe de 2016, percebe-se que os textos, que antes comemoravam e cobravam ampliação das políticas públicas implantadas pelos governos petistas, começaram a destacar os ataques aos direitos da população afro-brasileira, como as

propostas da terceirização do trabalho e a reforma trabalhista e da previdência. Em 2012, as empregadas domésticas que conquistaram seus direitos trabalhistas, porém, em 2017, já lutavam para não os perder. Desse modo, nota-se que o BN também configurou-se em “um lugar” de resistência para as mulheres negras ainda maior depois de 2016. Por isso, o BN não é um dispositivo infocomunicacional neutro, pelo contrário, as coordenadoras e as colaboradoras sempre se posicionam politicamente. Ou seja, não existe nos textos do BN a pretensa “neutralidade” jornalística ou científica.

Assim sendo, compreende-se que a pesquisa propicia mais indagações do que fornece respostas às questões iniciais. Entretanto, nota-se que a apropriação das TICs pelas mulheres negras possibilita que o grupo reflita sobre os discursos racializados, vinculados, em sua maioria, ao procedimento externo de controle, de organização e de disseminação “vontade a de verdade”, que articula o conhecimento e o poder. Da mesma forma, considera-se com análise dos textos do BN que as blogueiras negras mobilizam, principalmente, a estratégia “o olhar através da representação”, proposto por Hall, para desconstruir os estereótipos e os discursos racializados. Dessa forma, considera-se que uma das estratégias de apropriação das tecnologias de informação e comunicação pela mulher negra é disputar as narrativas sobre o grupo e assim construir coletivamente os saberes identitários, políticos e estéticos-corpóreos.

Desde maio de 2018, o blog “Blogueiras Negras” está em manutenção. Entretanto, as coordenadoras têm utilizados muito os canais das mídias sociais, como o Instagram e o Twitter. Nessa perspectiva, se no começo do BN a principal tática das coordenadoras era utilizar o Facebook para divulgar os posts do weblog, considera-se que, nesse momento, as facilitadoras apropriam-se do Instagram e do Twitter para divulgar as ações *off-line* do BN, ou seja, para promover os eventos, as palestras e as oficinas organizadas ou com participação da Charô Nunes e da Larissa Santiago. Sendo assim, nota-se que uma das estratégias do BN é o uso e adaptação às redes sociais digitais, ou seja, utilizar em cada período a mídia social que pode oferecer mais visualidade ou visibilidade para as ações do blog.

Por fim, considera-se que a pesquisa acerca de dispositivos informacionais como o BN são significativos para a Ciência da Informação, não apenas pelas eventuais contribuições acadêmico-científicas que possam proporcionar, mas também por alinharem-se a uma visão progressista em relação à construção social do conhecimento, sua circulação e apropriação pelos sujeitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. **O que é um dispositivo?** Chapecó: Argos, 2016.

ALBAGLI, Sarita. E MACIEL, Maria Lucia. Informação, poder e política: a partir do sul, para além do sul. In: ALBAGLI e MACIEL (org). **Informação, conhecimento e poder, mudança tecnológica e inovação social**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

ALCOFF, Linda Martín. Uma epistemologia para a próxima revolução. In: **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, jan/abr. 2016.

ALMEIDA, Marco Antônio de. Mediação e mediadores nos fluxos tecnoculturais contemporâneos. In: **Informação & Informação**, v. 19, n. 2, p. 191-214, out. 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/20000> Acesso em: 15 jun. 2016.

_____. A Produção Social do Conhecimento na Sociedade da Informação. In: **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v.19, n.1, p. 11-18, jan./abr. 2009.

_____. A produção social do conhecimento e as lições de Bourdieu para a Ciência da Informação. In: **CID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 8, n. 2, p. 220-224, set. 2017/fev. 2018.

_____. Informação, cultura e sociedade: reflexões sobre a ciência da informação a partir das ciências sociais. In: Lara, Marilda Lopes Ginez; Fujino, Asa; Noronha, Daisy Pires. (Org.). **Informação e contemporaneidade: perspectivas**. São Paulo: Néctar; ECA/USP, 2008.

_____. Pierre Bourdieu e os estudos da informação. In: **PIERRE BOURDIEU e a produção social da cultura, do conhecimento e da informação**. Rio de Janeiro: Editora Garamond Ltda, 2017.

ALVES, Julia Mayra Duarte; PIZZI, Laura Cristina Vieira. Análise do Discurso em Foucault e o Papel dos Enunciados: Pesquisar Subjetividades nas Escolas. In: **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v.23, n.1, p. 81-94, jan.-jun. 2014

AMARAL, Adriana; NATAL, Geórgia; VIANA, Lucina. Netnografia Como Aporte Metodológico Da Pesquisa Em Comunicação Digital. In: **Famecos/PUCRS**, n. 20, dez. 2008.

_____; RECUERO, Raquel e MONTARDO, Sandra Portella. Blogs: Mapeando um objeto. In: **Blogs.com. Estudos sobre blogs e comunicação**. São Paulo: Momento Editorial, 2009.

AMORIM, Bianca Rihan Pinheiro. **Documentos Dialógicos, Territórios Dialéticos: um estudo sobre murais e seu papel na guerrilha simbólico-material do movimento zapatista de libertação nacional**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e a Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Escola de Comunicação, 2019.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. A ciência da Informação como ciência social. In: **Ciência da Informação**, v. 32, n. 3, Brasília, 2003. p. 21-27.

_____. O que é Ciência da Informação?; In: **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 1, p. 01 – 30, jan./abr. 2014.

ARTE! Brasileiros. 08/03/2018. 5min. 42s, color. **Gênero, Raça, Visibilidade e Poder** Rosane Borges. Disponível em https://www.youtube.com/watch?time_continue=5&v=V0R8g00_uCo Acesso em 20 mar 2019.

AUGÉ, Marc. **Não lugares. Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas: Editora Papirus, 2018.

_____. Marc Augé: "Com a tecnologia já carregamos o 'não lugar' em cima, conosco". **El País**, Barcelona, 31 jan. 2019. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/31/tecnologia/1548961654_584973.html>

Acesso em: 24 abr. 2019.

BAIROS, Luiza. Nossos Feminismos Revisitados. In: **Revista Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, 1995. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16462>> Acesso em: 15 out. 2017.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo. Vol.2. A Experiência vivida**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

bell hooks. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. In **Rev. Bras. Ciênc. Polít.** 2015, n.16 pp. 193-210 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522015000200193&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 10 ago. 2016

_____. **Ensinando a transgredir. A educação como prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

_____. Intelectuais Negras. In: **Revista Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, p. 464-478, 1995. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465/15035>> Acesso em: 10 jan. 2018.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade**. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

BLOGUEIRAS NEGRAS. Disponível em <www.blogueirasnegras.org> Acesso em 20 ago 2016.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Memória e Sociedade, 1989.

_____. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (Org.). **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-155.

_____. **Os usos da ciência. Por uma sociologia do campo científico**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

BORGES, Rosane. Mídia e Identidade Negra. In. **Mídia e Racismo**. Orgs. Roberto Carlos da Silva Borges e Rosane Borges. Petrópolis, 2012. P. 180-206 Disponível em <

<http://www.abpn.org.br/novo/attachments/article/92/M%C3%ADdia%20e%20Racismo.pdf>> Acesso em 20 jul. 2016.

_____. Entrevista concedida à Thais Pereira da Silva. São Paulo, 14 mar. 2017.

BORKO, H. Information Science: What is it? **American Documentation**, v.19, n.1, p.3-5, Jan. 1968.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da Informação. **V Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, Belo Horizonte (Brasil) 10 de Novembro de 2003. Tradução de Ana Maria Rezende Cabral, Eduardo Wense Dias, Isis Paim, Ligia Maria Moreira Dumont, Marta Pinheiro Aun e Mônica Erichsen Nassif Borges.

_____; HJORLAND, Birger. O Conceito de Informação. In: **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 12, n. 1, p. 148-2007, jan/abr. 2007.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-133, dez. 2003. ISSN 1806-9592. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9948/11520>> Acesso em: 10 ago. 2016.

_____. **Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

_____. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.** 2005. Tese (Doutorado em Educação) Universidade de São Paulo. São Paulo.
 _____. **Escritos de uma vida.** Belo Horizonte: Editora Letramento, 2018.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede.** São Paulo: Paz e Terra, 2008.

_____. **Redes de indignação e esperança. Movimentos sociais na era da internet.** Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

_____. **Internet e Sociedade em Rede.** In: Por uma outra comunicação. Mídia, mundialização cultural e poder. Org. Dênis de Moraes. São Paulo: Editora Record, 2003.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano. 1. Artes de fazer.** Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

CHAVES, Marjorie. Entrevista concedida à Thais Pereira da Silva. São Paulo, 02 dez. 2017.

COLLINS, Patrícia Hill, SANTANA, Bianca (tradução) Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Revista Parágrafo.** Jan/Jun 2017, v. 5, n. 1. Disponível em <
<http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/559>> Acesso em: 7 jul. 2017.

_____. e BILGE, Sirma. **Intersectionality.** Cambridge: Polity, 2017.

COUTINHO, Carlos. (org). **O Leitor de Gramsci. Escritos escolhidos: 1916 – 1935.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CORRÊA, Maurício de Vargas; ROZADOS, Helen Beatriz Frota. A netnografia como método de pesquisa em Ciência da Informação. In: **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 22, n.49, p. 1-18, maio/ago., 2017.

CRENSHAW, Kimberlé. “Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. In: **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n.1, 2002.

_____. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. **Stanford Law Review**, v. 43, n. 6, 1991. p. 1.241-99. Disponível em <
<https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/mapping-the-margins-intersectionality-identity-politics-and-violence-against-women-of-color-kimberle-crenshaw1.pdf> > Acesso em: 15 dez. 2017.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. **Mulheres, Cultura e Política.** São Paulo: Boitempo, 2017.

EGLER, Tamara Tania Cohen. Pequeno ensaio: do campo para a rede sociotécnica. In: **PIERRE BOURDIEU e a produção social da cultura, do conhecimento e da informação.** Rio de Janeiro: Editora Garamond Ltda, 2017.

EVARISTO, Conceição. Vozes-Mulheres. In: **Poemas da recordação e outros movimentos.** Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

FANON, Frantz. **Pele Negras. Máscaras Brancas.** Salvador: EDUFBA, 2008.

FERREIRA, Rubens da Silva. A Sociedade da Informação como sociedade de disciplina, vigilância e controle. **Información, cultura y sociedad**, v.31, p. 109-120, dez. 2014.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2015.

_____. **A Ordem do Discurso.** São Paulo: Edições Loyola, 2014.

_____. **A arqueologia do saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017.

- FRASER, Nancy. -- Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era pós-socialista. **Cadernos de Campo**. São Paulo, n. 14/15, p. 231-239, 2006.
- GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: **BRASIL. Educação Anti-racista: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03**. Brasília, MEC, Secretaria de educação continuada e alfabetização e diversidade, 2005. P. 39 - 62.
- _____. Intelectuais negros e produção do conhecimento: Algumas reflexões sobre a realidade brasileira. In: SANTOS, B.S; MENESES, MP. In: **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Editora Almedina, 2010.
- _____. **O Movimento Negro Educador. Saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. A. et al. **Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos.Ciências Sociais Hoje**, Brasília, ANPOCS n. 2, p. 223-244, 1983.
- _____. Por um Feminismo Afro-latinoamericano. In: **Revista Isis Internacional**, Santiago, v. 9, p. 133-141, 1988.
- _____. A categoria político-cultural de amefricanidade.In: **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, nº. 92/93 (jan./jun.), p. 69-82, 1988.
- _____. e HASENBALG, Carlos. **O Lugar do Negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
- HJARVARD, Stig. Da Mediação à Miatização:a institucionalização das novas mídias. In: PARÁGRAFO, São Paulo, V. 2, N. 3, jul./dez. 2015
- _____. Miatização: conceituando a mudança social e cultural. In: Matrizes, São Paulo, V. 8, N. 1 jan./jun. 2014.
- _____. **A miatização da cultura e da sociedade**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2014.
- HALL, Stuart. **Da Diáspora. Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: Humanitas, 2003.
- _____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.
- _____. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Editora Puc Rio, 2016.
- _____. A centralidade da cultura: nota sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v, nº 2, jul/dez. 1997.
- JEANNERET, Yves. Analisar as 'redes sociais' como dispositivos infocomunicacionais: Uma problemática. In: **Informação e redes sociais: Interfaces de teorias, métodos e objetos**. Londrina: Editora Edue, 2015.
- KILOMBA, Grada; JESUS, Jéssica Oliveira de (Tradução). "A máscara". In.: **Cadernos de Literatura** n.16, p. 171-180, 2016. Disponível em <<https://www.revistas.usp.br/clt/article/viewFile/115286/112968> > Acesso em: 15 jan 2018.
- LEBARON, Frédéric. Capital. In: **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2017.
- LEMONS, Rosália de Oliveira. A face negra do feminismo: problemas e perspectivas. In: WERNECK, J.; MENDONÇA, M.; WHITE, E. **O livro saúde das mulheres negras. Nossos passos vêm de longe**. Rio de Janeiro: Pallas/Criola, 2006.
- LIMA, Jorge de. Essa Nega Fulô. In: **+**. Disponível em <<http://www.jornaldepoesia.jor.br/jorge.html>> Acesso em: 05 mar. 2018.
- MARTEL, Frédéric. Smart. **O que você não sabe sobre a internet**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2015.

MARTELETO, Regina. O lugar da cultura no campo de estudos da informação: cenários prospectivos. In: Lara, Marilda Lopes Ginez; Fujino, Asa; Noronha, Daisy Pires. (Org.). **Informação e contemporaneidade: perspectivas**. São Paulo: Néctar; ECA/USP, 2008.

_____. Epistemologia social e cultura digital: reflexões em torno das formas de escritas na web. In: **Em Questão**, Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 9-25, set/dez. 2015.

_____. A cultura, o conhecimento e a informação na obra de Pierre Bourdieu. In: **PIERRE BOURDIEU e a produção social da cultura, do conhecimento e da informação**. Rio de Janeiro: Editora Garamond Ltda, 2017

_____ e Marianna Zattar. Pierre Bourdieu no campo de estudos da informação Uma revisão da literatura. In: **PIERRE BOURDIEU e a produção social da cultura, do conhecimento e da informação**. Rio de Janeiro: Editora Garamond Ltda, 2017

_____ e COUZINET, Viviane. Mediações e dispositivos de informação e comunicação na apropriação de conhecimentos: elementos conceituais e empíricos a partir de olhares intercruzados. In: **RECIIS – R. Eletr. Inf. Saúde**. Rio de Janeiro, v.7, n. 2, jun. 2013.

_____; DAVID, Helena; BTESHE, Mariana. Dispositivos infocomunicacionais em saúde, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v18s2/1807-5762-icse-18-s2-1595.pdf>> Acesso em: 3 jun.2018.

_____ RIBEIRO, Leila Beatriz e GUIMARÃES, Cátia. Informação em movimento Produção e organização do conhecimento nos espaços sociais. In: **Civitas – Revista de Ciências Sociais**. Ano 2, nº 1, junho 2002.

MARTÍN BARBERO, Jesús. Diversidade em convergência. In **Revista Matrizes**. São Paulo, VS, Nº 2, jul/dez, 2014. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/matrizes/article/viewFile/90445/93215>> Acesso em: 20 jun.2016

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente. Movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Editoras Vozes, 2001.

_____. Um objetivo para os movimentos sociais. In: Lua Nova. São Paulo, nº 17, jun.1989.

MIÉGE, Bernard. **O pensamento comunicacional**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

MORIGI, Valdir; JACKS, Nilda; GOLIN, Cida. Apresentação. In: **EPISTEMOLOGIAS, COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2016.

MUNANGA, Kabengele. As facetas de um racismo silenciado. In: **Raça e Diversidade**. São Paulo: Edusp/Estação, 1996.

_____. Teoria Social e Relações Raciais no Brasil Contemporâneo. In: **Cadernos Penesb**. Niterói, n. 12, p. 1-390, 2010.

_____. **Origens africanas do Brasil contemporâneo**. Histórias, Línguas, Cultura e Civilizações. São Paulo: Global, 2009.

_____. As facetas de um racismo silenciado. In: **Raça e Diversidade**. São Paulo: Edusp/Estado Ciência, 1996.

NASCIMENTO, Abdias. **O Genocídio do Negro Brasileiro. Processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.

NBEMBE, Achille. **A razão crítica negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

NOGUEIRA, Maria Alice. Capital Cultural. In: **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2017.

- PARRA, Henrique Z. M. e ABDO, Alexandre Hannud. Tendências democráticas e autoritárias, arquiteturas distribuídas e centralizadas. **Liinc em Revista**. Rio de Janeiro, v.12, n.2, p. 334-349, nov. 2014.
- PRIMO, Alex; RECUERO, Raquel. Hipertexto Cooperativo: Uma Análise da Escrita Coletiva a partir dos Blogs e da Wikipédia. Trabalho apresentado no VII Seminário Internacional de Comunicação. Porto Alegre: PUC/RS, 2003.
- ORIHUELA, José Luis. Blogs e blogosfera: o meio e a comunidade. In: Blogs: **Revolucionando os meios de comunicação**. São Paulo: Editora Thomson, 2007.
- PASSANI, Enio; ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Campo Cultural. In: **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2017.
- PIOVEZANI, Carlos; CURCINO, Luzmara; SARGENTINI, Vanice Maria de Oliveira. Introdução: Michel Foucault na Análise do Discurso. In: **Presenças de Foucault na Análise do Discurso**. São Carlos. Edufscar, 2014.
- PRIMO, Alex Fernando Teixeira, RECUERO, Raquel da Cunha. Hipertexto cooperativo: uma análise da escrita coletiva a partir dos Blogs e da Wikipédia. In: **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, n. 22, dez. 2003
- RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.
- _____. **A conversação em rede. Comunicação mediada pelo computador e redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2012.
- RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala**. Belo Horizonte: Letramento, 2017.
- RIOS, Flávia. A cidadania imaginada pelas mulheres afro-brasileiras: da ditadura militar à democracia. In: **50 anos de Feminismo. Argentina, Brasil e Chile**. São Paulo: Edusp, 2017.
- SANTIAGO, Larissa. Entrevista concedida à Thais Pereira da Silva. São Paulo, 17 out. 2017.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as Ciências**. São Paulo: Cortez, 2008
- _____. e MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Editora Almedina, 2010.
- _____. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, 63, out. 2002.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro. Record, 2007.
- SANTOS, Raimundo Nonato Ribeiro dos; NEVES, Dulce Amélia de Brito; FREIRE, Isa Maria. Organização da Informação em Blogs: Análise do uso de etiquetas no Blog De Olho Na Ci. In: **PontodeAcesso**, Salvador, v.11, n.1, p. 2-19, abr. 2017.
- SANTIS, Rodrigo; SOUZA, Rosali Fernandez. Uma proposta de diálogo entre o conhecimento praxiológico de Bourdieu e a organização do conhecimento. In: **PIERRE BOURDIEU e a produção social da cultura, do conhecimento e da informação**. Rio de Janeiro: Editora Garamond Ltda, 2017.
- SAPIRO, Gisèle. Conhecimento Praxiológico. In: **Vocabulário Bourdieu**, Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. In: **Perspec. Ci. Inf.**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996
- SARGENTINI, Vanice Maria Oliveira. Ecos da arqueologia de Michel Foucault na análise da imagem: retratos do homem político na mídia. In: **Presenças de Foucault na Análise do Discurso**. São Carlos. Edufscar, 2014.
- SOTERO, Edilza Correia. Transformações no acesso ao ensino superior brasileiro: algumas implicações para os diferentes grupos de cor e sexo. In: **Dossiê Mulheres**

Negras retrato das condições de vidadas mulheres negras no Brasil. Brasília: Ipea, 2013.

UGARTE, David de. **O poder das redes.** Porto Alegre: EdiPUCRS, 2008.

WERSIG, Gernot. Information Science: The Study of Postmodern Knowledge Usage. In: **Information Processing & Management**, vol. 29. No. 2, pp. 229-239, 1993

APÊNDICES

APÊNDICE A: Discurso, relações de poder e conhecimento: um ensaio a partir dos estereótipos acerca da mulher negra

“O que há de tão perigoso no fato das pessoas falarem e seus discursos proliferarem indefinidamente?. Onde, afinal, está o perigo?” (FOUCAULT, 2014, p. 8). Assim sendo, Foucault indaga: quais são as conexões entre discurso, conhecimento e poder?

Nesse ensaio, realizamos um exercício de análise a partir do conceito de discurso e as suas relações com a cultura, o poder e o conhecimento. Propõe-se examinar a estrutura do discurso racializado, bem como as estratégias para deslocar e intervir nas narrativas e representações estereotipadas sobre as mulheres negras. A intenção, mais que estabelecer uma análise fechada, é explorar as possibilidades de aplicação da análise do discurso ao contexto de midiatização que envolve a construção de imagens acerca das mulheres negras. Para tanto, mobiliza-se o método de análise de discurso de Foucault para analisar dois textos do blog “Blogueiras Negras”, que retratam o estereótipo da mulher negra.

Embora considere “cultura” um dos conceitos mais complexos das ciências sociais e humanas, analisa-se, segundo Hall (2016), algumas definições do termo: o antropológico e o antropológico com ênfase sociológica. A primeira designa os modos de vida de um povo, uma nação ou uma comunidade. Já a segunda definição do conceito é utilizada para descrever os valores de um grupo ou uma sociedade. Nas últimas décadas, com a “virada cultural”, os estudos e as pesquisas em ciências humanas e sociais, principalmente nos estudos culturais e na sociologia da cultura, incluíram a ideia de “sentido” ao termo cultura. “A cultura diz respeito à produção e ao intercâmbio de sentido - o ‘compartilhamento de significados’ - entre os membros de um grupo ou sociedade” (HALL, 2016, p. 20). É o sentido que faz com que os indivíduos tenham a noção da própria identidade. Em outras palavras, é por meio do sentido que o sujeito se reconhece e compreende o seu pertencimento de raça, de gênero ou de classe social, por exemplo

Nessa perspectiva, os significados culturais organizam e regulam as práticas sociais dos sujeitos, além de influenciar suas condutas. Ou seja, os indivíduos de uma mesma cultura compartilham os sentidos sobre os objetos e os acontecimentos. Contudo, isso não significa que uma cultura é homogênea, há uma diversidade de

significados sobre os temas, os objetos e os sujeitos em uma sociedade ou um mesmo grupo (HALL, 2016).

Hall argumenta que os indivíduos dão significados aos objetos ou aos eventos de duas formas: pelos paradigmas de interpretação ou pelas representações. No primeiro caso, “damos sentido às coisas pelo modo como as utilizamos ou a integramos em nossas práticas cotidianas” (HALL, 2019, p. 21). Enquanto a representação é o valor, a classificação e o conceito que os sujeitos usam para se referir aos fatos históricos, a si próprio ou aos outros indivíduos.

Onde e como os sentidos são produzidos? Segundo Hall, os sentidos são elaborados e compartilhados nas interações sociais e pessoais. Além das famílias, da escola e das relações cotidianas, o autor argumenta:

O sentido é também produzido em uma variedade de mídias; especialmente, nos dias de hoje, na moderna mídia de massa, nos sistemas de comunicação global, de tecnologia complexa, que fazem sentidos circularem entre diferentes culturas numa velocidade e escala até então desconhecidas na história (como aborda Du Gay, 1997) (HALL, 2016, p. 22).

Os estudos sobre o sentido têm se concentrado no desempenho do discurso na cultura e não apenas na linguagem. Assim, o discurso refere-se a um conjunto de ideias e de imagens que suscitam um determinado conhecimento, práticas sociais e condutas sobre um tema (fato, objeto ou sujeito). Desse modo, este tipo de abordagem “a ‘discursiva’ se tornou o termo geral utilizado para fazer referência a qualquer abordagem em que o sentido, a representação e a cultura são elementos considerados constituídos” (ibidem, p. 26).

Hall (2016) explica que a preocupação do Foucault era compreender a construção do conhecimento pelo discurso. Embasado no autor francês, Hall estabelece o conceito de discurso:

[...] um grupo de pronunciamentos que proporciona uma linguagem para falar sobre um tópico particular ou um momento histórico - uma forma de representar o conhecimento sobre tais temas [...] O discurso tem a ver com a produção de sentido pela linguagem. Contudo, [...] uma vez que todas as práticas sociais implicam sentido, e sentidos definem e influenciam o que fazemos - nossa conduta - todas as práticas têm um aspecto discursivo (HALL, 1992, p. 291 apud HALL, 2016, p. 80).

O conceito de discurso de Foucault, segundo Hall (2016), refere-se à linguagem e às práticas sociais. Não consiste apenas em um pronunciamento, um texto escrito

ou mesmo uma ação. Em outras palavras, o discurso “define e produz os objetos do nosso conhecimento, governa a forma com que o assunto pode ser significativamente falado e debatido, e também influencia como ideias são postas em prática e usadas para regular a conduta dos outros” (ibidem, p. 80). Assim sendo, Hall argumenta que o discurso determina os modos de falar ou de escrever sobre um tema (objeto, sujeito, sociedade, entre outros) de uma maneira aceitável, legítima. Da mesma forma, exclui e restringe outros.

O mesmo discurso, característico do jeito de pensar ou do estado de conhecimento em qualquer tempo (o que o Foucault chamou de *episteme*), aparecerá em uma gama de textos, e como forma de conduta, em um número de diferentes campos institucionais da sociedade (HALL, 2016, p. 81).

Hall argumenta que os “significados e as práticas significantes são construídos dentro do discurso” (ibidem, p. 81). Isso não significa que nada existe fora do discurso, mas que nada tem sentido fora do discurso. Em outras palavras, os indivíduos ou os objetos existem realmente no mundo, porém é o discurso que produz os significados sobre eles. “O conceito de discurso não é sobre se as coisas existem, mas sobre de onde vem o sentido das coisas” (ibidem, 81). Desse modo, embasado em Foucault, Hall explica que como só podemos ter conhecimento sobre os sujeitos e os objetos se eles tiverem sentido, é o discurso que produz o conhecimento sobre eles. Ademais, o filósofo francês (2014) considera que o discurso não é apenas uma das produções dos sistemas de dominação, mas pelo que se luta. É o poder pelo qual os indivíduos e os grupos querem se apoderar.

Quais são as regras de funcionamento do discurso? Quem o produz? Quem o dissemina? Foucault nota que a produção do discurso é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por procedimentos, que têm a função de “conjurar seus poderes e perigos, dominar seus acontecimentos aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 2014, p. 8 e 9). Entre os conhecidos em nossa sociedade, o autor apresenta três formas de procedimentos de exclusão: a interdição, a rejeição e a vontade de verdade.

O mais evidente é a palavra proibida. Nesse caso, nem todo indivíduo pode falar sobre qualquer tema ou em qualquer circunstância. Ou seja, “Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala” (ibidem, 9). Percebe-se com mais clareza esse procedimento de exclusão em alguns tópicos, como a sexualidade e a política, pois “as interdições que o atingem revelam logo,

rapidamente, sua ligação com o desejo e o poder” (FOUCAULT, 2014, p. 9 e 10). Já a segregação refere-se a uma separação, por exemplo, como o médico e o paciente. Diante disso, quem pode falar? Segundo Foucault, a escuta do médico é exercida na linha tênue entre a liberdade de fala do paciente e a censura.

Por fim, o mais complexo procedimento de exclusão, a vontade de verdade. Considera-se aqui o discurso verdadeiro (o científico, por exemplo). Como os outros, a vontade de verdade é atravessada e apoiada por um suporte institucional e reforçada pelos livros, bibliotecas e laboratórios. Entretanto é ainda mais reproduzida “pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído” (FOUCAULT, 2014, p. 17). Assim sendo, apoiada pelo suporte e distribuição institucional, a vontade de verdade exerce uma pressão e um poder de coerção. “(...) na vontade de verdade, na vontade de dizer esse discurso verdadeiro, o que está em jogo, senão o desejo e o poder?” (ibidem, p. 19).

Embora os dois primeiros procedimentos de exclusão tenham se tornado mais frágeis, a vontade de verdade torna-se ainda mais profunda nos dias atuais. Nesse sentido, Foucault descreve que os três processos de controle e de delimitação acima citados exercem poder exterior ao discurso, ou seja, “põe em jogo o poder e o desejo” (FOUCAULT, 2014, p. 20). São exercidos pelo controle institucional.

Dessa forma, Foucault ressalta os procedimentos internos de controle do discurso. Nas palavras do filósofo “a título de princípios de classificação, de ordenação, de distribuição, como se se tratasse, de submeter outra dimensão do discurso: a do acontecimento e a do acaso” (FOUCAULT, 2014, p. 20). Compreendem-se assim as classificações de gênero ou de raça como o acaso, da natureza.

O primeiro deles é o comentário. Foucault explica que existem discursos (narrativas) que são contados, repetidos e reformulados em circunstâncias determinadas. Ditos que permanecem ditos e ainda serão ditos. Estão entre eles, os textos religiosos, jurídicos, literários e científicos. O papel do comentário, independente da técnica utilizada, é articular silenciosamente a narrativa primeira. O segundo procedimento de rarefação é o autor. Nesse caso, o autor não se refere a quem pronunciou ou criou um texto, mas quem deu significado (sentido) a uma narrativa. A atribuição de um autor é primordial (regra) em algumas áreas, como a ciência, a filosofia, a literatura, entre outras. “[...] O princípio do autor limita esse

mesmo acaso pelo jogo de uma identidade que tem a forma da individualidade e do eu” (FOUCAULT, 2014, p. 28). A terceira é a disciplina, ou seja, é o princípio de controle da produção do discurso. Além disso, opõe-se aos outros dois procedimentos: comentário e autor.

Ao do autor, visto que uma disciplina se define por um domínio de objetos, um conjunto de métodos, um corpus de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras e de definições, de técnicas e de instrumentos: tudo isso constitui uma espécie de sistema anônimo à disposição de quem quer ou pode servir-se dele, sem que seu sentido ou sua validade estejam ligados a quem sucedeu seu inventor. [...] uma disciplina, diferentemente do comentário, o que é suposto no ponto de partida, não é um sentido que precisa ser redescoberto, nem uma identidade que deve ser repetida, é aquilo que é requerido para a construção de novos enunciados (ibidem, p. 28 e 29).

Cada disciplina reconhece proposições verdadeiras e falsas. No entanto, as proposições devem preencher exigências para pertencer a uma disciplina. Mais do que isso, antes de ser considerada verdadeira ou falsa, a proposição deve estar associada “no verdadeiro” da disciplina (FOUCAULT, 2014).

Existe ainda, de acordo com o Foucault, um terceiro grupo de procedimentos de controle do discurso, que tem como função determinar o funcionamento e as regras para os sujeitos que pronunciam os discursos e assim não permitir que todos os indivíduos tenham acesso a eles: os rituais da palavra, a doutrina e a apropriação das palavras. O ritual da palavra define a qualificação que os sujeitos que pronunciam o discurso devem possuir, além do comportamento, dos gestos e dos signos exigidos para acompanhar o discurso. Foucault argumenta que há sociedades do discurso que produzem discursos, entretanto, só os fazem circular em espaços restritos e somente sobre regras estritas. A doutrina, ao contrário do ritual, difunde-se entre os indivíduos e a partir do compartilhamento de um conjunto de discursos que tais sujeitos definem o seu pertencimento, ou seja, a sua identidade. Nesse caso, o único requerimento é a partilha das mesmas verdades. A doutrina questiona o sujeito a partir do enunciado, isso quando tal indivíduo formula enunciados inassimiláveis, ou seja, inversos às verdades do grupo. Da mesma forma, questiona o enunciado a partir do sujeito que o pronuncia, já que a doutrina é a manifestação de pertencimentos dos indivíduos (raça, gênero, classe, entre outros). E por último a apropriação social dos discursos. Embora a educação seja o instrumento no qual qualquer sujeito possa ter acessos a todos os discursos, a distribuição depende das lutas sociais. “Todo sistema de educação é

uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo” (FOUCAULT, 2014, p. 41).

Em resumo, o externo caracteriza-se pela seleção, organização e distribuição do objeto ou do sujeito do discurso; quem pronuncia a verdade e o interesse pelo discurso de verdade. Já o interno, refere-se aos mecanismos e métodos para a construção de “discurso verdadeiro”. O do sujeito designa os processos de seleção e de exclusão dos indivíduos que podem pronunciar ou ter acesso aos discursos. Diante disso, percebe-se como incorporação e a exteriorização do discurso aproximam-se, de certa forma, do conceito de *habitus* elaborado por Bourdieu. O discurso é um mecanismo para a construção da realidade e, principalmente, da construção do conhecimento “verdadeiro” ou dito verdadeiro.

Após compreender os três grupos de procedimentos de exclusão: o externo, o interno e o do sujeito e, assim, os processos de construção do discurso verdadeiro, ressalta-se algumas características formais do discurso. Assim sendo, Foucault (2017) explica que o discurso é um conjunto de enunciados que pertencem a uma mesma formação discursiva. O enunciado é raro, não é óbvio. É preciso atentar-se para as práticas discursivas ou não. Nas palavras de Alves e Pizzi, refletir sobre o enunciado “é refletir como as coisas ditas são acontecimentos que ocorrem em contornos muito específicos dentro de uma formação discursiva” (ALVES, PIZZI, 2014, p. 83 e 84). O enunciado pode ser um texto, uma fala, uma fotografia desde que manifestem um modo de conhecimento, que é aceito e disseminado, ou seja, considerado verdade em determinada sociedade. Desse modo, o enunciado tem efeito de verdade (FOUCAULT, 2017, ALVES, PIZZI, 2014). Assim sendo, uma formação discursiva é um grupo de enunciados, “isto é, conjunto de performances verbais que estão ligadas entre si” (ALVES, PIZZI, 2014, p.141). O problema político do enunciado científico, aponta Foucault (2015), está em desvendar quais são os efeitos de poder deles que circulam fora da ciência, ou seja, no mundo social.

[...] entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciados, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações) [...] se trata de uma formação discursiva (FOUCAULT, 2017, p. 47).

Retorna-se à pergunta inicial: “O que há de tão perigoso no fato das pessoas falarem e seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo?” (FOUCAULT, 2014, p. 8).

Hall pondera que a abordagem discursiva permite analisar os efeitos e as consequências políticas das representações. Nas palavras do autor, “como o conhecimento elaborado por determinado discurso se relaciona com o poder, regula condutas, inventa ou constrói identidades e subjetividades e define o modo pelo qual certos objetos são representados, concebidos, experimentados e analisados” (HALL, 2016, p. 27).

Nesse sentido, Hall argumenta que Foucault defende que em cada período histórico, o discurso produz formas diferentes de conhecimento. Aliás, o autor jamaicano relata a preocupação de Michel Foucault sobre “como o conhecimento operava nas práticas discursivas em configurações específicas para regular a conduta dos outros” (HALL, 2016, p. 85 e 87). Ou seja, o filósofo, segundo Hall, reconhece as relações entre o discurso, o conhecimento e o poder.

O conhecimento sobre todos esses sujeitos e as práticas ao redor dele, afirmou Foucault, são histórica e culturalmente específicos. Eles não tinham, nem poderiam ter, uma existência com sentido fora dos discursos específicos, isto é, fora das formas com que foram representados em discurso, produzidos como conhecimento e regulados pelas práticas discursivas e técnicas disciplináveis de uma sociedade e tempo particulares (ibidem, p. 85).

Assim sendo, para Foucault, o conhecimento é uma forma de poder. “Não há relação de poder sem a constituição correlativa de um campo de conhecimento, nem há qualquer conhecimento que não pressupunha e constitua, ao mesmo tempo, relações de poder” (FOUCAULT, 2014 apud HALL, 2016, p. 88). Hall explica que Foucault não discute a verdade do conhecimento no sentido absoluto, mas sobre como as formações discursivas definem qual tipo de conhecimento é relevante e sustentam um “regime de verdade”. Dessa forma, um fato pode se tornar verdadeiro mesmo sem que tenha sido provado (HALL, 2016).

O que é poder para Foucault? Ainda que não negue ou rejeite o poder e o domínio do Estado ou das elites econômicas, o autor acredita que o poder circula e opera em todas as relações sociais, nas esferas pública e privada (em casa). Por isso, Foucault preocupa-se em analisar as estratégias, as táticas, os efeitos e os mecanismos do poder que circula, a microfísica do poder. Em outras palavras, pode-

se, assim, compreender o poder do patriarcado, que age e tem efeito nas esferas pública e privada. Ou mesmo refletir sobre os estereótipos dos corpos negros, por exemplo, a hipersexualização da mulher negra ou a representação criminoso da população negra. O corpo criminoso ou hipersexualizado da mulher negra são os corpos produzidos dentro do discurso “[...] de acordo com as diferentes formações discursivas - o estado de conhecimento sobre o crime, o criminoso, o que conta como ‘verdade’ a respeito de mudar ou deter o comportamento do criminoso” (HALL, 2016, p. 92).

O “poder”, como diz Bourdieu, é uma violência simbólica, não é apenas uma coerção física, age silenciosamente sem que o sujeito que sofre tal violência consiga ter consciência disso. Foucault, de certa forma, corrobora com essa ideia. “O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é que simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso” (FOUCAULT, 2015, p. 45). E, por causa disso, não é visto pelos indivíduos como violência e é um modo de poder mais eficaz para o Estado, para as elites e até mesmo por onde o poder circula nas relações sociais (FOUCAULT, 2015, HALL, 2016, BOURDIEU, 1983, 1989, GRAMSCI, 2010, CASTELLS, 2013).

Além do mais, assim como o sentido (o significado) dos fatos ou dos sujeitos não existem fora do discurso, Foucault (2015) conjectura que a “verdade” não existe fora do poder.

A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem um regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros, os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 2015, p. 52).

Nesse sentido, Foucault argumenta que a “verdade” é construída em forma do discurso científico nas instituições do campo científico, ou seja, respeitando os três grupos de procedimentos de exclusão. Em outras palavras, produz a verdade centrada na organização, na seleção e na produção do objeto ou do sujeito do discurso, de acordo com métodos e mecanismo para se obter a verdade e em quem pode ou não proferir o discurso verdadeiro. Entretanto, o autor explica que a produção da verdade responde aos interesses econômicos e políticos. Nesse caso, o campo científico é

heterônomo, tem menos autonomia em relação aos demais campos do mundo social (FOUCAULT, 2015, ALMEIDA, 2017). Já que, como já foi dito, alguns discursos devem circular por todas as esferas sociais e outros ficam restritos aos espaços de poder, como os campos científico, político, econômico, questiona-se: Quais campos difundem os discursos de verdade? Tais discursos circulam exclusivamente nas instituições em que são produzidos ou difundem-se em todas as esferas sociais?

é objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo (circula nos aparelhos de educação e de informação, cuja extensão no corpo social é relativamente grande, não obstante algumas limitações rigorosas); é produzida e transmitida sob controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidade, Exército, escritura, meios de comunicação); enfim, é objeto de debate político e de confronto social (lutas ideológicas) (FOUCAULT, 2015, p. 52).

Foucault argumenta que compreende como “verdade” um conjunto de procedimentos, que regulam e determinam a produção e a circulação o funcionamento dos enunciados. “A ‘verdade’ está circularmente ligada a sistemas de poder, que produzem e apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem. ‘Regime de Verdade’” (FOUCAULT, 2015, p. 54).

Nesse sentido, Foucault (2015) considera que o Regime de Verdade não é apenas um sistema ideológico ou superestrutural, mas a condição para a formação e o desenvolvimento do capitalismo. Compreende-se que raça e gênero estruturam a base de produção e de reprodução do sistema capitalista. Desse modo, a constituição do discurso racializado e patriarcal das sociedades capitalistas confirmam a afirmação de Foucault, pois apoiam e legitimam a exploração e a dominação de negros e de negras, assim como das mulheres.

Para Foucault, não se trata de transformar a consciência dos sujeitos, mas o sistema político, econômico e institucional da produção da verdade. “Não se trata de libertar a verdade de todo o sistema de poder - o que seria quimérico à medida que a própria verdade é poder - mas de desvincular o poder da verdade das formas de hegemonia (sociais, econômicas, culturais)” (FOUCAULT, 2015, p. 54), já que o poder da verdade funciona dentro das relações sociais, econômicas e culturais.

Assim, Foucault explica que os discursos de verdade produzidos nas instituições científicas circulam por vários outros campos do mundo social e assim permeiam as relações sociais do cotidiano dos indivíduos (as escolas e os meios de comunicação), introduzindo os discursos de verdade no *habitus* dos indivíduos.

Portanto, considera-se que é relativamente o que aconteceu com o discurso de verdade sobre raça, ou melhor, sobre o negro. E da mesma forma, o discurso sobre gênero, a mulher.

Discurso Racializado e a Sujeição das Negras e dos Negros

Carneiro enfatiza a importância de um dos elementos do dispositivo de racialidade, o discurso. Isso porque “é justamente no discurso que vem a se articular poder e saber (...) O discurso veicula e produz poder; reforça-o, mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo” (Foucault, 2001, p. 98). Embora o discurso apoie-se nos outros elementos heterogêneos do dispositivo, Carneiro concebe que o discurso articula o conhecimento e o poder, o que contribui para a legitimação da dominação cultural e econômica sobre as mulheres negras.

O discurso encerraria em si mesmo o sentido das relações de poder que o engendram, não sendo lícito portanto, do ponto de vista de Foucault, buscar nele um sentido oculto, na medida em que esse sentido se explicita nos saberes que os discursos produzem (Foucault, 2002). Assim, as práticas sociais se constituíam discursivamente e os discursos formariam sujeitos e objetos que se condicionam, se deslocam, se multiplicam ou invertem posições. O que impulsiona essa dinâmica, segundo Foucault, é a vontade de saber a verdade do sujeito, instituindo-o como o lugar da verdade, ou seja, produzir para todos discursos verdadeiros (CARNEIRO, 2005, p. 51)

Como funciona o discurso racializado? Os sentidos sobre os sujeitos são construídos dentro do discurso. Dessa forma, uma formação discursiva, que reúna enunciados com uma mesma ideia sobre um determinado grupo de pessoas, constitui-se um Regime de Verdade. Por isso, levantam-se algumas questões: como funciona o discurso racializado? Como tal discurso é disseminado no mundo social? Qual a sua relação com o poder? Quais são os efeitos dele no cotidiano das negras e dos negros?

É importante ressaltar que raça e gênero são construções sociais.

“Raça” é uma construção política e social. É a categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão – ou seja, o racismo. [...] Tenta justificar as diferenças sociais e culturais que legitimam a exclusão racial em termos de distinções genéticas e biológicas, isto é, na natureza. Esse “efeito de naturalização” parece transformar a diferença racial em um “fato” fixo e científico, que não responde à mudança ou à engenharia social reformista. Essa referência discursiva à natureza é algo que o racismo contra o negro compartilha com o anti-

semitismo e com o sexismo (em que também a “biologia é o destino”, porém, menos com a questão de classe (HALL, 2003, p. 69).

Nessa perspectiva, Hall (2003) explica que, no discurso racializado, as diferenças genéticas são confirmadas, materializadas e “lidas” nos significantes corporais visíveis, como a cor da pele, o cabelo e as feições físicas, no caso das pessoas negras, que “permite seu funcionamento enquanto mecanismo discursivo em situações cotidianas” (HALL, 2003, p. 70). O discurso sobre “etnicidade” é fundado nas diferenças culturais e religiosas. Entretanto, os mesmos significantes corporais de raça são utilizados discursivamente para designar as diferenças culturais e sociais.

A “negritude” tem funcionado como signo da maior proximidade dos afro-descendentes com a natureza e, conseqüentemente, da probabilidade de que sejam impulsionados pela emoção e o sentimento em vez da razão, hipersexualizados, tenham baixo autocontrole, tendam à violência (ibidem, p. 70).

Embora os termos etnia e raça tenham suas diferenças, Hall aponta que o referente biológico está presente em ambos os casos, porém é mais indireto no discurso sobre etnia. Assim sendo, os discursos de raça e de etnia estabelecem articulação discursiva entre o biológico e o socioeconômico, “fazendo com que as diferenças em um sistema de significados sejam inferidas através de equivalentes em outra cadeia” (Hall, 1990 apud HALL, 2003, p. 71). Por isso, o autor considera que o racismo biológico e a discriminação étnica não são dois sistemas distintos. Além disso, os discursos de raça e de etnia são frequentemente articulados e mobilizados juntamente (HALL, 2003).

Quais são as relações entre o conhecimento e o poder no discurso racializado? Nesse sentido, faz-se necessário compreender como o sujeito é criado dentro do discurso. Hall (2016) explica que é o discurso e não o sujeito que o pronuncia que produz conhecimento. “Sujeitos podem produzir textos particulares, mas eles estão operando dentro dos limites da *episteme*⁶⁵, da formação discursiva, do regime de verdade, de uma cultura ou período particulares” (HALL, 2016, p. 99). Entretanto, embasado em Foucault, o autor jamaicano afirma que o sujeito é produzido no interior do discurso.

Esse sujeito, produto do discurso, não pode estar fora dele, porque a ele deve estar *sujeitado*. Deve se submeter às suas regras e convenções, às suas

⁶⁵ Segundo Foucault (2015), episteme é um dispositivo apenas discursivo.

disposições de poder/conhecimento. O sujeito pode se tornar portador do tipo de conhecimento que o discurso produz, pode se tornar o objeto pelo qual o poder é exercido, mas não pode permanecer fora do poder/conhecimento como sua fonte e autor (HALL, 2016, p. 99).

Assim sendo, Foucault analisa que o discurso produz dois sujeitos diferentes. O sujeito que tem consciência e autocontrole e o que está sob controle e domínio do outro. Portanto, o discurso determina “uma forma de poder que subjuga e sujeita” (FOUCAULT, 1982, p. 212 apud HALL, 2016, p. 99).

Nota-se ainda que o discurso produz sujeitos que personificam determinados modos de conhecimento e seguem as características definidas pelo discurso, como o louco, a mulher histérica, o criminoso, o homossexual, entre outros, de acordo com a formação discursiva e Regime de Verdade de um período histórico particular. Ademais, o discurso institui lugares específicos para o sujeito, ou seja, onde seus significados podem fazer sentido para os leitores, os espectadores ou usuários. É o que Hall nomeia de posição do sujeito.

Essa abordagem tem implicações radicais para a teoria da representação porque sugere que os próprios discursos constroem posições de sujeitos de onde eles se tornam inteligíveis e produzem efeitos. Os indivíduos podem se distinguir por suas características de classes sociais, gêneros, “raças” e etnias, mas não serão capazes de captar o sentido até que tenham se identificado com aquelas posições que o discurso constrói: sujeitando-se a suas regras, e então se tornando sujeitos de seu poder/conhecimento (HALL, 2016, p. 100).

Nesse caso, compreende-se a criação e a reprodução do lugar fixo da representação dos negros e das negras no discurso, ou melhor, numa formação discursiva. E ao mesmo tempo, percebe-se a não compreensão quando uma pessoa negra foge de tais lugares determinados para ela no discurso, por exemplo, no campo científico, literário, entre outros, já que o sujeito negro é representado como sem capacidade intelectual.

Como foi produzido e renovado o sujeito negro? Quais as relações de poder / conhecimento envolvidas na formação discursiva sobre o negro?

Em África, não existiam negras e negros. Por lá, eram nagôs, jêjes, bantos, malês, entre outras etnias. Cada grupo étnico tinha sua própria cultura, língua, história, que era completamente diferente dos outros. Nesse sentido, Mbembe defende que o “O Negro não existe, no entanto, enquanto tal. É constantemente produzido. Produzir o Negro é produzir um vínculo social de submissão e um corpo de exploração, isto é,

um corpo inteiramente exposto à vontade de um senhor” (MBEMBE, 2014, p. 21). A invenção do Negro, segundo o autor, foi fundamental para a acumulação de riqueza. Primeiro, com o trabalho escravo nas plantações agrícolas no Brasil ou nos Estados Unidos. Depois com o trabalho assalariado subordinado, assim a criação do Negro “abrirá igualmente caminho às inovações fundamentais nos domínios do transporte, da produção, da comercialização” (ibidem, p. 43).

Embora o tráfico negreiro tenha consistido em três rotas⁶⁶, enfatiza-se e restringe-se nesse trabalho a maior dela, a transatlântica. Nesse contexto, Munanga (2010) afirma que, no século XV, navegadores europeus descobriram povos fisicamente diferentes deles, entre eles os indígenas e os africanos. Para descobrir se esses povos poderiam ser incluídos na categoria de seres humanos, os europeus determinaram que os recém-descobertos precisavam comprovar que eram descendentes de Adão, de acordo com as escrituras religiosas cristãs. “Lembremos que entre os séculos XV e XVII, o monopólio do conhecimento e da explicação da origem da humanidade estava nas mãos da Igreja, através da teologia” (MUNANGA, 2010, p. 182). Concentrado na península ibérica, os debates teológicos em torno da humanidade dos indígenas e dos africanos, primeiramente, estabeleceram que as índias e os índios consistiam em seres humanos. Em seguida, a Igreja Católica certificou que as negras e os negros tinham referências na bíblia, o que confirmava a humanidade desses povos, pois eles tinham descendência de Adão. No entanto, segundo a Igreja Católica, os africanos e os indígenas precisavam se converter ao cristianismo para deixar a natureza pecaminosa e aperfeiçoar a humanidade. “Foi nesse sentido que a escravidão foi abençoada pela Igreja Católica como o melhor caminho para a conversão desses povos ao cristianismo, considerado como a sua única e verdadeira salvação” (MUNANGA, 2010, p. 182).

Durante o século XVIII, o período das luzes, Munanga aponta que os filósofos iluministas contestaram as afirmações religiosas baseada no mito de Adão e Eva e assim procuraram explicações científicas para atestar a inferioridade dos povos africanos e indígenas. Para a substituição do discurso racializado, os cientistas

⁶⁶ As rotas: oriental (pelo Oceano Índico e Mar Vermelho), transaariana (pelo Deserto do Saara) e transatlântica (pelo Oceano Atlântico). Os árabes foram responsáveis pelas rotas oriental e transaariana, durante 650 a 1900, envolvendo aproximadamente cinco milhões de africanos. Já os povos europeus foram responsáveis pela rota transatlântica, que deportou cerca de 40 a 100 milhões de africanos para a Europa e a América (MUNANGA, 2009).

recuperaram o conceito de raça das ciências naturais, que era mobilizado principalmente na botânica e na zoologia, para classificar as espécies de animais e de vegetais.

Como os cientistas gostam muito de nomear os fenômenos que estudam, eles chamaram os outros recém-descobertos de raças diferentes da deles, a partir, comparativamente, da característica mais marcante e mais chocante em seu olhar, que era a cor da pele. Tornou-se uma empresa científica a demonstração da existência das raças por meio de critérios objetivos. Assim, nos séculos XIX e XX, acrescentaram ao critério da cor da pele outras características morfológicas como o formato do crânio e da cabeça, os lábios, narizes, queixos etc., e os caracteres genéticos hereditários como os grupos de sangue e certas doenças hereditárias e raciais. Estes, considerados marcadores genéticos, constituíram, segundo pensavam, o divisor de águas, que consagraria a tarefa científica de classificações das raças humanas (MUNANGA, 2010, p. 183).

Além de diferenciar os povos recém-descobertos dos europeus, o conceito de raça foi utilizado para classificar e hierarquizar as “raças”, segundo autoridade científica, em superior e inferior e, por conseguinte “criando uma relação intrínseca entre corpo, os traços físicos, a cor da pele e as qualidades intelectuais, culturais e morais e estéticas” (ibidem, p. 187). Munanga ainda esclarece que a hierarquização ou a ciência das raças era uma pseudo-ciência, pois suas ideias e argumentos eram mais doutrinário que científico, porém, respeitava os métodos e as regras da disciplina, ou seja, um dos três procedimentos internos de exclusão do discurso de Foucault. E como “doutrina” as ideias eram propagadas por toda a esfera social (MUNANGA, 2010, FOUCAULT, 2014). O antropólogo congolês afirma que o racismo biológico legitimou mais o sistema de dominação (escavidão e colonização) do que a variabilidade humana.

A abordagem justifica a exploração econômica e a exclusão social dos povos negros como parte da natureza, o mesmo acontece em relação ao gênero. “A ‘verdade’ é centrada na forma de discurso científico (...) está submetida a uma constante incitação econômica e política (necessidade de verdade tanto para produção econômica, quanto para o poder político)” (FOUCAULT, 2015, p. 52).

Além da escavidão, as “pesquisas ditas científicas” sobre conceito biológico de raça humana foram utilizadas para justificar dominações e atrocidades contra alguns povos, como o nazismo de Hitler, na Alemanha, ou o Apartheid, na África do Sul (GOMES, 2005, GONZALEZ, 1988, MBEMBE, 2014, HALL, 2016, MUNANGA, 2010). Dessa maneira, o discurso racializado relaciona a população negra a tudo que

é instintivo, tudo ligado à natureza, como a emoção e sentimentalismo e sem racionalidade.

Embora o conceito biológico de raça humana tenha sido abandonado pela ciência no século XX, inclusive, a biológica, parte da produção científica e acadêmica brasileira - como as de Nina Rodrigues - colaborou para a construção dos discursos e das representações sobre o instinto selvagem, a hipersexualidade e a baixa capacidade intelectual das negras e dos negros (NASCIMENTO, 2016, CARNEIRO, 2005, MUNANGA, 2010).

Munanga afirma que o uso de raça é inadequado biologicamente, contudo, o conceito de raça é utilizado como construção sociológica e política, ou seja, para refletir sobre o passado, o presente e o futuro da sociedade brasileira e, em especial, das afro-brasileiras e dos afro-brasileiros.

Estrutura do discurso racializado

O discurso racializado estrutura-se na diferença. Dessa maneira, Hall (2016) explica que existem quatro abordagens teóricas da diferença: a linguística associada a Ferdinand Saussure, a linguagem influenciada por Mikhail Bakhtin, a antropológica associada à ordem simbólica e à cultura e a psicanalítica influenciada por Sigmund Freud, Jacques Lacan e Frantz Fanon, entre outros. Hall nota que não é preciso escolher uma abordagem da diferença para analisar as representações e os discursos racializados, entretanto, mobiliza-se aqui a abordagem psicanalítica do Fanon, autor do livro “Pele Negra Máscaras Brancas”, por abordar as relações étnicas-raciais, além de outras autoras e de atores do campo.

De acordo com essa abordagem da diferença, o elemento comum em todas as versões é o papel do “Outro” para o desenvolvimento do sujeito. Nas palavras do Hall “A subjetividade surgirá e a percepção do *self* (eu) será formada através das relações simbólicas e inconscientes que a criança forja com o ‘Outro’ significante que está fora de si - ou seja, que é diferente de si” (HALL, 2016, p. 159). O autor nota que, embora as abordagens psicanalíticas do “Outro” possam parecer à primeira vista apenas positivas, há muitas implicações negativas. Como o “eu” ou a sua identidade não possui núcleo estável, o sujeito não é totalmente completo, unificado. “Nossa subjetividade é formada por este diálogo problemático, nunca concluído e

inconsciente com o 'Outro' - com a internalização do 'Outro'. É formada em relação a algo que nos completa [...] mas sempre nos falta" (ibidem, 159).

Desse modo, Hall expõe que Fanon usou a teoria psicanalítica para refletir sobre o racismo. " [...] argumentando que a maioria da estereotipagem racial e a violência surgiram a partir da recusa do 'Outro' branco em reconhecer 'do ponto de vista do outro' a pessoa negra" (HALL, 2016, p. 160). O autor também enfatiza que a diferença, nesse caso o "Outro", é ambivalente, ou seja, pode tanto ser positiva quanto negativa.

Por um lado, é necessária para a produção de significados, para a formação da língua e da cultura, para as identidades sociais e para a percepção subjetiva de si mesmo como um sujeito sexuado. Por outro, é, ao mesmo tempo, ameaçadora, um local de perigo, de sentimentos negativos, de divisões, de hostilidade e agressão dirigidas ao "Outro" (HALL, 2016, p. 160).

Para analisar as práticas e os repertórios da diferença racial na cultura ocidental, Hall (2016) elucida que houve três momentos que originaram as representações e os discursos racializados no encontro entre o branco europeu e o negro. O primeiro, entre os séculos XV e XVI, com o contato entre os comerciantes europeus e povos da África Ocidental, que forneceu por três séculos escravos negros. O segundo foi a partir da colonização do continente africano. Já o terceiro aconteceu com as migrações dos indivíduos dos países da África para a Europa e os Estados Unidos, após o término da Segunda Guerra Mundial.

Ademais, Hall destaca que o discurso racializado é formado por um conjunto de oposições binárias, completamente polarizadas, das características biológicas e corporais entre brancos e negros. Nessa perspectiva, o negro é relacionado a tudo que é instintivo e ligado à natureza, ou seja, emoção exacerbada, falta de capacidade intelectual, hipersexualidade, entre outros. Por outro lado, o branco é associado ao desenvolvimento intelectual e à cultura, como aprendizagem e conhecimento, "civilidade" emocional, sexual e civil, entre outros. Em outras palavras, a teoria racial baseia-se na oposição binária entre cultura e natureza.

Assim sendo, diferente das afirmações bíblicas, essa forma de discurso racializado "era justificado pelas evidências ditas científicas e etnológicas, com base em um novo tipo de racismo científico" (HALL, 2016, p. 168). Para Hall, a antropologia e a etnologia foram disciplinas que forneceram as evidências científicas para tais ideias. Desse modo, as diferenças visíveis do corpo negro, como a aparência física e as características de comportamento, ofereciam a evidência para a diferença. "A

representação da diferença através do corpo tornou-se o campo discursivo através do qual muito deste ‘conhecimento racializado’ foi produzido e divulgado” (ibidem, p. 169).

Após analisar a constituição do dispositivo de racialidade, em especial, a produção do discurso, que articula conhecimento e poder, e as representações da diferença das mulheres negras na cultura ocidental ou mesmo mundial, Hall (2016) questiona-se “Será que um regime dominante de representações pode ser desafiado, contestado ou modificado? Quais contraestratégias podem começar a subverter o processo de representação” (HALL, 2016, p. 211).

Como já foi dito, embora as imagens das mulheres negras e os discursos racializados configurem lugares fixos às mulheres negras, o significado nunca será fixado. “Palavras e imagens carregam conotações não totalmente controladas e esses significados marginais ou submersos vêm à tona e permitem que diferentes significados sejam construídos, coisas diversas sejam mostradas e ditas” (HALL, 2016, p. 211). Assim, novos significados podem ser introduzidos.

Nessa perspectiva, Borges (2017) afirma que quando existe um estereótipo, há uma fixação de sentido dentro da cadeia discursiva, mas novos significados podem deslocar os antigos por meio da linguagem.

O que eu estou chamando de deslocamento? É preciso que a gente desloque alguns sentidos e significados sobre a mulher negra e que outros ganhem legitimidade nessa cadeia discursiva. A ideia de deslocamento é quando um signo, ele deixa de habitar um lugar e vai para outro lugar, ou seja, deixa de habitar o lugar da subalternização apenas da pobreza e da miséria e vai para outro lugar, o lugar que representa um suposto universal humano (BORGES, 2017).

Como o imaginário cultural brasileiro é determinado pelo racismo e pelo sexismo, é por isso que ainda há a permanência de signos estereotipantes, segundo Borges (2018)⁶⁷. Embora novos signos surjam, signos que humanizam e transformam homens e mulheres negras, eles não se mantêm. “É preciso que esse novo ganhe lugar na cadeia discursiva, de modo que ele se fixe. Só represento poder, ideal cultural e referência para o outro pela imagem que eu tenho” (BORGES, 2018).

Dessa forma, Hall (2016) apresenta três estratégias de transcodificação para deslocar, intervir ou reverter os significados das imagens e dos discursos racializados:

⁶⁷Disponível em <<https://artebrasileiros.com.br/cultura/dialogos-com-rosane-borges-genero-raca-visibility-e-poder/>> Acesso em mai 2019.

a integracionista, as imagens positivas e negativas e através do olhar da representação.

Hall explica que a primeira estratégia de intervenção na representação estereotipada das pessoas negras, a integracionista, foi muito utilizada no cinema estadunidense nas décadas de 1960 e 1970, após o movimento dos direitos civis nos Estados Unidos.

Até a década de 1950, os negros e as negras só poderiam integrar as produções cinematográficas do país, adaptando-se às imagens que os brancos tinham deles, ou seja, como o “Outro”. Dessa forma, como resquício das imagens do período escravocrata do país, o autor afirma que os homens negros eram vistos na sociedade estadunidense como crianças, pessoas simples. Assim, os negros eram representados no cinema como pessoas infantilizadas, generosas e submissas.

Com a técnica integracionista, “houve uma afirmação muito mais agressiva [...] uma atitude positiva em relação à diferença e a luta da representação” (HALL, 2016, p. 212). Nessa perspectiva, reforçaram-se outras imagens das pessoas negras, que também correspondem às ideias concebidas durante o período de colonização estadunidense, como os negros malandros, a mulher da raça mista hipersexualizada, as mães pretas (a cuidadora, a trabalhadora doméstica) e os homens violentos, selvagens. Nota-se que, nesse caso, trabalha-se o contraponto (oposto) de uma imagem, porém não escapa da estrutura binária da representação. Nas palavras de Hall, “Para transformarmos um estereótipo não precisamos necessariamente revertê-lo ou subvertê-lo. Escapar das garras de um dos extremos do estereótipo [...] talvez signifique simplesmente estar preso em sua alteridade estereotípica” (ibidem, p. 214).

A segunda estratégia para contestar as representações racializadas é substituir as imagens negativas pelas positivas da população negra.

Ela inverte a oposição binária, privilegiando o termo subordinado, às vezes lendo o negativo de forma positiva: ‘Black is Beautiful’. Tenta construir uma identificação positiva do que tem sido visto como abjeto”. Expande muito a gama de representações raciais e a complexidade do que significa ‘ser negro’, desafiando assim o reducionismo dos estereótipos anteriores (HALL, 2016, p. 216).

Embora amplie o repertório das imagens positivas das pessoas negras e assim aumente a diversidade de “ser negro”, o autor jamaicano nota que o problema dessa abordagem é que o aspecto negativo do regime dominante não é deslocado. “Já que

os binários não foram deslocados, o significado continua a ser enquadrado por eles” (HALL, 2016, p. 218).

A estratégia “através do olhar da representação” age dentro das complexidades e ambivalências das representações e dos discursos. Ou seja “Está mais preocupada com as formas de representação racial do que a introdução de um novo conteúdo” (HALL, 2016, p. 219). Desse modo, a ideia é disputar o significado, ou seja, inserir novos sentidos aos discursos e às imagens estereotipadas.

Em vez de evitar o corpo negro, por este estar ele tão absorvido pelas complexidades de poder e subordinação dentro da representação, essa estratégia o toma positivamente, como principal local de suas estratégias representacionais, tentando fazer com que os estereótipos operem contra eles próprios. Em vez de evitar o perigoso terreno aberto pelo entrelaçamento entre sexualidade, gênero e raça, contesta de forma deliberada as definições sexuais e de gênero dominantes da diferença racial que operam sobre a sexualidade dos negros (HALL, 2016, p. 219).

As ideias propostas por Hall constituem-se em estratégias para a racialização do discurso também. Entretanto, discurso racializado descolonizado.

Nesse sentido, os movimentos de mulheres negras se apropriam dos dispositivos infocomunicacionais, como o blog “Blogueiras Negras”, para produzir discurso racializado, que desloca os sentidos negativos das representações sobre a mulher negra.

O caso do blog “Blogueiras Negras”: Análise do Discurso de Foucault

Após refletir sobre o conceito de discurso, mobiliza-se como método de pesquisa a análise do discurso foucaultiana, para examinar os textos publicados entre 2013 e 2017 no blog “Blogueiras Negras”, que analisam os discursos racializados e um dos principais estereótipos da mulher negra.

Sargentini aponta que os “legados de Foucault sobre a noção de discurso que não se separa da noção do sujeito, de acontecimento e de materialidade discursiva” (SARGENTINI, 2014, p. 167). Desse modo, duas questões contribuem com a análise do discurso:

- 1) O que aconteceu para que houvesse a ocorrência desse enunciado?

- 2) Como ou por que apareceu um determinado enunciado e não outro em seu lugar?

Segundo Sargentini, Foucault define enunciado como “nem inteiramente linguístico, nem exclusivamente material” (FOUCAULT, 1986 apud SARGENTINI, 2014, p. 167). Dessa forma, não pode ser compreendido apenas como enunciado linguístico. Para compreender um enunciado, é preciso articulá-lo com outros enunciados e com aqueles que são excluídos. “Na perspectiva foucaultiana interessam quais não foram ditos ou porque outros não tiveram condição de emergência” (ibidem, p. 167).

Entre 2013 e 2017, 37 posts do BN destacam as representações da mulher negra, como a mãe preta (empregada doméstica ou cuidadora) ou mulata lasciva. Dois artigos analisam a reprodução do estereótipo de hipersexualização da mulher negra a partir da Globeleza, personagem do carnaval da Rede Globo, em 2014.

Figura 11 – Aline Prado foi Globeleza, entre 2006 e 2013.

Fonte: Divulgação da Rede Globo

Em 23 de dezembro de 2013, no artigo “Vênus de Hotentote em qualquer lugar: a exotização da mulher negra”, Djamilia Ribeiro reflete sobre a exposição do corpo negro no carnaval pela Rede Globo, a mesma exposição que o corpo da Sarah Baartman, considerado exótico, recebeu no século XIX na Europa.

O corpo da mulher negra não é dela. Essa a sensação que carrego desde muito cedo. A ultrassexualização de nossos corpos faz com que interpretem nossa imagem baseada na exotização.[...] Um exemplo dos estigmas que

estão colocados sobre os corpos das mulheres negras é o caso de Vênus Hotentote. Seu nome original é Sarah Baartman, nascida em 1789 na região da África do Sul, no início do século XIX foi levada para a Europa e exposta em espetáculos públicos, circenses e científicos, devido aos seus traços corporais. [...] Esse caça a “mulatas” promovido pela rede Globo para eleger a nova “Globeleza”, percebe-se como a mulher negra é colocada em lugares determinados, como é vista como objeto sexual, produto a ser vendido. Quantas negras vemos na grade da emissora? [...] Mesmo nesse mercado de exploração, a carne negra é a mais barata. Nas propagandas de cerveja, nos quais mulheres são objetificadas, raramente há negras. Até nesse mercado exploratório, o lugar ainda é inferior. Não estou concordando com a objetificação dos corpos dessas mulheres, e sim, elucidando como até nesse mercado, a mulher negra é discriminada e relegada a papéis específicos. A exotização exacerbada do corpo da mulher negra, construída historicamente a partir da experiência colonial, precisa ser duramente combatida. A naturalização dessa violência precisa ser enfrentada (RIBEIRO, 2013).

Em “Bem vindos ao Brasil colonial: a mula, a mulata e a Sheron Menezes”, publicado em 2 de janeiro de 2014, Mara Gomes analisa o concurso para escolher a Globeleza 2014 e a foto da atriz Sheron Menezes, uma das negras no quadro de funcionários da emissora, com as bundas das concorrentes.

[...] Acompanhando recentemente o concurso para eleger a nova Globeleza (mulher que deve representar a rede Globo no carnaval como a famosa “mulata” ícone do carnaval), tive duas reações primárias: primeiro me surpreendi com o número grande de negras na televisão, porque é algo que não acontece sempre e, segundo, percebi a total sexualização dos seus corpos, que se acentuou com a foto divulgada no instagram da atriz negra Sheron Menezes, onde ela exhibe as mulheres de costas, apenas com a bunda em destaque quase como um troféu, como se a mulher só fosse isso: um corpo pra ser usado. [...] Alguns disseram: que bom, enfim o negro está adentrando a televisão. Outros, não ingênuos e mais acostumados com as artimanhas da rede Globo, não acharam algo tão bom assim. Porque, infelizmente, a mulher negra só aparece na televisão em dois momentos: ou é escrava/doméstica, ou é mulata no carnaval e nas duas visões ela está sendo colocada a serviço do homem branco. [...] No tempo da escravidão, as mulheres negras eram constantemente estupradas pelo senhor branco e carregavam o papel daquela que deveria servir sexualmente sem reclamar, nem pestanejar e ainda deveria fingir que gostava da situação, pois esse era o seu dever. Hoje nós, mulheres negras, continuamos atreladas àquela visão racista do passado que dizia que só servíamos para o sexo e nada mais. [...] O mais problemático é que usam essa imagem do negro na televisão tentando nos enganar como se nos aceitassem, que estão nos colocando na televisão por boa vontade, que a mulher que está nessa situação “escolheu isso deliberadamente”. Mas esquecem de informar que nos concursos de beleza como Garota Fantástica, Musa do Brasileirão, Musa do caldeirão e etc. Concursos da mesma emissora, igualmente machistas e estúpidos, que representam a beleza padrão, não apresentavam nenhuma mulher negra entre as concorrentes. Por que será? Simplesmente porque a mulher negra não representa a beleza padrão [...] Todo o ano quando o carnaval está pra chegar, eu me preparo psicologicamente pra chuva de estereótipos, de encargos sociais e de hiperssexualização da mulher negra. Não me levem a mal, eu adoro o carnaval, mas nós como negros não podemos nos acomodar com esse tipo de representação [...] (GOMES, 2014).

Figura 12 – Atriz Sheron Menezes e as concorrentes à Globeleza 2014.

Fonte: Divulgação Rede Globo.

Com a “caça a mulata” durante o carnaval, analisa-se o enunciado não dito da Rede Globo, principal emissora de televisão do país, a partir da leitura dos artigos da Djamila Ribeiro e da Mara Gomes. Embora 51% da população brasileira seja negra, nota-se que existem poucas mulheres negras no elenco de atrizes, de jornalistas e de apresentadoras da emissora. Entretanto, a Rede Globo produz uma personagem exclusiva para mulheres negras durante o carnaval, a Globeleza. A “mulata Globeleza” surgiu no carnaval de 1991 com a Valéria Valensa. Dessa forma, a personagem carnavalesca é normalmente uma mulher negra de pele clara, que é exibida sambando com o corpo apenas coberto por uma pintura.

O que aconteceu para que houvesse a ocorrência desse enunciado? Como ou por que apareceu um determinado enunciado e não outro em seu lugar? O enunciado se justifica de acordo com as hipóteses:

- a) Historicamente o corpo da mulher negra é hipersexualizado e exposto para o público;

- b) Desde 1992, a Rede Globo promove uma competição para escolher a Globeleza do carnaval⁶⁸, único momento que a mulher negra tem “destaque” na emissora;
- c) Embora existam mulheres negras jornalistas, atrizes, advogadas, acadêmicas, psicólogas, entre outras profissões, as produções jornalísticas e entretenimento, reproduzem as representações da “mulata” lasciva e empregada doméstica.

Segundo Foucault, como visto anteriormente, a produção do discurso é controlada, organizada e disseminada por alguns procedimentos. Dentre eles, existem três procedimentos externos de controle do discurso, que são a palavra proibida, a segregação e a vontade de verdade. Enquanto os dois primeiros tornam-se mais frágeis, a vontade de verdade se fortalece. Embasada pelo filósofo francês, Sargentini (2014, p. 171) explica que “Em nossa sociedade, na vontade de dizer esse discurso ‘verdadeiro’ entra em jogo o desejo e o poder”. Dessa forma, o discurso que articula o conhecimento e o poder.

No artigo de Gomes (2014), a autora recupera o período escravocrata brasileiro, no qual as mulheres negras eram estupradas e tinham o “papel” de servir sexualmente os senhores brancos. Naquela época, o discurso sobre a mulher negra a associava a selvageria, um ser que não controlava o impulso sexual. Já Ribeiro (2013) retoma a história da Sarah Baartman, mulher africana, que teve seu corpo estudado e exibido para o público por ter traços corporais diferentes da mulher branca. Nesse período histórico, as teorias raciais biológicas começam a delinear as hierarquias das raças, ou seja, a classificação entre raça superior e inferior por meio das diferenças corporais. Nota-se assim a mutação discursiva nos dois momentos históricos apontados pelas colaboradoras do BN.

Percebe-se que com o fortalecimento dos movimentos de mulheres nas décadas de 1980 e de 1990 no Brasil, uma das reivindicações era a representação negra nos meios de comunicação. Nesse sentido, em 1991, a Rede Globo cria o quadro “Globeleza” durante o carnaval, para valorizar a “beleza negra”. No entanto, as mulheres continuam invisíveis em outros concursos de beleza e, principalmente, no elenco de jornalistas, de atrizes e de apresentadoras da emissora.

⁶⁸ Disponível em <<https://globoplay.globo.com/v/2946449/>>

Considera-se pelo quadro “Globeleza” que os enunciados não ditos na emissora são que não existem mulheres negras jornalistas, atrizes, advogadas, acadêmicas, entre outras, embora as mulheres negras ainda estejam ocupando profissões subalternizadas no país.

Quando você tem uma reiteração da mulher negra no lugar da empregada doméstica na televisão, algumas pessoas podem dizer: “mas não é isso mesmo”? As pesquisas não apontam e os próprios movimentos negros não dizem que a mulher negra ainda é maioria sendo empregada doméstica? Mas veja, isso é uma armadilha, por que é uma armadilha? Porque se do ponto de vista da vida real, das nossas condições de existência de fato, nós mulheres negras ocupamos profissões subalternizadas, do ponto de vista de imagem de imaginário há que se promover outras perspectivas de grupos de subalternizados, porque senão você repete e vira uma espécie de profecia [...] a presença dessas mulheres negras em lugares subalternizados seja como a empregada doméstica ou seja como a “mulata” do ponto de vista racista, da boa de samba, da lasciva que atíça todo esse imaginário sexual branco, há que se reconhecer que embora ainda nós ocupamos lugares subalternizados do ponto de vista da dinâmica social é uma perspectiva plural, inclusive não existe só um tipo de empregada negra, não existe apenas um tipo de sambista negra, então, é dessa pluralidade que a gente fala, essa pluralidade é presente nos grupos raciais hegemônicos, o branco pode ser tudo, inclusive, ladrão do ponto de vista das imagens. Mas em relação às mulheres negras, você vê que os significantes são sempre regrados. Por que eles são regrados? Para eles de certa forma corresponderem como certo imaginário que nos coloca em lugares já pré-definidos (BORGES, 2017).

A Globeleza é uma estratégia da Rede Globo para reproduzir o estereótipo sexual da mulher negra (animalesco) e fixá-la em lugares determinados para os grupos subalternos, respondendo a uma ordem do discurso.

Por fim, nota-se que as duas autoras optaram por utilizar a estratégia “através do olhar da representação”, elaborada por Hall (2013), analisando as formas de representação racial e disputando os significados ao inserir novos sentidos aos discursos racializados. Percebe-se que essa é a principal estratégia utilizada pelas colaboradoras nos demais textos do BN também.

APÊNDICE B – Entrevista com a Larissa Santiago, criadora e coordenadora do blog “Blogueiras Negras”, concedida à Thais Pereira da Silva, em 17 de out. 2017.

Thais Pereira - Conte-me a história da criação do blog “Blogueiras Negras”

Larissa Santiago - Bom, é uma história longa. Como a gente é feminista e foi se descobrindo feminista negra, acreditamos que existem várias histórias. A nossa história não é uma história única, eu não vou contar a mesma história que a Charô ou a Maria Rita. Assim, eu vou te contar uma parte da história e talvez não esteja completa, provavelmente ela não está completa. Cada uma de nós já *blogava*, cada uma de nós já tinha um blog separado, já fazíamos trabalhos na internet, a Maria Rita por exemplo tinha um blog que chamava True Love sobre cultura lésbica e bissexual. Charô tinha um blog onde ela falava sobre amor livre e questões de cultura e identidade. Eu tinha um blog de poesia. Cada uma *blogava* separadamente e a gente fazia parte de um fórum de discussão no “*google groups*”, o Luluzinha e equipe, que foi a minha primeira iniciativa de mulheres, minha primeira reunião de mulheres, onde eu encontrei mulheres falando sobre tecnologia. Logo depois o “Luluzinha e equipe” começou uma discussão sobre se o Luluzinha era feminista ou não. Aí teve uma cisão e a gente migrou para um outro fórum de discussão, o blogueiras feministas. Lá eu me lembro de ter encontrado Charô por exemplo, eu não me lembro se a Maria Rita estava nesse fórum, mas era um fórum de discussão sobre feminismo em geral, mas raramente a pauta da raça, né, vinha à tona. Já nesse espaço, a gente conversando e se encontrando, eu me lembro de Charô fazer uma pergunta “onde estão as blogueiras negras de moda?”. Aí nesse meio tempo numa decisão em 2012, no final de 2012 a gente decidiu fazer uma blogagem coletiva, que era uma *parada* que acontecia bastante entre 2000 e 2010. A gente decidiu fazer uma blogagem coletiva “Blogagem Coletiva Mulher Negra”, entre os dias 20 e 25 de novembro. Dia 20 é o dia de consciência negra e o dia 25 que é o dia de luta internacional contra a violência contra a mulher. E a gente criou o site wordpress “Blogagem Coletiva Mulher Negra” para reunir nesse site textos de mulheres que falassem sobre esses dois assuntos simultâneos raça e gênero. Foi aí então que a gente descobriu um monte de mulher negra que tinha blog e que *blogava* separadamente e a gente conheceu Maria Rita, na verdade eu conheci a Maria Rita porque a Charô já conhecia e sabia que ela já tinha a ferramenta dela, enfim, quando a gente viu a potencialidade do que estava

acontecendo a gente não quis parar. Em 2013, no dia 21 de março, que é o dia internacional pela discriminação racial, o dia do massacre de Shaperville na África do Sul, a gente decidiu fazer uma outra blogagem coletiva pela eliminação da discriminação racial nesse mesmo sítio. E aí mais textos surgiram e a gente começou a conversar sobre isso, dizer: “pô, a gente tem uma coletividade aqui, uma potencialidade”, Em maio, se eu não me engano, ou no final de março a gente criou o domínio blogueirasnegras.wordpress, que depois virou www.blogueirasnegras.org e aí já com Maria Rita e com outras meninas. Primeiramente a gente era esse blog e logo em seguida a gente virou uma comunidade no Facebook, no início a gente chegou a ter 500 mulheres e depois a gente criou também uma página no Facebook, nessa época o Facebook ainda não tinha restrições de alcance e personalidade que eles têm agora. Hoje nós temos 230 mil seguidoras, mas foi em uma época em que a gente fez isso organicamente. Esse é o início da história das Blogueiras Negras, como eu falei no início esse é o meu olhar sobre, tem outras histórias, né? Aí Maria Rita pode contar outras histórias e a Charô também.

Thais Pereira- A escrita é tática de resistência para as mulheres negras?

Larissa Santiago - Então, falando sobre isso como é que a escrita é uma ferramenta de resistência, como a apropriação de tecnologias é uma *parada* de resistência, a gente pode pensar de quando a gente ainda estava no continente africano, a escrita e a descoberta da escrita e da linguagem dos nossos povos, né? O que vai acontecer na Europa vai supervalorizar a escrita e toda a história da filosofia e a própria história vai dizer que a escrita e o registro são importantes para perpetuação da história. E em posição a isso, a nossa cultura que é uma cultura que precisa conversar e repetir para que determinado aprendizado e conhecimento se fixe, a nossa cultura por ser essa característica ficou por muito tempo nas mãos de quem tinha esse poder de registro, né? Nesse poder de aprisionar o conhecimento digamos assim, que é o que a palavra e não é aprisionar no sentido de juízo de valor é aprisionar de deixar a palavra fixa, deixar aquele conhecimento consolidado. E por isso, justamente por isso, por não ter acesso aos meios de produção, por ter uma cultura caracterizada, nesse sentido, da oralidade e por ter sido negado, a nós, o acesso a escrita e a essas formas de registro por muito tempo, a nossa história não foi contada e a gente não produziu no mesmo nível desse poder simbólico a resistência. Não que a gente não estivesse produzindo resistência nas diásporas, como é no caso do candomblé, mas a gente não estava

produzindo de fato no mesmo nível da branquitude e a branquidade. E aí quando a gente começa a tomar esses espaços com o apoderamento do letramento e quando a gente começa adentrar nesses espaços em que a linguagem está disponível para gente. Nós começamos então a produzir resistência, por exemplo, nas lutas abolicionistas brasileiras, os estudos da Professora Ana Flávia Magalhães e outros estudos sobre a história das mídias negras digamos assim, aí a gente vai perceber que as pessoas negras, sobretudo os homens negros tinham acesso a determinados meios de produção para produzir conhecimento e informação, as tecnologias eram outras, era prensa e os jornais, mas aí a gente começa a ter acesso e a produzir de fato comunicação, inclusive para a liberdade, no intuito de lutar pela liberdade. Então, é algo que existiu um processo anterior, mas aí a gente vai perceber que já no período abolicionista, a gente começa a tomar esses espaços, a gente vai ter Castro Alves, Luís Gama, Maria Firmina dos Reis, homens e mulheres negras que tomam para si a escrita como informação porque aí vão surgir o jornal “O homem de cor” e vários outros jornais em São Paulo, na Bahia, enfim, a gente vai ter aos poucos, é claro, a tomada de algumas ferramentas de informação em comunicação em tecnologia para reverberação do nosso discurso de resistência. Se a gente for dar mais um salto histórico quando começa a revolução da televisão e dos meios de comunicação de massa, a gente vai perceber que por não ter acesso aos meios de produção, a gente ficou relegado a ser personagem, parte do discurso, a ser mensagem digamos assim, então, propaganda, telenovela, informação, jornal a gente vai ser sempre uma parte do discurso e não de fato produtor. Aí essa história da modernização, aí falando da modernização do Brasil e a história da imigração que a gente após a abolição a nossa mão de obra é relegada, a gente vai ter uma série de fatos históricos que não permitiram a gente produzir informação. Na era da internet que nasce em imbrincada com o ativismo, nasce imbrincada com os movimentos sociais, a cultura hacker o ativismo digital. Enfim, quando a gente chega nesses espaços percebe que pode ser produtor e tomar, retomar os meios de produção, mas por causa das condições que não são favoráveis e por causa de todos os fatores também históricos sociais, a gente não vai ter o acesso desejado. A gente não vai ter de fato internet de qualidade, os melhores computadores, os melhores celulares, mas a gente de uma certa forma vai ter o acesso a esses meios e a essas ferramentas e vai conseguir nesses espaços, usando inclusive as ferramentas de poder simbólico dos dominantes, da classe dominante para usar o discurso do Bourdieu, baseado em Marx, para poder subverter

o discurso e criar resistência, então, é obvio que esse pensamento de agora é muito mais maduro que quando a gente criou o “Blogueiras Negras”. Isso não estava consolidado quando “Blogueiras Negras” nasceram, mas havia um movimento descentralizado, como é característico da própria internet. As mulheres conversando em fóruns de debates e outras redes sociais, como os blogs que estavam ali na blogosfera isoladamente, trabalhando isoladamente, mas conversando entre si.

Thais Pereira - Fale-me sobre o ciberativismo para o movimento de mulheres negras?
 Larissa Santiago - Então, é uma resposta bem subjetiva, eu ainda estou estudando esse tema, mas é essencial para os novos, que a gente tem chamado de novos ativismos, porque na verdade alguns autores falam até que essas expressões “novos ativismos” “novos movimentos sociais” não são tão novas assim. A gente entende que o que seja novo talvez não é tão novo, porque se a gente for pensar como é que nasce a internet, é o contradiscurso da internet porque óbvio que algumas pessoas vão narrar que a internet nasce dentro da universidade, financiada pelo governo norte americano, enfim, mas a internet também tem na sua origem as características de ativismo do *hacker* ativismo, inclusive de comunicação entre as pessoas de troca de informação, que não é essa característica do Estado e de intervenção e de guerra desse discurso que se fala, então, se a gente for entender que não é tão novo assim, que a internet nasce com essa característica de ser ativista. Então nesse sentido, o ativismo não é tão novo assim na internet, agora o que existe são os movimentos que a gente pode considerar mais velhos, como o feminismo, ambientalismo e cultura punk, enfim, esses movimentos tomando para si, se apropriando das ferramentas de tecnologias e informação. Nesse sentido essa tomada é muito importante porque é a partir disso, é a partir da internet que os movimentos vão construir os seus discursos e atingir mais pessoas, porque é obvio todos esses movimentos dos quais eu estava falando tem discurso já consolidados, a diferença é que por muito tempo os movimentos ficaram na mão das pessoas que eram donas dos meios de produção para a difusão do discurso e do conteúdo e da informação. Quero dizer também que a internet que a gente tem hoje não é a internet ideal, onde a gente pulveriza a nossa informação do jeito que a gente gostaria, até mesmo porque a gente está vendo ai desde os anos 2000 o crescimento das empresas dos serviços proprietários de internet, como o Google, o Facebook, o Microsoft e a Apple, todas essas grandes empresas, que são empresas de homens brancos, *hetero/cis* são empresas que tem

crecido e óbvio que a nossa autonomia está no nome dessa galera, mas o que a internet faz em detrimento, por exemplo, das outras tecnologias das outras ferramentas de informação, como televisão, rádio, enfim, é a possibilidade da gente ter acesso mesmo que pequeno a esse meio de produção e produzir discursos de resistência e produzir e fazer reverberar os discursos de resistência mesmo que seja o que o Facebook está fazendo hoje mesmo que seja na nossa bolha, essa é a grande importância. E aí a gente pode falar de organização, articulação, difusão, tudo isso como fatores ou como coisas ou como pontos que a internet como ferramenta de tecnologia de informação e comunicação permite que os movimentos e que as iniciativas sociais façam reverberar o seu discurso é essa talvez a grande importância dessas ferramentas e da internet sobretudo.

Thais Pereira - Qual é o papel do BN na de luta contra o racismo e o sexismo na internet?

Larissa Santiago - Então, uma das coisas que a gente tem que enfatizar é que quando a gente surgiu já existiam mulheres *blogando*, escrevendo os seus blogs, já existiam fóruns de discussão, quando eu comecei a ter acesso à internet, quando eu tive e-mail e computador, já existiam fóruns de mulheres tanto dentro de e-mails quanto no Orkut. Já existia agrupamentos, já existiam mídias negras, inclusive na internet, se eu não me engano o Geledés é anterior a nós, já existiam portais negros, já existiam mídias negras, tudo isso já existia, o que na época não existia, inclusive, por causa da característica de evolução da internet por causa dos rumos que a internet tomou era a ênfase nos agrupamentos coletivos nas redes sociais, nas redes que se formavam. Aí a gente teve sem fazer juízo de valor e já fazendo a graça de pegar o Facebook numa época boa e, ao mesmo tempo o malefício como o Facebook foi se tornando de hegemonia da internet porque tem gente que acha que o Facebook é a internet, isso também prejudicou a gente em um determinado sentido, então a gente teve essa possibilidade de junto com esse movimento perceber a potencialidade dos agrupamentos. A missão das Blogueiras Negras era visibilizar o conteúdo e a produção das mulheres negras. A gente entendeu isso, não logo no início, claro, mas com o passar do tempo a gente entendeu que era esse o nosso papel, visibilizar a produção porque a gente já entendia que já existia. Nesse sentido, a gente teve nossa importância que eu acredito que tenha diminuído e tal, inclusive por causa de outras

características dos novos fatores que a internet tem trazido, mas quando a gente surgiu foi nesse sentido.

E aí o que a gente conseguiu fazer justamente nessa época que o Facebook, por exemplo, ainda distribuía conteúdo 100% para aqueles que curtiam a página, então se a gente tivesse 10 mil pessoas que curtiam a nossa página, 10 mil pessoas viam o nosso conteúdo. Se a gente tuitasse também todas as pessoas viam o nosso tuite. Enfim, a gente começou a pensar estrategicamente nas nossas pautas. Nesse sentido, a Maria Rita Casagrande é uma pessoa muito importante porque ela trouxe a bagagem política para as Blogueiras Negras, porque quando a gente começou tinha pouca consciência política do que isso significava, talvez qualquer texto e qualquer iniciativa de mulheres negras a gente abraçaria. Maria Rita Casagrande foi uma das que trouxe a consciência política e mostrou que a gente precisava entender como fazer esse movimento esse ativismo nas redes sociais e na internet, nas plataformas e nas ferramentas de tecnologias da informação. E aí a gente teve muita iniciativa própria, fomos nós por exemplo as primeiras pessoas a falar sobre “Não me vejo não compro”, que a gente começou a fazer no Black Friday em novembro quando as lojas entram em promoção e falar sobre isso, não me vejo não compro. Agora é uma campanha na internet. Nós fomos as primeiras a destacar as mulheres negras nas suas produções, desde 2013, a gente faz uma lista com as 25 web negras destacando a produção individual e coletiva das mulheres na internet e foi através dessas listas de 2013 para cá que a gente visibilizou, por exemplo, o trabalho de Djamila Ribeiro, Stephanie Ribeiro e Tia Má, de todo mundo que a gente conhece hoje como expoente do feminismo negro a gente ajudou, claro que todo mundo tem o seu mérito e o seu esforço de trabalho, mas a gente também ajudou a visibilizar nesse sentido. Então essa é a importância, a gente estava num terreno fértil numa época propícia em que as coisas já aconteciam e que a gente teve a possibilidade de potencializar essas produções e visibilizar numa época que estava todo mundo ainda tateando, inclusive o Facebook esse modelo de negócio, enfim, e a gente tateando como pressionar, como incidir politicamente nesse território que é a internet.

Thais Pereira – Fale-me sobre a escolha das pautas do Blogueiras Negras?

Larissa Santiago - Então, a gente surgiu como lugar de expressão e reverberar as produções das mulheres negras, o que aconteceu que durante muito tempo a gente publicou textos que eram publicados, a pessoa publicava no seu blog e a gente

colocava lá nas Blogueiras Negras depois que a pessoa tinha publicado no seu blog. Simultaneamente a esse processo a gente construiu uma comunidade, uma comunidade com várias mulheres e logo então surgiu a necessidade de a gente construir uma agenda. Então a gente descobriu essa metodologia e começou a fazer uma agenda mensal e a gente colocava lá no início algumas datas comemorativas ou que eram importantes que a gente gostaria de escrever sobre, por exemplo, março, dia internacional da mulher, maio, dia do trabalho. A gente começou a construir uma agenda com datas importantes e com temas que as mulheres quisessem falar, por exemplo, eu sou mulher negra e mãe e quero falar sobre maternidade; a outra é jornalista e queria falar sobre comunicação; a outra era cordelista e queria falar sobre cordel. Ai a gente começou a receber das mulheres que participavam da comunidade as demandas delas mesmas, então, é obvio que a gente ficava e durante muito tempo a gente ficou vítima da agenda pública, então, se acontecia alguma coisa, um acidente ou alguém era atacado na internet. A gente ficou por muito tempo também reverberando o que estava acontecendo na agenda pública, mas por outro lado tinha uma demanda própria das mulheres e talvez nesse sentido essa era a nossa tática e a gente sempre reforçou isso. Nesse sentido, a gente teve muito debate sobre estética e cabelo que é onde começa a descoberta da identidade, muito debate sobre a solidão da mulher negra em relacionamentos afetivos, a gente teve muito debate sobre branquitude e branquidade. Então, a gente também começou a entender que ser propositiva era uma tática, que colocar a nossa demanda também é uma tática, mas isso também não foi nada planejado, nada estruturado. Eu estou falando para você aqui, porque agora está nítido.

Thais Pereira - Qual é o posicionamento político do BN? Há um posicionamento político?

Larissa Santiago - Então, há um posicionamento e ele não está explícito inclusive, ele não está dito no site, por exemplo, mas a gente obvio é contra tudo isso, é contra todo esse retrocesso, a gente é contra o governo Temer. A gente acha que foi golpe, a gente odeia todos esses políticos dessas bancadas, enfim, mas a gente também não acredita mais na esquerda, a gente sabe que foi feita de palhaça, apesar que a gente precisa reconhecer que houve avanços, mas que as nossas pautas foram negociadas. Entre a direita e a esquerda, a gente continua sendo o povo oprimido desse país, a gente acredita que só uma questão nossa e dos povos originários, dos povos

indígenas tem pleno sucesso em um país que é roubado, que foi sequestrado, enfim, então a gente acha que sem a gente não é possível, sem a nossa presença, sem a consideração pelo nosso discurso e pela nossa ação política não é possível, é esse posicionamento político que a gente tem aqui e a gente acredita. Se você perguntar hoje, quem a gente apoiaria, se a gente tem algum partido, a gente não tem, inclusive estou com problemas eleitorais porque já não voto há duas eleições, mas a gente tem entendido que não basta o ativismo pela internet. É preciso entender e aí nessa caminhada a gente tem ouvido muito a Sueli Carneiro falar sobre estudar as lutas libertárias, como as lutas da África do Sul, as lutas do movimento negro dos Estados Unidos. A gente precisa entender como fazer porque a gente já entendeu que só pela internet, só com o ativismo digital as coisas não estão mais funcionando, esse é o movimento.

Thais Pereira – Quais são as dificuldades e as conquistas do Blogueiras Negras?

Larissa Santiago - Então sobre as ameaças, assim no início como eu te falei por conta dessa possibilidade que a internet dava que as redes sociais também estavam caminhando ainda tateando esses modelos de negócios, enfim a gente tinha um alcance muito grande, então a gente tinha um número de comentários muito maior, a gente tinha uma interação e uma interatividade muito maior, e nesse sentido também os ataques e as ofensas eram grandes, a gente teve muito mais ataque dentro do próprio site do que na rede social. Não que a gente não tivesse comentários ofensivos, pessoas ameaçando, como foi no caso quando Maria Rita denunciou o mercado livre, a gente teve vários casos que óbvio extrapolaram todas as ferramentas. Enfim, isso eu posso te dizer com certeza há uns dois anos atrás era muito mais intenso do que é hoje. A gente nunca teve um post tirado pelo Facebook, mas a gente já teve imagem denunciada pelos usuários, que a gente acredita que os usuários denunciaram e o Facebook tirou, mas não arbitrariamente como foi no caso por exemplo recente das mulheres que comentavam lá travesti e tiveram os seus posts arbitrariamente retirados.

Thais Pereira - E fale-me sobre os comentários recebidos pelos posts do BN.

Larissa Santiago – A nossa grande dificuldade é romper essa barreira do ciberativismo, a gente sabe que a nossa incidência no território da internet, nas ferramentas de tecnologia da informação e comunicação são importantes, os textos,

as *hashtags*, os memes, tudo que a gente faz é importante e causa e abala as estruturas do poder simbólico, tanto isso que a gente pode perceber que os meios tradicionais, digamos assim já entenderam a lógica, então a gente vai perceber que as pautas raciais, as pautas LGBT, as pautas de classe estão na televisão e nas rádios. A gente sabe que a mídia tradicional já entendeu essa lógica, não só porque elas sacaram, mas porque a gente tem incidido cada vez mais politicamente na agenda. Mas a grande dificuldade é essa como romper isso para a transformação, como agir também além do território da internet que a gente sabe que é uma grande ação, mas como fazer isso reverberar nos lugares que a gente gostaria que reverberasse mais ainda, esse é o grande desafio do ativismo. É claro, combater o monopólio dos proprietários pensando em uma outra internet, pensando de fato em internet, não pensando em ferramenta, plataforma social, nem nada, pensando em internet como quebrar e romper com o poder simbólico desses donos e proprietários, acho que é isso.

APÊNDICE C – Entrevista com a Profa. Dra. Rosane Borges, concedida à Thais Pereira da Silva. São Paulo, 14 mar. 2017.

Thais Pereira – Qual é a imagem da mulher negra nas mídias hegemônicas? Como elas reforçam os estereótipos da mulher negra?

Rosane Borges - Olha, essas imagens como você mesma disse em relação aos estereótipos, normalmente os grupos historicamente discriminados, eles têm um lugar na representação midiática que é o lugar que o imaginário pensa para os subalternos ou subalternizados, é o lugar expropriado da humanidade, é o lugar reduzido em termos de significantes e significados, ou seja, a mulher negra ela não pode representar o universal da mulher, o homem negro tampouco. Então o que a gente vai ter, você está perguntando dos estereótipos, então são as imagens estereotipadas que aquelas imagens devem ser repetidas de tal forma que confirmem o ponto de vista do nosso imaginário. Quando você tem uma reiteração da mulher negra no lugar da empregada doméstica na televisão, algumas pessoas podem dizer: “mas não é isso mesmo”? As pesquisas não apontam e os próprios movimentos negros não dizem que a mulher negra ainda é maioria sendo empregada doméstica? Mas veja, isso é

uma armadilha. Por que é uma armadilha? Porque, se do ponto de vista da vida real, das nossas condições de existência de fato, nós mulheres negras ocupamos profissões subalternizadas, do ponto de vista de imagem de imaginário há que se promover outras perspectivas dos grupos de subalternizados, porque senão você repete e vira uma espécie de imagem autorrealizadora, uma espécie de profecia. Então, a presença dessas mulheres negras em lugares subalternizados seja como a empregada doméstica ou como a “mulata” do ponto de vista racista, da boa de samba, da lascívia que atíça todo esse imaginário sexual branco, há que se reconhecer que, embora ainda ocupamos lugares subalternizados do ponto de vista da dinâmica social, é uma perspectiva plural, inclusive, não existe só um tipo de empregada negra, não existe apenas um tipo de sambista negra, então, é dessa pluralidade que a gente fala, essa pluralidade é presente nos grupos raciais hegemônicos, o branco pode ser tudo, inclusive, ladrão do ponto de vista das imagens. Mas em relação às mulheres negras, você vê que os significantes são sempre regrados. Por que eles são regrados? Para eles de certa forma corresponderem como certo imaginário que nos coloca em lugares já pré-definidos.

Thais Pereira - Como você vê essa imagem da mulher negra e do homem negro?

Rosane Borges - Olha, a gente vê assim alguma diferença, mas eu acho que do ponto de vista do racismo, elas são elementos de uma mesma equação. O homem negro também é visto de maneira redutora. A gente vê muito homem negro como esportista ou como violento nas narrativas policiais, é o corpo que mais aparece, mas você não vê o chamado homem negro como esse que trabalha como profissional liberal, funcionário público, quando a gente pega as narrativas jornalísticas, isso é muito curioso porque quando a gente fala em imagens estereotipadas, normalmente a gente pensa em propaganda e na publicidade porque são discursos que digamos ficcionais, mas quando a gente pensa em jornalismo essa mesma dinâmica se mantém. Quando a gente pega um caderno de comportamento que não é o factual do dia a dia, que são temas escolhidos durante a semana, que há uma pauta corriqueira do jornalismo diário, você vê tema de saúde em caderno de saúde e você não vê famílias negras. Quando tem uma pauta sobre como as famílias estão lidando com a crise agora no Brasil e a questão financeira, aí você vai ver famílias brancas falando que cortaram o plano de saúde, então, o cotidiano, os problemas administrativos de uma família,

nunca é uma família negra, aí o negro vai estar justamente nesses cantos, nesses polos, né?

Thais Pereira - Você fala muito de deslocamento, como que funciona e qual é a importância disso?

Rosane Borges - Sim, olha, o deslocamento se dá quando na perspectiva da ciência da linguagem, a gente tem uma tradição, né, o estereótipo vai criando o protótipo que seria aquela primeira possibilidade de um significante existir, o estereótipo é a repetição dessa possibilidade, do protótipo a gente vai para o estereótipo. Quando a gente tem o estereótipo que cria uma tradição, tem uma fixação de sentido dentro da cadeia discursiva, isso fixa de tal forma que quando você vê uma mulher negra, advogada ou professora como eu, as pessoas se assustam. Por que elas se assustam? Porque do ponto de vista do repositório de imagens a presença da mulher negra como professora não foi algo que fixou, o que se fixou? O lugar da mulher negra é como empregada doméstica, da sambista, enfim, aí quando você tem essa surpresa, significa que há uma fixação que é uma fixação que se diz a respeito desse imaginário. O que eu estou chamando de deslocamento? É preciso que a gente desloque esses signos e que eles ganhem uma fixação na cadeia discursiva no sentido que é preciso que a gente desloque alguns sentidos e significados sobre a mulher negra e que outros ganhem legitimidade nessa cadeia discursiva. A ideia de deslocamento é quando um signo, ele deixa de habitar um lugar e vai para outro lugar, ou seja, deixa de habitar o lugar da subalternização apenas da pobreza e da miséria e vai para outro lugar, o lugar que representa um suposto universal humano.

Thais Pereira - E qual é o papel das mídias nesse sentido?

Rosane Borges - Elas são fundamentais porque são elas que nos dão o repositório. Eu gosto muito de trabalhar como essa ideia de repositório cultural e imagético no que se diz respeito das possibilidades de coletividade, então, no Jornal Nacional, por que a presença da Maju é tão importante? Ela é a primeira “moça” do Tempo depois de muitos anos, né? Ora, a gente sempre vai ter em relação a gente, a impressão que nós seremos a primeira em algum lugar. Então a mídia, o papel dela é exatamente quando ela vai criar a tradição é preciso que o Jornal Nacional seja apresentado por mulheres e homens negros, até agora o que é que a gente tem? A gente só tem o revezamento do Heraldo Pereira na bancada no sábado e a Zileide Silva no Jornal

Hoje, mas é revezamento, né? É preciso que eles estejam mais presentes e por que isso é preciso? Porque somos a maioria. Quando a gente tem uma fixação de que apresentadores de televisão são homens ou mulheres brancas, você cria isso que eu estou falando, um território de possibilidades que o negro já está excluído dali. Você tem que deslocar esse sentido e que ele passe também habitar a bancada do Jornal Nacional.

Thais Pereira – O discurso racista e sexista é poder?

Rosane Borges - Sim, são formas de poder, então, eu diria que é algo muito difícil, mas que com muita reivindicação, porque veja, eu já fui a muitos fóruns da chamada mídias alternativas, mas o problema das mídias alternativas é que elas repetem o mesmo imaginário das mídias hegemônicas. Você pega, por exemplo, o Barão de Itararé que é uma mídia alternativa, você deve conhecer, os debates do Barão de Itararé para discutir crise, ele não chamou nenhum negro e é uma imprensa alternativa. O que isso significa? Que tanto do ponto de vista das mídias hegemônicas como das mídias alternativas o problema do racismo é presente e em ambos é algo difícil de ser enfrentado. Tem uma ideia nas mídias hegemônicas que aqui é por mérito, então que se as pessoas são muito boas, na verdade não é racismo, o William Bonner está apresentando o Jornal Nacional porque é muito bom e se tivesse um negro bom a gente adotaria, mas o que as mídias alternativas dizem? Dizem que não há nem um tipo de problema com o racismo e que mais do que isso que se tem um homem branco falando ali é porque ele pode do ponto de vista do compromisso dele político ele pode falar sobre negro. A dificuldade é de ambos os lados. Então eu diria que pensar a questão com as mídias hegemônicas é primeiro a gente saber que existe uma ordem de dificuldades e que muitas vezes eles adotam, digamos, uma agenda que é de reivindicação dos movimentos negros, mas para ficar “bem na foto”, não porque eles realmente acham que isso muda as estruturas, mas eu considero que uma mudança estrutural ela se dá a partir desses movimentos que são movimentos que são as revoluções moleculares como já diria o Guattari, a revolução molecular, ou seja, essas pequenas mudanças, do ponto de vista do nosso território quando a gente diz que tem que ter negros na Rede Globo ou nas mídias alternativas, a gente está lidando no território que é próprio do mundo capitalista, então, eu acho que pensar nesse lugar, que é um lugar que o capitalismo já produz o racismo e a gente saber que tem margem de manobra e que é limitada, mas ao mesmo tempo a gente pode

nesse território que é pontilhado por relações de poder e por interesse de classe e que aí impera o racismo é possível sim a gente criar um olhar para uma outra perspectiva no que diz respeito a um outro regime de visibilidade.

Thais Pereira – Fale-me sobre as mídias negras e depois as mídias de mulheres negras?

Rosane Borges - Eu acho que é um grande avanço porque quando a gente pensa nas mídias alternativas em geral que são as mídias brancas de esquerda, a gente vê essa enorme dificuldade deles. Agora quando a gente surge, mulheres negras na comunicação e na imprensa, criando seus mecanismos próprios a gente tem possibilidade de uma pauta da questão racial que nem as mídias alternativas tem e cobrem. Eu acho que é um avanço e uma disputa discursiva, um portal como o Geledés que hoje tem milhares de seguidores e pessoas que leem é hoje um contraponto porque eles, o portal Geledés, acabam pautando mídias grandes e isso é interessante no que diz respeito a questão racial, eu tenho amigas minhas jornalistas da chamada “grande imprensa” que quando quer pautar algo sobre a questão racial vai para o Geledés e isso é um avanço porque virou fonte, e isso já é um grande avanço, no sentido, de quem tem um site que pode oferecer informação. Então eu acho que a Blogosfera possibilita essa disputa discursiva, ela possibilita que as informações circulem e as mídias negras femininas ou feministas elas têm papel decisivo e importante nessa disputa discursiva que é dar um outro olhar sobre nós e sobre o que nós escrevemos, que mulher negra é escritora, que mulher negra lança livros, que mulher negra é cientista, que mulher negra é gestora pública, então ao mostrar isso tem outras possibilidades não mais aquelas da mídia tradicional que distribuía informações e hoje a gente tem outro paradigma que é de circulação de informações e nesse paradigma as mídias negras feministas surgem com importância fundamental.

Thais Pereira - O Milton Santos falava que elas eram as tecnologias mais acessíveis, então é uma forma de você se associar dela para contar uma história que nós negros nunca tivemos.

Rosane Borges - É uma coisa de ser sujeito da sua própria história e as mídias são fundamentais, porque elas são um grande território social compartilhado hoje, a gente depende das mídias em geral e da imprensa em particular para saber que o está

acontecendo no mundo, para a gente saber as tendências de moda, então, você deixar mais da metade da população brasileira fora dessa história é um crime é terrível porque a gente não se vê espelhado nessas narrativas que dizem o que é o mundo e o movimento do mundo. A gente só vai estar nas situações depreciativas e constrangedoras, né?

ANEXOS

ANEXO A – Editorial, Manual e Informação do BN

Figura 13 – Página inicial blog “Blogueiras Negras”

Fonte: Print do BN

Figura 14 – Quem Somos do Blogueiras Negras

O Blogueiras Negras é um site colaborativo, que coordenado por um time de mulheres cujo principal interesse é ser uma plataforma de publicação para autoras negras. Para além da Coordenação e do time de Colaboradoras, precisamos agradecer a você que nos visita. Nada disso seria possível sem essa ação conjunta de vontades, muito obrigada!

Sobre a Coordenação, já estiveram conosco Alexandra Ravelli (SP), Angela Brandão (SP), Celine Ramos (BA), Dara Ribeiro (SP), Gabi Porfírio (RJ), Jéssica Dandara (SP), Nênis Vieira (SP), Paola Ferreira (SP), Thiane Barros (BA), Verônica Rocha (RJ) e Zaíra Pires (BH).

A coordenação responde pelo Blogueiras Negras e hoje é composta por Charô Nunes e Larissa Santiago.

Charô Nunes é arquiteta e urbanista, trabalhando com comunicação desde o início do Blogueiras Negras. É feminista negra interseccional e escreve interessada sobretudo no racismo e nas narrativas que são produzidas para justificar e naturalizar suas causas e consequências. Estuda alternativas e ferramentas de combate às narrativas hegemônicas que se materializam através do feminicídio e genocídio do povo negro. É triatleta amadora, filha de maranhenses de ascendência africano-indígena.

Larissa Santiago é baiana de Salvador, filha de Dona Madalena e feminista negra interseccional. Formada em comunicação social com especialização em publicidade, já atuou em várias agências de publicidade e tecnologia de Salvador, João Pessoa e Recife, hoje se dedica a coordenar espaços virtuais e offline junto com as Blogueiras Negras. Dentre eles, espaços acadêmicos como o Seminário de Educação e Cultura da Universidade Federal de Uberlândia, Semana Feminista na Uninassau em Recife, Semana de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco, I Semana de Pretas e Pretos da UFPE, além de facilitar diálogos e conversas em espaços públicos e privados como os realizados na ThoughtWorks Recife, Secretaria da Mulher do Recife e Universidade Católica do Recife. Integra passivamente a Rede Mulher e Mídia.

Fonte: Print do BN

Figura 15 - Trecho do Manual do BN 1

– O Blogueiras Negras é um site feminista?

Sim. Somos um grupo heterogêneo de mulheres que acreditam principalmente na igualdade econômica, social e política entre os sexos e sobretudo lutando para que essa igualdade seja conquistada pelas mulheres negras de diferentes classes, orientações sexuais, idades e biotipos.

– Quem mantém o Blogueiras Negras?

As Blogueiras Negras são mantidas por um grupo central de mulheres negras a quem denominamos de coordenação (ou facilitação). Hoje, fazem parte desse grupo Charô Nunes e Larissa Santiago.

– O Blogueiras Negras Recebe apoio financeiro?

Trabalhamos de forma autossustentável por 3 anos, hoje buscamos auxílio através de patrocínio, editais, prêmios, doações e publicidade que se alinhem ao que acreditamos.

– Preciso participar do grupo o facebook para poder publicar?

Não. Você, mulher negra, pode entrar em contato conosco pelo **nosso site** ou nos enviar seu texto com sua foto e miníbio para o email blogueirasnegras@gmail.com

Fonte: Print do BN

Figura 16 – Trecho do Manual do BN 2

O QUE É A REVISÃO EDITORIAL?

A revisão editorial é o momento em que serão feitos alguns ajustes, se necessários, nos textos enviados. Tal adequação muitas vezes é uma simples revisão gramatical ou sugestão de alteração no formato do post. É nesse momento também que verificamos se os textos enviados estão de acordo com nossa linha editorial.

REGRAS DE REPRODUÇÃO

Todo o site tem licenciamento Creative Commons Atribuição Uso Não Comercial Compartilhamento pela mesma licença 3.0 (by-nc-sa 3.0) e pode ser reproduzido apenas por veículos que não tenham fins lucrativos (caracterizados por anúncios, sites de revistas, etc) e concordem em (1) respeitar a estrutura de nossos posts (nome da autora, corpo do texto e links de rodapé) e (2) republicar nossos textos após 24 horas de sua publicação original. Quando você envia seus textos para a gente, entendemos que concorda em compartilhar o texto enviado para e com o Blogueiras Negras através da mesma licença e condições.

Caso haja interesse em publicar o material enviado em sites comerciais, esses termos não se aplicam e serão firmadas parcerias editoriais através da equipe de facilitadoras do Blogueiras Negras envolvendo os veículos interessados e a autora. Os termos dessas possíveis parcerias serão definidos caso a caso, mas destacamos que os valores oriundos dessas parcerias serão partilhados entre autora e Blogueiras Negras. De nossa parte, a utilização desses eventuais recursos servirá para manutenção de instrumentos que viabilizam nossa existência.

Nós Blogueiras Negras também nos comprometemos em sermos as guardiãs do acervo que reunimos, zelando por sua integridade e utilização apropriada nos termos colocados. Nesses termos, pensando no cuidado com o mesmo, pensaremos em sua publicação em meios eletrônicos ou não, partindo da ideia de que cada autora ao publicar conosco concorda que partilha conosco os direitos de uso do material enviado, sempre a partir da ideia de comunidade, uso sem fins lucrativos que não para a manutenção da estrutura do Blogueiras Negras e da proteção do acervo.

Fonte: Print do BN